

201/1

20

CONFIDENTIAL

AO
EGRÉGIO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



Referência: PROCESSO Nº 14/97
Requerente: COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
Assunto: MUDANÇA DE CURRÍCULO

Senhor Presidente,
Senhores Conselheiros,

Representando o Colegiado do Curso de Direito, respeitosamente venho perante Vs.Sas. expor e ao final requerer o seguinte:

1. O Colegiado do Curso de Direito deliberou aceitar a decisão deste Egrégio Conselho que após aprovar a estrutura curricular proposta pelo Curso, determinou porém que o prazo de integralização se desse no mínimo em 5 (cinco) anos;
2. A adaptação foi realizada com o respaldo da aprovação pelos Departamentos (DEDIF, DEDIS e DEDIP) além do DA 21 de Abril e dos alunos do 1º ano, diurno e noturno;
3. Com a redução do prazo para 5 anos, a grade do 1º ano é composta por 9 (nove) disciplinas, totalizando a carga de 720 (setecentas e vinte) horas. Houve a incorporação das disciplinas Economia Política, Filosofia Geral (com Lógica Menor) e Teoria Geral do Processo, disciplinas que constavam da grade do 2º ano na proposta recusada de 6 anos;
4. Quando da proposta de 6 anos, as atividades práticas na nova estrutura imposta pela Portaria Ministerial, iniciar-se-iam no 3º ano, portanto em 1999. Com a redução do prazo, tal exigência se antecipa para o ano letivo de 1998. Torna-se imperiosa agora que a decisão sobre o espaço físico necessário para implantação do Núcleo de Prática Jurídica, se dê em caráter de urgência máxima. O Curso já fez solicitação do espaço físico, sem decisão pelo CEHAR, além de material permanente e equipamento para estruturar escritório modelo, salas de prática simulada e atendimento a alunos. Entendemos que tais providências se enquadram

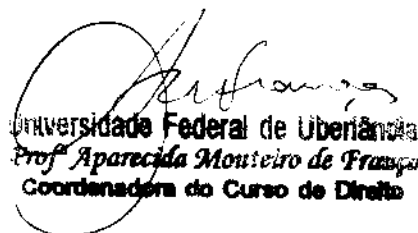
também ao item 3 do Parecer aprovado do Relator do Processo 14/97, in verbis: “criando condições para que os professores possam se dedicar mais à formação profissional e científica dos alunos nos departamentos de direito”.



Ante o exposto, solicitamos deste Egrégio Conselho:

- a) A autorização para que a adaptação à nova grade do 1º ano se dê no período de outubro/97 a fevereiro/98, através da criação de horários especiais, uma vez as disciplinas incorporadas obrigatoriamente devem ser ministradas antes de seus desdobramentos ou seja, Filosofia do Direito e Direito Processual Civil I, constantes do quadro do 2º ano;
- b) Que este Conselho recomende tal necessidade ao Departamento de Economia responsável pela disciplina Economia Política; Departamento de Direito Processual, que oferece a disciplina Teoria Geral do Processo e Depto de Filosofia responsável pela disciplina Filosofia Geral (com Lógica Menor);
- c) Que se crie condições para a implantação do Núcleo de Prática Jurídica, setor importantíssimo para a formação do aluno;
- d) Finalmente, solicitamos que quanto à Monografia, obrigatória para o término do Curso, que não foi objeto de consideração no Projeto de reforma Curricular, que seja reconsiderada a deliberação sobre a mesma, fazendo constar que a Monografia no Direito se dê no mínimo de 15 e máximo de 45 laudas digitadas em espaço duplo, formato usual das monografias jurídicas.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário e enviamos os protestos de elevada estima e consideração.


Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Aparecida Monteiro de França
Coordenadora do Curso de Direito



**CURRÍCULO DO
CURSO DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
UBERLÂNDIA
A PARTIR DE 1997,
IMPLANTADO CONFORME PORTARIA
MEC/1886/94**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES

Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



ÍNDICE

1. Introdução.....
2. Breve análise da questão do ensino jurídico no Brasil.....
3. A estrutura legal do ensino jurídico no Brasil: Resolução MEC 03/72 e a Portaria MEC 1886/94.....
4. Perfil do profissional que se pretende formar.....
5. Objetivos.....
6. Proposta de Reforma.....
- 6.1. Modificações no rol de disciplinas.....
 - A) Disciplinas extintas
 - B) Disciplinas introduzidas - obrigatórias
 - C) Disciplinas introduzidas - optativas
 - D) Disciplinas do currículo atual que sofreram modificação
7. Justificativas.....
8. Quadro demonstrativo de desdobramento das matérias do currículo mínimo e complementares do Curso de Direito da UFU.....
9. Desdobramento do currículo conforme a legislação específica.....
10. Quadro de Equivalência.....
11. O novo Curso de Direito.....
12. Ementas do novo Currículo.....
13. Anexos.....
 - Atas de reuniões do Colegiado do Curso de Direito da UFU
 - Proposta de Regulamento dos Estágios do Curso de Graduação em Direito
 - Projeto de Regulamento das Atividades Complementares (ata do Colegiado do Curso de Direito - nº. 254/96)
 - Normas Específicas para Matrícula no Curso de Direito
 - Resolução MEC nº. 03/72
 - Portaria MEC nº. 1886/94



1. INTRODUÇÃO

A determinação de reestruturação curricular trazida pela Portaria MEC/Nº 1886/94 impõe exame introspectivo das várias tendências hodiernas do Direito que se projetam ante as necessidades do dia-a-dia, e que são retratadas, dentre outras, nos Cursos de Pós-Graduação, na exigência do mercado de trabalho e na multiplicidade do sistema jurídico dentro dos vários campos do conhecimento.

Observa-se que ante o sistema educacional e a nova dinâmica de ensino, o educador é chamado a refletir, de modo a evidenciar a sua correspondente ação ao avanço científico e tecnológico. No que diz respeito à particularidade das Universidades do Brasil, o compromisso do educador é bem maior, haja vista ser o terceiro grau um centro da educação sistemática por excelência, integrado os seus misteres à serviço da comunidade.

Os Cursos de Graduação em Direito não podem fugir a esse objetivo das Universidades, devendo adotar em suas matizes uma mentalidade flexível e adaptável para enfrentar as rápidas transformações do mundo, corporificando em seus currículos a característica da funcionalidade, de forma a oferecer ao aluno não só a aprendizagem de conteúdo e habilidade específicas, mas também fornecer condições favoráveis à aplicação e integração desses conhecimentos. Portanto, para esta funcionalidade curricular não basta a previsão global de toda ação a ser desencadeada, como também o seu planejamento.

Deveras, o planejamento curricular é “uma tarefa multidisciplinar que tem por objeto a organização de um sistema de relações lógicas e psicológicas dentro de um ou vários campos do conhecimento, de tal modo que se favoreça ao máximo o processo ensino-aprendizagem”.¹ Vê-se, assim, a necessidade de implantação e obediência de um currículo jurídico mínimo, onde a realidade do cotidiano seja refletida pela vivacidade do Direito acolhido, num processo educativo integrado e dinâmico, onde as exigências profissionais não tenham um corpo cansado e estéril, mas um vigor permanente de renovação.

¹ MATOS, L. A. de. Sumário de Didática Geral. Rio de Janeiro: Ed. Aurora, 1968, p. 140



Nesse intuito, faz-se imprescindível uma revisão do currículo do Curso de Graduação em Direito da UFU, em razão da constante investigação da realidade imediata e dos avanços técnicos que integram à ciência do Direito, na dinamização e integração da busca dos meios mais adequados à obtenção de maiores resultados.

2. BREVE ANÁLISE DA QUESTÃO DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL

Modernamente, é certa a defasagem entre os currículos jurídicos, seus conteúdos programáticos e as necessidades reais do mercado de trabalho. Nesse ponto, procedem muitas das propostas reformistas apresentadas por respeitáveis autores nacionais, que pela constatada falta de operacionalidade dos bacharéis em Direito, apresentam uma concepção histórico-crítico-estrutural da crise do Direito, ou mesmo do ensino jurídico.

Ante tal evidência, revela-se importante, que antes do exame do tema proposto, revisão curricular, seja demonstrada a percepção daqueles que militam e discriminam a questão do ensino jurídico no País, de maneira a dar uma visão de conjunto sobre a tão decantada crise do Direito, uma vez que se percebe, diante da ampliação da cidadania e da democracia, que a ordem jurídica no futuro, poderá ter uma explosão de litigiosidade sem contrapartida técnico-jurídica satisfatória à legitimação do *status quo* dentro dos padrões de legitimidade mais amplos.

Dessa forma, pode-se apresentar, de acordo com o Prof. Horácio W. Rodrigues², uma tentativa de resumo dos diagnósticos e propostas efetuados por sete autores, assim, tem-se:

a) João Baptista Villela tem uma preocupação maior em diagnosticar os atuais problemas do ensino jurídico do que em apresentar uma proposta pronta de como solucioná-los. A crítica que ele faz ao atual ensino do Direito é que este apresenta quatro grandes distorções: o exegetismo, o judicialismo, o praxismo e o diletantismo.

² Ensino Jurídico: Saber e Poder. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1988, p. 100.



b) Álvaro Melo Filho tem duas preocupações básicas: a questão curricular e a questão didático-pedagógica. Entende ele que a solução para o ensino jurídico brasileiro se dá através de alterações nestes níveis visando ao desenvolvimento do raciocínio jurídico.

c) Aurélio Wander Bastos vê a problemática do ensino jurídico em três níveis: o currículo, o “método” de ensino e os programas das disciplinas. Defende a necessidade de um ensino interdisciplinar e a reformulação do poder judiciário como condições básicas para a alteração da situação atual.

d) Joaquim Arruda Falcão analisa a relação entre a situação atual do ensino jurídico e a questão do método utilizado pela ciência do Direito no seu processo cognoscente. Para ele esta é uma questão básica. Para produzirmos propostas efetivas de alteração do ensino vigente não podemos fazê-lo a partir do método lógico-formal do positivismo, que é o paradigma dominante. Vê, desta forma, uma estreita relação entre os problemas do ensino, as propostas de alteração que não têm dado resultados positivos e os erros epistemológicos da ciência jurídica. Destaca também, as funções histórico-político-ideológicas cumpridas pelos cursos de Direito como reprodutores da ideologia e formadores da burocracia e tecnocracia estatais. Além disso, traça um perfil realista do mercado de trabalho e dos quadros docente e discente destes cursos.

e) José Eduardo Faria vê as crises do Direito e do seu ensino como crises políticas. Destaca também a relação entre os problemas do ensino jurídico e a opção epistemológica da ciência do Direito, o positivismo. Entende que a solução para o problema passe pela solução das distorções do sistema político vigente e dos desvios epistemológicos da ciência jurídica. Vê também como uma necessidade fundamental a ênfase à formação do aluno, além de uma reorientação dos currículos, com a finalidade de torná-los mais orgânicos, flexíveis e interdisciplinares e de algumas outras mudanças paralelas ao plano pedagógico.

f) Luís Alberto Warat tem o seu pensamento dividido em quatro fases diferenciadas. São elas: 1ª) Nela ele via o problema do ensino jurídico como um problema epistemológico e defendia a constituição de uma epistemologia educacional para solucioná-lo. 2ª) A sua preocupação, neste momento, era com o poder do discurso docente nas faculdades do Direito e seus efeitos sociais. Defendia, então a importância da criação de uma semiologia do poder como forma de analisar esta questão. 3ª) Nesta terceira fase ele vai preocupar-se com a questão da afetividade e buscar, através das didáticas da “sedução” e do “ilusionismo”, a



recuperação da sala de aula como lufar do desejo. 4ª) Contemporaneamente, além de manter as preocupações despertadas nas fases anteriores, Warat está estudando as questões do extremo narcisismo dos professores com relação ao saber e da ausência de vida e criatividade nas salas de aula dos cursos jurídicos. Vê a psicanálise e as artes como instrumentos que poderão corrigir estas distorções encontradas.

g) Roberto Lyra Filho vê a questão fundamental do ensino jurídico no fato de que só se pode repensá-lo a partir da correta visão do Direito. Nenhuma reforma trará resultados se continuar vinculada à idéia positivista que reduz o Direito ao direito positivo do Estado. A reforma didática há que se basear na “revisão” do conjunto. Uma reforma válida do ensino jurídico só pode ser feita a partir de uma revisão global, sociológica e filosófica, do que é Direito. Todo o resto é complemento, opção metodológica, apuro formal. A proposta de Lyra Filho pode ser sintetizada na proposição da *Dialética* como método de apreensão do fenômeno jurídico em sua totalidade e devir, e na enunciação de uma nova visão do *Que é Direito* - como positivação da liberdade conscientizada e conquistada nas lutas e formulador dos princípios maiores da justiça social que nelas emergem - a partir disso.

Pelo exposto, nota-se que a crise no ensino jurídico vai muito além da reestrutura e planejamento da base curricular nos cursos de Direito, uma vez que analisada a cultura jurídica nacional, pode-se afirmar que seria ingenuidade encarar a falência de nossas instituições educacionais e judiciais pelo caráter pedagógico. Na verdade, ela é bem mais ampla e não pode ser dissociada da crise que atinge a universidade, de uma modo geral, a cultura jurídica tradicional e a própria sociedade brasileira.

3. A ESTRUTURA LEGAL DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL: RES/MEC/Nº 03/72 E A PORTARIA MEC/Nº 1886/94

Sem muito apego à questão histórica, deve-se ter em mente que a legislação que orientava as diretrizes de funcionamento do ensino jurídico brasileiro era a Resolução nº 03/72, que tratava do currículo mínimo, do número mínimo de horas-aula, da duração do curso e de outras normas gerais pertinentes à sua



estruturação. Porém, tal Resolução foi revogada pela recente Portaria Nº 1.886, de 30/12/94, que fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico, a sua implementação facultativa a partir de 1996 e obrigatória a partir de 1997.

Diante dessa nova normatização da base jurídica curricular, podem-se perceber algumas inovações, que surtem efeitos em toda dinamicidade das grades disciplinares dos cursos de Direito, senão vejamos:

1. De conformidade com o artigo 1º da Resolução Nº 03/72, o currículo mínimo do curso de graduação em Direito compreendia as seguintes matérias:

A - Básicas:

01. Introdução ao Estudo do Direito;
02. Economia;
03. Sociologia.

B- Profissionais:

04. Direito Constitucional (Teoria do Estado - Sistema Constitucional Brasileiro).
05. Direito Civil (Parte Geral - Obrigações. Parte Geral e Parte Especial - Coisas - Família - Sucessão).
06. Direito Penal (Parte Geral - Parte Especial).
07. Direito Comercial (Comerciantes - Sociedades - Títulos de Crédito - Contratos Mercantis e Falências).
08. Direito do Trabalho (Relação do Trabalho - Contrato de Trabalho - Processo Trabalhista).
09. Direitos Administrativos (Poderes Administrativos - Atos e Contratos Administrativos - Controle de Administração Pública - Função Pública).
10. Direito Processual Civil (Teoria Geral - Organização Judiciária - Ações - Recursos - exceção).
11. Direito Processual Penal (Tipo de Procedimento - Recursos - Execução).
- 12/13. Duas dentre as seguintes:
 - a) Direito Internacional público;
 - b) Direito Internacional Privado;
 - c) Ciências das Finanças e Direito Financeiro (Tributário e Fiscal);
 - d) Direito da Navegação (Marítima);
 - e) Direito Romano;
 - f) Direito Agrário;
 - g) Direito Previdenciário;



h) Medicina Legal.

Porém, com o advento da Portaria N° 1886/94, ficou assentado que o conteúdo mínimo do curso jurídico, além do estágio, compreenderá as seguintes matérias, que podem estar contidas em uma ou mais disciplinas do currículo pleno de cada curso (art. 6°):

A - Fundamentais:

01. Introdução ao Direito;
02. Filosofia (Geral e Jurídica; Ética Geral e Profissional);
03. Sociologia (Geral e Jurídica);
04. Economia;
05. Ciência Política (com Teoria do Estado).

B) Profissionalizantes:

06. Direito Constitucional;
07. Direito Civil;
08. Direito Administrativo;
09. Direito Tributário;
10. Direito Penal;
11. Direito Processual Civil;
12. Direito Processual Penal;
13. Direito do Trabalho;
14. Direito Comercial;
15. Direito Internacional.

Observe-se que, conforme dispões o parágrafo único do art. 6° da comentada Portaria, as demais matérias e novos direitos serão incluídos nas disciplinas em que se desdobrar o currículo pleno de cada curso, de acordo com suas particularidades e com observância de interdisciplinaridade.

Pelo exposto, vê-se que as disciplinas fundamentais ganham um novo alicerce. Porquanto a base do currículo mínimo dos cursos de graduação em Direito desdobra-se em quantidade e especificidade, dando ensejo a que o aluno, nos seus primeiros anos de acadêmico, receba toda uma visão cognoscível do objeto de seu



7

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



estudo, a partir de um conhecimento histórico, interpretativo, dialético e, principalmente, humanista.

De outro lado, as matérias profissionalizantes ganham maior consistência diante das exigências do mercado de trabalho, passando as disciplinas Direito Tributário e Direito Internacional (Público e Privado) a fazer parte do corpo curricular obrigatório. Assim, percebe-se a nítida preocupação com o tratamento do Direito Público, haja vista que o mercado de relações nacional e internacional exige, cada vez mais, a consultoria de especialistas nas bases contratuais e diplomáticas, o que também requer a participação do Direito Privado na efetuação desse progresso importante.

Destarte, em razão do próprio progresso incessante, a nova diretriz curricular deixa o campo aberto à criação e implementação de novos direitos e de outras matérias que não constem do currículo mínimo obrigatório, de forma a permitir atenção à peculiaridades dos novos tempos e à observância da interdisciplinariedade do curso.

2. Exigia-se também, consoante o parágrafo único do art. 1º, da Resolução 03/72:

- a) Prática Forense, sob a forma de estágio supervisionado;
- b) O Estudo de Problemas Brasileiros e a prática de Educação Física com predominância desportiva, de acordo com a legislação específica.

Ocorre que, a nova diretriz dispõe nos seus artigos 10 e §§ 1º e 2º, 12 e parágrafo único, 13; bem como pelo art. 7º, que:

a) O estágio de prática jurídica, supervisionado pela instituição de ensino superior, será obrigatório e integrante do currículo pleno, em um total de 300 horas de atividades práticas simuladas e reais desenvolvidas pelo aluno sob controle e orientação do núcleo correspondente (art. 10).

- O núcleo de prática jurídica, coordenado por professores do curso, disporá de instalações adequadas para treinamento das atividades profissionais de advocacia, magistratura, Ministério Público, e demais profissões jurídicas e para atendimento ao público (art. 10, §1º).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



- As atividades de prática jurídica poderão ser complementadas mediante convênios com a Defensoria Pública e outras entidades públicas, judiciárias, empresariais, comunitárias e sindicais que possibilitem a participação dos alunos na prestação de serviços públicos e em assistência jurídica, ou em juizados especiais que venham a ser instalados em dependência da própria instituição de ensino superior (art. 10, § 2º).
- O estágio profissional de advocacia, previsto na Lei 8.906, de 04/07/1994, de caráter extracurricular, inclusive para graduados, poderá ser oferecido pela Instituição de Ensino Superior, em convênio com a OAB, complementando-se a carga horária efetivamente cumprida no estágio profissional, com atividades práticas típicas de advogado e de estudo do Estatuto da Advocacia e da OAB e do Código de Ética e Disciplina (art. 12).
- A complementação da carga horária, no total estabelecido no convênio, será efetivada mediante atividades no próprio núcleo de prática jurídica, na Defensoria Pública, em escritórios de advocacia ou em setores jurídicos, públicos ou privados, credenciados e acompanhados pelo núcleo e pela OAB (Parágrafo único, art. 12).
- O tempo do estágio realizado em Defensoria Pública da União, do Distrito Federal ou dos Estados, na forma do art. 145, da Lei Complementar Nº 80, de 12 de janeiro de 1994, será considerado para fins de carga horária do estágio curricular previsto no artigo 10 desta Portaria (art. 13).

b) A prática de Educação Física, com predominância desportiva, observará a normatização interna específica (RES/CONSEP/01/97).

Inicialmente, como se nota no estágio de Prática Jurídica (Prática Forense), supervisionado pela instituição de ensino superior, tem cunho obrigatório e integrante do currículo pleno, em uma carga horária de atividades de 300 horas no mínimo, de práticas simuladas e reais desenvolvidas pelo aluno. Porém, nada impede que a instituição de ensino, ao lado do estágio de Prática Jurídica, faça convênio com a OAB, a fim de criar o estágio profissional de advocacia, de caráter extracurricular, como forma de viabilizar uma maior preparação do futuro profissional.

Quanto o Estudo de Problemas Brasileiros, sua obrigatoriedade em nível de terceiro grau foi eliminada pela Lei nº. 8663/93, que determina apenas sobre a incorporação da carga horária e do objetivo formador da cidadania e conhecimento da realidade brasileira, às disciplinas de áreas de Ciências Humanas e Sociais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



Assim, com regulamentação dada pela RES/CONSEP/Nº. 04/93, está extinta a disciplina EPB e conforme determina o art. 2º e 3º da referida Resolução, o conteúdo remanescente de formação da cidadania e conhecimento da realidade brasileira será abordado pelas disciplinas Sociologia e Economia Política.

3. De conformidade com a Resolução Nº 03/72, no seu artigo 2º, o curso de Direito seria ministrado no mínimo de 2.700 horas de atividades, cuja integralização se fará em pelo menos quatro e no máximo sete anos letivos.

Entretanto, diante do artigo 1º da Portaria 1.886/94, tem-se que o mínimo de carga horária de atividades no curso jurídico será de 3.300 horas, cuja integralização se fará em pelo menos cinco e, no máximo, oito anos letivos. Nota-se, também, face ao artigo 4º da mencionada Portaria, que independentemente do regime acadêmico que adotar o curso (seriado, créditos ou outro), serão destinados cinco a dez por cento da carga horária total para atividades complementares ajustadas entre o aluno e a direção ou coordenação do curso, incluindo pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e disciplinas não previstas no currículo pleno.

Com efeito, verifica-se que uma das antigas e constantes aspirações dos estudiosos do Direito, principalmente do corpo discente, no tocante à extensão acadêmica terá um espaço reservado na carga horária mínima obrigatória, promovendo, por conseguinte, a interação do Direito como instrumento de transformação e passível de formação de uma atitude reflexiva.

4. Previa a Resolução 03/72, no seu art. 3º, que além da habilitação geral prescrita em lei, as instituições poderiam criar habilitações específicas, mediante intensificação de estudos em áreas correspondentes às matérias fixadas nesta resolução e em outras que sejam indicadas nos currículos plenos.

Por sua vez, a estudada Portaria 1.886/94, concebe, além do dissertado na última parte do artigo 4º, a obrigatoriedade do curso jurídico desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, interligadas, segundo programação e distribuição aprovadas pela própria Instituição de Ensino Superior, de forma a atender às necessidades de formação fundamental, sócio-política, técnico-jurídica e prática do bacharel em direito (art. 3º).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



Há a necessidade de munir a comunidade acadêmica de consciência e capacidade suficientes para verificar que o Direito é um objeto cultural permanentemente construído e reconstruído por um trinômio de valores, qual seja, sociedade-democracia e Direito.

5. Pode-se, ainda, apresentar outros dispositivos elencados pela Portaria N° 1.886/94, que revelam uma preocupação com o nível de desempenho e qualidade do ensino nas instituições, assim como a exigência de um acervo bibliográfico atualizado e suficiente à atender a necessidade teórico-técnica exigida nos estudos jurídicos. Observe-se que há uma grande preocupação em dar uma formação fundamental ao bacharel em direito, segundo suas vocações e as demandas sociais tanto é assim que, para conclusão do curso o aluno deverá apresentar e defender uma monografia final que contenha todos os subsídios apreciáveis pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e que possam expressar as suas tendências frente à realidade profissional que se impõe.

Para bem retratar o que foi dito, vale transcrever os artigos 2º, 5º, 8º, 9º, 11, 14 e 16, todos da aludida Portaria:

Art. 2º. O curso noturno, que observará o mesmo padrão de desempenho e qualidade do curso no período diurno, terá um máximo diário de quatro horas de atividades didáticas.

Art. 5º. Cada curso jurídico manterá um acervo bibliográfico atualizado de no mínimo dez mil volumes de obras jurídicas e de referência às matérias do curso, além de periódicos de jurisprudência, doutrina e legislação.

Art. 8º. A partir do 4º ano, ou do período letivo correspondente, e observado o conteúdo mínimo previsto no art. 6º, poderá o curso concentrar-se em uma ou mais áreas de especialização, segundo suas vocações e demandas sociais e de mercado de trabalho.

Art. 9º. Para conclusão do curso, será obrigatória apresentação e defesa de monografia final, perante banca examinadora, com tema e orientador escolhido pelo aluno.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



Art. 11. As atividades do estágio supervisionado serão exclusivamente práticas, incluindo redação de peças processuais e profissionais, rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas a órgãos judiciários, prestação de serviços jurídicos e técnicas de negociações coletivas, arbitragens e conciliações, sob o controle, orientação e avaliação do núcleo de prática jurídica.

Art. 14. As instituições poderão estabelecer convênios de intercâmbio dos alunos e docentes, com aproveitamento das respectivas atividades de ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica.

Art. 16. As diretrizes curriculares desta Portaria são obrigatórias aos novos alunos matriculados a partir de 1997 nos cursos jurídicos que, no exercício de sua autonomia, poderão aplicá-las imediatamente (redação da Portaria MEC/Nº 03/96).

Finalmente, como já foi dissertado é certa a defasagem entre os currículos jurídicos e seus conteúdos, perceptível através do rápido quadro comparativo entre a moldagem curricular em vigor e as proposições inovadoras da Portaria MEC/Nº 1.886/94. Portanto, para uma real melhoria no ensino do Direito, não basta única e simplesmente uma troca de nomes de disciplinas ou simples inserções na grade curricular. O importante é que juntamente com esta ação os programas das matérias sejam revistos e acrescidos ou adaptados a esta nova mentalidade que permeia os cursos de Graduação em Direito, constantemente repisada em seminários, congressos e encontros, onde se reúnem os que realisticamente se ocupam de solucionar os impasses entre a velha academia tecnicista, que insiste em perpetuar a si mesma e os reclamos de uma sociedade ávida por competências que delineiem seus rumos, ao mesmo tempo que ancoram suas inquietações.

E mais, para uma ampla e regular mudança nos destinos dos futuros profissionais do Direito vê-se também a necessidade da contribuição do corpo docente e discente, num verdadeiro intercâmbio de questionamento e decisão atentos aos interesses comuns, a que também se insira a Universidade, no seu papel



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



controlador, mediador e provedor das políticas e ações internas, culminando em chegar ao Ministério da Educação como órgão normativo superior, fiscalizador e financiador, que ao gerir as políticas aplicadas ao ensino superior, e aqui especificamente no que concerne aos cursos jurídicos, não pode ficar impermeável à realidade, faltosa de recursos de ordem pessoal e material, sob o risco de inviabilizar todo o discurso reformista e suas justificativas, além de dessensibilizar as expectativas que as novas mentalidades fomentam, que se dirigem ao oferecimento de condições para uma sociedade mais segura, por que as sentinelas jurídicas estão aptas a cumprir seu papel.

4. PERFIL DO PROFISSIONAL QUE SE PRETENDE FORMAR

O descompasso entre o sistema educacional e as realidades econômicas e sociais foi-se tornando, ao longo dos tempos, cada vez mais agudo, mas em poucos ramos assumiu caráter mais grave que no campo do Direito.

Rebaixado da posição de primazia que ocupou durante o Império e mesmo no início da República, debate-se perplexo, o ensino de Direito, entre uma aspiração frustrada e impossível de pretender ministrar um tipo de cultura geral, para a qual não está preparado, ou converter-se de fato numa escola profissional de bom padrão, fornecendo o pessoal qualificado que os reclamos de desenvolvimento da sociedade brasileira está a exigir.

Não se abdicou, ao longo de mais de 150 anos, da prerrogativa de se formar, simplesmente, bacharéis em Direito, levados à defesa de fórmulas consagradas, à imutabilidade das estruturas, à solidariedade com os sistemas criados e ao conservadorismo. Nesse passo, é nítida a desconformidade entre o enquadramento educacional e as injunções da vida profissional.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



Entende o Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia que para uma escola de Direito viva, o mundo de hoje oferece um panorama de cujo esplendor raras gerações de juristas se beneficiou. O objetivo dos estudos jurídicos hoje se transforma continuamente. As leis sobre trabalho, as leis fiscais, as da economia dirigida, este mundo em geração que é o Direito Administrativo, tudo solicita o profissional da lei, que está no mundo de hoje como deve ter estado o geógrafo no tempo das descobertas.

O ensino jurídico deve ter presente a conveniência de preparar o aluno para entender e participar do processo de mutação das instituições jurídicas. Pela educação jurídica é que uma sociedade assegura o predomínio dos valores éticos perenes na conduta dos indivíduos e sobretudo dos órgãos do Poder Público. Pela educação jurídica é que a vida social consegue ordenar-se segundo uma hierarquia de valores e que, imprimem no comportamento social os hábitos, as reações espontâneas, os elementos coativos que orientam as atividades de todas as grandes aspirações comuns.

O modelo imposto pela RES/03/72 dirigiu-se para a profissionalização tecnicista, adequada às necessidades de trabalho, que na análise de Lyra Filho, “dão um ensino que representa a estrutura sócio-econômica sem examinar os vícios e iniquidade que nela se evidenciam”. Esse tipo de ensino aliena o estudante e paralisa o esforço de pensar o direito da independência econômica e da liberdade político-social.

Predomínio do “saber fazer”, mesmo de má forma, sobre o “pôr que fazer”, gerando profissionais sem possibilidades de exercer uma atividade criadora.

Para a realidade desse mundo em ebulição, no qual estamos vivendo, em que as mutações sociais, políticas e tecnológicas se processam numa velocidade assustadora, propõe-se o Curso de Direito da U.F.U. a formar profissionais de maior capacidade indutiva, tendentes a formular, a criar o Direito, a extraí-lo da observação do complexo social.

Para tanto, consoante a ampla reforma planejada, pretende desenvolver nos seus alunos o senso jurídico pelo exercício do raciocínio lógico e da análise crítica, em substituição à memorização de conceitos e teorias, buscando a predominância do valor ético sobre o valor técnico, a legitimação da autoridade pela sua subordinação à justiça.



Baseado na constatação irrefutável de que exigem, tanto o atual quanto o futuro mercado de trabalho, uma especialização cada vez maior, propõe-se a preparar seu corpo discente para áreas em ascensão, enfatizando a especialização e a formação prática, além da adoção de estratégias de absorção dos profissionais que formar.

5. OBJETIVOS

Os cursos jurídicos tem mais que nunca, o compromisso de formar pessoas para franca atuação na sociedade e com competência para compor seus quadros.

O mercado de trabalho oferece ricas oportunidades ao profissional de formação jurídica. A prática da advocacia se alarga hoje para abranger as assessorias junto às empresas, associações, sindicatos, organismos governamentais e não-governamentais. Os juizados especiais e juízos arbitrais como palcos inovadores a exigir novas performances dos profissionais do Direito. No que tange às carreiras públicas as oportunidades de concurso para composição dos quadros da Magistratura, Defensoria Pública, Ministério Público, Secretarias de Segurança Pública, Procuradorias, ainda são fortemente competitivas, figurando como atraentes possibilidades de realização profissional. Mas um currículo não pode ser voltado apenas para este prisma mercadológico, mesmo que seja exigente de sólido conhecimento dogmático, deve também proporcionar condições de avaliação crítica desse conhecimento.

A reformulação curricular apreende também outras profissões jurídicas como as carreiras acadêmicas de magistério e pesquisa, e esta última é prioritária para o desenvolvimento da reflexão, capacidade de observação, de análise, de novas maneiras de ver o mundo.

Portanto, a Monografia final de Curso, condição para conclusão do mesmo, é peça de fundamental importância para estimular as atividades de pesquisa e extensão, sem prejuízo da participação de seminários e de todo evento que seja veículo para a produção científica.



Com isto, tem-se que o novo currículo deve proporcionar conhecimentos jurídicos que levem o bacharel basicamente perceber:

1. a complexidade do direito e sua interdependência ante os fenômenos sociais, políticos e econômicos;
2. o direito como produto da cultura, mas vinculado a valores éticos universais;
3. o direito como expoente da autoridade mas com subordinação à justiça.

Além disso, como objetivos específicos, o currículo deve proporcionar conhecimentos jurídicos capazes de levar o bacharel especificamente perceber:

1. que o direito está em constante mutação não sendo portanto, obra pronta, espólio de culturas passadas. As efervescências políticas, sociais, econômicas e tecnológicas exigem interlocutores, intérpretes das situações de conflito e este papel é ocupado pelo profissional do direito;
2. criticamente, as limitações das instituições jurídicas, que refletem a essência multidisciplinar do direito.

6. PROPOSTA DE REFORMA

6.1 MODIFICAÇÕES NO ROL DE DISCIPLINAS

A. DISCIPLINAS EXTINTAS

	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1.	DIREITO ROMANO	90
2.	DEONTOLOGIA JURÍDICA	60

B. DISCIPLINAS INTRODUZIDAS - OBRIGATÓRIAS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38 400-086 - Uberlândia - MG.



DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA
1.	CIÊNCIA POLÍTICA	60
2.	METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA	60
3.	TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	60
4.	FILOSOFIA GERAL (COM LÓGICA MENOR)	60
5.	TEORIA GERAL DO PROCESSO	60
6.	ÉTICA GERAL	60
7.	ÉTICA PROFISSIONAL	60
8.	LABORATÓRIO JURÍDICO I, II, III e IV	300

C. DISCIPLINAS INTRODUZIDAS - OPTATIVAS

DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA
1.	DIREITOS FUNDAMENTAIS	90
2.	DIREITO ELEITORAL	90
3.	DIREITO MUNICIPAL	90
4.	DIREITO COMUNITÁRIO	90
5.	CRIMINOLOGIA	90
6.	MEDICINA LEGAL	90
7.	PSICOLOGIA JURÍDICA	90
8.	SISTEMAS PENITENCIÁRIOS	90
9.	LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	90
10.	DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	90
11.	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	90
12.	DISSÍDIO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO	90
13.	DIREITO DIFUSO	90
14.	RESPONSABILIDADE CIVIL	90
15.	DIREITO IMOBILIÁRIO	90
16.	DIREITO AGRÁRIO	90
17.	DIREITO DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE	90
18.	DIREITO ECONÔMICO	90
19.	DIREITO EMPRESARIAL	90
20.	DIREITO DO COMÉRCIO EXTERIOR	90
21.	FILOSOFIA DO DIREITO II	90
22.	TEORIA DA JUSTIÇA	90



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.

17



23.	TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA	90
24.	LÓGICA JURÍDICA	90
25.	HERMENÊUTICA JURÍDICA	90

D. DISCIPLINAS DO CURRÍCULO ATUAL QUE SOFRERAM MODIFICAÇÃO
(E⇒EMENTA ; D⇒DENOMINAÇÃO ; C⇒CARGA HORÁRIA)

	CURRÍCULO ATUAL	CH	CURRÍCULO NOVO	CH	E	D	C
	Introdução ao Estudo do Direito	150	Introdução ao Direito	120	x	x	x
	Sociologia	90	Sociologia	90	x		
	Economia Política	90	Economia Política	90	x		
	Direito do Trabalho I	90	Direito do Trabalho	120	x		
	Direito do Trabalho II	90	Direito Processual do Trabalho	120	x	x	x
	Filosofia do Direito	60	Filosofia do Direito	60	x		
	Direito Comercial I	90	Direito Comercial I	90	x		
	Direito Comercial II	90	Direito Comercial II	90	x		
	Teoria Geral do Estado	120	Teoria do Estado	90	x	x	x
	Direito Constitucional	120	Direito Constitucional	120	x		
	Direito Penal I	90	Direito Penal I	120	x		
	Direito Penal II	90	Direito Penal II	90	x		
	Economia Política	90	Economia Política	90	x		
	Direito Internacional Público	60	Direito Internacional Público	60	x		
	Direito Administrativo	90	Direito Administrativo I	90	x		x
			Direito Administrativo II	60			
	Direito Processual Civil II	90	Direito Processual Civil II	90	x		
	Direito Processual Penal I	90	Direito Processual Penal I	90	x		
	Direito Processual Penal II	90	Direito Processual Penal II	90	x		
	Direito Internacional Privado	60	Direito Internacional Privado	60	x		
	Direito Tributário	90	Direito Financeiro e Tributário	120	x	x	x
	Direito Processual Civil IV	90					
	Direito Civil II	90	Direito das Obrigações	90	x	x	
	Direito Civil III	90	Direito dos Contratos	90	x	x	
	Direito Civil IV	90	Direito das Coisas	90		x	
	Direito Civil V	120	Direito de Família, do Menor e das Sucessões	90		x	x



Prática Forense I Prática Forense II	60	Laboratório Jurídico I	60	x	x	
	60	Laboratório Jurídico II	90	x	x	
		Laboratório Jurídico III	90			
		Laboratório Jurídico IV	60			

7. JUSTIFICATIVAS

A proposta curricular apresenta apenas três novas matérias determinadas como disciplinas obrigatórias além de propor a manutenção de outras quatro já abordadas no currículo atual, mas que não constam do quadro apresentado no Art. 6º da Portaria nº 1886/94, sendo tal decisão legitimada pelo parágrafo único do Art. 6º que diz: *“As demais matérias ou novos direitos serão incluídos nas disciplinas em que se desdobrar o currículo pleno de cada curso, de acordo com suas peculiaridades e com observância de interdisciplinariedade.”*

No campo das disciplinas fundamentais propõe-se a introdução de Teoria da Constituição e Teoria Geral do Processo, e a manutenção de Teoria do Estado, nova denominação da Teoria Geral do Estado, disciplina constante do currículo atual, dada a importância destas matérias para compreensão do Direito.

Para embasar os alunos na atividade da pesquisa, principalmente em razão da obrigatoriedade da monografia, a introdução no currículo do Direito da disciplina Metodologia da Pesquisa Jurídica é fator essencial, o que justifica a proposta.

As matérias Direito Financeiro e Direito Previdenciário, não estão relacionadas no Art. 6º da Portaria reformista mas constam há longo tempo do currículo do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, sendo portanto já consagradas e justificadas por seus conteúdos, que permitem ao futuro profissional do Direito uma maior compreensão das questões de ordem pública. Portanto, Direito Previdenciário permanece no novo currículo como disciplina autônoma e Direito Financeiro integra a matéria de Direito Tributário, correspondendo a disciplina Direito Financeiro e Tributário.

Finalmente, a matéria processual trabalhista já é abordada no currículo atual, mas com denominação de Direito do Trabalho II, que evidentemente, por si,



não a situa dentro das disciplinas processuais. A proposta curricular corrige tal imperfeição ao apresentá-la como Direito Processual do Trabalho.

As disciplinas Laboratório Jurídico I a IV, mínimas de prática jurídica, correspondem ao estágio curricular obrigatório e totalizam 300 (trezentas) horas, cumprindo-se assim o que dispõe o Art. 10 da Portaria 1886/94.

Uma das maiores inovações da proposta de reforma do currículo do Curso de Direito é a criação das áreas de aprofundamento, que permitem ao aluno, no último ano, direcionar sua formação selecionando a área de sua preferência e optando por três disciplinas que totalizarão uma carga de 270 (duzentos e setenta) horas. Para isso, são oferecidas 25 (vinte e cinco) disciplinas optativas para o aluno, conforme o elenco indicado no item 6.1, alínea "C".

Pelo exposto é a seguinte a nova grade proposta para o

CURRÍCULO PLENO DO CURSO DE DIREITO DA UFU

1º ANO

Disciplinas

Carga Horária

1 - CIÊNCIA POLÍTICA	60
2 - DIREITO CIVIL (PARTE GERAL)	90
3 - ECONOMIA POLÍTICA	90
4 - INTRODUÇÃO AO DIREITO	120
5 - SOCIOLOGIA (GERAL E JURÍDICA)	90
6 - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	60
7 - TEORIA DO ESTADO	90
8 - FILOSOFIA GERAL (Com Lógica Menor)	60
9 - TEORIA GERAL DO PROCESSO	60

TOTAL

720



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 31304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



2º ANO

<u>Disciplinas</u>	<u>Carga Horária</u>
1 - DIREITO CONSTITUCIONAL	120
2 - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	90
3 - DIREITO PENAL I	120
4 - DIREITO COMERCIAL I	90
5 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	90
6 - FILOSOFIA DO DIREITO	60
7 - METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA	60
8 - LABORATÓRIO JURÍDICO I	60
TOTAL	720

3º ANO

<u>Disciplinas</u>	<u>Carga Horária</u>
1 -DIREITO DOS CONTRATOS	90
2 - DIREITO PENAL II	90
3 - DIREITO COMERCIAL II	90
4 - DIREITO PROCESSUAL PENAL I	90
5 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	90
6 - DIREITO DO TRABALHO	120
7 - DIREITO ADMINISTRATIVO I	90
8 - LABORATÓRIO JURÍDICO II	90
TOTAL	750



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



4º ANO

<u>Disciplinas</u>	<u>Carga Horária</u>
1 - ÉTICA GERAL	60
2 - DIREITO DAS COISAS	90
3 - DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	90
4 - DIREITO PENAL III	60
5 - DIREITO PROCESSO PENAL II	90
6 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	90
7 - DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	120
8 - DIREITO ADMINISTRATIVO II	60
9 - LABORATÓRIO JURÍDICO III	90
TOTAL	750

5º ANO

<u>Disciplinas</u>	<u>Carga Horária</u>
1 - ÉTICA PROFISSIONAL	60
2 - DIREITO PREVIDENCIÁRIO	60
3 - DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	60
4 - DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	60
5 - DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	90
6 - LABORATÓRIO JURÍDICO IV	60
7 - DISCIPLINA SELETIVA (área de aprofundamento)	90
8 - DISCIPLINA SELETIVA (área de aprofundamento)	90
9 - DISCIPLINA SELETIVA (área de aprofundamento)	90
TOTAL	690



MONOGRAFIA

120

ÁREAS DE APROFUNDAMENTO.

A) - DIREITO PÚBLICO

Direitos Fundamentais
Direito Eleitoral
Direito Municipal
Direito Comunitário

D) - DIREITO EMPRESARIAL

Direito Econômico
Direito Empresarial
Direito do Comércio Exterior

B) - DIREITO PRIVADO

Direito Difuso
Responsabilidade Civil
Direito Imobiliário
Direito Agrário
Direito dos Contratos em Espécie

E) - DIREITO TRABALHISTA

Direito Individual do Trabalho
Direito Coletivo do Trabalho
Dissídio Individual e Coletivo
do trabalho

C) - DIREITO PENAL

Criminologia
Medicina Legal
Psicologia Jurídica
Sistemas Penitenciários
Legislação Penal Especial

F) - FILOSOFIA DO DIREITO

Filosofia do Direito II
Teoria da Justiça
Teoria da Argumentação Jurídica
Lógica Jurídica
Hermenêutica Jurídica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



8. QUADRO DEMONSTRATIVO DE DESDOBRAMENTO DAS MATÉRIAS DO CURRÍCULO MÍNIMO E COMPLEMENTARES DO CURSO DE DIREITO DA UFU.

MATÉRIAS	DISCIPLINAS DESDOBRADAS	C. H.	TIPO	ANO
Matérias de Fundamentação				
1. Introdução ao Direito	- Introdução ao Direito	120	Obrig.	1º
2. Filosofia	- Filosofia Geral (com lógica menor)	60	Obrig.	1º
	- Filosofia do Direito	60	Obrig.	2º
	- Ética Geral	60	Obrig.	4º
	- Ética Profissional (com Estatuto da Advocacia e da OAB)	60	Obrig.	5º
3. Sociologia	- Sociologia: Geral e Jurídica (com Análise de Problemas Brasileiros)	90	Obrig.	1º
4. Economia	- Economia Política (com Análise de Problemas Brasileiros)	90	Obrig.	1º
5. Ciência Política	- Ciência Política	60	Obrig.	1º
	- Teoria do Estado	90	Obrig.	1º
6. Metodologia da Pesquisa Jurídica	- Metodologia da Pesquisa Jurídica	60	Obrig.	2º
7. Teoria da Constituição	- Teoria da Constituição	60	Obrig.	1º
8. Teoria Geral do Processo	- Teoria Geral do Processo	60	Obrig.	1º
	SUBTOTAL	870		



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.

24



Matérias Profissionalizantes	DISCIPLINAS DESDOBRADAS	C.H.	TIPO	ANO
1. Dir. Constitucional	- Dir. Constitucional	120	Obrig.	2º
2. Direito Civil	- Direito Civil (Parte Geral)	90	Obrig.	1º
	- Direito das Obrigações	90	Obrig.	2º
	- Direito dos Contratos	90	Obrig.	3º
	- Direito das Coisas	90	Obrig.	4º
	- Direito de Família e Sucessões	90	Obrig.	4º
3. Dir. Administrativo	- Direito Administrativo I	90	Obrig.	3º
	- Direito Administrativo II	60	Obrig.	4º
4. Dir. Financeiro e Tributário	- Direito Financeiro e Tributário	120	Obrig.	5º
5. Direito Penal	- Direito Penal I	120	Obrig.	2º
	- Direito Penal II	90	Obrig.	3º
	- Direito Penal III	60	Obrig.	4º
6. Dir. Processual Civil	- Direito Processual Civil I	90	Obrig.	2º
	- Direito Processual Civil II	90	Obrig.	3º
	- Direito Processual Civil III	90	Obrig.	4º
7. Dir. Processual Penal	- Direito Processual Penal I	90	Obrig.	3º
	- Direito Processual Penal II	90	Obrig.	4º
8. Direito do Trabalho	- Direito do Trabalho	120	Obrig.	3º
	- Direito Processual do Trabalho	120	Obrig.	4º
9. Direito Comercial	- Direito Comercial I	90	Obrig.	2º
	- Direito Comercial II	90	Obrig.	3º
10. Dir. Internacional	- Direito Internacional Público	60	Obrig.	5º
	- Direito Internacional Privado	60	Obrig.	5º
11. Dir. Previdenciário	- Direito Previdenciário	60	Obrig.	5º
	SUBTOTAL	2160		
ESTÁGIO				
Estágio de Prática Jurídica Supervisionado	- Laboratório Jurídico I	60	Obrig.	2º
	- Laboratório Jurídico II	90	Obrig.	3º
	- Laboratório Jurídico III	90	Obrig.	4º
	- Laboratório Jurídico IV	60	Obrig.	5º
	SUBTOTAL	300		



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



ÁREAS DE APROFUNDAMENTO	DISCIPLINAS DESDOBRADAS	C.H.	TIPO	ANO
1. Direito Público	- Direitos Fundamentais	90	Optat.	5º
	- Direito Eleitoral	90	Optat.	5º
	- Direito Municipal	90	Optat.	5º
	- Direito Comunitário	90	Optat.	5º
2. Direito Penal	- Criminologia	90	Optat.	5º
	- Medicina Legal	90	Optat.	5º
	- Psicologia Jurídica	90	Optat.	5º
	- Sistemas Penitenciários	90	Optat.	5º
	- Legislação Penal Especial	90	Optat.	5º
3. Direito Trabalhista	- Direito Individual do Trabalho	90	Optat.	5º
	- Direito Coletivo do Trabalho	90	Optat.	5º
	- Dir. Individual e Coletivo do Trab.	90	Optat.	5º
4. Direito Privado	- Direito Difuso	90	Optat.	5º
	- Responsabilidade Civil	90	Optat.	5º
	- Direito Imobiliário	90	Optat.	5º
	- Direito Agrário	90	Optat.	5º
	- Dir. dos Contratos em Espécie	90	Optat.	5º
5. Direito Empresarial	- Direito Econômico	90	Optat.	5º
	- Direito Empresarial	90	Optat.	5º
	- Direito do Comércio Exterior	90	Optat.	5º
6. Filosofia do Direito	- Filosofia do Direito II	90	Optat.	5º
	- Teoria da Justiça	90	Optat.	5º
	- Teoria da Argumentação Jurídica	90	Optat.	5º
	- Lógica Jurídica	90	Optat.	5º
	- Hermenêutica Jurídica	90	Optat.	5º
O ALUNO DEVE OPTAR POR TRÊS (03) DISCIPLINAS ENTRE AS ÁREAS DE APROFUNDAMENTO				
	SUBTOTAL	270		

ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ARTIGO 4º. DA PORTARIA MEC 1886/94)	DESDOBRAMENTO	C.H.	TIPO	ANO
		200	Obrig.	
	Atividades de Ensino			1º
	Atividades de Pesquisa			ao
	Atividades de Extensão			5º
	SUBTOTAL	200		
OBSERVAÇÕES: - Currículo Pleno para alunos ingressantes a partir de 1997. - Carga Horária total de integralização do curso: 3800 horas. - Tempo mínimo para integralização do curso: 5 (cinco) anos. - Tempo máximo para integralização do curso: 8 (oito) anos. - Para conclusão do curso é obrigatória a apresentação e defesa de monografia final, perante banca examinadora, com tema e orientador escolhidos pelo aluno. - As atividades complementares extracurriculares, previstas no art. 4º. da Portaria MEC/1886/94, serão realizadas no decorrer do Curso, com registro no Histórico Escolar do aluno.				



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



9. DESDOBRAMENTO DO CURRÍCULO CONFORME A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

O currículo proposto terá a carga horária de 3800 (três mil e oitocentas) horas a ser distribuídas em 5 (cinco) anos, assim distribuídas:

- A. 31 (trinta e uma) disciplinas obrigatórias desdobradas do currículo mínimo com o total de 2580 (duas mil quinhentas e oitenta) horas em conformidade com o Art. 6º da Portaria 1886/94;
- B. 6 (seis) disciplinas obrigatórias determinadas, com o total de 450 (quatrocentas e cinquenta) horas em conformidade com o Parágrafo Único do Art. 6ª da Portaria 1886/94;
- C. 4 (quatro) disciplinas práticas obrigatórias, com o total de 300 (trezentas) horas, em conformidade com o Art. 10 da Portaria 1886/94;
- D. 3 (três) disciplinas optativas, selecionadas das áreas de aprofundamento com um total de 270 (duzentas e setenta) horas;
- E. 200 (duzentas) horas destinadas às Atividades Complementares, constituídas de Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, em conformidade com o Art. 4º da Portaria 1886/94.

A Monografia obrigatória em conformidade com o Art. 9º da Portaria nº. 1886/94, NÃO corresponde a disciplina, portanto não consta da carga horária para integralização curricular.

A obrigatoriedade da prática de Educação Física é excluída, em conformidade com a RES/CONSEP/Nº. 01/97.

**10. QUADRO DE EQUIVALÊNCIA**

CURRÍCULO EM VIGOR (RES/MEC/03/72)			CH	CURRÍCULO NOVO (PORTARIA/MEC/1886/94)		CH
CÓD.	CURRÍCULO ATUAL	CH	CÓD.	CURRÍCULO NOVO	CH	
DTA01	Direito Civil	90		Direito Civil	90	
DTA02	Introdução ao Estudo do Direito	150		Introdução ao Direito	120	
				Filosofia Geral	60	
DTA03	Teoria do Estado	120		Teoria do Estado	90	
				Ciência Política	60	
DTA04	Direito Romano *	90				
DTA05	Economia Política	90		Economia Política	90	
DTA06	Sociologia	60		Sociologia (Geral e Jurídica)	90	
DTA07	Direito Civil II	90		Direito das Obrigações	90	
DTA08	Direito Penal I	90		Direito Penal I	120	
DTA09	Direito Processual Civil I	90		Direito Processual Civil I	90	
				Teoria Geral do Processo	60	
DTA10	Direito Comercial I	90		Direito Comercial I	90	
DTA11	Direito Financeiro	60		Direito Financeiro e Tributário	120	
DTA12	Direito Constitucional	120		Direito Constitucional	120	
DTA14	Direito Civil III	90		Direito dos Contratos	90	
DTA15	Direito Penal II	90		Direito Penal II	90	
DTA16	Direito Processual Civil II	90		Direito Processual Civil II	90	
				Direito Processual Civil III	90	
DTA17	Direito Tributário	90		Direito Financeiro e Tributário	120	
DTA18	Direito Comercial II	90		Direito Comercial II	90	
DTA19	Direito Internacional Público	60		Direito Internacional Público	60	
DTA20	Direito do Trabalho I	90		Direito do Trabalho	120	
DTA21	Direito Civil IV	90		Direito das Coisas	90	
DTA22	Direito Penal III	60		Direito Penal III	60	
DTA23	Direito Processual Civil III	90		Direito Processual Civil III	90	
				Direito Processual Civil IV	90	
DTA24	Direito Processual Penal I	90		Direito Processual Penal I	90	
DTA25	Direito Previdenciário	60		Direito Previdenciário	90	
DTA26	Filosofia do Direito	60		Filosofia do Direito	60	
DTA27	Direito Agrário	60				
DTA28	Direito do Trabalho II	90		Direito Processual do Trabalho	120	
DTA29	Prática Forense I	60		Laboratório Jurídico I	60	
DTA30	Direito Civil V	90		Direito da Família e Sucessões	90	
DTA31	Direito Processual Civil IV	90		Direito Processual Civil II	90	
				Direito Processual Civil III	90	



DTA32	Direito Processual Penal II	90		Direito Processual Penal II	90
DTA33	Direito Administrativo	90		Direito Administrativo I	90
				Direito Administrativo II	60
DTA34	Direito Internacional Privado	60		Direito Internacional Privado	60
DTA35	Medicina Legal	90			
DTA36	Deontologia Jurídica	60		Ética Profissional	60
DTA37	Prática Forense II	60		Laboratório Jurídico IV	60
DTA42	Análise dos Problemas Brasileiros	30			

* Disciplina sem equivalência, devendo a mesma ser oferecida em turma especial, caso seja necessário

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA E ADAPTAÇÃO AO NOVO CURRÍCULO PARA OS ALUNOS INGRESSANTES EM 1997

CÓD.	DISCIPLINAS	CH	CÓD.	DISCIPLINAS	CH
1º. ANO/97			1º. ANO/98		
DTA44	Ciência Política	60	DTA01	Ciência Política	60
DTA45	Direito Civil (Parte Geral)	90	DTA02	Direito Civil (Parte Geral)	90
DTA46	Metodologia Pesquisa Científica	60	DTA03	Economia Política *	90
DTA47	Introdução ao Estudo do Direito	120	DTA04	Introdução ao Direito	120
DTA48	Sociologia (Geral e Jurídica)	90	DTA05	Sociologia (Geral e Jurídica)	90
DTA49	Teoria da Constituição	60	DTA05	Teoria da Constituição	60
DTA50	Teoria do Estado	90	DTA07	Teoria do Estado	90
			DTA08	Filosofia Geral (com lógica menor) **	60
			DTA09	Teoria Geral do Processo ***	60
2º. ANO/98					
DTA10	Direito Constitucional	120			
DTA11	Direito das Obrigações	90			
DTA12	Direito Penal I	90 120			
DTA13	Direito Comercial I	90			
DTA14	Direito Processual Civil I	90			
DTA15	Filosofia do Direito	60			
DTA16	Metodologia Pesquisa Jurídica ****	60			
DTA17	Direito Laboratório Jurídico I	60		LABORATÓRIO JURÍDICO I	

* Disciplina a ser oferecida em horário especial para os alunos ingressantes em 1997.

** Disciplina a ser oferecida em horário especial para os alunos ingressantes em 1997.

*** Disciplina a ser oferecida em horário especial para os alunos ingressantes em 1997.

**** A disciplina equivale a DTA46, mas com nova denominação, mantendo a ementa e carga horária; portanto, os alunos ingressantes em 1997 estão dispensados de cursá-la.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



11. O NOVO CURSO DE DIREITO

Prazo de integralização curricular: a Portaria 1886/94 estabelece em seu Art. 1º, o prazo mínimo de 5 (cinco) e máximo de 8 (oito) anos, para integralização das 3300 (três mil e trezentas) horas mínimas de atividades.

A proposta do novo currículo do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia prevê 3800 (três mil e oitocentas) horas, com o tempo mínimo de integralização de 5 (CINCO) ANOS e o máximo de 8 OITO ANOS. Para que tal prazo possa ser cumprido, exige-se profunda alteração quanto à historicidade do Curso de Direito, pois a partir de agora, as aulas da Graduação também ocuparão os dias de sábado, apesar do incômodo que tal medida possa trazer ao aluno trabalhador. Sobressai como justificativa, a determinação trazida pelo Art. 2º da Portaria 1886/94 quando diz: *“o curso noturno, que observará o mesmo padrão de desempenho e qualidade do curso do período diurno, terá o máximo diário de quatro horas de atividades didáticas.”*

O estágio de prática jurídica supervisionado será obrigatório e integrante do currículo pleno com o total mínimo de 300 (trezentas) horas de atividades exclusivamente práticas, simuladas e reais, estando vedadas aulas prelecionais, sendo que as práticas simuladas serão cumpridas no Laboratório de Ensino, em espaço físico do prédio onde funciona o curso, com acompanhamento de professores orientadores, conforme Projeto em anexo.

As Atividades Complementares correspondem à parte flexível do currículo e em conformidade com o que dispõe o Art. 4º da Portaria 1886/94, desdobram-se em Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, totalizando 200 (duzentas) horas, que correspondem a 5.55% da carga horária do currículo pleno, sendo o detalhamento das mesmas previsto no Projeto em anexo, juntamente com o quadro de aproveitamento para fim de registro no Histórico Escolar.

A Monografia final é obrigatória, conforme estabelece o Art. 9º da Portaria 1886/94, não integrante da carga horária e apresenta-se como um dos mais auspiciosos incentivos para o desenvolvimento da pesquisa no Curso de Direito.

Por decisão do Colegiado do Curso, no correr do ano de 1997 será elaborado seu Regulamento, a fim de controlar a implementação do novo requisito de bacharelado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



Conforme estabelece o Art 5º da Portaria 1886/94, cada curso jurídico deve manter um acervo bibliográfico atualizado mínimo de 10.000 (dez mil) volumes de obras jurídicas e de referência às matérias do Curso, além de periódicos de jurisprudência, doutrina e legislação.

A Biblioteca do Campus Santa Mônica que assiste o Curso de Direito, contém um acervo específico de 15.929 (quinze mil novecentos e vinte e nove) volumes; 26 (vinte e seis) periódicos nacionais e 3 (três) estrangeiros, por assinatura, (dados de vinte de outubro de mil novecentos e noventa e seis). Apesar do número total corresponder à exigência legal, o acervo necessita de atualização para atender sua finalidade.

Colegiado do Curso de Direito
Uberlândia, dezembro de 1996



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



12. EMENTAS DO NOVO CURRÍCULO

A ordem seguir a concatenação por série, conforme o cronograma apresentado anteriormente.



Ficha de Disciplina

Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DECIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Introduzir o aluno nos temas fundamentais da teoria política clássica, nucleados em torno da construção do Estado moderno.

Instrumentalizar o aluno para compreender o pensamento político que acompanha a construção de uma ordem política da qual o Estado-Nação haveria de ser a realização mais completa.

Examinar teoricamente a interdependência entre teoria política e direito, a partir do estudo do pensamento e obra de alguns dos autores mais significativos, o modelo jusnaturalista/contratualista e a teoria do poder.

Refletir sobre a natureza do Estado e de suas relações com os cidadãos frente a “nova ordem mundial”.

Ementa do programa:

1. A secularização do poder.
2. O Príncipe-Estado.
3. O modelo jusnaturalista.
4. Do fundamento da soberania: o Direito Natural e as teorias do contrato.
5. Soberania e separação de poderes.
6. O Estado-Nação em questão.

Bibliografia:

- BOBBIO, N. & BOVERO, M.** *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Cap. I, pp. 13-100.
- HOBBS, Thomas.** *O Leviatã*. São Paulo: Abril, Coleção “Os Pensadores”. Caps 13-15, 17-19, 21, 26-29.
- LOCKE, John.** *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril, Coleção “Os Pensadores”. Caps. 1-3, 7-13, 15-16.
- MACPHERSON, C. B.** *A Teoria Política do Individualismo Possessivo: de Hobbes a Locke*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. (B)
- MAQUIAVEL, Nicolau.** *O Príncipe*. São Paulo: Cultrix, s/d.

Conteúdo Programático:



1. MAQUIAVEL

- A verdade efetiva das coisas e o Estado.
- Natureza humana e história.
- Anarquia X Principado e República.
- Virtù e Fortuna.
- Conquista e manutenção do poder.

2. HOBBS

- O estado de natureza: a guerra generalizada.
- Direito de natureza e lei de natureza.
- O contrato social e o poder soberano do Estado.
- O Estado, o medo e a propriedade.
- Igualdade e liberdade.

3. LOCKE

- O individualismo liberal.
- O estado de natureza e a propriedade.
- O contrato social e o consentimento.
- A sociedade civil.
- Os limites à ação do Estado.

4. ROUSSEAU

- O estado de natureza e sua degeneração.
- O estado civil e a desigualdade entre os homens.
- O contrato social e a vontade geral na República.
- A soberania popular indivisível e inalienável.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO CIVIL

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao aluno conhecimentos básicos do Direito em geral e, mais especificamente, do Direito Civil e da estrutura do Código Civil, dando-lhe uma visão genérica que lhe permita a compreensão do conteúdo da disciplina, oferecendo-lhe consistente conhecimento da Parte Geral do Código Civil, como fator indispensável ao aprendizado do Direito Civil.

1. Ementa do programa:

1. Introdução
2. Das Pessoas
3. Do Domicílio
4. Dos Bens
5. Dos Fatos Jurídicos
6. Dos Atos Jurídicos
7. Dos Atos Ilícitos
8. Da Prescrição

Bibliografia:

- CASILLO, João. *O Erro como Vício da Vontade*. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.
- DANTAS, San Tiago. *Programa de Direito Civil - Parte Geral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Rio, 1945.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 1º Vol. Teoria Geral do Direito Civil. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- _____. *Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- _____. *Responsabilidade Civil*. Vol. 7. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- FRANÇA, R. Limongi. *Princípios Gerais de Direito*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 1971.

- LEITE, Armando Roberto Holanda. *Dos Fatos e Atos Jurídicos*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1980.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil - Parte Geral*. Vol. I. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- MONTENEGRO, Antônio Lindbergh C. *Responsabilidade Civil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Anaconda Cultural Edições Ltda., 1986.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil - Parte Geral*. Vol. I. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil - Parte Geral*. Vol. I. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- SILVA, Enio Morais da. *Considerações Críticas Sobre o Novo Bem de Família*. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 1993.
- STOCO, Rui. *Responsabilidade Civil e Sua Interpretação Jurisprudencial*. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil - Introdução ao Direito Romano*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- VIANA, Marco Aurélio S. *Curso de Direito Civil - Parte Geral*. Vol. I. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO

- Noções básicas de Direito.
- Conceito de Direito.
- Direito Objetivo e Direito Subjetivo.
- Direito Público e Direito Privado.
- Fontes do Direito.
- A Lei.
- Da Vigência da Lei.
- Da Retroatividade da Lei.
- Da Interpretação da Lei.
- O Código Civil Brasileiro.
- Conteúdo e classificação do Direito Civil.

2. DAS PESSOAS: Conceito e classificação.

- Pessoa Natural:
 - Começo e fim da personalidade;
 - Capacidade de direito e de fato;
 - Das pessoas relativa e absolutamente incapazes;
 - Fim da minoridade;
 - Emancipação; Atos do registro civil.
- Das Pessoas Jurídicas:
 - Generalidades;
 - Natureza jurídica;
 - Classificação;
 - Pessoa jurídica de direito público e de direito privado;
 - Representação;
 - Sociedades, associações civil e fundações.

3. DO DOMICÍLIO

- Generalidades;
- Domicílio da pessoa natural;
- Pluridade e mudança de domicílio;
- Domicílio da pessoa jurídica;
- Classificação do domicílio;
- Foro de eleição.

4. DOS BENS

- Conceito de Bens.
- Noção de patrimônio.
- Classificação dos bens.
- Coisas que estão fora do comércio.
- Do Bem de Família.



5. DOS FATOS JURÍDICOS

- Conceito e definição.
- Aquisição dos direitos.
- Conservação dos direitos.
- Perdas dos direitos.

6. DOS ATOS JURÍDICOS

- Definição.
- Elementos construtivos.
- Classificação.
- Representação dos incapazes.
- Interpretação.

- Dos Defeitos:
 - Generalidades.
 - Erro ou ignorância.
 - Dolo.
 - Coação.
 - Simulação.
- Fraude contra credores.

- Das Modalidades:
 - Generalidades.
 - Elementos conceituais.
 - Condição.
 - Termo.
 - Modo ou encargo.

- Da Forma:
 - Conceito.
 - Atos formais e não formais.

• Da Prova:

- Conceito.
- Definição.
- Classificação.
- Princípios.
- Meios probatórios admitidos em direito.



• Das Nulidades:

- Definição
- Classificação.
- Ratificação da nulidade relativa.
- Obrigações contraídas por menores.

7. DOS ATOS ILÍCITOS

- Conceito.
- Definição.
- Elementos constitutivos.
- Exclusão da ilicitude.
- Abuso de direito.

8. DA PRESCRIÇÃO

- Conceito.
- Definição.
- Generalidades.
- Espécies.
- Decadência.
- Perempção.
- Preclusão.
- Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas.
- Dos prazos prescricionais.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: ECONOMIA POLÍTICA

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEECO

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

- Propiciar ao aluno condições de entender os processos básicos do funcionamento de uma economia capitalista, entre as quais a brasileira;
- Propiciar ao aluno condições para compreender e utilizar indicadores de riqueza econômica;
- Propiciar ao aluno a compreensão das relações entre dinâmica econômica, consumo, pobreza e cidadania;
- Propiciar ao aluno compreensão básica sobre relações econômicas entre países.

Ementa do programa:

A economia política clássica, origens e desenvolvimento. A crítica à economia política clássica. O excedente econômico. A economia capitalista. Indicadores de riqueza econômica. Economia e cidadania. As relações econômicas entre países. Formulações sobre o subdesenvolvimento.

Bibliografia:

- BASTOS, Vânia L. *Para entender a economia capitalista - noções introdutórias*. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Forense Universitária, 1989.
- BASTOS, Vânia L. & SILVA, Maria Luíza F. *Para entender as economias do Terceiro Mundo*. Brasília: Editora da UnB, 1995.
- CANCLINI, Néstor G. *Consumidores y Ciudadanos - conflictos multiculturales de la globalización*. México DF: Editorial Grijalbo, 1995.
- COUTINHO, Maurício C. *Lições de Economia Política Clássica*. São Paulo/Campinas: Ed. HUCITEC/Ed. da UNICAMP, 1993.
- MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

Conteúdo Programático:



UNIDADE I

- Adam Smith e a economia política clássica.
- Karl Marx e a crítica à economia política clássica.

UNIDADE II

- O excedente econômico.
- A economia capitalista, origens.
- A repartição do produto na economia capitalista.
- Os preços de mercado

UNIDADE III

- Indicadores de riqueza econômica.
- Produto bruto e produto líquido.
- A produção como renda e despesa.
- Limitações do conceito de PIB.

UNIDADE IV

- Relações econômicas entre países.
- Taxa de câmbio e balanço de pagamentos.

UNIDADE V

- A distribuição da renda.
- Dinâmica do crescimento econômico.
- Instabilidade da renda na economia capitalista.
- Formulações sobre o subdesenvolvimento.

DATA / /

DATA / /


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Plano de Ensino

Disciplina: INTRODUÇÃO AO DIREITO

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

120

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Definir o objetivo da Ciência Jurídica e levar o aluno a conceituar os elementos essenciais para a compreensão do Direito como um todo, bem como das diversas áreas que o compõem, interrelacionando-o com outras ciências, dando-lhe ainda noções de elaboração, interpretação e aplicação das normas jurídicas.

Desenvolver no aluno o espírito crítico que deve nortear todo aprendizado.

Ementa do programa:

1. A sociedade, o Direito e a ordem jurídica.
2. História do Direito
3. O Direito como valor
4. Teoria do Direito
5. Norma jurídica
6. Hermenêutica jurídica
7. Relação jurídica
8. Fundamentos do Direito

Bibliografia básica:

ALTAVILA, Jayme de . Origem dos Direitos dos Povos. 5ª ed. São Paulo: Cone Editora, 1989.

DAVID, René. Os grandes Sistemas do Direito. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 7ª.ed. atual. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito - Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas, 1988.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. A Ciência do Direito. São Paulo: Atlas, 1991.

- FERREIRA FILHO**, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- GILISSEN**, John. Introdução Histórica ao Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- GUSMÃO**, Paulo Dourado de. Introdução à Ciência do Direito. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- KELSEN**, Hans. Teoria Pura do Direito. 4ª ed. Trad. de João Batista Machado. Coimbra: Amado Editor Sucessos, 1976.
- MATTA**, Emmanuel. O Realismo da Teoria Pura do Direito. Belo Horizonte: Nova Aurora Edições Ltda, 1994.
- MAXIMILIANO**, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- MONTORO**, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. 12ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.
- NADER**, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- PAUPÉRIO**, Artur Machado. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1969. (a 7ª ed. foi publicada sob o título "Introdução ao Estudo do Direito")
- _____. Introdução ao Estudo do Direito. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986
- POUD**, Roscoe. The nature of law. Vol. II Jurisprudence. St. Paul: Minn, 1959.
- REALE**, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- REALE**, Miguel. Fundamentos do Direito. 2ª ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, Universidade de São Paulo, 1972.
- REALE**, Miguel. Teoria Tridimensional do Direito. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1986.
- WARAT**, Luis Alberto. O Direito e sua Linguagem. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1984.



Conteúdo Programático:



1 - A SOCIEDADE, O DIREITO E A ORDEM JURÍDICA

- Introdução à Ciência do Direito e o Currículo Jurídico. Importância e caráter propedêutico da disciplina.
- Direito e Sociedade. Natureza e Cultura. O Direito no mundo da Cultura. Linguagem do Direito. Leis físico-matemáticas e Leis culturais.
- Conceito de Direito. Sua estrutura tridimensional. Metodologia da Ciência do Direito.
- O Direito como Fato Social. Instituições e Ordem Jurídica.

2 - HISTÓRIA DO DIREITO

- Evolução do Direito Positivo.
- Evolução dos Institutos Jurídicos Fundamentais.
- Sistema Jurídico Brasileiro. Formação e Evolução.
- Evolução dos Regimes Políticos.

3 - O DIREITO COMO VALOR

- O sentido axiológico do Direito. O mundo ético. Direito e Moral.
- O Direito como justo. Conceito de Justiça. Espécies de Justiça. Significação de Justiça para o Direito.
- Equidade. Direito Natural.

4 - TEORIA DO DIREITO

- Direito. Definição e elementos. Direito Positivo e Direito Natural. Lícito e Ilícito. Validade, Vigência, Eficácia e Legitimidade.
- Direito Comum e Particular. Direito Geral, Especial e Excepcional. Direito Singular e Uniforme. Privilégio. Direito Coercitivo e Coação.
 - Sanção e Coação.
- O Direito como faculdade. Direito Subjetivo. Conceito, elementos e classificação. Pessoa Física e Pessoa Jurídica. Fontes do Direito. Fontes materiais e fontes formais. Matéria das regras de Direito. Fontes estatais, infra e supra estatais do Direito. Direito Romanístico e Common Law. Do costume ao primado da Lei ou do precedente judicial. Experiência jurídica e Direito Objetivo.

5 - NORMA JURÍDICA

- Conceito de Lei e Norma Jurídica.
- Estrutura e validade da Norma Jurídica. Caracteres.
- Destinatário da norma jurídica.
- Norma Fundamental, Norma Secundária e Derivada.
- Elaboração da Norma Jurídica. Técnica Jurídica e Técnica Legislativa.

6 - HERMENÊUTICA JURÍDICA

- Hermenêutica e Interpretação. Conceito. Definição. Métodos de interpretação e resultados. Escolas de Interpretação.
- Aplicação do Direito. Eficácia da Lei no tempo e no espaço. Conflito Internacional de normas.
- Lacunas da Lei.
- Integração da Norma Jurídica. Analogia. Costumes. Equidade.
- Princípios Gerais do Direito. Direito Comparado. Direito Natural. Brocardos Jurídicos.



7 - RELAÇÃO JURÍDICA

- Conceito. Definição. Classificação. Tutela das relações jurídicas.
- Fato Jurídico. Ato Jurídico. Negócio Jurídico. Conceito. Definição. Diferenças. Elementos do Ato Jurídico. Personalidade e Capacidade.
- Agente, objeto, forma e classificação dos atos jurídicos. Modalidades do ato jurídico. Prova e Publicidade dos atos jurídicos. Defeitos e Nulidade dos atos.
- Situações Subjetivas e Direito Subjetivo. Teorias, classificação, aquisição, modificação e extinção de direitos.
- Ato Ilícito, conceito e elementos integrantes. Culpa. Teorias. Responsabilidade Civil e Responsabilidade Criminal.

8 - FUNDAMENTOS DO DIREITO

- Perspectivas Gerais. Direções do Pensamento Jurídico.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: SOCIOLOGIA (GERAL E JURÍDICA)

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

CIÊNCIAS SOCIAIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Pré-requisitos:

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Introduzir o(a) aluno(a) aos conceitos básicos de sociologia. Propiciar a compreensão científica da vida em sociedade, através do pensamento social.

Instrumentalizar o(a) aluno(a) para conhecer a sociedade contemporânea e desenvolver uma visão crítica com respeito a sua prática profissional.

Examinar teoricamente a interdependência recíproca entre sociologia e direito, frente à complexidade da sociedade contemporânea.

Refletir sobre a relação direito e processos de manutenção e mudança da ordem social, procurando destacar os desdobramentos sociais e jurídicos para o Brasil.

Ementa do programa:

1. A Sociologia como ciência.
2. O problema sociológico do consenso social.
3. Teoria materialista do social.
4. A sociologia compreensiva.
5. Sociologia jurídica.
6. O Direito e os processos de manutenção e mudança da ordem social.

Bibliografia:

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ARRUDA, E.L. *Introdução à sociologia jurídica alternativa*. São Paulo: Acadêmica, 1993.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juizes*. São Paulo: Saraiva, 1996.

DURKHEIN, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa, ed. 70, 1980.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

EHRlich, Eugen. *Fundamentos da sociologia do direito*. Brasília: UnB, 1986.

FARIA, J.E. *A crise do direito numa sociedade em mudança*. Brasília: UnB, 1988.



- GIDDENS, Antony. *Capitalismo e moderna teoria social*.
- HARVEY, D. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LIMA, J.M. Cunha. *Política e criminologia*. São Paulo: Ibrasa, 1974.
- LÖWY, M. *Ideologia e ciência social. Elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez Ed. , 1988.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1993.
- MACHADO NETO, A.L. *Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PIMENTEL, Manoel Pedro. *O crime e a pena na atualidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- POPPER, K. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: UnB, 1992.
- REIS, Fábio W. *O Tabelaõ e a Lupa*. RCBS, 16 jun. 1991.
- ROSA, M.F.A. *Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SOUTO, C. & FALCÃO, J. *Sociologia e Direito*. São Paulo: Pioneira.
- TIGAR, M. & LEVY, M. *O direito e a ascensão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WEBER, M. *História Geral da Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Conteúdo Programático:



1. CIÊNCIAS SOCIAIS E OBJETIVIDADE

- Especificação e compreensão.
- Explicação e compreensão.

2. O PROBLEMA DO CONSENSO SOCIAL

- O fato social.
- A divisão do trabalho e os tipos de solidariedade.
- Anomia.

3. A SOCIOLOGIA COMPREENSIVA

- A natureza da ação social.
- Categorias básicas de organização social.
- Ética Protestante e o espírito do capitalismo.
- Os três tipos puros de dominação.

4. A TEORIA MATERIALISTA DO SOCIAL

- O Capital como relação social.
- Alienação e Fetichismo.
- Análise teórico-crítica da sociedade contemporânea.

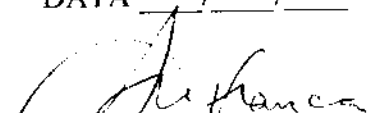
5. AS INTERSEÇÕES ENTRE A SOCIOLOGIA E O DIREITO

- Relações Sociais e Direito:
As formas jurídicas na Grécia antiga, na Idade Média, na sociedade capitalista.

6. A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO NOS PROCESSOS DE MANUTENÇÃO E MUDANÇA DA ORDEM SOCIAL

- O direito como fato social.
- O direito em face dos conflitos sociais.
- O judiciário nas sociedades em mudança.
- Ideologia e Direito: o exercício do poder burguês.
- A Sociologia jurídica alternativa.

DATA / /


COORDENADOR DE CURSO

DATA / /

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Propiciar ao aluno não só a compreensão da Constituição enquanto norma fundamental estruturante de todo ordenamento jurídico, mas também apresentar a ele a especificidade dos métodos de hermenêutica constitucionais, bem como propiciar a ele uma visão histórico-conjuntural do movimento Constitucionalista do mundo ocidental, e suas repercussões na tradição jurídica brasileira.

Ementa do programa:

1. Conceito de Constituição.
2. Constitucionalismo.
3. Constituições Brasileiras.
4. Hermenêutica Constitucional.
5. Teoria da Norma Constitucional.

Bibliografia:

- ALEXY, Robert. *Theorie der Grundrechte (Teoria de los Derechos Fundamentales)*. Versión castellana: Ernesto Garzón Valdés. Ed. Centro de Estudios Constitucionales. Madrid, 1993.
- ANDRADA, José Bonifácio Borges de. *Direito à Vida*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Vol. 670. 1991. p.377-379.
- ANDRADE, Léo Rosa de. *Liberdade Privada e Ideologia*. São Paulo: Editora Acadêmica. 1993.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A Proteção Constitucional da Própria Imagem*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- _____. *A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1994.
- ATALIBA, Geraldo. *Elementos de Direito Tributário*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978.

_____. *Hipótese de Incidência Tributária*. 5ª. ed. São Paulo: Editora

- BALDASSARRE**, Antonio. *Privacy e Costituzione. L'esperienza statunitense*. Roma: Bulzoni Editore. 1974.
- BARROSO**, Luis Roberto. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas normas. Limites e Possibilidades da Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1993.
- BARTOLOMEI**, Franco. *La Dignità Umana come Concetto e Valore Costituzionale*. Torino: G. Giappichelli Editore. 1987.
- BASTOS**, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 14ª. ed. Saraiva. São Paulo, 1992.
- BEIGNEUR**, Bernard. *Le Droit de la Personnalité*. Paris. Presses Universitaires de France. 1992.
- BITTAR**, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*. São Paulo: Forense Universitária. 1989.
- BLOMM**, Alan. *O Declínio da Cultura Ocidental. Da crise da Universidade à crise da Sociedade*. São Paulo, Editora Best Seller. 1989.
- BOBBIO**, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. 2ª. ed. Trad. Bras. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BONAVIDES**, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo, Malheiros. 1993.
- BREUVART**, Jean-Marie. *Le Concept Philosophique de la Dignité Humaine*. Le Supplément - Revue D'Éthique et Théologie Morale. Paris, N° 191, décembre, 1994.
- BURDEAU**, George. *Les Libertés Publiques*. 4ª. éd. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- CAMPAHOLE**, Adriano. *Constituições do Brasil*. São Paulo. Atlas. 9ª. ed. 1986.
- CABRILLAC**, Rémy et alli. *Droits et Libertés Fondamentaux*. Paris. Dalloz. 1994.
- CALLEJÓN**, Maria Luisa Balaguer. *El Derecho Fundamental Al Honor*. Madrid. Editorial Tecnos. 1992.
- CAMPOAMOR**, Alfonso Fdez Miranda. *El Secreto Profesional de los Informadores*. Madrid. Editorial Tecnos. 1990.
- CANETTI**, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Ed. Comp. das Letras. 1995.
- CANOTILHO**, J.J. Gomes. *Tópicos de um Curso de Mestrado sobre Direitos Fundamentais, Procedimento, Processo e Organização*. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Vol LXVI. 1990.
- CANOTILHO**, J.J. Gomes. *Direito Constitucional*. 5ª. ed. Coimbra: Almedina, 1992.
- CARRIO**, Genaro R. *Notas sobre Derecho y Lenguaje*. Buenos Aires: Ed. Abeledo-Perrot. 1973.
- CARVALHO**, Paulo de Barros. *Curso de lógica jurídica*. São Paulo. fac-símile, PUC-SP.
- CHAUI**, Marilena de Souza. *Direito Natural e Direito Civil em Hobbes e Espinosa*. Rev. Crítica do Direito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. n° 1. 1980.
- CHAVES**, Antônio. *Direito à Vida e ao Próprio corpo (intersexualidade, transexualidade, transplantes)*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 2ª. ed. 1994.
- CIFUENTES**, Santos. *Los Derechos Personalísimos*. Buenos Aires: Lener Editores, 1974.
- CLÉVE**, Clémerson Merlin. *Temas de Direito Constitucional*. São Paulo: Acadêmica. 1993.
- COMPARATO**, Fábio Konder. *Liberdades Formais e Liberdades Reais*. In Para Viver a Democracia. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

- COMPARATO**, Fábio Konder. *Função Social do Jurista no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Vol. 670. 1991. p. 07-13.
- COSTA JR**, Paulo José da. *O Direito de estar só, tutela penal da intimidade*. 2ª. ed. Editora Revista dos Tribunais. 1995.
- CUPIS**, Adriano de. *Os Direitos da Personalidade*. Trad. de Adriano Vera Jardim e Antonio Caeiro. Lisboa. Livraria Moraes. 1961.
- DIÁRIO POPULAR**, Jornal. *Revista*. São Paulo, 03 de dezembro de 1994.
- DINIZ**, Maria Helena. *Conflito de Normas*. São Paulo. Ed. Saraiva, 1987.
- DOTTI**, René Ariel. *A Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação*. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1980.
- _____. *A Liberdade e o Direito à Intimidade*. Brasília, Revista de Informação Legislativa, nº 66, 1980. p. 125-153.
- DRAN**, Michel. *Le Controle Juridictionnel et la Garantie des Libertés Publiques*. Paris. Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- EIRAS**, Agostinho. *Segredo de Justiça e Controle de Dados Pessoais Informatizados*. Coimbra. Coimbra Editora. 1992.
- FAVOREU**, Louis & **PHILIP**, Loïc. *Les grandes décisions du Conseil constitutionnel*. Paris Dalloz. 1993.
- FERRAZ JR**, Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas. 1988.
- _____. *Sigilo de Dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado*. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. nº. 1. São Paulo. 1992. p. 77-90.
- _____. *A Teoria da Norma Jurídica - Ensaio de Pragmática da Comunicação Normativa*. Rio de Janeiro. Forense. 1986.
- FOLHA DE SÃO PAULO**. 'Ligações Perigosas': *Empresária entra com ação contra a Telesp*. São Paulo, 09 de junho de 1995. Supl. São Paulo.
- FONSECA**, Eduardo Giannetti da. *Vícios Privados, Benefícios Públicos?* 2ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- FRANCESCHELLI**, Bruno. *Il Diritto alla Riservatezza*. Napoli. Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene. 1960.
- GARCIA**, Maria. *Desobediência Civil - Direito Fundamental*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1994.
- GIANNOTTI**, Eduardo. *A Tutela Constitucional da Intimidade*. São Paulo: Forense. 1987.
- GIDDENS**, Anthony. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp Editora, 1991.
- _____. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo. Unesp Editora, 1993.
- GIOCOIA JR**, Oswaldo. *Nietzsche e a Modernidade segundo Habermas*. In IDÉIAS, Rev. do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ano I nº. 2 1994.
- GONÇALVES**, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. São Paulo, Saraiva, 1995.
- GRAU**, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação crítica)*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- GROTTI**, Dinorá Adelaide Musetti. *Inviolabilidade do Domicílio na Constituição*. São Paulo: Manheiros. 1993.
- HABERMAS**, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984





- HABERMAS**, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Trad. Bras. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro. 1989.
- HANNAH**, Arendt. *A Condição Humana*. Trad. bras. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1987.
- _____. *Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo. Imperialismo. Totalitarismo*. Trad. bras. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.
- HESSE**, Konrad. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. bras. Porto Alegre: Sergio Fabris Editores, 1991.
- _____. *La interpretación constitucional*. In *Escritos de Derecho Constitucional*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.
- JAKOBSON**, Roman. *Relações entre a Ciência da linguagem e as outras Ciências*. Lisboa: Livraria Bertrand. 1973.
- KANT**, Immanuel. *Resposta à Pergunta: O que é o Iluminismo*. In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70. 1988. p. 11-19.
- LAFER**, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos - Um Diálogo Com o Pensamento de Hannah Arendt*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LEÃO**, Emmanuel Carneiro. *O Desafio da Ética*. Revista Brasileira de Filosofia. 1993.
- LIMA**, Jesus Costa. *Comentários às súmulas do STJ*. Brasília. Ed. Brasília Jurídica. 1993.
- LINDON**, Raymond. *Les Droit de la Personnalité*. Paris: Dalloz, 1983.
- LUHMANN**, Niklas. *A Legitimação pelo procedimento*. Trad. bras. de Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.
- LUÑO**, Antonio E. Pérez. *Derechos Humanos, Estados de Derecho y Constitucion*. Madrid: Editorial Tecnos. 1991.
- _____. *Los Derechos Fundamentales*. Madrid: Tecnos. 1993.
- MARTINEZ**, Jaime Vidal. *El derecho a la intimidad en la Ley Orgánica de 5/5/1982*. Madrid, Editorial Montecorvo. 1984.
- MATTIA**, Angelo de. *Il Giudice e il Diritto al Rispetto della Vita Privata*. Bologna. Ponte Nuovo Editrice. 1976.
- MELLO**, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo, 5ª. ed. Malheiros, 1994.
- MENDES**, Gilmar Ferreira. *Colisão de direitos fundamentais: Liberdade de expressão e de comunicação e o direito à honra e à imagem*. Revista de Informação legislativa. nº. 122. Brasília. 1994. p. 297-300.
- MEYER**, Phiip. *A Ética no Jornalismo*. Trad. bras. São Paulo: Forense Universitária, 1987.
- MONREAL**, Eduardo Novoa. *Derecho a la Vida Privada Y Libertad da Información: Um conflito de derechos*. 1ª. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- NEVES**, Marcelo. *Legalismo e impunidade: Intolerância e premissividade jurídicas na América Latina - Notas para discussão no ano mundial da tolerância*. Texto apresentado ao Encontro sobre tolerância na América Latina, promovido pela UNESCO e a UFRJ, realizado no Rio de Janeiro, no período de 12 a 16 de setembro de 1994.
- OLIVEIRA**, Frederico Abrahão de. *Crimes Contra a Honra - Direito Material e Direito Formal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora. 1994.

- OLIVEIRA**, Frederico Abrahão de. *Crimes Contra a Honra - Direito Material e Direito Formal*. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 1994.
- PACE**, Alessandro. *Problematica delle libertà costituzionali*. 2ª. ed. Padova: Cedam Editores. 1990.
- PASCAL**, Blaise. *Pensamentos Políticos*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1994.
- PÁSOLINI**, Pier Paolo. *Os Jovens Infelizes. Antologia de ensaios corsários*. Trad. bras. São Paulo, Brasiliense. 1990.
- PINTO**, Paulo Mota. *O Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada*. Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra. 1993.
- RADBRUCH**, Gustav. *Filosofia do Direito*. 6ª. ed. Trad. L. Cabral de Moncada. Coimbra: Arménio Amado Editor. 1979.
- RIVERO**, Jean. *Les Libertés Publiques*. Paris. Ed. Presses Universitaires de France. 1973.
- ROBERT**, Jacques. *Droits de l'homme et libertés fondamentales*. Avec la collaboration de Jean Duffar. 5ª. édition. Paris: Ed. Montchrestien. 1994.
- ROBERT**, Jaques. *Libertés Publiques*. Paris. Éditions Montchrestien. 1971.
- ROCHE**, Jean. *Libertés Publiques*. 5ª. édition. Paris. Dalloz, 1978.
- ROMANO**, Roberto. *Conservadorismo Romântico. Origem do Totalitarismo*. São Paulo. Brasiliense, 1981. p. 98.
- _____. *A tirania do olhar*. In: O Pensamento em crise e as artimanhas do poder. São Paulo: Unesp Editora. 1988.
- SALAI FILHO**, Nagib. *Anotações à Constituição de 1988. Aspectos Fundamentais*. Rio de Janeiro. Ed. Forense. 3ª. ed. 1992.
- SENNETT**, Richard. *O Declínio do Homem Público. As Tirantias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.
- SILVA**, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1982.
- _____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 10ª. ed. São Paulo: Malheiros. 1995.
- SILVA**, Júlio Reis et alli. *Direito da informática, legislação e deontologia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- SUNDFELD**, Carlos Ari. *Fundamentos de Direito Público*. São Paulo: Malheiros. 1992.
- SZANIAWSKI**, Elimar. *Direitos de Personalidade e sua Tutela*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 1993.
- TELLES**, Vera. *Sociedade Civil, Direitos, Espaços Públicos*. Revista da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992. p. 43-53.
- TEMER**, Michel. *Elementos de Direito Constitucional*. 10ª. ed. São Paulo: Malheiros. 1993.
- TRINDADE**, Antônio Carlos Cançado. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos Fundamentos Jurídicos e Instrumentais Básicos*. São Paulo. Ed. Saraiva, 1991.



Conteúdo Programático:



1. CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO

- A apreensão do senso comum sobre o conceito de Constituição;
- As origens gregas do termo Constituição enquanto conjunto de leis;
- O conceito sociológico de Constituição proposto por Lassale;
- O conceito de Constituição semântica;
- O conceito de Constituição formal;
- O constitucionalismo simbólico.

2. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

- O Constitucionalismo americano do século XVIII;
- O Constitucionalismo ao tempo da revolução francesa;
- A teoria do Poder Constituinte;
- A contribuição do Constitucionalismo germânico;
- As Constituições liberais;
- As Constituições “sociais” do início do séc. XX;
- A teoria da descentralização dos núcleos de poder e o debate sobre o desprestígio funcional da Constituição;
- A Constituição vista sob o prisma da querela entre aqueles que defendem os ideais da modernidade (Habermas), e aqueles que defendem estar a sociedade em transição para a pós modernidade.
- A Constituição como norma fundamental estruturante de todo o ordenamento jurídico.

3. AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

- O Constitucionalismo brasileiro;
- O quadro político-social estabelecido pela Constituição do Império (1824);
- O Perfil jurídico-social implementado pela primeira Constituição republicana (1891);
- A relevância da Constituição de 1934, incorporando na tradição constitucionalista brasileira as conquistas e reivindicações dos movimentos operários e sociais;
- A Constituição de 1937 como exemplo de Constituição semântica;
- A Constituição de 1946, sua compleição democrática, suas conquistas e suas decepções;
- As Constituições do regime autoritário (1967 e 1969);
- A Constituição de 1988, sua importância na redemocratização do país.

4. TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL

- Introdução à dogmática da norma constitucional;
- A diferença entre texto e norma;
- A diferença entre norma e lei;
- A Constituição como sistema aberto de normas;
- A estrutura e a aplicabilidade da norma constitucional;
- A teoria das Constituições rígidas;
- As Constituições semi-flexíveis;
- As Constituições flexíveis.



5. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

- O posicionamento do intérprete diante da norma Constitucional;
- A Constituição e conflito de normas no espaço, a norma estrangeira e a Constituição;
- A Constituição e o conflito de norma no tempo, o princípio da recepção;
- Métodos clássicos de interpretação aplicados à interpretação constitucional. A Interpretação gramatical, histórica, sistemática e teleológica;
- Princípios de interpretação especificamente constitucional. Os princípios constitucionais como condicionantes da interpretação constitucional;
- Princípio da supremacia da Constituição;
- Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público;
- Princípio da interpretação conforme a Constituição;
- Princípio da unidade da Constituição;
- Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade;
- Princípio da efetividade.

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA DO ESTADO

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Estudar criticamente as organizações políticas com visão sócio-jurídica do Estado atual, como agente do poder institucional, responsável pela realização do bem comum, visando sobretudo, propiciar ao aluno, subsídios teóricos para a compreensão das matérias dogmáticas de Direito Público.

Ementa do programa:

1. Objeto da Teoria do Estado.
2. Origem e evolução das organizações políticas até o aparecimento do Estado.
3. O Estado como fenômeno típico do mundo ocidental.
4. Noção sociológica do Estado.
5. Noção Jurídica do Estado.
6. Teorias Justificativas do Poder do Estado.
7. Problemas do Estado Contemporâneo.

Bibliografia:

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo, Edito, 1994.AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. 13ª ed. São Paulo, Globo, 1996.BASTOS, Celso. *Curso de Teoria do Estado e Ciência Política*. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 1995.BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília, UNB, 1986.BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10ª ed. Rio de Janeiro, Malheiros, 1996._____. *Do Estado Liberal ao Estado Social*. 3ª ed. Belo Horizonte, Del Rey, 1993.DALARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 18ª ed. São Paulo, Saraiva, 1994.LEBRUN, Gerard. *O que é o Poder*. Coleção Primeiros Passos. 10ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Teoria do Poder. (Sistema de Direito Político: Estudo Juspolítico do Poder.)* 3ª ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1996.

ROCHA, Leonel Severo, org. *Teoria do Direito e do Estado.* Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris, 1994.



Conteúdo Programático:



1. TEORIA DO ESTADO: NOÇÃO. OBJETIVO. MÉTODO.

2. ORIGEM DA SOCIEDADE.

Origem natural da sociedade;
O contratualismo
Sociedade e seus elementos característicos.

- Finalidade Social:

O determinismo
As Teorias finalísticas
O bem comum.

- As Sociedades Políticas:

Diferenciação das sociedades quanto aos fins;
Sociedades de fins políticos.

- Origens e Formação do Estado:

Origem histórica;
Causa da formação de estados.

- Evolução Histórica do Estado:

O Estado antigo;
Estado Grego;
Estado Romano;
Estado Medieval;
Maquiavel e o Estado Moderno;
Estado Monárquico-Absolutista;
Revolução Francesa e a queda do Antigo Regime;
Estado Liberal.

3. ELEMENTOS ESSENCIAIS DO ESTADO

- Território: Noção, características. Funções. Limites.

- Povo: Evolução histórica da noção de povo.

Noção jurídica de povo.
Cidadania.

- Poder do Estado: características do Poder do Estado.

Poder Político e Poder Judiciário.
Soberania: histórico. Características.
Conceito Político e conceito Jurídico.

- Conceito de Estado: críticas ao conceito de Estado.

4. ESTADO. SOCIEDADE CIVIL. COMUNIDADE.

- Ordem Social e Ordem Jurídica:
Direito. Moral. Convencionalismos sociais.
A realidade social.
- O Poder Social: Características.
Teorias Anarquistas.
Teorias do Poder necessário



5. ESTADO E DIREITO

- Personalidade Jurídica do Estado.
A noção do Estado e sua personalização;
Consequências da personalização.
- Estado. Aspectos: social. Jurídico. Político.
As relações do Estado com o Direito e com a política.
- Estado e Nação: o conceito de Nação.
Sociedade e comunidade.
Distinção entre Estado e Nação.
Relações entre Estado e Nação.
- Mudanças do Estado por reforma, revolução ou golpe de estado.
Estado como ordem dinâmica.
Processos de transformação do Estado.
A Revolução.
- Estado Moderno e Democracia:
Origem do ideal democrático.
Princípios fundamentais do estado democrático.
Democracia direta. Semi-direta. Representativa.
Mecanismos democráticos: o referendo.
O plebiscito. A iniciativa. O veto popular.
O "Recall".
Representação política e mandatos.
Características do mandato político.
- Representação política:
Os partidos políticos: características e classificação dos sistemas partidários.
- O Sufrágio:
Natureza jurídica do sufrágio.
Sufrágio universal e restrito.
As restrições ao direito de sufrágio.
- Sistemas Eleitorais:
Representação majoritária e representação proporcional.
Sistemas de distritos eleitorais.



- Separação de Poderes e as Funções do Estado:
A teoria e a prática da separação de poderes.
Delegação de poderes.
O pensamento de Montesquieu.
- Formas de Governo e Regime Político:
Classificação: Monarquia e República.
- Sistemas de Governo:
Parlamentarismo e Presidencialismo.
- Tendências do Governo no Estado Contemporâneo.
Tentativas de classificação.
Racionalização de governa.
Fortalecimento democrático do Governo.
- O Estado Federal:
Origem. Características.
Crítica do Estado Federal na atualidade.

6. PODER DO ESTADO

- Teorias justificativas.
Legalidade e Legitimidade.

7. O ESTADO NA ORDEM INTERNACIONAL

- Disciplina Jurídica das relações entre estados
Organizações internacionais.
A sociedade das nações.
A organização das Nações Unidas.
- Intervenção do Estado na Sociedade.
O Estado liberal não-intervencionista.
"New Deal" e neoliberalismo.
O novo Intervencionismo.
- Estado Socialista e Capitalismo de Estado.
Origem histórica do Estado Socialista.
O Estado Socialista Soviético.
Democracias populares.
Socialismo asiático.
Socialismo Africano.
Socialismo Americano.
Capitalismo de Estado.

• Idéia Atual de Estado Democrático.

Inadequação do conceito tradicional de democracia.

Flexibilidade do estado democrático.

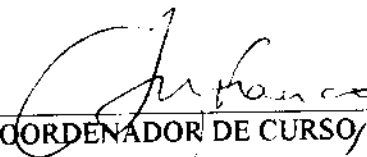
Supremacia da vontade popular.

Liberdade e igualdade do Homem social.



DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: FILOSOFIA GERAL

Código:

Ano: 1º

Curso: DIREITO

Departamento: DEFIL

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Objetivo Geral: Despertar no aluno habilidade de análise e compreensão da sociedade em que vivemos, situamo-nos e existimos.

Objetivos Específicos:

- Dominar os conteúdos básicos do programa proposto.
- Capacidade de discorrer de forma clara e concisa sobre os temas de cada unidade do programa.

Ementa do programa:

A característica básica dessa disciplina é a de ser uma visão geral dos principais temas e problemas da Filosofia.

Bibliografia:

ARANHA, M.L. de A. & MARTINS, M.H.P. *Filosofando*. São Paulo: Moderna, 1986.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática. 1994

_____. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo. Brasiliense. 1986.

COPI, I. M. *Introdução à Lógica*. São Paulo. Mestre Jou. 1973.

DESCARTES, René. *O discurso do método*. In: **Os Pensadores**.

GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

PLATÃO. *A República*. Livro VIII.

PRADO JR., Caio. *O que é filosofia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Primeiros Passos.

Conteúdo Programático:



I UNIDADE: Os problemas da Filosofia

- 1.1. O que é Filosofia?
- 1.2. A Filosofia e a relação entre ser e pensar.
- 1.3. A Filosofia e o problema mudança/estabilidade.

II UNIDADE: Filosofia e Métodos

- 2.1. O método dialético socrático-platônico.
- 2.2. A dúvida metódica.
- 2.3. O método dialético materialista.
- 2.4. O método fenomenológico.
- 2.5. O método de análise estrutural.

III UNIDADE: Filosofia e Teoria do Conhecimento

- 3.1. O fenômeno do conhecimento.
- 3.2. Teorias da verdade.
- 3.3. Pontos de referência da Teoria do Conhecimento: intuição e percepção.

IV UNIDADE: Filosofia e o tema da liberdade

- 4.1. A Teoria empirista
- 4.2. A Teoria Kantiana
- 4.3. A Teoria dialético-materialista
- 4.4. A Teoria existencialista

V UNIDADE: Lógica formal

- 5.1. O conceito de lógica.
- 5.2. Símbolos, termos e idéias.
- 5.3. Proposições ou sentenças.
- 5.4. Sistema dedutivo.
- 5.5. Tipos de silogismo.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___

COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Fornecer para o aluno, através do estudo dos princípios e das regras fundamentais do Direito Processual, uma visão unitária do processo, abordando, ao mesmo tempo, as peculiaridades diferenciadoras dos vários ramos deste instituto, contribuindo, assim, para o seu melhor aproveitamento nos estudos posteriores das disciplinas de Direito Processual.

Ementa do programa:

1. Princípios gerais de direito processual
2. Jurisdição
3. Ação
4. Processo

Bibliografia:

- ARRUDA ALVIM**, José Manoel de. *Manual de Direito Processual Civil*. Vol. I e II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- _____. *Tratado de Direito Processual Civil*. Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- ASSIS**, Jacy de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. II, Tomo II. Rio de Janeiro: Ed. Belo Horizonte, 1979.
- AZEVEDO**, Plauto Faraco de. *Crítica à Dogmática e Hermenêutica Jurídica*. Porto Alegre: Ed. Fabris, 1989.
- BANDEIRA DE MELO**, Celso Antônio. *Elementos de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1992.
- _____. *Legalidade, Motivo e Motivação do Ato Administrativo*. In: RDP 90 (1989).
- BARBI**, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. I. 7ª ed. Rio de Janeiro, 1992.
- BASTOS**, Celso Ribeiro. *A Função Jurisdicional dentro dos Poderes do Estado*. In: *O Poder Judiciário e a Nova Constituição*. Porto Alegre: Ajuris, 1985.



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO		Código:
Período: 2º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIP
Carga Horária: 60	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

A disciplina Teoria Geral do Processo terá por escopo inculcar na mente do acadêmico do Curso de Direito que o processo não é só um instrumento meramente técnico para o cumprimento formal dos preceitos jurídico-substanciais, mas sobretudo um instrumento ético de participação política, de afirmação da liberdade e preservação da igualdade entre os homens.

Assim, a análise dos conceitos e das estruturas do trinômio Jurisdição-Ação-Processo, intimamente ligada à principiologia constitucional e processual, procurará evidenciar os fundamentos do processo dentro da órbita do direito.

Ementa do programa:

1. Jurisdição
2. Ação
3. Processo

Bibliografia:

ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Manual de Direito Processual Civil*. Vol. I e II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

_____. *Tratado de Direito Processual Civil*. Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

ASSIS, Jacy de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. II, Tomo II. Rio de Janeiro: Ed. Belo Horizonte, 1979.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Crítica à Dogmática e Hermenêutica Jurídica*. Porto Alegre: Ed. Fabris, 1989.

BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. *Elementos de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1992.

_____. *Legalidade, Motivo e Motivação do Ato Administrativo*. In: RDP 90 (1989).

BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. I. 7ª ed. Rio de Janeiro, 1992.

- BASTOS, Celso Ribeiro. *A Função Jurisdicional dentro dos Poderes do Estado*. In: Judiciário e a Nova Constituição. Porto Alegre: Ajuris, 1985.
- CALMON DE PASSOS, Joaquim José. *Democracia, Participação e Processo*. In: Participação e Processo. Coordenação: Ada P. Grinover, C.R. Dinamarco e Kazuo Watanabe. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.
- CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Ed. Fabris, 1988.
- CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros, 1993.
- CINTRA, Antônio Carlos Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini & DINAMARCO, Cândido R. *Teoria Geral do Processo*. São Paulo: Malheiros, 1992.
- CRUZ, José Raimundo Gomes da. *Estudos sobre o Processo e a Constituição Federal*. São Paulo: Saraiva, 1993.
- COQUELJO COSTA, Carlos. *Princípios de Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: LRT, 1976.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.
- _____. *Execução Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- _____. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 1992.
- FARIA, José Eduardo. *Justiça e Conflito: os juizes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Federal*. São Paulo: Saraiva, 1990.
- GREGO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva, 1996.
- _____. *Tutela Constitucional das Liberdades*. São Paulo: Saraiva, 1989.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. *Novas Tendências do Direito Processual*. Rio de Janeiro, 1990.
- LIMA, Alcides de Mendonça. *Os Princípios Informativos no código de Processo Civil*. In: Revista Forense. Vol. 295.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 1996.
- NASCIMENTO, Amaury Mascaro. *Elementos de Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: LTR, 1990.
- NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- RIBEIRO, Djanira Maria Radamés de Sá. *Teoria Geral do Direito Processual Civil*. Rio de Janeiro: AIDE, 1991.
- ROSA, Eliézer. *Novo Dicionário de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.
- SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva, 1988.

- SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.
- _____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 1994.
- TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. *O Processo Civil na Nova Constituição*. In: Revista Forense. Vol. 304.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual*. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 1986.
- TUCCI, Rogério Lauria & TUCCI, José Rogério Cruz e. *Constituição de 1988 e Processo*. São Paulo: Saraiva, 1989.
- WATANABE, Kazuo. *Da Cognição no Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.



Conteúdo Programático:

1. GENERALIDADES

- Sociedade e Tutela Jurídica: os conflitos e insatisfações; a Função Estatal pacificadora; meios alternativos de Pacificação Social.
- O Processo e o Direito Processual: Denominação e Âmbito, Visão dogmática e sistemática dos vários ramos processuais.
- Evolução Histórica do Direito Processual: Processo Romano; Período das “legis actiones”; Período do Processo Formulário; Período da “extraordinária cognitio”; Processo Romano-Barbárico; Processo comum na Itália; Período dos Glosadores; Período da Jurisprudência “cultá”; o Processo Comum na Alemanha; as Ordenações; o Regulamento 737; a República e o Processo; a Reunificação do Processo.
- O Processo e as Constituições Brasileiras: análise da situação do processo judicial no âmbito das Constituições Brasileiras.
- O Processo e a Constituição Federal de 1988: exame das Garantias do Cidadão em face das Garantias Processuais Constitucionais.
- Princípios Informativos do Direito Processual: Princípio Econômico; Princípio Político; Princípio Jurídico; Princípio Lógico.
- Princípios Constitucionais do Direito Processual: Garantias Gerais; a Garantia da Coisa Julgada; os Princípios Constitucionais do Processo Penal; os Princípios Constitucionais do Processo Civil; Aplicação dos Princípios Constitucionais nos Direitos Administrativo, Tributário, Constitucional.
- Norma Processual: Objeto e Natureza jurídica; Norma Jurídica; Normas Cogentes e Dispositivas; Norma Processual e Norma Substancial.
- Fontes da Norma Processual: Competência para legislar sobre os diversos ramos do Direito Processual; Normas Processuais na Constituição federal; Outras Normas Constitucionais que versam sobre matéria Processual; Fontes Subsidiárias da Norma Processual.
- Eficácia da Lei Processual no Espaço e no Tempo: Dimensões da Norma Processual; Eficácia da Norma Processual no Espaço; Eficácia da Norma Processual no Tempo.
- Interpretação da Lei Processual: Interpretação da Lei, seus Métodos e Resultados; Interpretação e Integração; Interpretação e Integração da Lei Processual.

2. JURISDIÇÃO

- Jurisdição: Conceito; Escopo Jurídico de Atuação do Direito; Jurisdição, Legislação e Administração; Princípios Fundamentais; Extensão da Jurisdição; Poderes Inerentes à Jurisdição.
- Espécies de Jurisdição: Unidade da Jurisdição; Jurisdição Penal, Civil, Administrativa, Tributária, Trabalhista, Constitucional; Jurisdição Especial ou Comum; Jurisdição Superior ou Inferior.
- Limites da Jurisdição: Generalidades; Limites Internacionais; Limites Internacionais de Caráter Pessoal; Limites Internos.

- Poder Judiciário - Funções, Estrutura e Órgãos: Conceito; Funções do Poder Judiciário; Função Jurisdicional; Órgãos da Jurisdição.
- O Poder Judiciário e suas Garantias: a Independência do Poder Judiciário; as Garantias do Poder Judiciário como um todo; as Garantias dos Magistrados; Garantias de Independência; Impedimentos como Garantia de Imparcialidade.
- Organização Judiciária - Nacional e Estaduais: Conceito; Competência Legislativa; Conteúdo da Organização Judiciária; Magistratura; Duplo Grau de Jurisdição; Composição dos Juízos; Divisão Judiciária.
- Serviços Auxiliares da Justiça: órgãos principais e Órgãos auxiliares da Justiça; Auxiliares Permanentes e Eventuais da Justiça; Fé-Pública.
- O Advogado, o Defensor Público e o Ministério Público: Noções Gerais; Estrutura; Breve análise de suas atribuições.
- Competência: Conceito; Distribuição da Competência; Órgãos Judiciários Diferenciados; Dados referentes à Causa; Dados referentes ao Processo; Prorrogação da Competência; Causas de Prorrogação da Competência; Prorrogação da Competência e Prevenção; Conexão de causas; Continência de Causas; "Perpetuatio Jurisdictionis"; Conflito de Competência.

3. AÇÃO

- Ação e Exceção: Conceito e Natureza Jurídica; Teorias da Ação; Ação no Pólo Ativo e no Pólo Passivo da relação jurídico-processual.
- A Ação e o Sistema Processual Brasileiro: Noções Gerais; Elementos da Ação: Partes, Pedido e Causa de Pedir; Fundamento Jurídico e Fundamento Legal.
- Condições da Ação: Noções Gerais; Interesse de Agir, Legitimidade para a Causa e Possibilidade Jurídica do Pedido.
- Classificação das Ações: Noções Gerais; Ação Declaratória; Ação Constitutiva; Ação Condenatória; Ação Mandamental. Ações de Conhecimento, de Execução e Cautelar.
- Ação Declaratória: Espécies e Funções; A Ação Declaratória e seus problemas práticos - Declaratória e Violação do Direito; Declaratória e mero fato; Ação Declaratória e Reconvenção; Declaratória e Cumulação de Ações; Declaratória e Falsidade de Documento; A Ação Declaratória Incidental.

4. PROCESSO

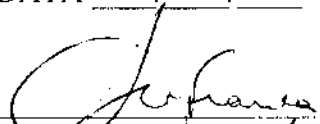
- Processo: Processo e Procedimento; Teorias sobre a Natureza Jurídica do Processo; Natureza Jurídica do Processo; Relação Jurídica Processual e Relação Material; Sujeitos da Relação Processual; Objeto da Relação Processual; Características da Relação Processual; Autonomia da Relação Processual; Início e Fim do Processo.
- Sujeitos do Processo: Generalidades; o Juiz; Autor e Réu; Litisconsórcio; Intervenção de Terceiro; o Advogado; o Defensor Público; o Ministério Público.
- Espécies de Processo e de Procedimento: Classificação de Processos; Processo de Conhecimento; Sentença Meramente Declaratória; Sentença Condenatória; Sentença

Constitutiva; Efeitos da Sentença; Coisa Julgada; Processo e Provimento Executivo; Sobre a Execução Penal; Processo Cautelar.

- Pressupostos Processuais: A Relação Jurídica Processual; Pressupostos Processuais da existência da Relação Jurídica Processual; Requisitos da Validade da Relação Jurídica Processual; Pressupostos Processuais Negativos.
- Formas Processuais - Procedimento: O Sistema da Legalidade das Formas; as Exigências quanto à Forma; o Lugar dos Atos do Procedimento; O Tempo dos Atos do Procedimento; o Modo do Procedimento e dos seus Atos; O Modo da Linguagem do Procedimento; o Modo da Atividade e do Impulso Processual no Procedimento.
- Atos Processuais - Classificação, forma e nulidades: Noções Gerais; Fatos e Atos Processuais; Classificação dos Atos Processuais; Atos Processuais do Juiz, das Partes, dos Auxiliares da Justiça; Atos Processuais Simples e Complexos; Documentação do Ato Processual; Inobservância da Forma; Nulidade e Decretação da Nulidade; Nulidade Absoluta e Nulidade Relativa; Inexistência do Ato Processual; Convalidação do Ato Processual.



DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL		Código:
Período: 2º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 120	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Propiciar ao aluno conhecimento detalhado da dogmática do texto constitucional vigente, destacando, em particular, a questão dos Direitos Fundamentais e das normas que estruturam o Estado brasileiro.

Ementa do programa:

1. Dos Princípios Fundamentais.
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
3. Da Organização dos Poderes.
4. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
5. Da Tributação e do Orçamento.
6. Da Ordem Econômica e Financeira.
7. Da Ordem Social.

Bibliografia:

- ALEXY, Robert. *Theorie der Grundrechte (Teoria de los Derechos Fundamentales)*. Versión castellana: Ernesto Garzón Valdés. Ed. Centro de Estudios Constitucionales. Madrid, 1993.
- ANDRADA, José Bonifácio Borges de. *Direito à Vida*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*. Vol. 670. 1991. p.377-379.
- ANDRADE, Léo Rosa de. *Liberdade Privada e Ideologia*. São Paulo: Editora Acadêmica. 1993.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A Proteção Constitucional da Própria Imagem*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento da Pontificia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- _____. *A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1994.
- ATALIBA, Geraldo. *Elementos de Direito Tributário*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978.
- _____. *Hipótese de Incidência Tributária*. 5ª. ed. São Paulo: Editora Malheiros. 1990.



- BALDASSARRE, Antonio. *Privacy e Costituzione. L'esperienza statunitense*. Roma: Editore. 1974.
- BARROSO, Luís Roberto. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas normas. Limites e Possibilidades da Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1993.
- BARTOLOMEI, Franco. *La Dignità Umana come Concetto e Valore Costituzionale*. Torino: G. Giappichelli Editore. 1987.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 14ª. ed. Saraiva. São Paulo, 1992.
- BEIGNIEUR, Bernard. *Le Droit de la Personnalité*. Paris. Presses Universitaires de France. 1992.
- BITTAR, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*. São Paulo: Forense Universitária. 1989.
- BLOMM, Alan. *O Declínio da Cultura Ocidental. Da crise da Universidade à crise da Sociedade*. São Paulo, Editora Best Seller. 1989.
- BOBBIO, Noberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. 2ª. ed. Trad. Bras. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo, Malheiros. 1993.
- BREUVART, Jean-Marie. *Le Concept Philosophique de la Dignité Humaine*. Le Supplément - Revue D'Éthique et Théologie Morale. Paris, N°. 191, décembre, 1994.
- BURDEAU, George. *Les Libertés Publiques*. 4ª. éd. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- CAMPANHOLE, Adriano. *Constituições do Brasil*. São Paulo. Atlas. 9ª. ed. 1986.
- CABRILLAC, Rémy et alli. *Droits et Libertés Fondamentaux*. Paris. Dalloz. 1994.
- CALLEJÓN, Maria Luisa Balaguer. *El Derecho Fundamental Al Honor*. Madrid. Editorial Tecnos. 1992.
- CAMPOAMOR, Alfonso Fdez Miranda. *El Secreto Profesional de los Informadores*. Madrid. Editorial Tecnos. 1990.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Ed. Comp. das Letras. 1995.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. *Tópicos de um Curso de Mestrado sobre Direitos Fundamentais, Procedimento, Processo e Organização*. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Vol. LXVI. 1990.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional*. 5ª. ed. Coimbra: Almedina, 1992.
- CARRIO, Genaro R. *Notas sobre Derecho y Lenguaje*. Buenos Aires: Ed. Abeledo-Perrot. 1973.
- CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de lógica jurídica*. São Paulo. fac-símile, PUC-SP.
- CHAUI, Marilena de Souza. *Direito Natural e Direito Civil em Hobbes e Espinosa*. Rev. Crítica do Direito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. n°. 1. 1980.
- CHAVES, Antônio. *Direito à Vida e ao Próprio corpo (intersexualidade, transexualidade, transplantes)*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 2ª. ed. 1994.
- CIFUENTES, Santos. *Los Derechos Personalísimos*. Buenos Aires: Lener Editores, 1974.
- CLÉVE, Clémerson Merlin. *Temas de Direito Constitucional*. São Paulo: Acadêmica. 1993.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Liberdades Formais e Liberdades Reais*. In Para Viver a Democracia. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

- COMPARATO, Fábio Konder. *Função Social do Jurista no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Vol. 670. 1991. p. 07-13.
- COSTA JR, Paulo José da. *O Direito de estar só, tutela penal da intimidade*. 2ª. ed. Editora Revista dos Tribunais. 1995.
- CUPIS, Adriano de. *Os Direitos da Personalidade*. Trad. de Adriano Vera Jardim e Antonio Cairo. Lisboa. Livraria Moraes. 1961.
- DIÁRIO POPULAR, Jornal. *Revista*. São Paulo, 03 de dezembro de 1994.
- DINIZ, Maria Helena. *Conflito de Normas*. São Paulo. Ed. Saraiva, 1987.
- DOTTI, René Ariel. *A Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- _____. *A Liberdade e o Direito à Intimidade*. Brasília, Revista de Informação Legislativa, nº 66, 1980. p. 125-153.
- DRAN, Michel. *Le Controle Juridictionnel et la Garantie des Libertés Publiques*. Paris. Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- EIRAS, Agostinho. *Segredo de Justiça e Controle de Dados Pessoais Informatizados*. Coimbra. Coimbra Editora. 1992.
- FAVOREU, Louis & PHILIP, Loïc. *Les grandes décisions du Conseil constitutionnel*. Paris Dalloz. 1993.
- FERRAZ JR, Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas. 1988.
- _____. *Sigilo de Dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado*. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. nº. 1. São Paulo. 1992. p. 77-90.
- _____. *A Teoria da Norma Jurídica - Ensaio de Pragmática da Comunicação Normativa*. Rio de Janeiro. Forense. 1986.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *'Ligações Perigosas': Empresária entra com ação contra a Telesp*. São Paulo, 09 de junho de 1995. Supl. São Paulo.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Vícios Privados, Benefícios Públicos?* 2ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- FRANCESCHELLI, Bruno. *Il Diritto alla Riservatezza*. Napoli. Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene. 1960.
- GARCIA, Maria. *Desobediência Civil - Direito Fundamental*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1994.
- GIANNOTTI, Eduardo. *A Tutela Constitucional da Intimidade*. São Paulo: Forense. 1987.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp Editora, 1991.
- _____. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo. Unesp Editora, 1993.
- GIOCOIA JR, Oswaldo. *Nietzsche e a Modernidade segundo Habermas*. In IDÉIAS, Rev. do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ano I nº. 2 1994.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. São Paulo, Saraiva, 1995.
- GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação Crítica)*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. *Inviolabilidade do Domicílio na Constituição*. São Paulo: Manheiros. 1993.



HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe.

- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Tradução de Flávio R. de Sousa. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Trad. Bras. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro. 1989.
- HANNAH, Arendt. A Condição Humana. Trad. bras. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1987.
- _____. Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo. Imperialismo. Totalitarismo. Trad. bras. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.
- HESSE, Konrad. A Força Normativa da Constituição. Trad. bras. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editores, 1991.
- _____. La interpretación constitucional. In Escritos de Derecho Constitucional. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.
- JAKOBSON, Roman. Relações entre a Ciência da linguagem e as outras Ciências. Lisboa: Livraria Bertrand. 1973.
- KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: O que é o Iluminismo. In: A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70. 1988. p. 11-19.
- LAFER, Celso. A Reconstrução dos Direitos Humanos - Um Diálogo Com o Pensamento de Hannah Arendt. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. O Desafio da Ética. Revista Brasileira de Filosofia. 1993.
- LIMA, Jesus Costa. Comentários às súmulas do STJ. Brasília. Ed. Brasília Jurídica. 1993.
- LINDON, Raymond. Les Droit de la Personnalité. Paris: Dalloz, 1983.
- LUHMAM, Niklas. A Legitimação pelo procedimento. Trad. bras. de Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.
- LUÑO, Antonio E. Pérez. Derechos Humanos, Estados de Derecho y Constitucion. Madrid: Editorial Tecnos. 1991.
- _____. Los Derechos Fundamentales. Madrid: Tecnos. 1993.
- MARTINEZ, Jaime Vidal. El derecho a la intimidad en la Ley Orgánica de 5/5/1982. Madrid, Editorial Montecorvo. 1984.
- MATTIA, Angelo de. Il Giudice e il Diritto al Rispetto della Vita Privata. Bologna. Ponte Nuovo Editrice. 1976.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo, 5ª. ed. Malheiros, 1994.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Colisão de direitos fundamentais: Liberdade de expressão e de comunicação e o direito à honra e à imagem. Revista de Informação legislativa. nº. 122. Brasília. 1994. p. 297-300.
- MEYER, Phiip. A Ética no Jornalismo. Trad. bras. São Paulo: Forense Universitária, 1987.
- MONREAL, Eduardo Novoa. Derecho a la Vida Privada Y Libertad da Información: Um conflito de derechos. 1ª. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- NEVES, Marcelo. Legalismo e impunidade: Intolerância e premissividade jurídicas na América Latina - Notas para discussão no ano mundial da tolerância. Texto apresentado ao Encontro sobre tolerância na América Latina, promovido pela UNESCO e a UFRJ, realizado no Rio de Janeiro, no período de 12 a 16 de setembro de 1994.



- OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. Crimes Contra a Honra - Direito Material e Formal. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 1994.
- PACE, Alessandro. Problematica delle liberta costituzionali. 2ª. ed. Padova: Cedam Editores. 1990.
- PASCAL, Blaise. Pensamentos Políticos. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1994.
- PÁSOLINI, Pier Paolo. Os Jovens Infelizes. Antologia de ensaios corsários. Trad. bras. São Paulo, Brasiliense. 1990.
- PINTO, Paulo Mota. O Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada. Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra. 1993.
- RADBRUCH, Gustav. Filosofia do Direito. 6ª. ed. Trad. L. Cabral de Moncada. Coimbra: Arménio Amado Editor. 1979.
- RIVERO, Jean. Les Libertés Publiques. Paris. Ed. Presses Universitaires de France. 1973.
- ROBERT, Jacques. Droits de l'homme et libertès fondamentales. Avec la collaboration de Jean Duffar. 5ª. édition. Paris: Ed. Montcherestien. 1994.
- ROBERT, Jaques. Libertés Publiques. Paris. Éditions Montchrestien. 1971.
- ROCHE, Jean. Libertés Publiques. 5ª. édition. Paris. Dalloz, 1978.
- ROMANO, Roberto. Conservadorismo Romântico. Origem do Totalitarismo. São Paulo. Brasiliense, 1981. p. 98.
- _____. A tirania do olhar. In: O Pensamento em crise e as artimanhas do poder. São Paulo: Unesp Editora. 1988.
- SALAIB FILHO, Nagib. Anotações à Constituição de 1988. Aspectos Fundamentais. Rio de Janeiro. Ed. Forense. 3ª. ed. 1992.
- SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público. As Tirantias da Intimidade. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.
- SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1982.
- _____. Curso de Direito Constitucional Positivo. 10ª. ed. São Paulo: Malheiros. 1995.
- SILVA, Júlio Reis et alli. Direito da informática, legislação e deontologia. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de Direito Público. São Paulo: Malheiros. 1992.
- SZANIAWSKI, Elimar. Direitos de Personalidade e sua Tutela. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 1993.
- TELLES, Vera. Sociedade Civil, Direitos, Espaços Públicos. Revista da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992. p. 43-53.
- TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. 10ª. ed. São Paulo: Malheiros. 1993.
- TRINDADE, Antônio Carlos Cançado. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos - Fundamentos Jurídicos e Instrumentais Básicos. São Paulo. Ed. Saraiva, 1991.

Conteúdo Programático:



1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

2. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

- Dos direitos e deveres fundamentais;
- Dos direitos sociais;
- Da nacionalidade;
- Dos direitos políticos;
- Dos partidos políticos.

3. DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

- Da Organização político-administrativa;
- Da União;
- Dos Estados federados;
- Dos municípios;
- Do Distrito Federal e territórios;
- Da intervenção;
- Da administração pública.

4. DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

- Do poder legislativo;
- Do processo legislativo;
- Da emenda à Constituição;
- Do Tribunal de Contas da União;
- Do Poder Executivo;
- Do Poder Judiciário;
- Das funções essenciais à justiça.

5. DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

- Do estado de defesa e do estado de sítio;
- Das forças armadas;
- Da segurança pública.

6. DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

- Do sistema tributário nacional;
- Dos princípios gerais;
- Das funções públicas.

7. DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

- Dos princípios gerais da atividade econômica;
- Da política urbana;
- Da política agrícola;
- Do sistema financeiro nacional.



8. DA ORDEM SOCIAL

- Da seguridade nacional;
- Da educação, da cultura e do esporte;
- Da ciência e tecnologia;
- Da comunicação social;
- Do meio ambiente;
- Da família, da criança, do adolescente e do idoso;
- Dos índios.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DAS OBRIGAÇÕES		Código:
Período: 2º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIF
Carga Horária: 120	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Propiciar aos alunos do Curso de Direito uma aprendizagem teórico-prática sobre o direito obrigacional, dando-lhes base científica para o conhecimento do direito privado e experiência profissional.

Propiciar aos mesmos alunos os conhecimentos básicos e fundamentais relativos à maior das fontes das obrigações, ou seja, os contratos.

Ementa do programa:

1. Noção geral das obrigações. Classificação quanto ao objeto, aos sujeitos e aos elementos fundamentais.
2. Transferência das obrigações (cessão de crédito).
3. Pagamento das obrigações: pagamento direto, indevido, indireto e pagamentos especiais.
4. Inexecução das obrigações: inimizabilidade, cláusula penal, mora, juros e perdas e danos.
5. Teoria geral dos contratos: formação, interpretação, classificação, extinção e ineficácia.

Bibliografia:

- ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas conseqüências*. 5ª ed. SP: Saraiva, 1980.
- ANTUNES VARELA. *Direito das Obrigações*. 2 vol. Rio: Forense, 1978.
- BEVILAQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. 11ª ed. Vol. IV. Livraria Francisco Alves, 1958.
- _____. *Direito das Obrigações*. Ed. Histórica.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Vol. I e II. 7ª ed. Saraiva, 1993.
- GOMES, Orlando. *Introdução ao Direito Civil*. 3ª ed. RJ: Forense, 1971.
- _____. *Obrigações*. 3ª ed. RJ: Saraiva, 1972.
- JOSSERAND. *Cours de droit positif français*. 3ª ed. Paris, vol. 2-95.
- LEVENHAGEM, Antônio José de Souza. *Código Civil - Comentários didáticos*. 2ª ed. Ed. Atlas S/A, 1983.
- MAZEAUD MAZEAUD. *Leçons de droit civil*. Paris, 1956.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Vol. II. 12ª ed. Forense, 1993.
- RODRIGUES, Sílvio. *Direito Civil*. Vol 2 e 3. 21ª ed. Saraiva.

SERPA LOPES. *Curso de Direito Civil*. 4ª ed. Freitas Bastos, 1964. vsl. 3

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil - Obrigações*. Vol. 2. SP: Atlas, 1988.

WALD, Arnaldo. *Curso de Direito Civil Brasileiro - Obrigações e contratos*. 11ª ed. Ed. RT.



Conteúdo Programático:



1 NOÇÃO GERAL DE OBRIGAÇÃO:

- conceito
- evolução histórica
- elementos essenciais
- Fontes e obrigação propriamente ditas, reais e propter rem.

2. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO OBJETO:

- positivas e negativas.
- De dar coisa certa e incerta
- De fazer e não fazer.

3. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEGUNDO O SUJEITO:

- indivisibilidade e solidariedade.

4. CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO OS ELEMENTOS NÃO FUNDAMENTAIS:

- obrigação alternativa, pura, impura, condicional, modal e termo; principal e acessória; pecuniária.

5. PAGAMENTO:

- execução voluntária:
 - conceito, condição subjetivas e objetivas;
 - lugar, tempo e prova do pagamento.

6. PAGAMENTOS ESPECIAIS:

- pagamento por consignação,
- doação em pagamento,
- novação, compensação, confusão e remissão.

7. APÊNDICE AOS PAGAMENTOS:

- sub-rogação,
- compromisso,
- transação e imputação do pagamento.

8. PAGAMENTO INDEVIDO.

9. DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E SUAS CONSEQÜÊNCIAS:

- inadimplemento absoluto e relativo;
- inimizabilidade passiva e ativa,
- cláusula penal, mora, juros e perdas e danos.



10. TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES:

- cessão de crédito.

11. CONTRATOS:

- conceito no Direito Romano;
- evolução do conceito;
- conceito moderno; acepções da palavra; aspecto material;
- princípios fundamentais do direito dos contratos,
- requisitos,
- teoria da imprevisão.

12. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS:

- manifestação da vontade,
- negociação preliminar, proposta, aceitação,
- lugar da celebração,
- contratos dependentes de interesse público e direito de arrependimento;
- contrato sobre herança de pessoa viva;
- da impossibilidade da prestação.

13. DA INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS:

- generalidades,
- regras de interpretação no direito positivo;
- da interpretação.

14. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS:

- generalidades;
- bilaterais ou sinalmáticos e unilaterais; típicos,

- atípicos e mistos;
- consensuais e reais;
- solenes e não solenes;
- onerosos e gratuitos,
- comutativos e aleatórios;
- de execução imediata,
- diferida ou sucessiva; definitivo e preliminar;
- individuais e coletivos; por adesão.



15.DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.

16.DA INEFICÁCIA DOS CONTRATOS.

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PENAL I		Código:
Período: 2º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Dar ao aluno uma visão generalizada sobre teoria geral do Direito Penal pelo estudo de sua História e exame detalhado dos artigos da parte geral do Código Penal em vigor, até o artigo 120.

Ementa do programa:

1. Introdução ao Estudo do Direito Penal.
2. Evolução Histórica.
3. Doutrinas e Escolas Penais.
4. A Lei Penal.
5. Do Tipo Legal do Crime.
6. Eficácia da Lei Penal no Tempo.
7. Eficácia da Lei Penal no Espaço.
8. Eficácia da Lei Penal com relação às Pessoas.
9. Crime.
10. Fato Típico.
11. Antijuridicidade.
12. Culpabilidade.
13. Concurso de Pessoas.
14. Da Aplicação da Sanção Penal.
15. Efeitos da Sentença Penal.
16. Reabilitação
17. Da Ação Penal.
18. Extinção da Punibilidade.

Bibliografia:

- ALBUQUERQUE, Paulo Sérgio Pinto de. *Introdução à actual discussão sobre o problema da culpa em Direito Penal*. Coimbra. Almedina, 1994.
- BEMFICA, Francisco Vani. *Da Teoria do Crime*. 1ª ed., São Paulo, Saraiva, 1990.
- BRUNO, Anibal. *Direito Penal*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- CERNICCHIARO, Luís Vicente. *Direito Penal na Constituição*. São Paulo: RT, 1995.

- COSTA JÚNIOR, Paulo José. Comentários ao Código Penal. São Paulo: Saraiva, 2ª ed. 1991. Vol. 1.
- COSTA, Paulo José da. Direito Penal. Parte Geral. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado - ampliado e atualizado. São Paulo: Renovar, 1996.
- FARIA, Bento de. Código Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2ª ed., 1959.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- FRANCO SILVA, Alberto. Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. São Paulo: RT, 5ª ed. 1995. Vol I
- HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal. Vol. 1/10. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- JESUS, Damásio E. Código Penal Anotado. São Paulo: Saraiva, 1995.
- _____. Direito Penal. Vol. I. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- LUIZI, Luiz. Os Princípios Constitucionais Penais. Ed. Sete Mares, 1ª ed., 1991
- MIRABETE, Júlio Fabrine. Manual de Direito Penal. Vol. 1, São Paulo: Atlas, 1996.
- NORONHA, Edgard Magalhães. Direito Penal. Vol. 1 São Paulo: Saraiva, 1995.
- SALES JÚNIOR, Romeu Almeida. Curso Completo de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 4ª ed, 1993.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão e CORRÊA JÚNIOR, Alceu. Penas e Constituição. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995.
- TOLEDO, Francisco de A. Princípios Básicos de Direito Penal. 4ª ed. SP: Saraiva, 1991



Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO PENAL:

- Denominação;
- Conceito;
- Características;
- Fins;
- Limites do Direito;
- Direito Penal como ramo do Direito Público;
- Relação do Direito Penal com outros ramos do Direito.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA:

- Tempos primitivos;
- Vingança Privada;
- Vingança Divina;
- Vingança Pública;
- Período Humanitário;
- Período Criminológico.

3. DOUTRINAS E ESCOLAS PENAIAS:

- Correntes doutrinárias;
- Escola Clássica;
- Escola Correcionalista;
- Escola Positiva;
- Terceira Escola;
- Escola Moderna Alemã;
- Outras Escolas;
- Tendências.

4. A LEI PENAL:

- Conceito;
- Conteúdo;
- Fontes;
- Norma Penal em Branco;
- Classificação da Norma Penal;
- Destinatários;
- Formas de Interpretação;
- Analogia.



5. DO TIPO LEGAL DO CRIME:

- Conceito;
- Evolução;
- Tipo Legal e Tipo do Injusto;
- Elementos do Tipo: negativos, normativos, objetivos, subjetivos e materiais;
- Classificação dos Tipos Penais.

6. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO:

- Nascimento e revogação;
- Abolitio Criminis;
- Novatio Legis Incriminadora;
- Novatio Legis Inpejus;
- Novatio Legis in Mellius;
- Leis Intermediárias;
- Leis Temporárias e excepcionais;
- Norma Penal em Branco e o Direito Intertemporal.
- Irretroatividade da Lei Penal;
- Apuração da Lei Mais Benigna;
- Combinação de Lei; Conflito aparente de normas;
- Tempo do crime.

7. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO:

- Princípios de direito penal internacional;
- Territorialidade; Lugar do crime;
- Extraterritorialidade;
- Contravenções;
- Regra do “Non bis in idem”;
- Eficácia da sentença penal estrangeira.

8. EFICÁCIA DA LEI PENAL COM RELAÇÃO ÀS PESSOAS:

- Imunidades diplomáticas;
- Imunidades parlamentares;
- Imunidades Absolutas e relativas;
- Imunidades de deputados estaduais e vereadores;
- Outras prerrogativas;
- Extradicação.

9. CRIME:

- Conceito formal e material;
- Sujeitos do crime;

- Capacidade Penal;
- Título do Delito;
- Classificações legais e doutrinárias.



10. FATO TÍPICO:

- Conceito;
- Elementos;
- Teorias sobre a conduta: causalista, finalista, social e jurídico-penal;
- Características e elementos da conduta;
- Resultado;
- Relação de causalidade;
- Teorias da tipicidade;
- Teoria do tipo;
- Teoria permissivo;
- Princípio da adequação social;
- Princípio da insignificância;
- Tipo do crime doloso;
- Tipo de crime culposos;
- Crime preterdoloso;
- Erro do tipo;
- Crime consumado;
- Crime tentado;
- Desistência voluntária;
- Arrependimento eficaz;
- Arrependimento posterior;
- Crime impossível.

11. ANTIJURIDICIDADE:

- Conceito;
- Antijuridicidade formal e material;
- Causas de exclusão de antijuridicidade: Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal, exercício regular do direito;
- Causas supralegais de exclusão de ilicitude;
- Violência esportiva;
- Intervenções médico cirúrgicas;
- Consentimento do ofendido;
- Excesso nas justificativas.

12. CULPABILIDADE:

- Noção e evolução da idéia da culpabilidade;

- Culpabilidade por fato doloso;
- Conceito de culpabilidade;
- Teorias psicológica, psicológico-normativa, normativa pura e limitada da culpabilidade;
- Elementos da culpabilidade;
- Imputabilidade;
- Potencial conhecimento da ilicitude;
- Exigibilidade de conduta diversa;
- Causas de exclusão de culpabilidade;
- Erro de proibição;
- Coação moral irresistível;
- Obediência hierárquica;
- Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado;
- Embriaguez;
- Discriminantes putativas;
- Menoridade penal.



13. CONCURSO DE PESSOAS:

- Conceito;
- Teorias;
- Causalidade física e psíquica;
- Requisitos;
- Autoria;
- Co-autoria;
- Participação;
- Autoria mediata;
- Concurso de pessoas e crimes por omissão;
- Co-autoria em crime culposos;
- Cooperação dolosamente distinta;
- Punibilidade no concurso de agentes;
- Qualificadoras e agravantes;
- Concurso e circunstâncias do crime;
- Autoria incerta;
- Multidão delinqüente.

14. APLICAÇÃO DA SANÇÃO PENAL:

- Conceito, fins e características das penas;
- Sistemas penitenciários;
- Classificação das penas;
- Medidas de segurança;
- Circunstâncias agravantes e atenuantes;



- Cominação e aplicação da pena;
- Concurso de crimes;
- Suspensão condicional da pena;
- Livramento condicional;
- Efeitos da sentença penal;
- Reincidência.

15. EFEITOS DA SENTENÇA PENAL:

- Efeitos penal principais e secundários;
- Efeitos extrapenais.

16. REABILITAÇÃO:

- Conceito;
- Requisitos;
- Efeitos;
- Revogação.

17. DA AÇÃO PENAL:

- Conceito;
- Classificação;
- Ação penal Pública;
- Ação penal privada;
- Ação penal privada subsidiária da pública;
- A ação penal e a imunidade parlamentar.

18. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE:

- Conceito;
- Condições;
- Causas extintivas;
- Escusas absolutórias;
- Momento da ocorrência;
- Efeitos;
- Imunidade parlamentar material;
- Abolitivo Crimines;
- Perdão do ofendido;
- Morte do agente;
- Anistia;
- Graça;
- Indulto;
- Renúncia;

- Perdão judicial;
- Decadência;
- Perempção;
- Retratação do agente;
- Casamento subsequente;
- Prescrição.



DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___ / ___ / ___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO COMERCIAL I

Código:

Ano:

2º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Estudo introdutório do Direito Comercial brasileiro, suas fontes e instituições, bem como estudo pormenorizado de todas as sociedades comerciais.

Ementa do programa:

1. Teoria Geral do Direito Comercial
2. Direito Societário.

Bibliografia:

- ABREU, Iolanda Lopes de. Responsabilidade Patrimonial dos Sócios nas Sociedades Comerciais de Pessoas. São Paulo: Saraiva, 2ª ed.
- ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das Sociedades Comerciais. São Paulo: Saraiva, 6ª ed.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos. Títulos de Crédito: Doutrina e Jurisprudência. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- _____. Direito Processual Societário. Rio de Janeiro: Forense, 6ª ed.
- BORGES, João Eunápio. Curso de Direito Comercial Terrestre. Rio de Janeiro: Forense, 5ª ed., 1991.
- BORGES, João Eunápio. Títulos de Crédito. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- BULGARELLIL, Valdério. Direito Comercial. São Paulo: Atlas, 1993.
- BULGARELLIL, Valdério. Manual das Sociedades Anônimas. São Paulo: Atlas, 1993.
- BULGARELLIL, Valdério. Títulos de Crédito. São Paulo: Atlas, 1994.
- _____. Sociedades Comerciais. São Paulo: Atlas, 4ª ed.
- COELHO, Fábio Ulhôa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. São Paulo: Saraiva, 1995.
- COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 1996.
- COSTA, Wille Duarte. Código Comercial Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- DORIA, Dylson. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 1º Vol., 1994.
- FERREIRA, Waldemar. Tratado das Sociedades Comerciais. São Paulo: Saraiva, 4ª ed.
- LAMY FILHO, Alfredo. A Lei das S.A. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.
- LIMA, Osmar Brina Corrêa. Curso de Direito Comercial. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

PAPINI, Roberto. Sociedade Anônima e Mercado de Valores Mobiliários. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.

ROCHA FILHO, José Maria. Curso de Direito Comercial. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

SANT'ANA, Rubens. Direito Societário. Livraria do Advogado, 2ª ed.

SILVA, De Plácido e. Noções Práticas de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 1992.



Conteúdo Programático:

PRIMEIRA PARTE - TEORIA GERAL DO DIREITO COMERCIAL



CAPÍTULO 1 - CONCEITUAÇÃO DO DIREITO COMERCIAL

1. CONCEITUAÇÃO INTRODUTÓRIA

- Considerações sobre o conhecimento científico.
- Conceituação de comércio.
 - Etimologia.
 - Conceito econômico.
 - Conceito Jurídico

2. ESFORÇO HISTÓRICO DO DIREITO COMERCIAL

- Antiguidade: normas fragmentárias de direito marítimo.
- Idade Média: (Conceito subjetivista) Direito Comercial como disciplina histórica dos comerciantes.
- Idade Moderna: sistematização das compilações.
- Idade Contemporânea: do objetivismo ao subjetivismo moderno.
 - Objetivismo.
 - Subjetivismo Moderno: Direito Comercial edificado sobre o conceito de empresa.
- História do Direito Comercial no Brasil.
 - Período Luso-Brasileiro.
 - Período Brasileiro: o Código Comercial de 1850.
 - Principais leis complementares.
 - Tentativas de reforma do Código Comercial.

3. DEFINIÇÃO DE DIREITO COMERCIAL

- O Direito Comercial como o direito da empresa mercantil (subjetivismo moderno).
- Críticas ao subjetivismo moderno.
- Definições clássicas.
- Definições propostas.
- Definição didática.
- Características do Direito Comercial.

4. OBJETO E CONTEÚDO DO DIREITO COMERCIAL

5. MÉTODO DO DIREITO COMERCIAL



6. ENQUADRAMENTO ENCICLOPÉDICO DO DIREITO COMERCIAL

- Posição.
- Divisão.
- Autonomia do direito comercial e unificação do direito privado.
 - Autonomia didática.
 - Autonomia formal ou legislativa.
 - Contestação da dicotomia e tendência à unificação.
 - Autonomia científica.
- Relações com outros ramos do direito.

7. FONTES DO DIREITO COMERCIAL

- Primárias.
- Secundárias.
 - Direito Civil.
 - Uso e costumes comerciais.

CAPÍTULO 2 - ATOS DO COMÉRCIO

1. INTERESSE DO ESTUDO DOS ATOS DE COMÉRCIO

2. CONCEITUAÇÃO

- Teoria de Alfredo Rocco.
- Teoria de Gaston Lagarde.
- Considerações: conceito de direito positivo.
- Sistemas legislativos de definição de atos de comércio.
 - Descritivo.
 - Enumerativo.
- Sistema Brasileiro.
 - Atos de comércio para o direito brasileiro.
 - Critérios de determinação.
 1. Histórico.
 2. Legislativo.
 3. Analógico ou da conexão ou dependência.
 - Atividades civis.

- Classificação dos atos de comércio.
 - Objetivos
 - Subjetivos
 - Mistos ou bifrontes
- Classificação de J. X. Carvalho de Mendonça.



CAPÍTULO 3 - DAS PESSOAS EM DIREITO COMERCIAL: O COMERCIANTE OU EMPRESÁRIO COMERCIAL

1. DA CONCEITUAÇÃO DE EMPRESA: A ATIVIDADE DO EMPRESÁRIO

- Conceituação em Direito Comparado
 - Direito Francês
 - Direito Italiano
- A Empresa no Direito Brasileiro
 - Conceitos contidos em textos legais
 - Conceitos doutrinários.
- Síntese Conclusiva e Proposição de uma Definição.
- Natureza Jurídica.
 - Sujeito de direito.
 - Objeto de direito
 - Tertius genus
- Espécies
 - Civis
 - Comerciais
 - Públicas
- Microempresa

2. O TITULAR DA EMPRESA: O COMERCIANTE OU EMPRESÁRIO

- Definição preliminar
- Espécies
- A concepção clássica de caracterização do comerciante
 - Intermediação.
 - Especulação
 - Profissionalidade/Habitualidade
- Direito Comparado: Sistemas Legislativos de Qualificação do Comerciante
 - França
 - Espanha
 - Alemanha



- Itália
- O Sistema Brasileiro de Qualificação do Comerciante
 - Elementos caracterizadores básicos ou genéricos (art 4º do CCB)
 - Elementos complementares ou específicos do comerciante individual
- Capacidade Jurídica
 - A capacidade civil
 - A capacidade comercial
 - A cessação da incapacidade comercial para os menores: emancipação e autorização
 1. Emancipação
 2. Autorização para comerciar
 - O incapaz como sócio de sociedade mercantil
 - Mulher casada
 - Interdição
- Proibições
- Da Perda da Qualidade de Comerciante

3. REGISTRO PÚBLICO INERENTE AOS EMPRESÁRIOS COMERCIAIS

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Código:

Ano:

2º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Estudar as informações essenciais ao domínio das normas disciplinadoras do processo de conhecimento na jurisdição civil.

Saber diferenciar as várias possibilidades de intervenção de terceiros no processo.

Enfatizar a importância do Ministério Público e a necessidade de sua atuação nos casos previstos em lei.

Dominar as regras legais referentes aos prazos processuais.

Ementa do programa:

1. Das partes e dos procuradores
2. Do ministério público
3. Dos órgãos judiciais e dos auxiliares da justiça
4. Dos atos processuais
5. Da formação, da suspensão e da extinção do processo

Bibliografia:

ALBERTON, Genacéia da Silva. *Assistência litisconsorcial*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 1994.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Jurisdição e competência*. 5ª. ed. São Paulo. Saraiva. 1993.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. 9ª. ed. São Paulo. Saraiva. 1995. v. 1 e 2.

. *Da intervenção de terceiros*. 3ª. ed. São Paulo. Saraiva. 1991.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de direito processual civil*. 4ª. ed. São Paulo. Saraiva. 1996. v. 1.

SANTOS, Moacir Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 18ª. ed. São Paulo. Saraiva. 1995. v. 1 e 2.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 14ª. ed. Rio de Janeiro. Forense. 1994. v. 1.

Conteúdo Programático:



1. Da capacidade processual
2. Dos deveres das partes e dos seus procuradores
3. Dos deveres, da responsabilidade processual, das despesas e das multas
4. Dos procuradores
5. Da substituição das partes e dos procuradores
6. Do litisconsórcio e da assistência
7. Da intervenção de terceiros
8. Do Ministério Público
9. Da competência, sua modificação e a declaração de incompetência
10. Do juiz, seus poderes, deveres e responsabilidades
11. Do impedimento e da suspeição
12. Dos auxiliares da justiça
13. Da forma, do lugar e do tempo dos atos processuais
14. Das comunicações dos atos processuais
15. Das nulidades
16. Da distribuição, do registro do processo e do valor da causa
17. Da formação do processo
18. Da suspensão do processo
19. Da extinção do processo

DATA ____ / ____ / ____

DATA ____ / ____ / ____

COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: FILOSOFIA DO DIREITO

Código:

Ano:

2º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

- Levar o aluno a perceber a inserção da Filosofia do Direito, bem como a inserção do próprio Direito, na realidade econômica, social, política e histórica.
- Levar o aluno a apreender o direito como uma das múltiplas regiões do real, vinculada dialeticamente ao poder, ao Estado e aos fenômenos econômicos e sociais.
- Levar o aluno a investigar os problemas fundamentais do Direito, ou seja, aqueles problemas concernentes a seu “ser” (problema ontológico), a seu “dever ser” (problema deontológico), a “natureza e processo de conhecimento” (problema epistemológico).

Ementa do programa:

1. Objeto e divisão da Filosofia do Direito.
2. Ontologia, epistemologia e deontologia jurídicas.
3. Empirismo e apriorismo jurídicos.
4. A dialética de implicação e polaridade entre sujeito e objeto na compreensão do Direito.
5. Fenomenologia da ação e da conduta.
6. Explicações unilaterais da realidade jurídica.
7. Teoria marxista do Direito.
8. Teoria tridimensional do Direito.

Bibliografia:

- ADEODATO, João Mauricio. *Filosofia do Direito - uma crítica à verdade na ética e na ciência*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- AGUIAR, Roberto A.R. de. *Direito, Poder e Opressão*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989
- CRETELLA JR., José. *Curso de Filosofia do Direito*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- DEL VECCHIO, Giorgio. *Lições de Filosofia do Direito*. 5ª ed. Coimbra: Armenio Amado, 1979.
- DINIZ, Maria H. *Conceito de Norma Jurídica como Problema de Essência*. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1976.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- HEGEL, F. *Princípios da Filosofia do Direito*. 2ª ed. Lisboa: Martins Fontes, 1976.

- DEL VECCHIO, Giorgio. *Lições de Filosofia do Direito*. 5. Ed., Coimbra: Armenio Amado, 1976.
- DINIZ, Maria H. *Conceito de Norma Jurídica como problema de essência*. São Paulo: Revista dos Tribunais/Educ, 1976.
- _____. *Compêndio de Introdução à Ciência do direito*. 5. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 1993.
- FEINBERG, Joel. *Filosofia Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de *Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- HEGEL, F. *Princípios da Filosofia do Direito*. 2. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1976.
- KELSEN, Hans. *Teoria pura do Direito*. Coimbra: Arménio Amado, 1979.
- _____. *Teoria Geral das normas*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1992.
- LITRENTO, Oliveiros. *Curso de Filosofia do Direito*. 2.Ed., Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- MONTEIRO, André Franco. *Estudos de Filosofia do Direito*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981.
- NADER, Paulo. *Filosofia do Direito*. 3. ed., São Paulo: Forense, 1994
- PEREIRA, Aloysio Ferraz. *História da Filosofia do Direito: das origens a Aristóteles*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito*. Trad. L. Cabral de Moncada. 6. ed., Coimbra: Armenio Amado, 1979.
- REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 8. Ed., São Paulo: Saraiva, 1978.
- ROCHA, Leonel Severo (Org.). *Teoria do Direito e do Estado*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1994
- SANTOS, M.Celeste C. Leite dos. *Poder Jurídico e Violência Simbólica*. São Paulo: Curitiba Paulista, 1985.



Conteúdo Programático:



INTRODUÇÃO

1 OS TEMAS DA FILOSOFIA JURÍDICA

- Objeto e divisão da Filosofia do Direito
- A temática geral e os temas especiais
- O método na Filosofia do Direito

2 EMPIRISMO E APRIORISMO JURÍDICOS

- O conceito de Direito segundo as doutrinas empíricas
- A concepção do Direito na doutrina apriorista (Stammler e Del Vecchio)

3 A DIALÉTICA DE IMPLICAÇÃO E POLARIDADE ENTRE SUJEITO E OBJETO NA COMPREENSÃO DO DIREITO.

- O conteúdo axiológico do Direito
- Análise fenomenológica e reflexão histórico-axiológica sobre a realidade jurídica.

4 FENOMENOLOGIA DA AÇÃO E DA CONDUTA

- Conduta e teleologia
- Momentos específicos da conduta ética
- Modalidades de conduta

5 EXPLICAÇÕES UNILATERAIS DA REALIDADE JURÍDICA

- A Escola da Exegese e a Escola Histórica
- O sociologismo jurídico
- O normativismo lógico de Hans Kelsen
- Moralismo jurídico

6 TEORIA MARXISTA DO DIREITO

- Materialismo histórico e dialético
- O Direito como superestrutura

7 TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO

- Tridimensionalismo abstrato ou genérico
- Tridimensionalismo específico
- Normatividade e historicidade do Direito

- Fundamento, eficácia e vigência
- O conceito de Direito.



Conclusão

DATA ____/____/____

DATA ____/____/____



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

Código:

Ano:

2º

Curso:

DIREITO

Departamento:

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Inserir o aluno do Curso de Graduação em Direito no sistema de trabalho científico, levando-o a montar um projeto de pesquisa e elaborar uma monografia, como instrumento de final de curso.

Ementa do programa:

1. Tipos de Pesquisa: teórica, documental, de campo e experimental.
2. Métodos: Estudo de Caso, Comparativo, Histórico, Monográfico, Estatístico, etc.
3. Técnicas: Questionário, Entrevista, História de Vida, Análise de Conteúdo, Análise Histórica e Análise Estatística.

Bibliografia:

ACKOFF, Russell L. *Planejamento de Pesquisa Social*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975.

GIL, A.C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOODE, William J. & HATT, Paul K. *Métodos em Pesquisa Social*. 6ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, A. de A. *Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados*. São Paulo: Atlas, 1986.

RICHARDSON, R. J. & Outros. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989. 6ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

Conteúdo Programático:



1. Educação Bancária: concepção filosófica crítica.
2. Metodologia da Pesquisa: para que e para quem?
3. Pesquisa Social e Educacional: classificação.
4. Planejamento da pesquisa: etapas.
5. Tema e Problema: qual o objetivo de estudo?
6. Tipos de pesquisa: teórica, documental, de campo e experimental.
7. Métodos: estudo de caso, histórico, comparativo, estatístico e monográfico.
3. Técnicas de Pesquisa: entrevista, questionário, história de vida, análise de conteúdo, análise histórica e análise estatística.

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___ / ___ / ___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO I

Código:

Ano:

2º

Curso:

DIREITO

Departamento:

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho vinculadas à sua área de formação e à análise crítica das mesmas, bem como enaltecer a prática da ética profissional.

Ementa do programa:

01 Prática jurídica extrajudicial simulada

Bibliografia:

- 1 - BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil, SP., Ed. Revista dos Tribunais, 1993.
- 2 - LUZ, Valdemar P. da. Manual de Iniciação à Advocacia Prática Judicial e Extra Judicial, 1996, Sagra-DC Luzzatto Editores.
- 3 - PALAIA, Nelson. Técnica da Petição Inicial e da Contestação, 1996.
- 4 - RAITANI, Francisco. Prática Processual Civil, SP., Saraiva, 1990
- 5 - SANTOS, Paulo Sérgio Puerta dos. Manual de Prática Processual Civil. SP, Saraiva, 1995

Conteúdo Programático:



PRÁTICA JURÍDICA EXTRAJUDICIAL SIMULADA

- Atividades moduladas sobre as disciplinas já cursadas, ou em curso;
- Elaboração e redação de peças profissionais e ou instrucionais;
- Visitas a órgãos judiciários e penitenciários, e órgãos de funções essenciais à Justiça;
- Outras atividades práticas.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DOS CONTRATOS

Código:

Ano:

3º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Oferecer, através do ensino aprendizagem, informações básicas dos contratos nas mais diversas modalidades, para que o aluno do curso de Direito possa dispor dos conhecimentos científicos para a elaboração de instrumentos práticos das diversas espécies de contratos.

Ementa do programa:

- I - Contratos Cíveis.
- II - Contratos Comerciais.
- III - Contratos Empresariais.
- IV - Outras Espécies de Contratos Nominados e Inominados.

Bibliografia:

- DINIZ, Maria Helena. *Tratado teórico e prático dos contratos*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BULGARELLI, Waldírio. *Contratos mercantis*. São Paulo: Atlas, 1991.
- LUZ, Valdemar P. *Curso de contratos*. 1ª ed. Sagra.
- DINIZ, Maria Helena. *Lei de locação de imóveis urbanos*. Saraiva, 1995.
- OLIVEIRA, Juarez de. *Comentários a Lei de Locação de Imóveis Urbanos*. Saraiva, 1992.
- SLABI FILHO, Nagib. *Comentários a Nova Lei do Inquilinato*. Forense, 1992.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. Saraiva, 1994.
- FIDA, Orlando. *Contratos*. Vol. I e II. 5ª ed. Ed. Universitária do Direito.
- GUIMARÃES & OUTRO, Antônio Márcio da Cunha. *Contrato de câmbio*. SP: Revista dos Tribunais, 1995.
- BITTAR, Carlos Alberto. *Novos contratos empresariais*. SP: Revista dos Tribunais, 1995.
- BASTOS & OUTRO, Celso Ribeiro. *Contratos internacionais*. SP: Saraiva, 1990.
- OLIVEIRA, Hilário. *Curso de contratos internacionais*. Universidade Federal de Uberlândia, 1995.
- RESTIFES NETO, Paulo. *Alienação fiduciária em garantia*. 3ª ed. SP: Revista dos Tribunais, 1995.
- MARMIT, Arnaldo. *Fiança civil e comercial*. RJ: Aidê Editora, 1989.

RODRIGUES, Sílio. *Direito Civil*. Vol. III. São Paulo: Saraiva, 1995.

VIANA, Marco Aurélio S. *Curso de Direito Civil*. Vol. III. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

MONTEIRO, Washigton de Barros. *Curso de Direito Civil - Direito das Obrigações*. SP: Saraiva, 1994.



Conteúdo Programático:



1 CONTRATOS CIVIS

- Compra e venda;
- Troca ou permuta;
- Doação;
- Locação residencial;
- Empréstimo;
- Depósito;
- Mandato;
- Gestão de negócios;
- Edição;
- Representação e execução;
- Sociedade;
- Constituição de renda;
- Seguro;
- Jogo e aposta;
- Fiança civil.

2. CONTRATOS COMERCIAIS

- Da compra e venda mercantil;
- Do compromisso de compra e venda;
- Da alienação fiduciária em garantia;
- Da cessão fiduciária;
- A busca e apreensão e ação de depósito;
- Da locação comercial;
- Denúncia vazia e despejo;
- Revisional e renovatória;
- Dos contratos comerciais internacionais;
- Do mútuo;
- Da fiança mercantil;
- Do penhor ;
- Do depósito.

3. CONTRATOS EMPRESARIAIS

- Leasing;

- Factoring;
- Franchising



4. OUTROS CONTRATOS

- Comercialização de softwares;
- Depósito bancário;
- Aplicações financeiras;
- Cartões de crédito;
- Títulos e documentos de crédito.

DATA ___ / ___ / ___



COORDENADOR DE CURSO

DATA ___ / ___ / ___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PENAL II		Código:
Ano: 3º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

- Levar os alunos a compreender a estrutura da parte especial do Código Penal e adquirir habilidades nas análises dos artigos 121 à 234 do referido Código, decompondo cada preceito normativo.
- Desenvolver o interesse pelas leis penais.
- Fomentar mudanças quanto à consideração da importância do Direito Penal como matéria de defesa social.
- Ativar o espírito crítico em relação à aplicabilidade da lei Penal.
- Desenvolver habilidade de reconhecer o Direito como ramo da ciência social.
- Promover a compreensão da técnica utilizada na constituição dos dispositivos penais.
- Atentar para o uso, muitas vezes arbitrário, da norma penal.
- Obedecer os preceitos normativos.

Ementa do programa:

1. Introdução ao estudo dos crimes em espécie.
2. Objetos da proteção penal.
3. Tipo legal de crime.
4. Qualificadoras, privilégios e escusas absolutórias, causas especiais de aumento e diminuição da pena.
5. Dos crimes contra a pessoa.
6. Dos crimes contra o patrimônio.
7. Dos crimes contra a propriedade imaterial.
8. Dos crimes contra a organização do trabalho.
9. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
10. Dos crimes contra os costumes.

Bibliografia:

BARBOSA, Marcelo Fortes. *Crimes contra a Honra*. São Paulo: Ed. Malheiros, 1995.
BRUNO, Anibal. *Direito Penal*. Vol. 2 e 3. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
CERNICCHIARO, Luís Vicente. *Direito Penal na Constituição*. São Paulo: RT, 1995.
COSTA JÚNIOR, Paulo José. *Comentários ao Código Penal*. São Paulo: Saraiva, 2ª ed, 1991.

- DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado - ampliado e atualizado. São Paulo: Ed. Renovar, 1996.
- FARIA, Bento de. Código Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2ª ed., 1959.
- FERNANDES, Paulo Sérgio Leite. Aborto e Infanticídio. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 1994.
- FERRACINI, Luiz Alberto. Dos Crimes de Estelionato e outras Falcatruas. Ed. LED, 1ª ed. 1996.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Vol. 2 e 3. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- FRANCO SILVA, Alberto. Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. São Paulo: RT, 5ª ed. 1995. Vol I
- HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal. Vol. 1/10. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- IVETE, Senise Ferreira. Tutela Penal do Patrimônio Cultural. São Paulo: RT, 1995.
- JESUS, Damásio E. Código Penal Anotado. São Paulo: Saraiva, 1995.
- _____. Direito Penal - Parte Especial. Vol. 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 1995.
- MINAHIM, Maria Auxiliadora. Direito Penal da Emoção. São Paulo: RT, 1992.
- MIRABETE, Júlio Fabrine. Manual de Direito Penal. Vol. 2 São Paulo: Atlas, 1996.
- NORONHA, Edgard Magalhães. Direito Penal. Vol. 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 1995.
- OLIVEIRA, Juarêz Cordeiro. Dos Crimes Contra os Costumes. São paulo: Ed. Éfeta, 1996.
- PAPALEO, Celso César. Aborto e Contracepção. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.
- PARIZATTO, João Roberto. Dos Crimes Contra o Patrimônio. São Paulo: Saraiva, 1995.
- PEDROSO, Fernando de Almeida. Homicídio, Participação em Suicídio, Infanticídio e Aborto. Ed. Aide, 1ª ed. 1995.
- REALE JÚNIOR, Miguel. Direito Penal Aplicado. São Paulo: RT, 1992. Vol. 2 e 3.
- SALES JÚNIOR, Romeu Almeida. Curso Completo de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 4ª ed, 1993.
- _____. Estelionato-Cheque sem Fundos. São Paulo: Saraiva, 1ª ed. 1989.
- _____. Furto, Roubo e Receptação. São Paulo: Saraiva, 1995.
- SILVA, Jorge Vicente. Estelionato e outras Fraudes. Ed. Júnia, 1ª ed. 1995.
- SZNICK, Valdir. Delitos de Trânsito. Ed. Ícone, 3ª ed. 1993.
- VARGAS, José Cirilo. Introdução ao estudo dos Crimes em Espécie. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.



Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CRIMES EM ESPÉCIE:

- classificação dos tipos na parte especial,
- objetividade jurídica e interpretação da lei;
- crimes culposos e a previsão legislativa;
- culpabilidade e os crimes qualificados pelo resultado.

OBJETO DA PROTEÇÃO PENAL:

- bem jurídico, interesse e valor.

TIPO LEGAL DO CRIME:

- conceito e evolução;
- tipo legal e tipo de injusto;
- elementos negativos do tipo;
- o erro de tipo e a culpabilidade;

QUALIFICADORAS, PRIVILÉGIOS, CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO DE PENA, ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS.

2. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA:

- dos crimes contra a vida;
- das lesões corporais;
- da periclitación da vida e da saúde;
- rixa;
- dos crimes contra a honra;
- dos crimes contra a liberdade individual.

3. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO:

- do furto;
- do roubo; extorsão;
- da usurpação;
- do dano;
- da apropriação indébita;
- do estelionato e outras fraudes;
- da receptação;
- disposições gerais.



4. DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL:

- dos crimes contra a propriedade intelectual;
- dos crimes contra a propriedade industrial.

5. DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.

6. DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO.

7. DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.

8. DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES:

- dos crimes contra a liberdade sexual;
- da Sedução e da corrupção de menores;
- do rapto;
- disposições gerais
- dos crimes contra os costumes;
- do lenocídio;
- do tráfico de mulheres;
- do ultrage público ao pudor.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO COMERCIAL II

Código:

Ano:

3º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Estabelecer, através do ensino aprendizagem, condições favoráveis para que o estudante disponha de conhecimentos científicos, habilitando-o para a execução de serviços das áreas de Direito Cambiário e do Processo Falimentar.

Ementa do programa:

1. Direito Cambiário e Títulos de Crédito.
2. Falência e Concordatas.

Bibliografia:

- MARTINS, Fran. *Títulos de Crédito*. Forense. 4ª edição.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Títulos de Créditos*. Forense. 2ª edição.
- DORIA, Dyson. *Curso de Direito Comercial*. Saraiva, 1991. 2ª edição.
- ALMEIDA, Amador Paes de. *Curso de Falência e Concordata*. Saraiva, 1996.
- RAMALHO, Ruben. *Curso Teórico e Prático de Falência e Concordatas*. Saraiva. 3ª edição
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Falimentar*. Saraiva, 1º e 2º Vol. 13ª edição.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos & Outra. *Falências e Concordatas*. LRT. 2ª edição.
- ALBUQUERQUE, J.B. Torres. *Falências e Concordatas*. Jurisprudência, 1º e 2º Vol. Editora de Direito, 1996.
- SILVA PACHECO. *Processo de Falência e Concordata*. Forense. 5ª edição.
- FUHRER, Maximilianus Cláudio A. *Roteiro das Falências e Concordatas*. Revista dos Tribunais, 15ª edição.
- VALVERDE, Trajano de Miranda. *Comentários à Lei de Falências*. 1955.
- FERREIRA, Waldemar. *Tratado de Direito Comercial*. Saraiva, 1965.
- BUSSADA, Wilson. *Falências e Concordatas Interpretadas pelos Tribunais*. 1973.
- LACERDA, J.C. Sampaio de. *Manual de Direito Falimentar*. Freitas Bastos. 5ª edição.
- BESSONE, Darcy. *Instituições de Direito Falimentar*. Saraiva, 1995.

Conteúdo Programático:



1. DIREITO CAMBIÁRIO E TÍTULOS DE CRÉDITO:

- Teoria geral do Direito Cambiário.
- Constituição do crédito cambiário.
- Exigibilidade do crédito cambiário.

- A nota promissória.
- O cheque.
- A duplicata.
- A letra de câmbio.

- Títulos de crédito impróprios: representativos, de financiamentos e investimentos.

2. DIREITO FALIMENTAR:

- Noções gerais sobre o instituto falimentar.
- Elementos essenciais para a existência do estado de falência.
- Da legitimidade passiva na ação falimentar.
- Da legitimidade ativa na ação falimentar.
- Juízo competente para declarar a falência.
- Do requerimento da falência.
- Resposta do devedor comerciante (alegações de defesa).
- Do procedimento preliminar da falência (da defesa à sentença constitutiva).
- Sentença denegatória da falência.
- Sentença declaratória da falência.
- Dos recursos no processo falimentar.
- Juízo Universal.
- Dos efeitos da falência quanto aos direitos dos credores.
- Dos efeitos da falência quanto à pessoa do falido.
- Dos efeitos da falência quanto aos bens do falido.
- Dos efeitos da falência quanto aos contratos do falido.
- Da revogação dos atos praticados pelo devedor antes da falência.
- Ação Revocatória.
- Continuação do negócio pelo falido.
- Do pedido de restituição e dos embargos de terceiro.
- Da habilitação dos créditos.
- Dos créditos não sujeitos à habilitação.
- Da classificação dos créditos.

- Da liquidação e a alienação dos bens do falido.
- Do pagamento aos credores.
- Encerramento do processo da falência.
- Extinção das obrigações da empresa.
- Da concordata preventiva e da concordata suspensiva.
- Di inquérito judicial.
- Dos crimes falimentares.
- Empresas não sujeitas à falência.
- Dos recursos.



DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina Curso

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL I Código: D7521

Ano: 3º Curso: DIREITO Departº: DEDIP

Carga Horária: 90 Créditos: Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]
Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a compreender a estrutura do Processo Penal como instrumento de aplicação do Direito Penal, em proteção da Sociedade.

Ementa do programa:

1. Evolução e Fundamentos do Processo Penal
2. Inquérito Policial
3. Ação Penal
4. Jurisdição e Competência
5. Incidentes Processuais
6. Provas
7. Sujeitos Processuais
8. Prisão e Liberdade Provisória
9. Atos Processuais
10. Sentença Criminal e Coisa Julgada

Bibliografia:

- ACOSTA, Walter P. *O Processo Penal*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 20ª ed., 1990.
- ALMEIDA, J. Canuto Mendes. *Processo Penal - Ação e Jurisdição*. São Paulo: RT, 1975.
- _____. *Princípios Fundamentais do processo Penal*. São Paulo: RT, 1973.
- ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. *Código de Processo Penal Brasileiro Anotado*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1ª ed., 1943. 5 vols.
- GRECO FILHO, Vicente. *Manual de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 3ª ed., 1995.
- MALATESTA, Nicola Framarino Dei. *A Lógica das Provas em Matéria Criminal*. São Paulo: Saraiva, 1960.
- MARQUES, José Frederico. *Tratado de Direito Processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 1ª ed., 1980. 2 vols.
- _____. *Elementos de Direito Processual Penal*. São Paulo: Forense. 4 vols.
- MIRABETE, Júlio Fabrini. *Código de Processo Penal Interpretado*. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 1994.
- _____. *Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 1993.

MITTERMAIER, C.J.A. Tratado da Prova em Matéria Criminal. São Paulo: Ed. Bookseller, 3ª ed., 1996.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 1993.

NORONHA, Eduardo Magalhães. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva.

ROSA, Antônio José Miguel Feu. Processo Penal. Rio de Janeiro: Editora Letra. 4 vols.

ROSA, Borges da. Comentários ao Código Processo Penal. São Paulo: RT, 3ª ed., 1982.

TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 16ª ed., 1994. 4 vols.



Conteúdo Programático:



01. EVOLUÇÃO E FUNDAMENTOS DO PROCESSO PENAL

- Introdução
- Conceito
- Relação com as Outras Ciências
- Evolução Histórica
- Fontes Evolutivas
- Aplicação da Norma Processual Penal no Tempo e Espaço
- Princípios Fundamentais que regem o Processo Penal

02. INQUÉRITO POLICIAL

- Preparação ao Exercício da Ação Penal
- Inquérito Policial
- Polícia Judiciária
- Inovações Introduzidas pelo Juizado Especial Criminal

03. AÇÃO PENAL

- Objetivo
- Iniciativa
- Natureza
- Classificação
- Ação Penal Pública
 - Incondicionada
 - Condicionada
- Ação Penal
 - Exclusiva
 - Subsidiária
 - Personalíssima
- Ação Civil Derivada do Crime - "Ex Delicto"
- Condições Genéricas da Ação
- Condições de Procedibilidade
- Pressupostos Processuais e Relação Jurídica
- Inovações Introduzidas pela Constituição Federal/88
- Inovações Introduzidas pelo Juizado Especial Criminal

04. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

- Jurisdição
- Órgãos da Jurisdição Penal
- Competência
 - Métodos de Determinação
 - Modificação
 - Competência da Justiça Federal
 - Competência da Justiça Militar
 - Competência da Justiça Eleitoral
 - Competência do Juizado Especial Criminal



05. INCIDENTES PROCESSUAIS

- Questões Prejudiciais
- Exceções
- Conflito de Jurisdição
- Restituição de Coisas Apreendidas
- Medidas Assecuratórias
- Incidente de Falsidade
- Insanidade Mental do Acusado

06. PROVAS

- Conceito
- Importância
- Valor
- Classificação
- Meios
 - Interrogatório
 - Confissão
 - Testemunhal
 - Pericial
 - Documental
 - Declaração do Ofendido
 - Reconhecimento
 - Acareação
 - Indícios
 - Busca e Apreensão
- Princípio do livre Convencimento Motivado
- Princípio da Íntima Convicção

07. SUJEITOS PROCESSUAIS

- Funções
- Juiz
- Partes
- As Partes Processuais
 - Acusador
 - Acusado
 - Defensor
 - Ofendido
 - Assistente de Acusação
- Capacidade Processual
- O Ministério Público
- Inovações Introduzidas pelo Juizado Especial Criminal



08. PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

- Prisão Provisória
- Espécies
 - Prisão em Flagrante Delito
 - Prisão Preventiva
 - Prisão Temporária
 - Prisão em Decorrência de Decisão de Pronúncia
 - Prisão em Decorrência de Sentença Penal Condenatória Recorrível
- Formalidades
- Pressupostos
- Liberdade Provisória
 - Espécies
 - Requisitos
- Inovações Introduzidas pelo Juizado Especial Criminal

09. ATOS PROCESSUAIS

- Conceito
- Espécies
- Citação
- Intimação/Notificação

10. SENTENÇA CRIMINAL E COISA JULGADA

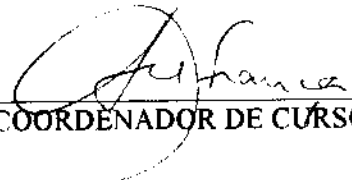
- Sentença
 - Conceito
 - Espécies

- Requisitos
- "Emendatio Libelli" e "Mutatio Libelli"
- Princípios Aplicáveis à Sentença Criminal
- Efeitos
- Principal
- Secundário



- Coisa Julgada
 - Coisa Julgada e Revisão Criminal

DATA / /


COORDENADOR DE CURSO

DATA / /

DIRETOR DE CENTRO


Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II		Código:
Ano: 3º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIP
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória
Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de): Ministrar para o aluno as informações básicas necessárias para visualizar o processo de conhecimento como um conjunto de atos coordenados, tendo como objetivo a aplicação da lei ao fato concreto para a composição da lide. Enfocar as características dos vários tipos de procedimentos processuais. Preparar o aluno para o aviamento dos recursos cabíveis.		
Ementa do programa: 1. Do processo ordinário 2. Da petição inicial 3. Da resposta do réu e da reconvenção 4. Do julgamento conforme o Estado do processo 5. Das provas 6. Da audiência 7. Da sentença e coisa julgada 8. Dos recursos 9. Da ação rescisória 10. Procedimento sumário 11. Procedimento no juizado especial cível		
Bibliografia: ANDRIGHI, F.N. & BENETI, Sidnei. <i>Juizados especiais cíveis e criminais</i> . Belo Horizonte, Del Rey, 1996. GRECO FILHO, Vicente. <i>Direito Processual Civil Brasileiro</i> . 9 ed. São Paulo. Saraiva. 1995. v. 2. MORGIRA, Wander P.M. <i>Juizados especiais cíveis</i> . Belo Horizonte, Del Rey, 1996. SANTOS, Ernane Fidélis dos. <i>Manual de Direito processual Civil</i> . 4 ed. SP. Saraiva. 1996. v.1. SANTOS, Moacir Amaral. <i>Primeiras Linhas de Direito processual Civil</i> . 18 ed. SP. Saraiva. 1995. v. 1 e 2. THEODORO JÚNIOR, Humberto. <i>Curso de Direito processual Civil</i> . 14 ed. RJ. Forense. 1994. v. 1.		

Conteúdo Programático:



01 - PROCESSO E PROCEDIMENTO

- Conceitos e diferenciação
- Tipos de procedimentos
- Procedimento ordinário como rito subsidiário dos demais
- Antecipação dos efeitos da tutela

02 - DA PETIÇÃO INICIAL

- Requisitos
- O pedido
- Indeferimento da inicial

03 - DA RESPOSTA DO RÉU

- Defesa do réu
- Contestação
- Exceções
- Reconvenção
- Revelia
- Declaratória incidental

04 - DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

- Extinção do processo
- Julgamento antecipado da lide
- Saneamento do processo

05 - DAS PROVAS

- Teoria geral da prova
- Conceito da prova
- Objetivo da prova
- Ônus da prova
- Momentos da prova
- Valoração da prova
- As várias espécies da prova
- Depoimento pessoal
- Confissão
- Exibição de documento ou coisa
- Prova documental
- Prova testemunhal
- Prova pericial
- Inspeção judicial



06 - DA AUDIÊNCIA

- De conciliação
- De instrução e julgamento

07 - DA SENTENÇA E COISA JULGADA

- Sentença
- Conceito e requisitos
- Emendas à sentença
- Efeitos da sentença
- Coisa julgada
- Conceito e teoria
- Coisa julgada formal e material
- Limites objetivos da coisa julgada
- Limites subjetivos da coisa julgada
- A coisa julgada nas ações de estado

08 - DOS RECURSOS

- Conceito e natureza
- Admissibilidade
- Efeitos
- Recursos adesivo
- Dos recursos em espécies
- Apelação
- Agravo
- Embargos infringentes e de declaração
- Recurso especial
- Recurso extraordinário

09 - DA AÇÃO RESCISÓRIA

- Conceito e natureza
- Pressupostos
- Fundamentos para sua interposição
- Procedimento

10 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO

- Petição inicial
- Audiência de conciliação
- Contestação

- Audiência de instrução e julgamento



11 - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

- Competência
- Procedimento
- Recursos

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___

COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DO TRABALHO

Código:

Ano:

3º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

120

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Transmitir ao aluno conceitos básicos e informações necessárias para o conhecimento do direito do trabalho de modo objetivo, direto e profundo, com base em análise e discussão discriminadas de seus institutos.

Capacitar o aluno a identificar e adequar as normas de direito do trabalho a cada caso específico nas relações de emprego.

Ementa do programa:

1. Introdução ao Direito do Trabalho.
2. Contrato Individual de Trabalho e Relações de Trabalho.
3. Salário e Remuneração.
4. Segurança e Medicina do Trabalho.
5. Duração do Trabalho.
6. Férias.
7. Trabalho da Mulher e do Menor.
8. Direito Disciplinar do Empregador.
9. Término do Contrato de Trabalho.
10. Estabilidade e FGTS.
11. Direito Coletivo.
12. Greve.
13. Direito Administrativo do Trabalho.
14. Direito Internacional do Trabalho.

Bibliografia:

BARROS, Alice Monteiro de. *A Mulher e o Direito do Trabalho*. LTR Editora.
BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Sindicatos - Sindicalismo*. LTR Editora.
CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. Editora Saraiva
CATHARINO, José Martins. *Tratado Jurídico do Salário*. LTR Editora.
DAMASCENO, Fernando A.V. *Equiparação Salarial*. LTR Editora.
GOMES, Orlando & GOTTSCHALK, Elson. *Curso de Direito do Trabalho*. Editora Forense.

LACERDA, Dorval. A Falta Grave no Direito do Trabalho. Edições Trabalhistas.

LINS, Edilberto Quintela Vieira. Incapacidade Executiva de Trabalho e Contrato de Emprego. Editora Forense.

MAGANO, Octávio Bueno. Do Poder Diretivo na Empresa. Editora Saraiva.

_____. Manual de Direito do Trabalho. LTR Editora.

MARANHÃO, Délio, VIANA, Segadas, SÜSSEKIND, Arnaldo & TEIXEIRA, Lima. Instituições de Direito do Trabalho. LTR Editora.

MARTINS, Nei Frederico Cano. Estabilidade Provisória no Emprego. LTR Editora.

MESQUITA, Luiz José de. Direito Disciplinar do Trabalho. LTR Editora.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. Editora Saraiva.

_____. Direito Sindical. LTR Editora.

_____. Iniciação ao Direito do Trabalho. LTR Editora.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Curso de Direito Individual do Trabalho. LTR Editora.

PRUNES, José Luiz Ferreira. A Prescrição no Direito do Trabalho. LTR Editora.

_____. Contratos Triangulares de Trabalho. Editora Juruá.

RODRIGUES, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. LTR Editora.

ROMITA, Arion Sayão. O Poder Disciplinar do Empregador. Editora Freitas Bastos.

RUPRECHT, Alfredo J. Relações Coletivas de Trabalho. LTR Editora.

RUSSOMANO, Mozart Victor. Princípios Gerais de Direito Sindical. Editora Forense.

SAAD, Eduardo Gabriel. Constituição e Direito do Trabalho. LTR Editora.

SÜSSEKIND, Arnaldo. Direito Internacional do Trabalho. LTR Editora.



Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

- História do Direito do trabalho.
- A Consolidação das Leis do Trabalho.
- Definição de Direito do Trabalho.
- Função do Direito do Trabalho.
- Natureza do Direito do Trabalho.
- Princípios de Direito do Trabalho.
- Fontes do Direito do Trabalho.
- Hermenêutica e Aplicação do Direito do Trabalho.

2. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO E RELAÇÃO DE TRABALHO

- Definição, Denominação, Forma e Característica.
- Prova, Classificação, Requisitos de validade e Conteúdo.
- Nulidade, Renúncia e Transação.
- Contratos Especiais de Trabalho:
 - Experiência;
 - Aprendizagem
 - Subempreitada;
 - Temporário;
 - Trabalho Doméstico;
 - A domicílio;
 - Rural.
- As Alterações Contratuais.
- As Suspensões e Interrupções na prestação de serviços.
- Prescrição e Decadência.

• EMPREGADO

- Conceito.
- Requisitos legais da definição.
- Tipos especiais de empregados.

• EMPREGADOR

- Conceito.
- Definição da CLT.
- Tipos de empregador.
- Grupos de empregador.

- Poder de direção do empregador.
- Sucessão de empresas.



3. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO

- Noções e distinções.
- Composição e formas de salário.
- Salário-utilidade.
- Comissão.
- Gratificação.
- Prêmios.
- Abonos.
- Salário-mínimo.
- Adicionais legais.
- Salário Profissional.
- Proteção do salário. Pagamento do salário.
- Equiparação salarial.

4. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- Insalubridade.
- Periculosidade.
- Penosidade.

5. DURAÇÃO DE TRABALHO

- Classificação da jornada de trabalho.
- Prorrogação e compensação.
- Trabalho noturno.
- Turnos ininterruptos de revezamento.

6. PERÍODO DE DESCANSO

- Repouso semanal remunerado.
- Feriados.
- Férias anuais.
 - Aquisição.
 - Duração.
 - Concessão.
 - Remuneração.

- Abono de Férias.
- Efeitos na extinção do contrato de trabalho.
- Prescrição.
- Férias coletivas.



7. TRABALHO DA MULHER E DO MENOR

- A Constituição e a proteção da mulher e do menor.
- Proteção à maternidade.
- Contratos de trabalho e salário.
- Duração e condições de trabalho.

8. ESTABILIDADE E FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

- Legislação.
- Efeitos da rescisão de contrato de trabalho.
- Movimentação das contas.

9. TÉRMINO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

- Formas e extinção.
- Prova
- Aviso Prévio.
- Efeitos.
- Estabilidade.

10. DIREITO DISCIPLINAR DO TRABALHO

- Fundamentos do direito disciplinar.
- Sanções disciplinares.
- Elementos que caracterizam a justa causa.
- Atos faltosos do empregado e do empregador.

11. DIREITO COLETIVO

- Organização sindical.
- Características, finalidade, função e reconhecimento do sindicato.
- Normas coletivas de trabalho.



12. GREVE

- Conceito.
- Natureza jurídica.
- Fundamentos.
- Procedimentos.
- Garantia dos grevistas.
- Manutenção dos equipamentos.
- Serviços essenciais.
- Abuso do direito de greve.

13. DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO

- Ministério do Trabalho.
- Inspeção do trabalho.
- Fiscalização do trabalho.

14. DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

- Organização Internacional do Trabalho - OIT.
- Recomendações, convenções e tratados internacionais.
- Integração das normas internacionais no direito nacional.
- Tratados bilaterais e plurilaterais.

DATA ___ / ___ / ___

COORDENADOR DE CURSO

DATA ___ / ___ / ___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO I

Código:

Ano:

3º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Sendo o Direito Administrativo um ramo do Direito Público que, como integrante do Direito Positivo, regula e estuda as normas jurídicas que disciplinam a Administração Pública, visamos orientar os alunos no sentido de poder analisar o Estado Brasileiro como um todo, seja no sentido orgânico seja no aspecto funcional, observadas, ainda, as situações e relações jurídicas pertinentes aos direitos, deveres, pretensões, obrigações, poderes, faculdades envolvidos, quer dentro da própria Administração, quer no relacionamento entre essa e os administradores, ou entre as entidades públicas diversas.

Ementa do programa:

1. Direito Administrativo
2. Administração Pública
3. Poderes Administrativos
4. Atos Administrativos
5. Contratos Administrativos e Licitações
6. Serviço Público

Bibliografia:

01. ARAÚJO, Edimir Netto. **O Ilícito Administrativo e seu Processo**. São Paulo, SP - Ed. Revista do Tribunais, 1994.
02. BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo, SP - Ed. Saraiva, 1994.
03. CRETELLA JÚNIOR, José. **Dicionário de Direito Administrativo**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1978.
04. _____ . **Manual de Direito Administrativo**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1989.
05. COSTA, José Armando. **Teoria e Prática do Direito Disciplinar**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1981.
06. DI PRIETO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo, SP - Ed. Atlas, 1993.



Ficha de Disciplina

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO II

Código:

Ano:

3º

Curso:

DIREITO

Departamento:

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho vinculadas à sua área de formação e à análise crítica das mesmas, bem como enaltecer a prática da ética profissional.

Ementa do programa:

01. Prática Jurídica Extrajudicial simulada

Bibliografia:

- 1 - BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil, SP., Ed. Revista dos Tribunais, 1993.
- 2 - LUZ, Valdemar P. da. Manual de Iniciação à Advocacia Prática Judicial e Extrajudicial, 1996, Sagra-DC Luzzatto Editores.
- 3 - PALAIA, Nelson. Técnica da Petição Inicial e da Contestação, 1996.
- 4 - RAITANI, Francisco. Prática Processual Civil, SP., Saraiva, 1990
- 5 - SANTOS, Paulo Sérgio Puerta dos. Manual de Prática Processual Civil. SP, Saraiva, 1995

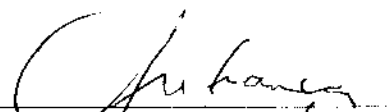
Conteúdo Programático:



PRÁTICA JURÍDICA EXTRAJUDICIAL SIMULADA

- Atividades moduladas sobre as disciplinas já cursadas, ou em curso;
- Elaboração e redação de peças profissionais e ou instrucionais;
- Visitas a órgãos judiciários e penitenciários, e órgãos de funções essenciais à Justiça;
- Outras atividades práticas.

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: ÉTICA GERAL		Código:
Ano: 4°	Curso: DIREITO	Departamento: FILOSOFIA
Carga Horária: 60	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

1. Propiciar ao aluno formação teórica em temas de Ética Geral.
2. Compreender e discutir tópicos relevantes de teoria ética normativa e interdisciplinariedade na Ética Geral.

Ementa do programa:

O curso pretende apresentar e discutir tópicos especiais de Ética Geral.

Bibliografia:

- BUCHEIM, Hans. *Política y poder*. Barcelona: Aja, 1985.
- CHEVALIER, J. J. *História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FARREL, Martins D. *Métodos de la ética*. Buenos Aires: Abaledo Perrot, 1994.
- FRANKENA, W. *Ética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MATOS, Olgária C. F. *As barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Lisboa: Presença, 1982.
- REFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SINGER, Peter. *A companion to ethics*. Oxford: Basil Blackwell, 1993.

Conteúdo Programático:



1. HISTÓRIA DA ÉTICA

- História humana e ética.
- As grandes tradições éticas na filosofia.

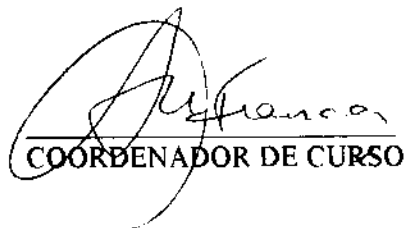
2. TÓPICOS GERAIS

- A crítica de Marx à moralidade.
- Ética e religião.
- Ética e Política.
- Ética e legalidade.

3. TÓPICOS DE ÉTICA NORMATIVA.

- Egoísmo ético.
- Contratualismo ético-político.
- Kant e a universalização.
- Utilitarismo.
- Direitos.

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___ / ___ / ___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DAS COISAS

Código:

Ano:

4°

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Ministrar aos alunos conhecimentos básicos sobre Direito das Coisas, especificamente posse, propriedade e direitos reais sobre coisas alheias.

Ementa do programa:

- 01 - Conceito, classificação e conteúdo do direito das coisas
- 02 - Distinção entre direitos reais e pessoais
- 03 - Caracteres fundamentais e classificação dos direitos reais
- 04 - Objetivos dos direitos reais

Bibliografia:

- 01 - ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Civil - Reais. Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1983.
- 02 - BEVILÁQUA, Clóvis. Direito das Coisas. Rio de Janeiro, Forense, vols. I e II, 1956.
- 03 - BIONDO, Biondi. Las Servidumbres. Revista de Derecho Privado, Milán, 1978.
- 04 - CHAVES, Antonio. Lições de Direito Civil. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1974.
- 05 - DINIZ, Maria Helena. Direito Civil Brasileiro - Direito das Coisas, São Paulo, Saraiva, vol. IV, 1993.
- 06 - MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo, Saraiva, 1994.
- 07 - PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense, vol. III, 1993.
- 08 - PEREIRA, Lafayette Rodrigues. Direito das Coisas. São Paulo, Freitas Bastos, vol. II, 1943.
- 09 - RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Coisas. Rio de Janeiro, Aide, vol. III, 1993.
- 10 - RODRIGUES, Silvio. Direito Civil - Direito das Coisas. São Paulo, Saraiva, vol. V, 1993.
- 11 - VIANA, Marco Aurélio S. Curso de Direito Civil, Direitos das Coisas. Belo Horizonte, Del Rey, vol. III, 1993.

Conteúdo Programático:



01 - CONCEITO DO DIREITO DAS COISAS

- Diferenças entre do direitos reais e os obrigacionais, enumeração e classificação

02 - POSSE

- As diversas espécies de posse
- Aquisição e perda da posse e efeitos secundários da posse
- Proteção possessória

03 - USUCAPIÃO

- Usucapião de imóveis, móveis e outros direitos reais

04 - PROPRIEDADE

- Evolução, natureza e fundamento do Direito de propriedade - caracteres
- A propriedade imóvel
- Modos de aquisição da propriedade imóvel
- Perda da propriedade imóvel
- Proteção à propriedade imóvel
- Modos de aquisição da propriedade imóvel

05 - DIREITO DE VIZINHANÇA

06 - CONDOMÍNIO

- Condomínio em edificações

07 - DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS

- A enfiteuse
- As servidões
- O usufruto
- O uso
- A habitação
- As rendas expressamente constituídas sobre imóveis
- O penhor

- Anticrese
- A hipoteca



DATA / /

DATA / /


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Código:

Ano:

4º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Ministrar aos alunos conhecimentos indispensáveis para o manejo das disciplinas Direito de Família, Direito do Menor e Direito das Sucessões, bem como desenvolver a pesquisa e provocar debates, habituando-os à vida prática.

Ementa do programa:

- I - Direito de Família
- II - Direito do Menor
- III - Direito das Sucessões

Bibliografia:

- BARROS MONTEIRO**, Washington de. *Curso de Direito Civil*. Vol. II e VI. São Paulo: Saraiva, 1996.
- BEVILÁQUA**, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado*. Ed. Rio, Edição Histórica.
- CARVALHO SANTOS**, J.M. de. *Código Civil Brasileiro Interpretado*. Vols. XXII a XXV. 13ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988.
- DEGNI**, Francesco. *Il diritto di famiglia nel nuovo Codice Civile Italiano*. Padova: CEDAM, 1943.
- DINIZ**, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Vol. II e VI. São Paulo: Saraiva, 1996.
- MORAES**, Walter. *Teoria Geral e Sucessão Legítima*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- NEGRÃO**, Theotônio (Org.). *Código Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, Edição atualizada de 1996.
- NOGUEIRA**, Paulo Lúcio. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- OLIVEIRA**, Juarez de (Org.). *Constituição Federal*. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São paulo: Atlas, 1996.
- PEREIRA**, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Vol. II e VI. Rio de Janeiro:

PLANIOL, RIPERT & BOULANGER. *Traité Élémentaire de Droit Civil.* Vol. I. 12^a ed. Paris.

RODRIGUES, Sílvio. *Curso de Direito Civil.* Vol. VI e VII. São paulo: Saraiva, 1996.

VIANA, Marco Aurélio Silva. *Curso de Direito Civil.* Vol. II e VI. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 1996.



Conteúdo Programático:



I - DIREITO DE FAMÍLIA E DO MENOR

1 - INTRODUÇÃO:

- Conceito e conteúdo do Direito de Família;
- Objeto do Direito de Família;
- Princípios do Direito de Família;
- Natureza do Direito de Família;
- Importância do Direito de Família.

2 - NOÇÕES GERAIS SOBRE O CASAMENTO:

- Conceito e fins do matrimônio;
- Natureza jurídica do casamento;
- Caracteres do casamento;
- Princípios do Direito Matrimonial;
- Esponsais ou promessa de casamento;
- Casamento civil e religioso;
- Condições necessárias à existência, validade e regularidade.

3 - IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS:

- Conceito;
- Classificação;
- Impedimentos dirimentes públicos ou absolutos;
- Impedimentos dirimentes privados ou relativos;
- Impedientes ou proibitivos;
- Oposição dos impedimentos matrimoniais.

4 - FORMALIDADES PRELIMINARES À CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO:

- Noções gerais.

5- CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO:

- Formalidades essenciais da cerimônia nupcial;
- Casamento por procuração;
- Casamento nuncupativo;
- Casamento perante autoridade diplomática;
- Casamentos religiosos com efeitos civis.

6 - PROVAS DO CASAMENTO:

- Noções gerais.



7 - EFEITOS JURÍDICOS DO MATRIMÔNIO:

- Efeitos principais do casamento;
- Efeitos sociais do casamento;
- Efeitos pessoais do casamento;
- Efeitos jurídico-patrimoniais do matrimônio;
- Direitos e deveres dos cônjuges na ordem patrimonial;
- Relações econômicas subordinadas ao regime matrimonial de bens;
- Conceito de regime matrimonial de bens;
- Princípios fundamentais do regime de bens entre marido e mulher;
- Regime da Comunhão Parcial;
- Regime da Comunhão Universal;
- Regime da Separação de Bens;
- Regime Dotal;
- Doações Antenupciais;
- Bens Reservados da mulher;
- Administração da sociedade conjugal;
- Preservação do patrimônio familiar;
- Relações econômicas entre pais e filhos.

8- DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL:

- Casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento;
- Dissolução pela morte de um dos cônjuges;
- Sistema de nulidades do casamento;
- Normas peculiares ao regime de nulidades e anulabilidades matrimoniais;
- Nulidade matrimonial;
- Anulabilidades matrimoniais;
- Declaração de putatividade do casamento nulo e anulável;
- Separação judicial: finalidade e espécies;
- Separação consensual;
- Separação litigiosa;
- Efeitos da separação judicial;
- Divórcio: conceito, objetivo e modalidades;
- Efeitos do Divórcio.

9 - DIREITO PARENTAL:

- Parentesco;
- Filiação: Reconhecimento voluntário e reconhecimento judicial;
- Ação de investigação de paternidade;
- Ação de investigação de maternidade;
- Conseqüências do reconhecimento do filho, consubstanciadas na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992;
- Pátrio poder;
- Alimentos.



10 - DIREITO DO MENOR E ASSISTENCIAL:

- Estatuto da Criança e do Adolescente (medidas de Proteção);
- Guarda;
- Tutela;
- Curatela e Ausência.

II- DIREITO DAS SUCESSÕES

1 - INTRODUÇÃO:

- Conceitos vários;
- Sucessão: a título universal;
- A título singular;
- "Inter vivos";
- "Mortis causa";
- Herdeiro e Legatário;
- Herança e Legado;
- Princípios Gerais: Abertura da sucessão;
- Transmissão da herança e herdeiros necessários;
- Capacidade para suceder;
- Indignidade;
- Reabilitação do Indigno;
- Devolução da herança: Aceitação, benefício de inventário;
- Renúncia;
- Heranças jacente e vacante;
- Petição de Herança;
- Cessão de herança.



2 - SUCESSÃO LEGÍTIMA:

- Ordem de sucessão: vocação, sucessão por cabeça;
- Direito de Representação;
- Sucessão em linha reta: descendentes, filiação adotiva, ascendentes;
- Sucessão do cônjuge: no Código Civil de 1916, Evolução subsequente;
- Do direito da sociedade de fato e concubinato, interpretação dos textos constitucional e infra-constitucional;
- Sucessão dos colaterais: Regras disciplinares, evolução da sucessão dos colaterais;
- Sucessão do município.

3 - SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA:

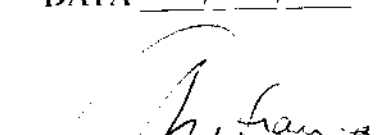
- Disposição de última vontade: natureza e evolução da sucessão testamentária, herdeiros necessários, liberdade de testar;
- Do Testamento: Conceito, capacidade para testar, capacidade para adquirir por testamento; Formas de testamento: generalidades, testemunhas dos testamentos, Testamento público,
- Testamento particular, Testamento cerrado, Testamento marítimo, Testamento militar,
- Testamento nuncupativo, Codicilos;
- Disposições testamentárias: conteúdo do testamento, interpretação;
- Legados: Objeto, Espécies, Pagamento, Caducidade;
- Substituições: Vulgar e recíproca, Fideicomisso;
- Execução do testamento: Testamenteiro, Direito de acrescer, Deserdação;
- Interpretação do testamento: Revogação, Caducidade, Redução das Liberalidades,
- Anulação dos testamentos.

4 - INVENTÁRIO E PARTILHA:

- Inventário: Início do inventário, Cabeça do casal, Herdeiros, Herdeiro único e adjudicação;
- Andamento Processual: Processo de inventário, Arrolamento inventário negativo,
- Pagamento das dívidas: Ação de sonegados;
- Partilha: Monte partível, Colação, Formas de partilha, Venda de bens, Ternas e reposição,
- Homologação de partilha, Garantias dos quinhões hereditários.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PENAL III

Código:

Ano:

4º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Fazer com que o aluno se familiarize com a legislação penal de nosso país, bem como, com a doutrina elaborada em razão desta legislação.

Desenvolver o senso crítico, nos alunos, da necessidade de mudanças na legislação penal.

Levar os alunos a compreender a objetividade jurídica dos delitos estudados nesta disciplina, assim como da necessidade da tutela penal.

Ao final do curso visa-se habilitar os alunos ao exercício da advocacia criminal, além do que, levá-los a compreender a exigência atual da modificação das formas de cumprimento da pena, como forma de se conter a criminalidade do país.

Criar no estudante a visão social da criminalidade e não apenas a face policial do problema, mas suas faces social e política.

Dar uma visão aos alunos da legislação especial.

Ementa do programa:

01. Dos crimes contra a família
02. Dos crimes contra a incolumidade pública
03. Dos crimes contra a paz pública
04. Dos crimes contra a fé pública
05. Dos crimes contra a administração pública
06. Legislação especial

Bibliografia:

ALMEIDA, Fernando Henrique Mendes de. Dos Crimes contra a Administração Pública, São Paulo, Saraiva, 1995.

AMARAL, Sylvio do. Falsidade Documental, 2ª ed., São Paulo, RT, 1978.

BARRETO, Djalma Lúcio Gabriel. Parapsicologia, Curandeirismo e Lei, Petrópolis, Vozes, 1972.

BRUNO, Aníbal. Direito Penal, vols. 2 e 3, Rio de Janeiro, Forense, 1978

CERNICCHIARO, Luís Vicente. Direito Penal na Constituição, São Paulo, RT, 1995.

COSTA JÚNIOR, Paulo José. Comentários ao Código Penal, 2ª ed., vol. 3, São Paulo, Saraiva, 1990.

- FARIA, Bento de. Código Penal Brasileiro, 2ª ed., Rio de Janeiro, Record, 1959.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal, 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981.
- FRANCO SILVA, Alberto. Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial, 5ª ed., vols. 1 e 2, São Paulo, RT, 1995.
- HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal, 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1985.
- JESUS, Damásio E. de. Código Penal Anotado, São Paulo, Saraiva, 1995.
- _____. Direito Penal, 10ª ed., vols. 3 e 4, São Paulo, Saraiva, 1995.
- _____. Lei Antitóxicos Anotada, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1996.
- _____. Lei das Contravenções Penais Anotada, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1996.
- LACERDA, Romão C.. Comentários ao Código Penal, 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981.
- LUIZI, Luiz. Os Princípios Constitucionais Penais, Sete Mares, 1991.
- MARQUES, José Frederico. Tratado de Direito Penal. São Paulo, Saraiva, 1961.
- MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de Direito Penal, 9ª ed., vol. 3, São Paulo, Atlas, 1995.
- NORONHA, Magalhães. Direito Penal, 22ª ed., vols. 3 e 4, São Paulo, Saraiva, 1995.
- OLIVEIRA NETO, Olavo de. Comentário da Lei das Contravenções Penais, São Paulo, Ltr, 1994.
- OLIVEIRA, Edmundo. Crimes de Corrupção, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1994.
- OLIVEIRA, Juarez de. Tóxicos, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1994.
- PRADO, Régis Luiz. Falso Testemunho e Falsa Perícia, 2ª ed., São Paulo, RT, 1994.
- REALE JÚNIOR, Miguel. Direito Penal Aplicado, vols. 3 e 4, São Paulo, RT, 1992.
- SALES JÚNIOR, Romeu de Almeida. Ação Penal nas Contravenções, São Paulo, Saraiva, 1986.
- VIEIRA, Jair Lot. Peculato Visto pelos Tribunais, Edipro, 1994



Conteúdo Programático:



1. DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

- Dos Crimes contra o casamento
- Dos crimes contra o estado de filiação
- Dos crimes contra a assistência familiar
- Dos crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela

2. DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

- Dos crimes de perigo comum
- Dos crimes contra a segurança dos meios de transporte e comunicação e outros serviços
- Dos crimes contra a saúde pública

3. DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

4. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

- Da moeda falsa
- Da falsidade de títulos e outros papéis públicos
- Da falsidade documental
- De outras falsidades

5. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral
- Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral
- Dos crimes contra a administração da justiça
- Disposições finais do Código Penal

6. LEI DE ENTORPECENTES

- Prevenção e tratamento, crimes e penas

7. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

- Infrações e sanções

8. CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR

- Conceito; responsabilidade penal do comerciante
- Infrações e sanções



DATA ___/___/___

DATA ___/___/___

COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Código:

Ano:

4º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a compreender a estrutura do Processo Penal como instrumento de aplicação do Direito Penal, em proteção da Sociedade.

Ementa do programa:

1. Procedimentos
2. Instrução Criminal
3. Juizado especial criminal
4. Regularidade formal do processo
5. Recursos
6. Habeas-Corpus
7. Mandado de segurança na justiça criminal
8. Revisão Criminal
9. Execução Penal
10. Relações jurídicas internacionais na área criminal

Bibliografia:

- ACOSTA, Walter P. *O Processo Penal* 20ª ed., Editora do Autor, Rio de Janeiro, 1990.
- ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. *Código de Processo Penal Brasileiro Anotado* 1ª ed., 5 vols., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1943
- GRECO FILHO, Vicente. *Manual de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 3ª ed., 1995.
- GRINOVER, Ada Pellegrini (e outros). *Juizados Especiais Criminais*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1ª ed., 1995
- _____. *As Nulidades no Processo Penal*. São Paulo, Ed. Manlieiros, 1ª ed. 1992
- _____. *Recursos no Processo Penal*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais. 1ª ed., 1996.
- JESUS, Damásio E. de. *Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada* São Paulo, Ed. Saraiva. 1ª ed., 1995.
- MARQUES, José Frederico. *Tratado de Direito Processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 1ª ed.,

- O júri no Direito Brasileiro. São Paulo, Ed. Saraiva, 2ª ed., 1995
- MIRABETE, Júlio Fabrini. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 1994.
- Processo Penal. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 1993.
- Execução Penal. São Paulo, Ed. Atlas S.A, 5ªed.; 1993
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 1993.
- Comentários à Lei de Execução Penal. São Paulo, Ed. Saraiva, 1994
- NORONHA, Eduardo Magalhães. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva.
- PAZZAGLINI FILHO, Marino (e outros). Juizado Especial Criminal. São Paulo, Ed. Atlas, 1ª ed., 1996
- PORTO, Hermínio Alberto Marques. Júri São Paulo, Ed. RT, 5ª ed., 1987
- ROSA, Antônio José Miguel Feu. Processo Penal. Rio de Janeiro: Editora Letra. 4 vols.
- ROSA, Borges da. Comentários ao Código Processo Penal. São Paulo: RT, 3ª ed., 1982.
- TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva. 2 vols.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 16ª ed., 4 vols. 1994.



Conteúdo Programático:



1. PROCEDIMENTOS

- Classificação
- Procedimentos em Espécie
 - Procedimento ordinário ou comum
 - Procedimento sumário
 - Procedimento especial
 - Procedimento sumaríssimo

2. INSTRUÇÃO CRIMINAL

- Procedimento Ordinário
- Procedimento sumário
- Procedimento Sumaríssimo - Juizado Especial Criminal
- Procedimento Especial
 - Lei de Tóxico
 - Lei Abuso de Autoridade
 - Lei de Imprensa
 - Crimes contra a Honra
 - Crimes Falimentares
 - Crimes de Responsabilidade - Funcionários Públicos
 - Crimes contra Propriedade Imaterial
- Procedimento do Tribunal do Júri
 - Libelo e contrariedade ao Libelo
 - Organizações do Quadro de Jurados
 - Função dos jurados
 - Atribuição do Presidente
 - Composição do Conselho de Sentença
 - Interrogatório do Acusado e Inquirição Testemunhas na Sessão Plenária de Julgamento
 - Debates Oraais:
 - Réplica
 - Tréplica
 - Formulação dos quesitos
 - Votação dos Quesitos
 - Publicidade da Sentença
 - Desaforamento
- Restauração de Autos Extraviados ou Destruídos

3. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

- Objetivos
- Princípios
- Infrações de Menor Potencial Ofensivo



- Competência
- Atos Processuais
- Fase Preliminar
 - Composição Civil
 - Transação Penal
- Procedimento Sumaríssimo
- Sistema Recursal
- Execução
- Suspensão Condicional do Processo

4. **REGULARIDADE FORMAL DO PROCESSO**

- Pressupostos Processuais e suas categorias
 - Pressupostos de existência e pressupostos de validade
 - Conseqüências de Falta de Pressupostos
 - Controle de pressupostos processuais
- Processo e procedimento
 - Condições de procedibilidade
 - Classificação
- Vícios do Processo
 - Forma dos atos processuais como condição de eficácia
 - Atos irregulares, nulos e inexistentes
 - Nulidades e suas conseqüências
 - Nulidades no Código de Processo Penal

5. **RECURSOS**

- **Teoria Geral dos Recursos**
 - Conceito
 - Fundamento
 - Pressupostos
 - Princípios
 - Efeitos
 - Classificação
- Recursos em espécie
 - Recurso em sentido estrito
 - Apelação
 - Protesto por novo júri
 - Carta testemunhal
 - Embargos:
 - Embargos declaratórios
 - Embargos infringentes e nulidades
- Agravo em Execução Penal
- Correição parcial

- Recursos para os Tribunais Superiores
 - Recurso Ordinário
 - Recurso especial
 - Recurso extraordinário



6. HABEAS-CORPUS

- Antecedentes Históricos
- Natureza jurídica
- Cabimento
- Forma
- Competência
- Procedimento

7. MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA CRIMINAL

- Mandado de segurança na área criminal
- Cabimento
- Legislação sobre o mandado de segurança

8. REVISÃO CRIMINAL

- Natureza Jurídica
- Pressuposto primordial
- Legitimidade
- Competência
- Prazo
- Efeitos

9. EXECUÇÃO PENAL

- Objetivos - LEP
- Natureza Jurídica da Execução Penal
- Escolas Penais
- Penas privativas de liberdade
- Penas restritivas de Direito
- Pena de multa
- Penas acessórias
- Suspensão condicional da pena ("SURSI")
- Livramento condicional
- Remição
- Anistia, graça e indulto
- Reabilitação
- Unificação de penas
- Direitos e deveres do condenado

- Órgãos da execução penal
- Estabelecimentos Penais
- Regimes de execução de pena
- Execução de medidas de segurança
- Incidentes de execução da pena
- Recursos
 - Agravo



10. RELAÇÕES JURÍDICAS INTERNACIONAIS NA ÁREA CRIMINAL

- Carta Rogatória
 - Expedição
 - Competência e processamento
 - Cumprimento
- Homologação de Sentença Estrangeira
 - Requisitos
 - Processamento do pedido
 - Homologação para efeitos civis
- Extradicação
 - Conceito
 - Processamento do pedido

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Código:

Ano:

4º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Estudar os conceitos basilares do processo cautelar e do processo de execução cível.

Ementa do programa:

1. Noções gerais do processo cautelar
2. Pressupostos das medidas cautelares
3. Procedimento ordinário do processo cautelar
4. Noções gerais de processo de execução
5. Das diversas espécies de execução
6. Embargos do devedor
7. Remição de bens
8. Suspensão e extinção da execução
9. Execução fiscal
10. Execução do juizado especial cível.

Bibliografia:

- ASSIS, Araken de. *Manual do processo de Execução*. São Paulo, RT, 1995.
- CUNHA CAMPOS, Ronaldo. *Ação de execução fiscal*. Rio, Aide, 1989.
- GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. 9ª. ed. SP, Saraiva, 1995. v.3.
- MENDONÇA LIMA, Alcides. *Comentários ao C.P.C.* Vol. 6, tomos I e II. Rio, Forense, 1979.
- PACHECO, José da Silva. *Comentários à Lei de Execução Fiscal*. São Paulo, Saraiva, 1995.
- SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. 4ª. ed. SP, Saraiva, 1996. v.2 e 3
- SANTOS, Moacir Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*. 18ª. ed. SP, Saraiva, 1995. v. 2 e 3.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito processual Civil*. 14ª. ed. RJ., Forense, 1994. v. 2.

Conteúdo Programático:



01 - PROCESSO CAUTELAR

- Disposições gerais
- Pressupostos das medidas cautelares
- Natureza instrumental do processo cautelar

02 - PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS

- Arresto
- Sequestro
- Caução
- Busca e apreensão
- Exibição
- Produção antecipada de provas
- Alimentos provisionais
- Arrolamentos de bens
- Atentado
- Protesto e apreensão de títulos
- Outras medidas provisórias

03 - NOÇÕES GERAIS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

- Atividade substitutiva do Estado
- Características do processo executório
- Diferença entre processo de execução e de conhecimento
- Princípios
- Pretensão executória

04 - INADIMPLENTO E PROPOSITURA DA AÇÃO EXECUTÓRIA

05 - DAS PARTES E DA RESPONSABILIDADE PROCESSUAL

- Legitimação ativa
- Legitimação passiva
- Responsabilidade processual

06 - TÍTULOS EXECUTIVOS

- Conceito
- Falta ou defeito
- Requisitos: liquidez, certeza e exigibilidade
- Vencimento antecipado
- Títulos executivos judiciais
 - Modalidades
 - Embargos

- Competência
- Títulos executivos extrajudiciais
 - Modalidades
 - Embargos
 - Competência



07 - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

- Introdução
- Modalidades
 - Por cálculos
 - Por arbitramento
 - Por artigos

08 - EXECUÇÃO DEFINITIVA E EXECUÇÃO PROVISÓRIA

09 - EXECUÇÃO NULA E EXECUÇÃO INJUSTA

10 - DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

- Execução para entrega de coisa certa e incerta
- Execução das obrigações de fazer e não fazer
 - Da execução específica de contratar e emitir declarações de vontade
 - Da multa cominatória
- Execução por quantia certa contra devedor solvente
- Noções gerais
- Penhora
- Avaliação
- Arrematação
- Pagamento do credor
 - Entrega do dinheiro
 - Adjudicação
 - Usufruto do imóvel ou da empresa
- Execução contra a fazenda pública
- Execução da prestação alimentícia
- Execução das obrigações decorrentes do ato ilícito

11 - EMBARGOS DO DEVEDOR

- Disposições gerais
- Embargos à execução fundada em sentença
- Embargos à execução fundada em título extrajudicial
- Embargos à arrematação e à adjudicação
- Embargos na execução por carta

12 - REMISSÃO DE BENS



13 - SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO

14 - EXECUÇÃO FINAL

15 - EXECUÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Código:

Ano:

4°

Curso :

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

120

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Conhecer e aplicar as regras e princípios do Direito Processual do Trabalho, destinados à solução judicial dos conflitos trabalhistas.

Especificamente, orientar, preparar e capacitar o aluno para atuar na área do direito do trabalho, quer no âmbito da Justiça do Trabalho, quer nos variados segmentos abrangidos pela área especializada.

Ementa do programa:

1. História do Direito Processual.
2. Organização da Justiça do Trabalho.
3. Jurisdição e Competência da Justiça do Trabalho.
4. Princípios Constitucionais e Processuais do Trabalho.
5. As Ações Trabalhistas.
6. O Procedimento do Dissídio Individual.
7. As Provas no Processo do Trabalho.
8. Sentença e seus Efeitos no Dissídio Individual.
9. Recursos no Dissídio Individual.
10. Execução de Sentença no Dissídio Individual.
11. Procedimentos Especiais na Justiça do Trabalho.
12. O Procedimento do Dissídio Coletivo.
13. Os Recursos no Dissídio Coletivo de Trabalho.
14. Ação de Cumprimento.

Bibliografia:

ALMEIDA, Ísis de. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. Vol. I e II. Editora LTr, 1996.

ARAÚJO, João Carlos. *Ação Coletiva do Trabalho*. Editora LTr, 1993.

BATALHA, Wilson de Souza Campos & BATALHA, Sílvia Marina Labate. *Sindicatos - Sindicalismo*. Editora LTr, 2ª edição.

CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. Editora Saraiva,

1996.

- CASTELO, Jorge Pinheiro. O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo. Editora LTr, 1993.
- COSTA, Coqueijo. Direito Processual do Trabalho. Editora Forense, 1995.
- GIGLIO, Wagner. Direito Processual do Trabalho. Editora LTr, 1994.
- MACHADO FILHO, César Pereira da Silva. O ônus da Prova no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.
- MALLET, Estevão. Do Recurso de Revista no Processo de Trabalho. Editora Ltr, 1995.
- MALTA, Christóvão Piragibe Tostes. Prática Processual Trabalhista. Editora Ltr, 1996.
- MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Processo Coletivo do Trabalho. Editora Ltr, 1994.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. Editora Saraiva, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco Antonio de. O Processo na Justiça do Trabalho. Editora Forense, 1996.
- PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo Trabalhista de Conhecimento. Editora Ltr, 1995.
- SAAD, Eduardo Gabriel. Direito Processual do Trabalho. Editora Ltr, 1995.
- TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Ação Rescisória. Editora Ltr, 1996.
- _____ . As Ações Cautelares no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.
- _____ . Execução no Processo Trabalhista. Editora Ltr, 1997.
- _____ . Liquidação da Sentença no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.
- _____ . Litisconsórcio, Assistência, Intervenção de Terceiros no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.
- _____ . A Prova no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.
- _____ . A Sentença no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.
- _____ . Sistema dos Recursos Trabalhistas. Editora Ltr, 1996.
- VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Direito Processual do Trabalho. Editora Del Rey, 1995.



Conteúdo Programático:



1. HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

2. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- A representação paritária.
- Funcionamento de uma JCJ.
- Ministério Público do Trabalho.
- Tribunal Superior do Trabalho.
- Tribunais Regionais do Trabalho.

3. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

4. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS DO TRABALHO

5. AS AÇÕES TRABALHISTAS

- Individuais.
- Coletivas.

6. O PROCEDIMENTO NO DISSÍDIO INDIVIDUAL

- Partes.
- Advogado no processo do trabalho.
- Atos, termos e prazos processuais.
- Nulidades processuais.
- Petição Inicial.
- Distribuição.
- Citação.
- Audiência.
- O não-comparecimento das partes.
- Contestação.
- Exceções.
- Reconvenção.
- Conciliação inicial.

7. AS PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO

- Natureza e Princípios.
- Classificação das provas.
- Meios de prova.
- O ônus da prova no processo do trabalho.
- Fase final do dissídio individual.



8. SENTENÇA E SEUS EFEITOS NO DISSÍDIO INDIVIDUAL

- Classificação.
- Linguagem.
- Estrutura.
- Valor da condenação.
- Embargos Declaratórios.

9. OS RECURSOS NO DISSÍDIO INDIVIDUAL

- Princípios que informam o sistema dos recursos.
- Modalidades dos recursos.
 - Recurso ordinário.
 - Recurso de revista.
 - Embargos Declaratórios.
 - Agravo de Instrumento.
 - Recurso Extraordinário.
 - Agravo Regimental.
 - Correição Parcial.

10. EXECUÇÃO DE SENTENÇA NO DISSÍDIO INDIVIDUAL

- Princípios da execução.
- Sentenças exeqüíveis e modalidades de execução.
- O procedimento da execução.
- Cálculos Trabalhistas.
- Citação.
- Penhora.
- Embargos à penhora.
- Agravo de Petição.

11. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

- Rito sumário.
- As medidas cautelares.



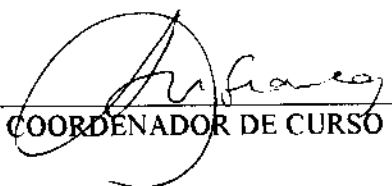
12. O PROCEDIMENTO DO DISSÍDIO COLETIVO

13. OS RECURSOS NO DISSÍDIO COLETIVO DO TRABALHO

14. AÇÃO DE CUMPRIMENTO

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO II

Código:

Ano:

4°

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Sendo o Direito Administrativo um ramo do Direito Público que, como integrante do Direito Positivo, regula e estuda as normas jurídicas que disciplinam a Administração Pública, visamos orientar os alunos no sentido de poder analisar o Estado Brasileiro como um todo, seja no sentido orgânico seja no aspecto funcional, observadas, ainda, as situações e relações jurídicas pertinentes aos direitos, deveres, pretensões, obrigações, poderes, faculdades envolvidos, quer dentro da própria Administração, quer no relacionamento entre essa e os administradores, ou entre as entidades públicas diversas.

Ementa do programa:

01. Servidores Públicos
02. Processo Administrativo
03. Domínio Público
04. Restrições do Estado sobre a Propriedade
05. Atuação no domínio econômico
06. Responsabilidade Civil da Administração
07. Controle da Administração Pública

Bibliografia:

01. ARAÚJO, Edimir Netto. **O Ilícito Administrativo e seu Processo**. São Paulo, SP - Ed. Revista do Tribunais, 1994.
02. BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo, SP - Ed. Saraiva, 1994.
03. CRETILLA JÚNIOR, José. **Dicionário de Direito Administrativo**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1978.
04. _____ . **Manual de Direito Administrativo**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1989.
05. COSTA, José Armando. **Teoria e Prática do Direito Disciplinar**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1981.
06. DI PRIETO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo, SP - Ed. Atlas,

07. FERREIRA, Wolfgran Junqueira. **Comentários ao Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União**. 4ª edição, São Paulo, SP - EDIPRO, 1995.
08. FIGUEIREDO, Lúcia do Valle. **Curso de Direito Administrativo**. 1ª edição, São Paulo, SP - Malheiros Editores, 1994.
09. GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 4ª edição, São Paulo, SP. Editora Saraiva, 1995.
10. LEME, Fábio Nogueira. **Orçamentos Municipais, Procedimentos Legislativos**. 1ª edição, São Paulo, SP - EDIPRO, 1991.
11. LUZ, Egberto Maia. **Direito Administrativo Disciplinar**. 3ª edição, São Paulo, SP - Ed. Revista dos Tribunais, 1994.
12. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 18ª edição, São Paulo, SP - Malheiros Editores, 1993.
13. _____ . **Direito Municipal Brasileiro**. 6ª edição, São Paulo, SP - Malheiros Editores, 1993.
14. MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 6ª edição, São Paulo, SP - Malheiros Editores, 1995.
15. MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia na Licitações e Contratos - Lei 8.666/93**. Belo Horizonte, MG - Del Rey, 1994.
16. OLIVEIRA, Regis Fernandes. **Infrações e Sanções Administrativas**. São Paulo, SP - Ed. Revista dos Tribunais, 1995.
17. PINASSI, Ayrton. **Direito Municipalista Constitucional**. Campinas, SP - Conan Editora, 1995.
18. PIRES, Maria Coeli Simões. **Manual Licitações Contratos e Sanções Penais e Administrativas - Secretaria de Estado de Assuntos Municipais**. Belo Horizonte, MG - 1993.
19. REALE, Miguel. **Revogação e Anulação do Ato Administrativo**. 2ª edição, Rio de Janeiro, RJ - Editora Forense, 1980.
20. RIVERO, Jean. **Curso de Direito Administrativo Comparado**. Tradução J. Cretella Júnior, São Paulo, SP - Editora Revista dos Tribunais, 1995.
21. SUNDFELD, Carlos Ari. **Licitação e Contrato Administrativo**. 1ª edição, São Paulo, SP - Malheiros Editores, 1994.
22. TELLES, Antônio A. **Queiroz. Introdução ao Direito Administrativo**. São Paulo, SP - Editora Revista dos Tribunais, 1995.
23. REFORMA ADMINISTRATIVA - Dec. Lei 200/67

Conteúdo Programático:



1. SERVIDORES PÚBLICOS

- Regime Jurídico Único;
- Normas Constitucionais pertinentes aos servidores;
- Deveres e direitos dos servidores públicos;
- Responsabilidades dos servidores.

2. PROCESSO ADMINISTRATIVO

- Espécies;
- Processo administrativos disciplinar.

3. DOMÍNIO PÚBLICO

- Conceito;
- Classificação dos bens periféricos;
- Terras públicas, águas públicas, jazidas, florestas, fauna, espaço aéreo, patrimônio histórico, tombamento, proteção ambiental.

4. RESTRIÇÕES DO ESTADO SOBRE A PROPRIEDADE

- Modalidades
- Fundamento
- Função social da propriedade
- Limitações administrativas
- Ocupação temporária
- Requisição administrativa
- Tombamento
- Conceito: características
- Servidão administrativa
- Modalidades
- Desapropriação

5 ATUAÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

- Monopólio
- Repressão ao abuso do Poder Econômico
- Controle do Abastecimento
- Tabelação de Preços
- Criação de Empresas Paraestatais

6. RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO

- Evolução Doutrinária

- A Responsabilidade Civil da Administração no Direito Brasileiro
- A Reparação do dano



7. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Conceito
- Espécies
- Controle Administrativo, legislativo e judicial
- Recursos
- Processo Administrativo
- Mandado de Injunção
- Mandado de segurança individual
- Mandado de segurança coletivo
- Ação Popular
- Ação Civil Pública
- A Administração em Juízo

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO III

Código:

Ano:

4°

Curso:

DIREITO

Departamento:

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho vinculadas à sua área de formação e à análise crítica das mesmas, bem como enaltecer a prática da ética profissional.

Ementa do programa:

01 - Prática Jurídica Judicial e Extrajudicial simulada

Bibliografia:

01 - BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil. SP., Ed. Revista dos Tribunais, 199302 - CASELLA, José Erasmo. Prática Forense. Ed. Saraiva, 199603 - LUZ, Valdemar P. da. Manual de Iniciação à Advocacia Prática Judicial e Extrajudicial, 1996, Sagra-DC Luzzatto Editores.04- MONTENEGRO, César. Dicionário de Prática Processual Civil. Ed. Saraiva, 199605- RAITANI, Francisco. Prática Processual Civil. SP., Saraiva, 199006- SANTOS, Paulo Sérgio Puerta dos. Manual de Prática Processual Civil. SP., Saraiva, 1995

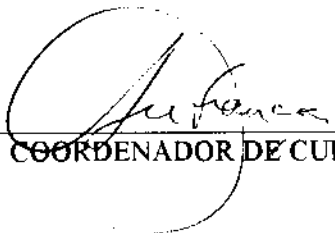
Conteúdo Programático:

PRÁTICA JURÍDICA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL SIMULADA



- Redação de peças processuais, rotinas processuais
- Assistência a audiências e sessões judiciais
- Montagem simulada de processos, audiências, julgamentos e de qualquer outra atividade referente à aplicação do Direito.

DATA ___ / ___ / ___



COORDENADOR DE CURSO

DATA ___ / ___ / ___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: ÉTICA PROFISSIONAL

Código:

Ano:

5°

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Através do estudo da relação entre ética e direito, do Código de Ética e Disciplina do Advogado, da Lei 8.906, de 04 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), da Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979), da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Complementar nº 40/81), da Lei Orgânica da Defensoria Pública e das normas pertinentes da Constituição Federal e do Código de Processo Civil, conhecer os deveres e os princípios morais necessários ao desempenho consciente de quaisquer das atividades que competem aos profissionais do Direito.

Ementa do programa:

1. Ética e Direito
2. O Código de Ética e Disciplina da OAB
3. O Estatuto da Advocacia e da OAB
4. A Lei Orgânica da Magistratura
5. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público
6. A Lei Orgânica da Defensoria Pública

Bibliografia:

1. BAGOLINI, Luigi. *Moral e direito na doutrina da simpatia* - análise ética de Adam Smith. Trad. Dora Ferreira da Silva. São Paulo: Saraiva, 1952.
2. CALAMANDREI, Piero. *Eles, os juizes, nós, os advogados*. 2. ed. Lisboa: 1943.
3. CARNEIRO, Levi. *O livro de um advogado*. Rio de Janeiro: 1943.
4. ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB
5. LANGARO, Luiz Lima. *Curso de deontologia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1992.
6. LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA
7. LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
8. LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA
9. LOBO, Paulo Luiz Neto. *Comentários ao novo Estatuto da Advocacia e da OAB*. Brasília: Brasília Jurídica, 1994
10. PANIAGUA, José Maria Rodriguez. *La Ética de los valores como ética jurídica*. Madrid:

12. _____, *Droit, morale et Philosophie*. 2. ed. Paris: Libr. Général de Droit et de Jurisprudence, 1976.
13. REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1994 (Título XI).
14. SODRÉ, Ruy de Azevedo. *Ética Profissional e Estatuto do Advogado*. São Paulo: LTR, 1991.
15. VIALATOUX, Joseph. *Morale et politique*. Paris: Desclée de Brouwer, 1931.



Conteúdo Programático:



1 ÉTICA E DIREITO

- O problema na Grécia e em Roma
- Direito e Moral na Idade Média: concepção tomista da lei
- Direito e Moral na Época Moderna: o contratualismo
- Exterioridade, coercibilidade e heteronomia: Thomasius e Kant
- Bilateralidade ética e bilateralidade jurídica
- Distinção entre Direito e Moral

2 ÉTICA PROFISSIONAL OU DEONTOLOGIA

- Deontologia: conceito e histórico do termo
- Diretrizes gerais da Ética Profissional
- A Ética Geral como base da Ética Profissional dos operadores do Direito

3 O ADVOGADO, SEU ESTATUTO E SEU CÓDIGO DE ÉTICA

- Conceito, origens históricas, missão
- Atividade de Advocacia
- Direitos do Advogado
- Inscrição na OAB
- Sociedade de Advogados
- Advogado empregado
- Honorários advocatícios
- Incompatibilidades e impedimentos
- O Código de Ética e Disciplina
 - Os deveres e a Ética do Advogado
 - Problemas especiais: o sigilo profissional, a publicidade.
 - Infrações e sanções disciplinares
 - O processo disciplinar
 - O Tribunal de Ética e disciplina
- Fins e organização da OAB

4 A LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA E O JUIZ

- Origens, requisitos, missão do Juiz
- Deveres gerais como homem e como cidadão
- Deveres funcionais como membro do Poder Judiciário.
- Direitos funcionais e garantias

5 A LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E O PROMOTOR DE JUSTIÇA

- Origens históricas, requisitos, missão do Promotor de Justiça
- Deveres funcionais. Princípios institucionais. Sanções
- Direitos funcionais. Garantias. Vantagens. Proibições

6. A LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA

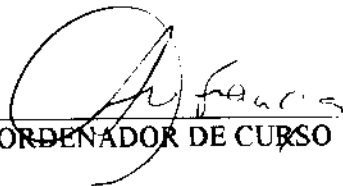
- Direitos do Defensor Público
- Deveres do Defensor Público



CONCLUSÃO

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar conhecimentos relativos à previdência social, de acordo com a Constituição Federal de 1988 - Regime Geral de Previdência Social (Urbana e Rural) comum e acidentária.

Demonstrar a importância da disciplina no campo social quanto ao aspecto administrativo e/ou jurídico. Permitir a atuação profissional graduando na área previdenciária, incentivar a pesquisa no âmbito da Disciplina.

Ementa do programa:

1. Parte histórica do Direito Previdenciário
2. Custeio da Previdência Social, Urbana e Rural
3. Benefícios da Previdência Social, Urbana e Rural
4. Acidente do Trabalho
5. Assistência Médica (INAMPS)

Bibliografia:

- ALLY, Raimundo Cerqueira. Normas Previdenciárias do Direito do Trabalho, São Paulo, IOB, 1989.
- ALLY, Raimundo Cerqueira. Normas Previdenciárias no Direito do Trabalho, 3ª edição, São Paulo, IOB, 274 pág., 1989.
- ANNÍBAL, Fernandes. Previdência Social - vista pelos tribunais, Bauru, Edipro, 1996.
- BALERA, Wagner. A Seguridade Social na Constituição de 1988, São Paulo, RT, 1989.
- BALERA, Wagner. Coordenador, Curso de Direito Previdenciário, São Paulo, Ltr, 1994.
- CAMPANHOLE, Adriano, Legislação de Previdência Social, São Paulo, Atlas, 1996.
- CARDONE, Marly A. Dicionário de Direito Previdencial, São Paulo, Ltr, 1989.
- CARDONE, Marly A. Dicionário de Direito Previdenciário, São Paulo, Ed. Ltr., 1989.
- CARDONE, Marly A. Previdência, Assistência, Saúde - O Não Trabalho na Constituição de 1988, São Paulo, Ltr, 1989.

COIMBRA, Feijó J.R., Direito Previdenciário Brasileiro, Rio de Janeiro, Edições Trabalhistas, 1994.

Consolidação das Leis da Previdência Social

Constituições Brasileiras

Decreto nº 611, de 21 de julho de 1992.

Decreto nº 612, de 21 de julho de 1992.

Diário da Justiça, secções 1 e 2.

Diário Oficial da União - Seção I

Fernandes, Annibal. Previdência Social Anotada, Bauru, Edipro, 1996.

Legislação Complementar

Lei de Benefícios da Previdência Social - Lei Básica de Benefícios - Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Lei Orgânica de Organização e Custeio da Seguridade Social - Lei Básica do Custeio - Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

MAGNO, Octávio Bueno. Lineamentos de Infortunistica, São Paulo, José Bushatsky

MAGNO, Octávio Bueno. Lineamentos de Infortunistica. São Paulo, José Bushatsky ed., 1976.

Manual da Previdência Social, eficaz

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de Direito Previdenciário, São Paulo, Ltr, 1995.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. A Seguridade Social na Constituição Federal, São Paulo, Ed. Ltr, 206 pág., 1989.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentário à Lei Básica da Previdência Social - Tomo I, São Paulo, Ltr, 1993

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à Lei Básica da Previdência Social - Tomo II, São Paulo, Ltr, 1992.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. O Salário Base na Previdência Social, São Paulo, Ed. Ltr, 483 pág., 1986.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de Direito Previdenciário, 2ª edição, São Paulo, Ed. Ltr, 272 pág., 1985.

Revista de Direito Tributário, Revista dos Tribunais

Revista de Previdência Social - Ltr.

Revista Síntese - Trabalhista - Administrativa - Previdenciária, síntese

RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de Previdencia Social, Rio de Janeiro, Forense, no prelo.

RUSSOMANO, Mozarte Victor. Curso de Previdência Social, 1ª edição, Editora Forense, Rio de Janeiro, Universidade de Pelotas, 473 pág., 1979.

STEPHANES, Reinhold. Previdência Social - Uma Solução Gerencial e Estrutural, PA, Síntese, 1993.



Conteúdo Programático:



1. PARTE HISTÓRICA DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- Previdência social e seguridade social
- A proteção social no Brasil - face da previdência social
- Instituto nacional do Seguro Social

2. CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, URBANA E RURAL

- Plano de custeio da Previdência Social
- O custeio da Seguridade Social
- Categorias de segurados
- Contribuição social: salário-de-contribuição, alíquotas - empresa e segurados
- Recolhimento e arrecadação das contribuições - acréscimos legais -débito consolidado

3. BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL; URBANO E RURAL

- Plano de benefícios da Previdência Social
- Beneficiários, benefícios - requisitos para concessão
- Benefícios Previdenciários - classificação, espécies, período de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento.
- Aposentadorias: por invalidez, idade, tempo de serviço espécies
- Auxílios: doença, reclusão, natalidade e funeral
- Pensão por morte
- Abono anual e abono de permanência
- Pecúlio

4. ACIDENTE DO TRABALHO

- Benefícios por acidentes do trabalho
- Acidente do trabalho - doenças profissionais
- Rendas mensal
- Auxílio doença, auxílio acidente
- Aposentadorias por invalidez
- Pecúlios: por invalidez e morte

5. ASSISTÊNCIA MÉDICA (INAMPS)

- A saúde na constituição

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Ao final da disciplina os alunos deverão ser capazes de conhecer os aspectos jurídicos referentes ao relacionamento político entre os diversos Estados e mais sujeitos da sociedade internacional, com ênfase nas transformações recentes deste relacionamento, notadamente os processos de globalização e Direito Comunitário.

Ementa do programa:

- I - Introdução
- II - As normas internacionais
- III - A personalidade internacional
- IV - Domínio público internacional
- V - Conflitos internacionais
- VI - Direito Comunitário
- VII - Direito Internacional Difuso

Bibliografia:

- ACCIOLY, Hildebrando. Manual de Direito Internacional Público.
Ed. Saraiva - São Paulo - 12ª Ed. - 1996 - 537 p.
- ANDRADE, Agenor Pereira. Manual de Direito Internacional Público
Ed. Saraiva - São Paulo - 5ª Ed. - 1990 - 360 p.
- BAPTISTA, Luiz Olavo. Dos Contratos Internacionais
Ed. Saraiva - São Paulo - 1ª Ed. - 1994 - 248 p.
- BOSON, Gerson de Brito Mello. Direito Internacional Público.
Ed. Del Rey - Belo Horizonte - 1ª Ed. - 1994 - 364 p.
- HUSEK, Carlos Roberto. Elementos de Direito Internacional Público.
Ed. Malheiros - 1ª Ed. - 1995
- LITRENTO, Oliveiros. Manual de Direito Internacional Público

Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO

- - A ordem Jurídica Internacional
- - Fundamento do Direito Internacional Público
- - O consentimento criativo e o consentimento perceptivo
- - O Direito internacional e o Direito interno - Teorias em confronto

2. AS NORMAS INTERNACIONAIS

- - Fontes do Direito Internacional Público
 - Tratados
 - Fontes extra-convencionais
 - Costumes
 - Princípios gerais de Direito
 - Atos unilaterais
 - Decisões das Organizações Internacionais
 - Jurisprudência
 - Doutrina

3. A PERSONALIDADE INTERNACIONAL

- - Os Estados e as Organizações Internacionais
- - Os indivíduos e as empresas
- - O Estado
 - Elementos do Estado
 - Território
 - Imunidade à jurisdição estatal
 - Embaixadores e Cônsules
 - População
 - Nacionalidade
 - Condição jurídica do estrangeiro
 - Impedimento à entrada
 - Deportação
 - Expulsão
 - Extradicação
 - Asilo político
 - Governo
 - Soberania
 - Reconhecimento de Estado
 - Reconhecimento de Governo
- - A Responsabilidade Internacional
 - Conceito
 - Proteção diplomática
 - Sucessão de Estados e Organizações Internacionais



4. DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

- - Introdução
- - O mar
 - Mar territorial
 - Mar internacional
- - Os rios internacionais
- - O espaço aéreo

5. CONFLITOS INTERNACIONAIS

- - Noção de conflitos internacionais
- - Modos de solução
 - Meios diplomáticos
 - Meios políticos
 - Meios jurídicos

6. DIREITO COMUNITÁRIO

- - Introdução ao Direito Comunitário
- - Integração de Estados
 - Integração regional
 - Integração de blocos regionais
- - Aspectos jurídicos da Zona de Livre Comércio
- - Aspectos jurídicos da União Aduaneira
- - Aspectos jurídicos do Mercado Comum

7. NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- - Direito Ambiental Internacional
- - Direito Penal Internacional
- - Direito Internacional do Trabalho
- - Direito Comercial Internacional

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Ao final do Curso os alunos deverão ser capazes de identificar aspectos jurídicos relacionados à aplicação de leis a fatos sujeitos a diversas jurisdições e identificar a lei aplicável a tais fatos.

Ementa do programa:

1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
2. HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
3. AS NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
4. A APLICAÇÃO DE LEIS ESTRANGEIRAS
5. O SISTEMA BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
6. A COMPETÊNCIA INTERNACIONAL
7. A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E CARTA ROGATÓRIA
8. CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO NO BRASIL

Bibliografia:

01. AKEHURST, Michael - Introdução ao Direito Internacional. Coimbra: Almedina, 1985, 356p.
02. ANDRADE, Agenor Pereira de - Manual de Direito Internacional Privado. 6ª ed., São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1987, 359p.
03. BATALHA, Wilson de Souza Campos - Tratado de Direito Internacional Privado. 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977, 2v.
04. BERNARDES, Wilba Lúcia Maria - Da nacionalidade. Brasileiros natos e naturalizados. Belo Horizonte: Del Rey, 1995, 230p.
05. BOUCAULT, C.E. DE Abreu - Direitos Adquiridos no Direito Internacional Privado. Porto Alegre: SAFE, 1996, 112p.
06. CARVALHO, A. Dardeu de - Situação Jurídica do Estrangeiro no Brasil. 1ª ed., São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1976, 367p.
07. CASTRO, Amílcar de - Direito Internacional Privado. 4ª ed., atualizada pelo Prof. Osiris Rocha, Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1987, 629p.



08. CORREIA, A. Ferr - Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado. Coimbra: Almedina, 1989, 496.
09. CYSNEIROS, V.C. - O Estrangeiro e a Propriedade Rural. Porto Alegre: SAFE, 1985, 236p.
10. DINIZ, Maria Helena - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada. São Paulo: Saraiva, 1994, 416p.
11. DOLINGER, Jacob - Direito Internacional Privado. (Parte Geral), 3ª ed., Rio de Janeiro: 1994, 450p.
12. DOLINGER, Jacob e outro - Vade - Mécum de Direito Institucional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 1994, 1245p
13. DOLINGER, Jacob - A nova consolidação e o Direito Internacional. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1987.
14. ESPINOLA, Eduardo e Eduardo E. Filho - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 3 vs.
15. FARIA, Werter R. - Cheque - As Convenções de Genebra e o Direito Brasileiro. Porto Alegre: SAFE, 1978, 261p.
16. FERRANTE, Miguel Geronymo - Nacionalidade. Brasileiros natos e naturalizados. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1984.
17. FULGENCIO, Tito - Direito Internacional Privado. 2ª ed., rev. e atualizada pelo Prof. Sylvio Capanema de Souza, R.J., Forense, 1979, 112p.
18. GUIMARÃES, Francisco Xavier da Silva - Nacionalidade, Aquisição, Perda e Reaquisição. 1ª Ed., São Paulo: Ed. Forense, 1995, 176p.
19. LITRENTO, Oliveiros - A Ordem Internacional Contemporânea. Porto Alegre: SAFE, 1991, 93p.
20. _____ - Manual de Legislação Atlas - Novo Estatuto do Estrangeiro. 8ª ed., São Paulo: 1980.
21. MARIONI, L. Guilherme - Efetividade do Processo e Tutela de Urgência. Porto Alegre: SAFE, 1994, 104p.
22. MIRANDA, Jorge - Constituição de Diversos Países. Lisboa: Imprensas Nacional, casa da Moeda, 1979, 763p., 2 v.
23. RAMOS, Rui Manuel Moura - Lei (da) Aplicável ao Contrato de Trabalho Internacional. Coimbra: Almedina, 1991, 956p.
24. RECHSTEINER, Beat Walter - Direito Internacional Privado, Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva, 1996, 258p.
25. ROCHA, Osiris - Curso de Direito Internacional Privado. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1986, 272p.
26. RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer - Direito Internacional Privado do Trabalho. 2ª ed., Rio de Janeiro., Forense, 1979, 234p.
27. SANTOS, António Marques dos - Normas (as) de Aplicação Imediata no Direito Internacional Privado. Coimbra: Almedina, 1991, 1154p.
28. SCAVONE, Rubens Teixeira de - Legislação de Direito Internacional Privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977, 222p.

29. SILVA, Agostinho Dias da - Estudo Programado de Direito Internacional Privado. 2ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1983, 275p.
30. SILVER, Roberto Luiz - Direito Econômico Internacional. Ed. Del Rey,
31. SILVIA, Agostinho Fernandes Dias da - Introdução ao Direito Internacional Privado. ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1982, 427p. 2v.
32. STRENGER, Irineu - Curso de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 1978, 627p.
33. SUSSEKIND, Arnaldo - Tratados Ratificados pelo Brasil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981, 470p.
34. TENÓRIO, Oscar - Direito Internacional Privado. 2ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1968, 916p., 2v.
35. VALADÃO, Haroldo - Material de Classe de Direito Internacional Privado. 11ª ed., m Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980, 446p.
36. VILLELA, Anna Maria - O Divórcio no Direito Internacional Privado Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 1980, 88p.
37. ZULUGA, Ruben Dario Lopes - Derecho Internacional Contemporâneo. Colômbia: Universidade de Medellin, 1985, 253p.
38. _____ - A nacionalidade das pessoas físicas. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990, 80p.
39. _____ - Nacionalidade. in: Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, v.6 - nº 2, pag. 207/217, 1977.



MATERIAL DE CONSULTA EM CLASSE:

1. DECRETO LEI Nº 4 657 de 4/09/42 (Lei de Introdução ao Código Civil)
2. LEI Nº 6 815 de 19/08/80
3. DECRETO Nº 86 715 de 10/12/81
4. CÓDIGOS DIVERSOS
5. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA

Conteúdo Programático:

1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- . Definições e denominação da disciplina
- . Objeto do Direito Internacional Privado
- . Relações do DIP com outros ramos do Direito
- - As fontes de Direito Internacional Privado
- . O conflitos de leis
- . O fato interjurisdicional



2. HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- . A Antiguidade, os bárbaros e a territorialidade das leis.
- . Os centros de mercância da Idade Média
- . O desenvolvimento do Direito Internacional Privado
- - O Direito Internacional Privado no Brasil

3. AS NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- - As normas indiretas
- - As normas diretas
- - Normas qualificadoras
- - Estrutura das normas de DIP: normas unilaterais e bilaterais.

4. A APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA

- . Aplicação do Direito estrangeiro
- - A prova e interpretação do Direito estrangeiro.
- - A ordem pública
- - Fraude à lei
- - Adaptação do Direito estrangeiro
- . As regras de conexão
- - A Teoria das Qualificações
- - Retorno ou devolução

5. SISTEMA BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- . O sistema brasileiro de DIP
- . Personalidade
- . Pessoas jurídicas
- . Capacidade

- O casamento, o regime de bens e a separação
- Filiação
- Proteção a incapazes
- Sucessões
- - Obrigações



6. A COMPETÊNCIA INTERNACIONAL E A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO

- - Conceito e princípios básicos
- - As normas de competência internacional no direito brasileiro
- - A imunidade de jurisdição

7. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA; DELIBAÇÃO E CARTA ROGATÓRIA.

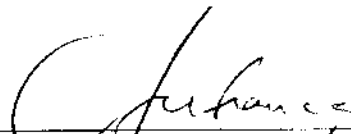
- - Conceito e princípios básicos
- - A delibação no direito brasileiro
- - O cumprimento da Carta Rogatória

8. A CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO NO BRASIL

- - A entrada do estrangeiro
- - Os direitos dos estrangeiros admitidos
- - A saída compulsória do estrangeiro.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO


Ficha de Disciplina
Disciplina: DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO
Código:
Ano:

5º

Curso:
DIREITO
Departº:
DEDIS
Carga Horária:

120

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória
Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao aluno do direito o conhecimento do tributo, desde a sua instituição até sua arrecadação.

Ementa do programa:

1. Direito Financeiro.
2. Atividade Financeira do Estado.
3. Despesa Pública
4. Receita Pública
5. Orçamento Público
6. Direito Tributário
7. Tributo
8. Fontes do Direito Tributário
9. Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária
10. Princípios Constitucionais Tributários
11. Competência Tributária
12. Imunidades Tributárias.
13. Norma Tributária.
14. Obrigação Tributária.
15. Crédito Tributário.
16. Isenções Tributárias.
17. Infrações e Sanções Tributárias.
18. Garantias e Privilégio do Crédito Tributário.
19. Administração Tributária.
20. Procedimento Administrativo Tributário.
21. Processo Judicial Tributário.

Bibliografia:

ARRUDA ALVIM, Tereza. *Repertório de jurisprudência e doutrina sobre processo tributário*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1ª ed., 1994.

- ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de Incidência Tributária*. São Paulo: Malheiros, 1994.
- ÁVILA, René Izoldi. *Direito Tributário na Prática*. Porto Alegre: Síntese, 1977.
- BALEEIRO, Aliomar. *Direito Tributário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- _____. *Uma introdução à ciência da finanças*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- _____. *Limitações constitucionais ao poder de Tributar*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- BARROS DE CARVALHO, Paulo. *Curso de Direito Tributário*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- BARROS, Luiz Celso de. *Ciências das Finanças*. 4. ed., São Paulo: Edipro, 1991.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito financeiro e tributário*. São Paulo: Saraiva, 1994.
- BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1972.
- BORGES, José Souto Maior. *Isenções Tributárias*. 2. ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1980.
- BORGES, José Souto Maior. *Lei Complementar Tributária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.
- CAMPOS, Dejalma de. *Processual tributário*. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 1993.
- CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- CASSONE, Vittorio. *Direito Tributário*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Comentários à Constituição de 1988 - Sistema Tributário*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Teoria Geral do Tributo e da Exoneração Tributária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.
- CUNHA CAMPOS, Ronaldo. *Execução fiscal e embargos do devedor*. Rio de Janeiro: Forense, 1ª ed., 1978.
- DENARI, Zelmo. *Curso de Direito Tributário*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- FALCÃO, Amílcar Araujo. *Fato gerador da Obrigação Tributária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.
- FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. *A prova administrativa*. São Paulo: Saraiva, 1ª ed., 1973.
- FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. *Da Competência Administrativa*. São Paulo: Ed. Resenha Universitária, 1ª ed., 1977.
- GRECO FILHO, Vicente. *Da execução contra a fazenda pública*. São Paulo: Saraiva, 1ª ed., 1986.
- GRECO, Marco Aurélio. *Dinâmica da Tributação e Procedimento*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.
- HARADA, Kiyoshi. *Direito Financeiro e tributário*. São Paulo: Atlas, 1995.
- HARADA, Kiyoshi. *Sistema Tributário na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- JARDIM, Eduardo Macial Ferreira. *Manual de direito financeiro e tributário*. São Paulo:

Saraiva, 1993.

MACHADO, Hugo de Brito. *Cursos de Direito Tributário*. São Paulo: Malheiros, 1995.

MACHADO, Hugo de Brito. *Mandado de Segurança em Matéria Tributária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

MACHADO, Hugo de Brito. *Mandato de Segurança em matéria tributária*. São Paulo: Malheiros, 1ª ed., 1994.

MARIANO, Francisco das Chagas. *Auto de infração*. Fortaleza: Ed. Thelma, 2ª ed., 1977.

MOURÃO, Raimundo Nunes. *ICM - Jurisprudência Seleccionada*. Rio de Janeiro: Forense,

PACHECO, José da Silva. *Comentários à nova lei de execução fiscal*. São Paulo: 1ª ed., 1981.

ROSA JÚNIOR, Luiz Emydio F. da. *Novo manual de direito financeiro e tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

SOUZA, José Barcelos de. *Teoria e prática da ação de execução fiscal e de embargos do executado*. São Paulo: Saraiva, 1ª ed., 1986.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *A execução de sentença e a garantia do devido processo legal*. Rio de Janeiro: Aide, 1ª ed., 1987.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Lei de execução fiscal*. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 1986.

Conteúdo Programático:



01. DIREITO FINANCEIRO

- Conceito, evolução e autonomia
- Relação com os demais ramos do Direito

02. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

- Conceito
- Finalidade

03. DESPESA PÚBLICA

- Conceito
- Classificação

04. RECEITA PÚBLICA

- Conceito
- Classificação

05. ORÇAMENTO PÚBLICO

- Conceito
- Aspectos
- Princípios

06. DIREITO TRIBUTÁRIO

- Conceito, evolução e autonomia
- Relação com outros ramos do Direito

07. TRIBUTO

- Conceito
- Espécies

08. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

- Conceito
- Classificação

09. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Vigência e eficácia da norma jurídica no tempo e no espaço
- Aplicação futura e pretérita da norma tributária

- Interpretação e integração da legislação tributária

10. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

- Princípios constitucionais gerais
- Princípios constitucionais tributários



11. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

- Conceito e modalidades
- Competência e capacidade tributária ativa
- Exercício de competência tributária
- Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade

12. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

- Conceito
- Distinção entre imunidades, isenção e não incidência
- As imunidades tributárias na Constituição Federal

13. NORMA TRIBUTÁRIA

- O antecedente e o conseqüente da norma tributária
- Hipótese de incidência e fato jurídico tributário
- A expressão fato gerador

14. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Conceito
- Natureza
- Espécies
- Elementos
 - Os sujeitos da obrigação tributária
 - Os sujeitos passivo da obrigação tributária
 - . Conceito e classificação
 - . Capacidade tributária passiva
 - . Domicílio tributário
 - . Solidariedade
 - . Responsabilidade tributária:
 - Substituição
 - Sucessória
 - Solidária de terceiros

15. CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- Conceito e natureza jurídica
- Constituição do crédito

- O lançamento do crédito tributário:
 - Conceito
 - Modalidades
- A suspensão e a exclusão do crédito tributário
- A extinção do crédito tributário



16. ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

- Noção de isenção tributária
- O enquadramento das normas de isenção
- Modalidades de isenção
- A revogação da lei isencional
- As regras isencionais do C.T.N.

17. INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS

- A estrutura de norma que define a infração e comina a sanção tributária
- O ilícito tributário:
 - Espécies
- Sanções tributárias:
 - Espécies

18. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- As garantias do crédito tributário
- A presunção de fraude na alienação de bens
- Os privilégios do crédito tributário
- O crédito tributário nos processos:
 - De falência
 - De concordata
 - De inventário
 - De arrolamento
 - De liquidação de pessoas jurídicas

19. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

- A atividade da administração tributária face à lei
- A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias
- O dever de sigilo e o auxílio de força pública
- Dívida ativa
- Certidões negativas

20. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

- Noções introdutórias.
- Conceito e fases do procedimento administrativo tributário.



- Procedimento administrativo preventivo: a consulta.
 - A consulta no âmbito federal.
 - A consulta no âmbito estadual.
 - A consulta no âmbito municipal.
 - A denúncia espontânea.
- Procedimento administrativo voluntário.
 - A restituição: seu procedimento e suas fases.
- Procedimento administrativo contencioso.
 - Procedimento administrativo contencioso federal:
 1. Auto de infração, imposto e multa.
 2. Defesa e julgamento de primeira instância.
 3. Recurso voluntário.
 4. Julgamento de segunda instância.
 5. Julgamento em instância especial.
 - Procedimento administrativo contencioso estadual.
 1. Auto de infração, imposto e multa.
 2. Defesa e julgamento de primeira instância.
 3. Recurso ordinário.
 4. Pedido de reconsideração.
 5. Pedido de revisão.
 6. Sustentação oral.
 7. Pedido de vista.
 - Procedimento administrativo municipal.
 1. Início do procedimento.
 2. Defesas e impugnações.
 3. Recursos.
 4. Órgãos julgadores.
 - Eficácia e execução das decisões administrativas.

21. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

- Consideração geral.
- Ações de iniciativa do sujeito ativo.
 - Medida cautelar fiscal.
 - Ação de execução fiscal.
 1. Introdução.
 2. Rito processual.
 3. A legislação de execução fiscal.
 - Ações penais.
 1. Crime de sonegação fiscal.
 2. Crime de apropriação indébita de tributos.
 3. Crime de contrabando.

4. Crime de descaminho.
5. Crimes contra a ordem tributária.



- Ações de iniciativa do sujeito passivo.
 - Embargos a execução.
 - Mandado de segurança.
 1. Introdução.
 2. Prazos.
 3. Juízo competente.
 4. A liminar.
 5. A sentença e os recursos.
 - Ação cautelar inominada.
 - Ação de consignação em pagamento.
 - Ações ordinárias.
 1. Ação declaratória.
 2. Ação anulatória de débito fiscal.
 3. Ação de repetição de indébito.
 4. Ação rescisória.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___

COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO IV		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento:
Carga Horária: 120	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho vinculadas à sua área de formação e à análise crítica das mesmas, bem como enaltecer a prática da ética profissional.

Ementa do programa:

01 - Prática Jurídica Judicial e Extrajudicial simulada

Bibliografia:

- 01 - BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil. SP., Ed. Revista dos Tribunais, 1993
- 02 - CASELLA, José Erasmo. Prática Forense. Ed. Saraiva, 1996
- 03 - LUZ, Valdemar P. da. Manual de Iniciação à Advocacia Prática Judicial e Extrajudicial, 1996, Sagra-DC Luzzatto Editores.
- 04- MONTENEGRO, César. Dicionário de Prática Processual Civil. Ed. Saraiva, 1996
- 05- RAITANI, Francisco. Prática Processual Civil. SP., Saraiva, 1990
- 06- SANTOS, Paulo Sérgio Puerta dos. Manual de Prática Processual Civil. SP., Saraiva, 1995

Conteúdo Programático:

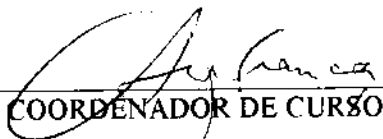


PRÁTICA JURÍDICA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL SIMULADA

- Redação de peças processuais, rotinas processuais
- Assistência a audiências e sessões judiciais
- Montagem simulada de processos, audiências, julgamentos e de qualquer outra atividade referente à aplicação do Direito.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



DISCIPLINAS OPTATIVAS



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITOS FUNDAMENTAIS		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Propiciar ao aluno o aprofundamento na teoria geral dos direitos fundamentais, examinando, não só o conteúdo dogmático do texto constitucional brasileiro, mas também, realizando exercícios de Direito comparado. Outrossim, procurar-se-á, estabelecer interrogações de cunho filosófico sobre a atual opinião da doutrina relativa ao tema, bem como sobre o que os tribunais têm em suas jurisprudências, decidido sobre o tema.

Ementa do programa:

- I - Teoria geral dos direitos fundamentais.
- II - Hermenêutica dos direitos fundamentais.
- III - Análise de decisões dos tribunais sobre os direitos fundamentais.

Bibliografia:

- ALEXY, Robert. *Theorie der Grundrechte (Teoria de los Derechos Fundamentales)*. Versión castellana: Ernesto Garzón Valdés. Ed. Centro de Estudios Constitucionales. Madrid, 1993.
- ANDRADA, José Bonifácio Borges de. *Direito à Vida*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Vol. 670. 1991. p.377-379.
- ANDRADE, Léo Rosa de. *Liberdade Privada e Ideologia*. São Paulo: Editora Acadêmica. 1993.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A Proteção Constitucional da Própria Imagem*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo 1989.
- _____. *A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1994.
- ATALIBA, Geraldo. *Elementos de Direito Tributário*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978.
- _____. *Hipótese de Incidência Tributária*. 5ª. ed. São Paulo: Editora Malheiros. 1990.



- BALDASSARRE**, Antonio. *Privacy e Costituzione. L'esperienza statunitense*. Roma: Bulzoni Editore. 1974.
- BARROSO**, Luis Roberto. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas normas. Limites e Possibilidades da Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1993.
- BARTOLOMEI**, Franco. *La Dignità Umana come Concetto e Valore Costituzionale*. Torino G. Giappichelli Editore. 1987.
- BASTOS**, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 14ª. ed. Saraiva. São Paulo, 1992.
- BEIGNIEUR**, Bernard. *Le Droit de la Personnalité*. Paris. Presses Universitaires de France. 1992.
- BITTAR**, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*. São Paulo: Forense Universitária. 1989.
- BLOMM**, Alan. *O Declínio da Cultura Ocidental. Da crise da Universidade à crise da Sociedade*. São Paulo, Editora Best Seller. 1989.
- BOBBIO**, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. 2ª. ed. Trad. Bras. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BONAVIDES**, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo, Malheiros. 1993.
- BREUVART**, Jean-Marie. *Le Concept Philosophique de la Dignité Humaine*. Le Supplément - Revue D'Éthique et Théologie Morale. Paris, N°. 191, décembre, 1994.
- BURDEAU**, George. *Les Libertés Publiques*. 4ª. éd. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- CAMPANHOLE**, Adriano. *Constituições do Brasil*. São Paulo. Atlas. 9ª. ed. 1986.
- CABRILLAC**, Rémy et alli. *Droits et Libertés Fondamentaux*. Paris. Dalloz. 1994.
- CALLEJÓN**, Maria Luisa Balaguer. *El Derecho Fundamental Al Honor*. Madrid. Editorial Tecnos. 1992.
- CAMPOAMOR**, Alfonso Fdez Miranda. *El Secreto Profesional de los Informadores*. Madrid. Editorial Tecnos. 1990.
- CANETTI**, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Ed. Comp. das Letras. 1995.
- CANOTILHO**, J.J. Gomes. *Tópicos de um Curso de Mestrado sobre Direitos Fundamentais, Procedimento, Processo e Organização*. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Vol LXVI. 1990.
- CANOTILHO**, J.J. Gomes. *Direito Constitucional*. 5ª. ed. Coimbra: Almedina, 1992.
- CARRIO**, Genaro R. *Notas sobre Derecho y Lenguaje*. Buenos Aires: Ed. Abeledo-Perrot. 1973.
- CARVALHO**, Paulo de Barros. *Curso de lógica jurídica*. São Paulo. fac-símile, PUC-SP.
- CHAUI**, Marilena de Souza. *Direito Natural e Direito Civil em Hobbes e Espinosa*. Rev. Crítica do Direito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. n°. 1. 1980.
- CHAVES**, Antônio. *Direito à Vida e ao Próprio corpo (intersexualidade, transexualidade, transplantes)*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 2ª. ed. 1994.
- CIFUENTES**, Santos. *Los Derechos Personalísimos*. Buenos Aires: Lener Editores, 1974.
- CLÉVE**, Clémerson Merlin. *Temas de Direito Constitucional*. São Paulo: Acadêmica. 1993.
- COMPARATO**, Fábio Konder. *Liberdades Formais e Liberdades Reais*. In Para Viver a Democracia. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

- COMPARATO**, Fábio Konder. *Função Social do Jurista no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Vol. 670. 1991. p. 07-13.
- COSTA JR**, Paulo José da. *O Direito de estar só, tutela penal da intimidade*. 2ª. ed. Editora Revista dos Tribunais. 1995.
- CUPIS**, Adriano de. *Os Direitos da Personalidade*. Trad. de Adriano Vera Jardim e Antonio Caeiro. Lisboa. Livraria Moraes. 1961.
- DIÁRIO POPULAR**, Jornal. *Revista*. São Paulo, 03 de dezembro de 1994.
- DINIZ**, Maria Helena. *Conflito de Normas*. São Paulo. Ed. Saraiva, 1987.
- DOTTI**, René Ariel. *A Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação*. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1980.
- _____. *A Liberdade e o Direito à Intimidade*. Brasília, Revista de Informação Legislativa, nº 66, 1980. p. 125-153.
- DRAN**, Michel. *Le Controle Juridictionnel et la Garantie des Libertés Publiques*. Paris. Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- EIRAS**, Agostinho. *Segredo de Justiça e Controle de Dados Pessoais Informatizados*. Coimbra. Coimbra Editora. 1992.
- FAVOREU**, Louis & **PHILIP**, Loïc. *Les grandes décisions du Conseil constitutionnel*. Paris Dalloz. 1993.
- FERRAZ JR**, Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas. 1988.
- _____. *Sigilo de Dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado*. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. nº. 1. São Paulo. 1992. p. 77-90.
- _____. *A Teoria da Norma Jurídica - Ensaio de Pragmática da Comunicação Normativa*. Rio de Janeiro. Forense. 1986.
- FOLHA DE SÃO PAULO**. *'Ligações Perigosas': Empresária entra com ação contra a Telesp*. São Paulo, 09 de junho de 1995. Supl. São Paulo.
- FONSECA**, Eduardo Giannetti da. *Vícios Privados, Benefícios Públicos?* 2ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- FRANCESCHELLI**, Bruno. *Il Diritto alla Riservatezza*. Napoli. Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene. 1960.
- GARCIA**, Maria. *Desobediência Civil - Direito Fundamental*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1994.
- GIANNOTTI**, Eduardo. *A Tutela Constitucional da Intimidade*. São Paulo: Forense. 1987.
- GIDDENS**, Anthony. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp Editora, 1991.
- _____. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo. Unesp Editora, 1993.
- GIOCOIA JR**, Oswaldo. *Nietzsche e a Modernidade segundo Habermas*. In IDÉIAS, Rev. do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ano I nº. 2 1994.
- GONÇALVES**, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. São Paulo, Saraiva, 1995.
- GRAU**, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação Crítica)*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- GROTTI**, Dinorá Adelaide Musetti. *Inviolabilidade do Domicílio na Constituição*. São Paulo: Manheiros. 1993.
- HABERMAS**, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984.





- HABERMAS**, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Trad. Bras. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro. 1989.
- HANNAH**, Arendt. *A Condição Humana*. Trad. bras. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1987.
- _____. *Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo. Imperialismo. Totalitarismo*. Trad. bras. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.
- HESSE**, Konrad. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. bras. Porto Alegre: Sergio Fabris Editores, 1991.
- _____. *La interpretación constitucional*. In Escritos de Derecho Constitucional. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.
- JAKOBSON**, Roman. *Relações entre a Ciência da linguagem e as outras Ciências*. Lisboa: Livraria Bertrand. 1973.
- KANT**, Immanuel. *Resposta à Pergunta: O que é o Iluminismo*. In: A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70. 1988. p. 11-19.
- LAFER**, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos - Um Diálogo Com o Pensamento de Hannah Arendt*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LEÃO**, Emmanuel Carneiro. *O Desafio da Ética*. Revista Brasileira de Filosofia. 1993.
- LIMA**, Jesus Costa. *Comentários às súmulas do STJ*. Brasília. Ed. Brasília Jurídica. 1993.
- LONDON**, Raymond. *Les Droit de la Personnalité*. Paris: Dalloz, 1983.
- LUHMANN**, Niklas. *A Legitimação pelo procedimento*. Trad. bras. de Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.
- LUÑO**, Antonio E. Pérez. *Derechos Humanos, Estados de Derecho y Constitucion*. Madrid: Editorial Tecnos. 1991.
- _____. *Los Derechos Fundamentales*. Madrid: Tecnos. 1993.
- MARTINEZ**, Jaime Vidal. *El derecho a la intimidad en la Ley Orgánica de 5/5/1982*. Madrid, Editorial Montecorvo. 1984.
- MATTIA**, Angelo de. *Il Giudice e il Diritto al Rispetto della Vita Privata*. Bologna. Ponte Nuovo Editrice. 1976.
- MELLO**, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo, 5ª. ed. Malheiros, 1994.
- MENDES**, Gilmar Ferreira. *Colisão de direitos fundamentais: Liberdade de expressão e de comunicação e o direito à honra e à imagem*. Revista de Informação legislativa. nº. 122. Brasília. 1994. p. 297-300.
- MEYER**, Phiip. *A Ética no Jornalismo*. Trad. bras. São Paulo: Forense Universitária, 1987.
- MONREAL**, Eduardo Novoa. *Derecho a la Vida Privada Y Libertad da Información: Um conflito de derechos*. 1ª. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- NEVES**, Marcelo. *Legalismo e impunidade: Intolerância e premissividade jurídicas na América Latina - Notas para discussão no ano mundial da tolerância*. Texto apresentado ao Encontro sobre tolerância na América Latina, promovido pela UNESCO e a UFRJ, realizado no Rio de Janeiro, no período de 12 a 16 de setembro de 1994.
- OLIVEIRA**, Frederico Abrahão de. *Crimes Contra a Honra - Direito Material e Direito Formal*. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 1994.

- OLIVEIRA**, Frederico Abrahão de. *Crimes Contra a Honra - Direito Material e Direito Formal*. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 1994.
- PACE**, Alessandro. *Problematica delle libertá costituzionali*. 2ª. ed. Padova: Cedam Editores. 1990.
- PASCAL**, Blaise. *Pensamentos Políticos*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1994.
- PÁSOLINI**, Pier Paolo. *Os Jovens Infelizes. Antologia de ensaios corsários*. Trad. bras. São Paulo, Brasiliense. 1990.
- PINTO**, Paulo Mota. *O Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada*. Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra. 1993.
- RADBRUCH**, Gustav. *Filosofia do Direito*. 6ª. ed. Trad. L. Cabral de Moncada. Coimbra: Arménio Amado Editor. 1979.
- RIVERO**, Jean. *Les Libertés Publiques*. Paris. Ed. Presses Universitaires de France. 1973.
- ROBERT**, Jacques. *Droits de l'homme et libertès fondamentales*. Avec la collaboration de Jean Duffar. 5ª. édition. Paris: Ed. Montcherestien. 1994.
- ROBERT**, Jaques. *Libertés Publiques*. Paris. Éditions Montchrestien. 1971.
- ROCHE**, Jean. *Libertés Publiques*. 5ª. édition. Paris. Dalloz, 1978.
- ROMANO**, Roberto. *Conservadorismo Romântico. Origem do Totalitarismo*. São Paulo. Brasiliense, 1981. p. 98.
- _____. *A tirania do olhar*. In: O Pensamento em crise e as artimanhas do poder. São Paulo: Unesp Editora. 1988.
- SALAI FILHO**, Nagib. *Anotações à Constituição de 1988. Aspectos Fundamentais*. Rio de Janeiro. Ed. Forense. 3ª. ed. 1992.
- SENNETT**, Richard. *O Declínio do Homem Público. As Tirantias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.
- SILVA**, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1982.
- _____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 10ª. ed. São Paulo: Malheiros. 1995.
- SILVA**, Júlio Reis et alli. *Direito da informática, legislação e deontologia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- SUNDFELD**, Carlos Ari. *Fundamentos de Direito Público*. São Paulo: Malheiros. 1992.
- SZANIAWSKI**, Elimar. *Direitos de Personalidade e sua Tutela*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 1993.
- TELLES**, Vera. *Sociedade Civil, Direitos, Espaços Públicos*. Revista da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992. p. 43-53.
- TEMER**, Michel. *Elementos de Direito Constitucional*. 10ª. ed. São Paulo: Malheiros. 1993.
- TRINDADE**, Antônio Carlos Cançado. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos - Fundamentos Jurídicos e Instrumentais Básicos*. São Paulo. Ed. Saraiva, 1991.



Conteúdo Programático:



1 TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- A Teoria dos direitos fundamentais aplicada à Constituição Brasileira;
- O Conceito de norma de direito fundamental;
- A estrutura das normas de direito fundamental;
- A teoria dos princípios e dos valores.

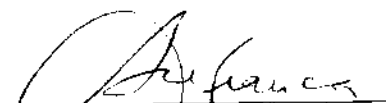
2 HERMENÊUTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- Os métodos hermenêuticos aplicados aos direitos fundamentais;
- Liberdade e direitos fundamentais;
- Igualdade e direitos fundamentais
- Os direitos fundamentais e a lógica da argumentação jurídica.

3 ANÁLISE DE DECISÕES DOS TRIBUNAIS SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- A posição dos tribunais superiores brasileiros;
- O direito comparado.

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO MUNICIPAL

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a compreender o município como Entidade autônoma que compõe a Federação.

Capacitar o aluno para perceber que o Município é base da Administração Pública.

Ementa do programa:

1. Origens e evolução do município
2. Organização do Município
3. Autonomia Municipal
4. O Município Brasileiro
5. Finanças Municipais
6. Bens Municipais
7. Serviços e obras municipais
8. Poder de Polícia do Município
9. Urbanismo e proteção ambiental
10. Servidores públicos
11. A Câmara Municipal
12. A Prefeitura e o Prefeito

Bibliografia:

ACKEL FILHO, Diomar. Município e a Prática Municipal. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1992.

AGUIAR, Joaquim Castro. Processo Legislativo Municipal. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

AGUIAR, Joaquim Castro. Regime Jurídico das Taxas Municipais. Rio de Janeiro: IBAM, 1982.

BERNARDI, Ovídio. Do Município em Juízo. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1964.

BRAZ, Petrônio. Direito Municipal na Constituição. São Paulo: Ed. Livraria de Direito.

CASTRO, José Nilo de. A C.P.I. Municipal. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

CASTRO, José Nilo de. A Defesa dos Prefeitos e Vereadores. Belo Horizonte, 1995.

- MARTINS, Ives Granda S. & Outros. Tributos Municipais. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 7ª ed. São Paulo: Malheiros. Atualizada por Izabel Camargo Lopes Monteiro e Yara Darcy Police Monteiro.
- PINASSI, Ayrton. Direito Municipal Constitucional. Campinas: Conan Editora, 1995.
- QUAGLIA, Vicente Celso. Fundamentos de Administração Municipal. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- SANTANA, Jair Eduardo. Competências Legislativas Municipais. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- SANTANA, Jair Eduardo. Roteiro Prático do vereador. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- SILVA, Clencio Martins da. Direito Público Municipal. Belo Horizonte: Ed. Mantiqueira, 1948.
- SILVA, José Afonso da. Manual do Vereador. São Paulo: Fundação Faria Lima, 1977.
- SILVA, José Afonso da. O Município na Constituição de 1988. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989.
- SILVA, José Moreira da. Enciclopédia do Administrador Municipal. São Paulo: Ed. Juriscredi Ltda, 1974. 3º vol.
- SOUZA, Iguatimozy Cataldi de. Tratado de Administração Municipal. Benfica: Editor Borsoi, 1948.
- UCHÔA, José Renato. ABC do Direito Municipal. Rio de Janeiro, Forense, 1984.
- VIANA, Arruda. O Município e sua Lei Orgânica. São Paulo: Ed. Saraiva, 1950.



Conteúdo Programático:



1. ORIGENS E EVOLUÇÃO DO MUNICÍPIO

- Origens e evolução do Município
 - O Município na antiguidade
 - O Município na atualidade
- O Município no Brasil-Colônia
- O Município na Constituição Imperial
- O Município na Constituição de 1824
- O Município na Constituição de 1891
- O Município na Constituição de 1934
- O Município na Constituição de 1937
- O Município na Constituição de 1946
- O Município na Constituição de 1967/1969
- O Município na Constituição de 1988
- Posição Atual do Município Brasileiro
- O Regime Municipal Brasileiro em confronto com o de outros países

2. ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

- Competência do Município na sua Organização
- Criação, Desmembramento, Anexação, Incorporação e Fusão de Municípios
- Plebiscito
- Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária do Estado e dos Municípios
- Regiões Metropolitanas e outras Unidades Regionais
- Lei Orgânica Municipal

3. AUTONOMIA MUNICIPAL

- A Organização política Nacional
- Soberania e Autonomia
- A Autonomia Municipal
- Intervenção do Estado no Município.
 - Autonomia Política
 - Autonomia Administrativa
 - Autonomia Financeira
- Intervenção do Estado no Município

4. O MUNICÍPIO BRASILEIRO

- Conceituação do Município Brasileiro
- O Município como Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- O Município como Entidade Estatal
- A Repartição de Competências na Constituição da República
- A Competência do Município em Assuntos de Interesse Local



- Composição do Governo Municipal
- Símbolos Municipais
- Responsabilidade Civil do Município

5. FINANÇAS MUNICIPAIS

- Considerações Gerais
 - Poder Impositivo do Município
 - Receita Pública e Rendas Municipais
 - Tributos e Preços Públicos
- Tributos e outras Receitas Municipais
 - Impostos privativos
 - Impostos partilhados
 - Impostos Comuns
 - Outras Receitas
- Orçamentos Municipais
 - Considerações Gerais
 - Plano Plurianual
 - Princípio Orçamentário
 - Proposta Orçamentária
 - Receita
 - Despesa
 - Dotação
 - Fiscalização Financeira

6. BENS MUNICIPAIS

- Conceito e Classificação dos Bens Públicos
- Administração de Bens Municipais
- Uso de Bens Municipais
- Alienação de Bens Municipais
- Imprescritibilidade, Impenhorabilidade e Não Oneração dos Bens Municipais
- Aquisição de Bens pelo Município

7. SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

- Competência do Município para Serviços e Obras Públicas
- Serviços Públicos
- Obras Públicas
- Formas de Execução
- Meios de Execução
- Principais Serviços e Obras Municipais

8. O PODER DE POLÍCIA MUNICÍPIO

- Considerações Gerais
- Principais Setores de Atuação do Poder de Polícia do Município
 - Polícia Sanitária

- Polícia das Construções
- Polícia das Águas
- Polícia da Atmosfera
- Polícia das Plantas e Animais Nocivos
- Polícia dos Logradouros Públicos
- Polícia dos Costumes
- Polícia de Pesos e Medidas
- Polícia de Atividades Urbanas em Geral



- Poder de Propulsão

9. URBANISMO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

- Urbanismo
- Plano Diretor do Município
- Ordenamento Urbano
- Proteção Ambiental

11. CÂMARA MUNICIPAL - Composição e Atribuições


- A Câmara Municipal;
- Composição da Câmara
- Principais Atribuições do Plenário

12. A PREFEITURA MUNICIPAL: Atribuições e Responsabilidades

- A Prefeitura: Órgão Executivo do Município
- Principais Atribuições do prefeito
- Responsabilidades do Prefeito
 - Responsabilidade Penal
 - Responsabilidade Político-Administrativa
 - Responsabilidade Civil

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO COMUNITÁRIO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]
Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Ao final da disciplina os alunos deverão ser capazes de conhecer os aspectos jurídicos referentes ao relacionamento político entre os diversos Estados intra e extra blocos e demais sujeitos da sociedade internacional, com ênfase nas transformações recentes deste relacionamento, notadamente os processos de globalização.

Ementa do programa:

1. Introdução
2. Jurisdição e Ordem Jurídica Comunitária
3. Sujeitos de Direito Comunitário
4. Direito Comunitário e Direito Nacional
5. Direito Comunitário Primário e Direito Comunitário Derivado
6. O Direito Comunitário e o Fenômeno da Concentração
7. Mercado Intra e Extra Comunitário

Bibliografia:

ARNAUD, Vicente Guillermo. *Mercosul, Unión Européia, Nafta y los procesos de integración regional*. Buenos Aires: Ed. Abeledo Perrot, 1996. 484 págs.

FARIA, José Eduardo. *Direito e Globalização Econômica*. Porto: Rés-Editora, 1996. 160 p.

GUY, Isaac. *Manual de Derecho Comunitário General*. Barcelona: Ariel, 2ª ed., 1991.

LAGOS, Gustavo & **BARROS CH.**, Raimundo (compiladores). *Manual para el estudio de los aspectos políticos y sociales de la integración econômica latinoamericana*. Buenos Aires: Depalma, 1990. 380 p.

MIRANDA, Alberto Souza de. *Temas de Direito Comunitário*. Coimbra: Ed. Livraria Almedina, 1990. 213 p.

PEDRON, Antônio Pau. *El Proceso Formativo del Derecho Comunitário Derivado*. Madrid: Ed. Tecnos, 1988. 135 p.

PORTO, Manuel C. Lopes. *Lições de Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*. Coimbra: Ed. Coimbra, 2ª ed., 1996.

Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO

- - Antecedentes históricos
- - Definição
- - Fundamento
- - Finalidade e importância
- - Fontes
- - A realidade da existência do Direito Comunitário

2. JURISDIÇÃO E ORDEM JURÍDICA COMUNITÁRIA

- - Competência jurisdicional
- - O contencioso comunitário
- - O processo comunitário contencioso:
- - Fontes
- - Características
- - Os Tribunais nacionais e os atos comunitários
- - O reenvio prejudicial de um Tribunal nacional ao Tribunal da C. E.
- - O Trib. de Justiça e a apreciação não vinculada de questões prejudiciais
- - Decisões do Tribunal Comunitário

3. SUJEITOS DE DIREITO COMUNITÁRIO

- - Estados membros
- - Estados associados

4. DIREITO COMUNITÁRIO E DIREITO NACIONAL

- - Conflito entre Direito Comunitário e Direito Nacional
- - O Direito Comunitário como Direito supranacional
- - A harmonização do Direito interno ao Direito Comunitário
- - O equilíbrio e a eficácia do Direito Comunitário

5. DIREITO COMUNITÁRIO PRIMÁRIO E DIREITO COMUNITÁRIO DERIVADO

- - As normas primárias ou originárias
- - As normas secundárias ou derivadas

6. **O DIREITO COMUNITÁRIO E O FENÔMENO DA CONCENTRAÇÃO**

- - O fenômeno da concentração de empresas no âmbito do Direito Comunitário
- - Empresas Orgânicas
- - Empresas inorgânicas ou convencionais



7. **MERCADO INTRA E EXTRA COMUNITÁRIO**

- - Relações entre os Estados membros
- - A circulação de pessoas, produtos e serviços no âmbito da comunidade
- - Zona de Livre Comércio
- - União Aduaneira
- - Mercado Comum
- - O exercício profissional no âmbito da comunidade
- - Relação dos Estados membros com outros sujeitos de D. Internacional

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO


Ficha de Disciplina

Disciplina: CRIMINOLOGIA		Código:
Ano: 5°	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a: compreender a criminologia pelo trinômio: o criminoso, o crime e a criminalidade;

Perceber a concepção moderna da indissociabilidade da criminologia e política criminal.

Compreender que a criminalidade e sua prevenção afeta a todos e a cada um, pela multiplicidade de aspectos jurídicos, sociais, econômicos e culturais.

Ementa do programa:

1. A criminologia
2. As teorias criminológicas
3. O conhecimento da criminalidade.
4. A criminalidade como fenômeno da vida cotidiana.
5. Conceito de conduta criminal.

Bibliografia:

- ALBERGARIA, Jason. Criminologia. Teoria e Prática. 2ª ed., Rio de Janeiro, AIDE, 1988
- ALMEIDA, Luiz Roberto de; SANTOS, Verissimo M. O Exame Criminológico. São Paulo: Lex Editora S.A., 1975.
- ALTAVILLA, Enrico. O delinqüente e a lei penal. Coimbra: Coimbra Editora Ltda, Vol. I a III, 1964.
- ALVES, Roque de Brito. Criminologia. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- ARROJO, Manuel Lopez-Rey y. Compendio de Criminologia y Política Criminal. Madrid, Tecnos, 1985.
- ASUA, Luiz Jimenez de. Tratado de derecho Penal. Vols. I a VII. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1963.
- BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Hemus Editora Ltda, 1983.
- BERISTAIN, Antonio. Ciencia Penal y Criminología. Madrid, Tecnos, 1986
- BRUNO, Anibal. Das penas. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- . Direito Penal. Parte Geral. Vol. I, tomos I a III. Rio de Janeiro: Forense, 1959



- BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Hemus Editora Ltda, 1983.
- BERISTAIN, Antonio. Ciencia Penal y Criminología. Madrid, Tecnos, 1986
- BRUNO, Aníbal. Das penas. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- _____. Direito Penal. Parte Geral. Vol. I, tomos I a III. Rio de Janeiro: Forense, 1959
- _____. Perigosidade criminal e medidas de segurança. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.
- CAMARGO, Antônio Luís Chaves. Culpabilidade e Reprovação Penal. São Paulo: Sugestões Literárias, 1994.
- CARRARA, Francesco. Programa de Derecho Criminal. Vols. I a X. Buenos Aires: Editorial Depalma, 1944.
- CONDE, Francisco Munoz. El error en Derecho Penal. Valencia: Tirant lo blanc alternativa, 1989.
- _____. Teoria general del delito. Valencia: Tirant lo blanch, 1991.
- EVANGELISTA DE JESUS, Damásio; MENNA BARRETO, João de Deus; DOTTI, René Ariel; COUTINHO, Roisle Alaor Metzker & NEVES, Serrano. Violência e Criminalidade. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- FÁVERO, Flávio. Medicina Legal. São Paulo: Livraria Martins Editora, 7ª ed., 2º vol., 1963.
- FERRI, Enrico. Princípios de Direito Criminal. Campinas: Bookseller Editora, 1996.
- HASSEMER, Winfried & CONDE, Francisco Muñoz. Introducción a la Criminología y al Derecho Penal. Valencia: Tirant lo blanch, 1989.
- JESCHECK, Hans-Heinrich. Tratado de derecho Penal. Parte Geral. Granada: Editorial Comares, 4ª ed., 1993.
- LIRA, Roberto & ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello de. Criminologia (de acordo com a Constituição de 1988). Rio de Janeiro: Editora Forense, 4ª ed., 1995.
- MANNHEIM, Hermann. Criminologia Comparada. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. 1 e 2, 1984.
- MEREJE, Rodrigues de. Princípios de Criminologia. São Paulo, 1989.
- NICEFORO, Alfredo. Criminologia. Tomo I a V. Puebla: Editorial Jose M. Cajica Jr. S.A., 1941.
- RODA, Juan Cordoba. Culpabilidade y pena. Barcelona: Bosch Casa Editorial S.A.
- RAMÍREZ, Sergio García. Criminologia, Marginalidad y Derecho Penal. Buenos Aires, Depalma, 1982.

Conteúdo Programático:



1. A CRIMINOLOGIA

- . A natureza e definição
- . Origens e evolução

2. AS TEORIAS CRIMINOLÓGICAS

- . Desorganização Social
- . Patologia Social
- . Cultura e Subcultura
- . Mudança Social
- . Psicologia e Saúde Mental
- . Biologia e Criminalidade
- . Condições Econômicas
- . Outras Teorias

3. O CONHECIMENTO DA CRIMINALIDADE E DO DELITO

- Criminalidade e Direito Penal.
 - Princípios fundamentais do direito penal humanista.
- Criminalidade e delito.
- Legislação e jurisprudência penal.

4. A CRIMINALIDADE COMO FENÔMENO DA VIDA COTIDIANA

- Delinqüente e vítima.
 - A criminalidade como conflito entre delinqüente e vítima.
 - Neutralização da vítima.
 - Relações entre delinqüente e vítima.
 - O delinqüente como vítima.
 - Delitos sem vítima.
- A história da criminalidade.
 - Necessidade de conhecimento da criminalidade.
 - Importância do conhecimento da criminalidade.
- O significado da criminalidade para o indivíduo e para a sociedade.
 - A luta contra o delito.
 - A criminalidade é normal.
 - A criminalidade é útil.
- Sociedade sem criminalidade?
- Extensão da criminalidade.
 - . A estatística criminal.
 - Tipos de estatística.
 - Valor informativo da estatística criminal.
 - Crítica ao valor informativo da estatística criminal.
 - . A cifra escura.
 - Presunções e realidade da cifra escura.
 - Importância da cifra escura para a Política Criminal e a praxis jurídico penal.



5. CONCEITO DE CONDUTA CRIMINAL

- Definições cotidianas do criminoso.
- Conceitos de conduta desviada e a Criminologia.
 - Conduta desviada e conduta punível.
 - Normas sociais e normas jurídico-penais.
 - Fatores da conduta desviada.
 - Resultados da Criminologia etiológica.
 - Significado para a administração da justiça penal.
 - Definições de conduta desviada.
 - Importância para a Criminologia;
 - Definições de conduta criminal.
- A conduta merecedora de pena como objeto da Política Criminal.
 - O conceito de merecimento de pena.
 - Conceito.
 - Função.
 - Critérios de merecimento de pena.
 - Justiça e utilidade.
 - Critérios de justiça.
 - Critérios de utilidade.
 - A liberdade do legislador penal na adoção de suas decisões.
 - O erro.
 - A medida de segurança e a perigosidade do agente.
- A conduta punível como objeto do Direito Penal.
 - As teorias causal, social, finalista e sua nova versão na Alemanha.
 - Conceito jurídico-penal e criminológico do delito.
 - Conceito jurídico-penal e político-criminal do delito.
 - conceito jurídico-penal do delito.
 - Os princípios da adequação social de Welzel e da insignificância de Claus Roxin e da bagatela de Klaus Tiedman.
 - A Política-Criminal de C. Roxin.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: MEDICINA LEGAL		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento:
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Preparar os alunos para que possam fazer uso de conhecimentos médicos e paramédicos aplicáveis na interpretação e execução das normas legais;

Propiciar maior qualidade da formação jurídica através do desenvolvimento de conteúdo da ciência médica condizentes ao Direito.

Ementa do programa:

- Introdução ao estudo da medicina legal; Identidade; Traumatologia infortunistica, tanatologia; Sexologia Forense; Psicopatologia Forense; Quesitos para o exame de corpo de delito; Asfixiologia Forense; Cronotanatognose; Perícia-Perito; Documentos médicos-judiciários.

Bibliografia:

- ALCÂNTARA, Hermes Rodrigues de. *Perícia Médico-Legal*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Dois, 1982.
- ALMEIDA JÚNIOR, A. *Lições de Medicina Legal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional do Direito, 1956.
- CAMARGO JR., Benedito Soares de. *Aulas de Medicina Legal*. 4ª ed. Goiânia: Editora UFG, 1984.
- CAMARGO JÚNIOR, Benedito Soares de. *Aulas de Medicina Legal*. 5ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 1987
- CARVALHO, Hilário Veiga de. *Compêndio de Medicina Legal*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- CROCE, Delton & CROCE JÚNIOR, Croce. *Medicina Legal para provas e concursos*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- CROCE, Delton & CROCE JÚNIOR, Delton. *Manual de Medicina Legal*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- FLÁVIO, Flaminero. *Medicina Legal*. 11ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980
- FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.



Conteúdo Programático:

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA MEDICINA LEGAL:

- Definição, conceito, eficiência, relações, histórico, ensino da medicina legal e sua evolução no Brasil, divisões didáticas da medicina legal, perícia médica e peritos.

2. IDENTIDADE:

- identificação judiciária, hematologia médico legal.

3. TRAUMATOLOGIA:

- lesões pessoais, lesões mortais, homicídio, suicídio, classificação médico-legal da causalidade do dano, energias de ordem físico-químico, energias de ordem química, energias de ordem bioquímicas, energias de ordem biodinâmica, energias mistas, as lesões segundo a lei.

4. INFORTUNISTICA:

- conceito geral e diagnóstico, prognóstico dos acidentes, avaliação médico legal das incapacidades, consolidação, a perícia dos infortúnios do trabalho, tanatologia: morte súbita, morte agônica, sobreviventes, diagnose diferencial entre as lesões produzidas em vida depois da morte.

5. SEXOLOGIA FORENSE:

- casamento, ultraje público ao pudor, atentados contra o pudor, sedução (defloramento), estupro, a gravidez do ponto de vista médico legal, abortamento criminoso, infanticídio, transtorno do instinto sexual sob o ponto de vista médico-legal, delito contra a procriação, delito de contágio.

6. CRIMINOLOGIA:

- noções gerais da criminologia e direito penal, o crime, o criminoso, terapêutica do crime, profilaxia do crime.

7. PSICOPATOLOGIA FORENSE:

- capacidade de imputação e capacidade civil; seus limites e modificações bio-psico-sociais. generalidades, seus limites e modificadores, da capacidade de imputação e capacidade civil.

8. QUESITOS PARA O EXAME DO CORPO DE DELITO:

- lesão corporal, exames necropsícos, sanidade física e mental, conjunção carnal, ato libidinoso, abortamento, infanticídio, exame de idade.

9. AS NEUROSES E A LEI.

10. AS PSICOSES E A LEI.

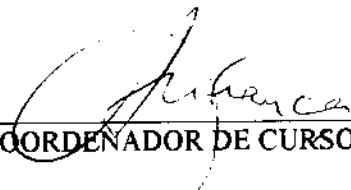
11. A SIMULAÇÃO DA ALIENAÇÃO MENTAL E DA DEFICIÊNCIA MENTAL E A LEI.

12. AS TOXICOMANIAS - LEI ANTI-TÓXICO.



DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: PSICOLOGIA JURÍDICA

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEPSI

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Embasar o aluno no contexto da Psicologia Jurídica, suas aplicabilidades e suas funções nos estabelecimentos penais.

Ementa do programa:

- Perícias psicológicas; Metodologias de trabalho nos casos de adoção, vitimização de crianças e adolescentes; práticas de delitos, separações judiciais e modificações de guarda de filhos. A Personalidade Criminal. Comportamento delinquente.

Bibliografia:

- ALTO É, Sonia. *Infâncias Perdidas: O cotidiano nos internatos - Prisão*. Rio de Janeiro: Xenon Ed. e Produtora Cultural Ltda, 1990.
- AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, V. N. A. (orgs.). *Crianças vitimizadas: a Síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu Ed., 1989.
- BASAGHIA, F. *A psiquiatria alternativa*. São Paulo: Debates, 1982.
- BASAGHIA, F. et al. *Los himenes de la paz*. México: Sigilo Veintiuno, 1977.
- BRODSKY, L. *Psychologists in the Criminal Justice System*. Am. Ass. of Correctional Psychologists, 1972.
- CAMARGO, Maria. *Terapia Penal e Sociedade*. Campinas: Papirus, 1984.
- CAPLAN, G. *Princípios de Psiquiatria Preventiva*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1980.
- CARVALHO, H. Veiga. *Compêndio de Criminologia*. Bushatsky Ed, 1977.
- EDMUNDO, L. P. *Instituição: Escola de Marginalidade?* São Paulo: Cortez Ed., 1987.
- EYSENCK, H. J. *Delincuencia y Personalidad*. Madrid: Ed. Marova, 1976.
- FELDMAN, M. Phillip. *Comportamento Criminoso: Uma análise psicológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento na Prisão*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.
- GARZA, G. F. *Adolescencia marginal e inhalantes*. Madrid: Ed. Trilhas, 1977.
- GIBBONS, C. C. & JONES, J. F. *The study of Deviance*. N. York: Prentice-Hall Inc., 1978.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.
- GUIRADO, Marlene. *Instituição e Relações Afetivas: O vínculo com o abandono*. São Paulo:

Conteúdo Programático:



1 - OBJETIVO DA CRIMINOLOGIA

2 - ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS

3 - COMPORTAMENTO DELINQUENTE

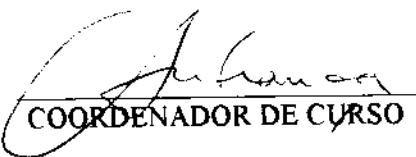
- Delinquência neurótica e Psicótica.
-

4 - PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO CRIMINOLÓGICA.

5 - REINCIDÊNCIA CRIMINAL.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: SISTEMAS PENITENCIÁRIOS		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Reconhecer a falibilidades das políticas implementadas para solução das questões penitenciárias.

Perceber que o Direito não é coisa pronta, sofrendo as influências das mutações sociais, políticas e econômicas.

Fomentar o interesse pela pesquisa.

Ementa do programa:

01. A pena e suas teorias
02. Violência social
03. A prisão cautelar
04. Finalidade da pena de prisão
05. O sistema social da prisão
06. A pena de prestação de serviços à comunidade
07. Suspensão condicional da pena
08. Livramento condicional
09. Trabalho do preso
10. Regimes Penitenciários e Sistema Progressivo
11. Periculosidade e individualização da pena
12. Prisão albergue
13. Prisão aberta
14. Prisão privada

Bibliografia:

- MIOTTO, Armida Bergamini. *Temas Penitenciários*. São Paulo, RT, 1992
- CERVINI, Raúl. *Os processos de descriminalização*. São Paulo, RT, 2ª ed. 1995.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da Pena de Prisão*. São Paulo, RT, 1993.
- THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro. Forense, 4ª ed. 1993
- REALE JÚNIOR, Miguel. *Novos rumos do sistema criminal*. Rio de Janeiro. Forense. 1983
- _____. *Direito Penal Aplicado*. São Paulo, RT. Vols 2 e 3 (1992) e vol. 4 (1994)

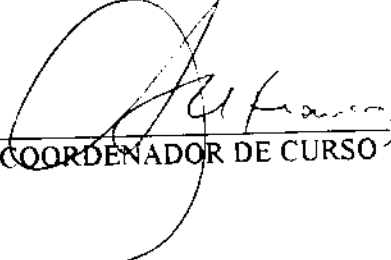


Conteúdo Programático:

O conteúdo programático corresponde ao desdobramento dos temas que compõem a ementa, selecionados em razão das variáveis sócio-políticas que influenciam a abordagem crítica-analítica dos mesmos. Assim, cada item da ementa, será pesquisado, analisado e discutido conforme a conjuntura informada pelos paradigmas conjunturais da atualidade.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Capacitar a identificação dos bens jurídicos protegidos através dos tipos penais previstos na legislação penal especial.

Reconhecer a estrutura sistêmica do Direito Penal.

Desenvolver habilidade de identificar o papel da legislação penal complementar na proteção dos bens e interesses coletivos.

Fomentar o interesse pela pesquisa.

Ementa do programa:

01. Contravenções penais
02. Direito penal militar
03. Criança e adolescente
04. Direitos Humanos
05. Ordem econômica, tributária e relações de consumo.
06. Imprensa e comunicação
07. Transplante de órgãos
08. Meio ambiente, ecologia e patrimônio histórico
09. Indicação de outras leis penais complementares
10. Observações sobre a jurisprudência concernente à legislação penal complementar

Bibliografia:

PRADO, Luiz Régis. *Direito Penal Ambiental*. São Paulo: RT, 1992

FREITAS, Gilberto Passos de, e Wladimir Passos de Freitas. *Crimes contra a natureza*. São Paulo: RT. 4ª ed. 1995

OLIVEIRA NETO, Olavo de. *Comentários à Lei das Contravenções Penais*. São Paulo: RT, 1994

FRANCO, Alberto Silva et alii. *Leis Penais Especiais e sua interpretação jurisprudencial*. 2ª tiragem, São Paulo: RT. 1995

- GAMA, Hélio Direitos do consumidor Rio de Janeiro: Forense: 2ª ed. 1995
- LOUREIRO NETO, José da Silva. Direito Penal Militar. São Paulo: Atlas. 1ª ed. 1993
- SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. Transplante de órgãos e eutanásia - liberdade e responsabilidade. São Paulo: Saraiva. 1ª ed., 1992.
- MARREY NETO, José Adriano. Transplante de órgãos - disposições penais. São Paulo: Saraiva, 1ª ed. 1995
- COSTA JÚNIOR, Paulo José da. e Zelmo Denari Infrações tributárias e delitos fiscais. São Paulo: Saraiva. 1ª ed. 1995
- ROMEIRO, Jorge Alberto Curso de Direito Penal Militar.- Parte Geral. São Paulo: Saraiva. 1ª ed. 1995
- MANTECCA, Paschoal Crimes contra a economia popular e sua repressão. São Paulo: Saraiva. 2ª ed., 1989.
- CORREIA, Antônio. Crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Saraiva. 1ª ed. 1995.

Conteúdo Programático:



01. CONTRAÇÕES PENAIAS

- Divisão do Direito Penal
- Distinção entre crime e contravenção
- A parte geral da Lei das Contravenções Penais
- A parte especial da Lei das Contravenções Penais
- Contravenções lotéricas

02. DIREITO PENAL MILITAR

- Introdução ao estudo do Direito Penal Militar
- Conceito de crime militar
- A parte geral do Código Penal Militar
- A parte especial do Código Penal Militar

03. CRIANÇA E ADOLESCENTE

- Dos crimes contra a criança e o adolescente

04. DIREITOS HUMANOS

- Genocídio
- Preconceito de raça ou de cor
- Discriminação de nacionalidade e sexo
- Deficientes físicos

05. ORDEM ECONÔMICA, TRIBUTÁRIA E RELAÇÕES DE CONSUMO

- Crimes contra o consumidor
- Crimes e contravenções contra a economia popular
- Crimes falimentares
- Crimes o sistema financeiro nacional

06. IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

- Introdução ao estudo dos crimes de informação
- Considerações sobre a imprensa, radiofusão e serviços oficiosos
- Do direito de resposta

- Da autoria e responsabilidade penal
- Da ação penal
- Os crimes de informação em espécie



07. TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS

- Tutela jurídica
- Condutas puníveis

08. MEIO AMBIENTE, ECOLOGIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

- Análise da legislação pertinente

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Capacitar o aluno a discernir e aplicar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas disciplinas curriculares da área de formação e desenvolvê-los em forma de pesquisa, com aprofundamento nos aspectos que forem objeto de discussão e polêmica no presente cenário nacional, em virtude da constante dinâmica do direito trabalhista.

Especificamente, o resultado dessa verticalidade concorrerá para a definição da escolha do Direito do Trabalho, em seus variados segmentos, quer individual, coletivo ou processual, com área profissional de atuação.

Ementa do programa:

- Globalização econômica e sua influência na evolução do Direito do Trabalho.
- Transformações e tendências na legislação trabalhista que a atual conjuntura da oferta e procura da mão-de-obra.
- A desregulamentação do Direito do Trabalho.

Bibliografia:

ALMEIDA, Amador Paes de. *Curso Prático de Processo do Trabalho*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

ALMEIDA, Isis. *Manual de Direito Processual do Trabalho. 1º Volume. Introdução ao Processo Jurídico do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 1994.

ALMEIDA, Isis. *Manual de Direito Processual do Trabalho. 2º Volume. Processo de Conhecimento e Processo de Execução Trabalhista*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 1994.

ASSIS, Pedro Prazeres de. *Curso Completo de Direito do Trabalho*. Jataí: Ed. Trainel, 1995.

ALVES, Rubens Valtecidos. *Deficiente Físico: novas dimensões da proteção ao trabalhador*. São Paulo: LTr, 1992.

BARROS, Alice Monteiro. *Curso de Direito do Trabalho estudos em memória de Célio Goyata*. São Paulo: LTr, 1994.

- BATALHA, Wilson de Souza Campos & BATALHA, Sílvia Marina Labati. Sindicatos Sindicalismos. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1994.
- BONFIM, B. Calheiros, SANTOS, Silvério dos & STAMATO, Cristina K. Dicionário de Decisões Trabalhistas. 25ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Edições Trabalhistas, 1995.
- CAMPELLO, José Barreto. Roteiros de Audiências, Execuções e Recursos Trabalhistas. ed. Brasília, DF: Ed. Consulex, 1992.
- CARDONE, Marly A. Advocacia Trabalhista: judicial e extrajudicial. SP: Saraiva, 1997.
- CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação as Leis Trabalhistas. SP: Saraiva, 1997.
_____. Nova Jurisprudência do Direito do Trabalho. SP: Saraiva, 1997.
- CASTELO, Jorge Pinheiro. O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo. SP: LTr, 1993.
- CESARINO JR., A.F. & CARDONE, Marly A. Direito Social vol. I. 2ª ed. SP: LTr, 1993.
- CORRÊA, Nelson Barbosa. Ementário, Direito do Trabalho e Previdência Social. vol. V. (1981 a 1983) e vol VI (1984 a 1987). São Paulo: LTr.
- COSTA, Coqueijo. Direito Processual do Trabalho. 4ª ed. RJ: Forense, 1995.
- COSTA, Orlando Teixeira da. Direito Coletivo do Trabalho e Crise Econômica. SP: LTr, 1991.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do Processo. 3ª ed. SP: Malheiros, 1993.
- FERRARI, Irany & MARTINS, Melchiades Rodrigues. Julgados Trabalhistas Seleccionados. vol. III. SP: LTr, 1995.
- GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. 8ª ed. SP: LTr, 1993.
- GIUGNI, Gino. Direito Sindical. SP: LTR, 1991.
- GOMES, Orlando. Curso de Direito do Trabalho de acordo com a CF/88. Edição Universitária. RJ: Forense, 1991.
- GONÇALVES, Emílio. Da reconvenção no processo trabalhista: teoria e prática. SP: LTr, 1991.
_____. Direito Processual do Trabalho. SP: LTr, 1995.
_____. Manual de Prática Processual Trabalhista. 5ª ed. SP: LTr, 1995.
_____. O Preposto do Empregador no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1986.
- MACHADO JR., César Pereira da Silva. O Ônus da Prova no Processo do Trabalho. SP: LTr. 1993.
- MALLET, Estevão. Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho. SP: LTr, 1995.
- MALTA, Christóvão Paragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. 26ª ed. SP: LTr, 1995.
- MORAES, Evaristo de. Apontamento de Direito Operário. SP: LTr, 1971.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Comentários às Leis Trabalhistas. vol. I. 2ª ed. SP: Saraiva, 1992.
_____. Curso de Direito Processual do Trabalho. SP: Saraiva, 1996.
_____. Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do Direito do Trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 9ª ed. SP: Saraiva, 1991.
_____. Pequeno Dicionário de Processo Trabalhista. SP: LT, 1993.
_____. Direito do Trabalho na CF 88. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.



. Direito Sindical. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de Prática Trabalhista. 24ª ed. SP: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Francisco Antônio de. Comentários aos Enunciados do TST. 3ª ed. SP: LTr, 1993.

. Direito do Trabalho em sintonia com a nova CF/88: doutrina, jurisprudência, direito sumular e direito comparado. SP: LTr, 1993.

. Medidas Cautelares, Processo Trabalhista. 2ª ed. SP: LTr, 1991.

. O Processo na Justiça do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Curso de Direito Individual do Trabalho: noções fundamentais de Direito do Trabalho, sujeitos e institutos do Direito individual. 2ª ed. SP: LTr, 1995.

. Processo Trabalhista de Conhecimento. 3ª ed. SP: LTr, 1994.

. Execução Trabalhista. 6ª ed. SP: LTr, 1994.

PLA RODRIGUEZ, Américo. Curso de Direito do Trabalho - Contratos de Trabalho. SP: LTr, 1982.

PRADO, Roberto Barreto. Curso de Direito Coletivo do Trabalho. SP: LTr, 1991.

Revista de Direito do Trabalho. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

Revista LTr. Legislação do Trabalho. Publicação Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, SP.

ROBORTELLA, Luiz Carlo Amorim. O Moderno Direito do Trabalho. SP: LTr, 1994.

ROCHA, Osiris. Teoria e Prática dos Recursos Trabalhistas. 3ª ed. SP: LTr, 1991.

ROMITA, Arion Sayão. Curso de Direito Constitucional do Trabalho. SP: LTr, 1991.

SAAD, Eduardo Gabriel. Constituição e Direito do Trabalho. SP: LTr, 1989.

. Direito Processual do Trabalho. SP: LTr, 1994.

SALEM, Luciano R. & SALEM, Diná R. Justa Causa e Rescisão Indireta. SP: Ed. Jurídica Brasileira, 1995.

SAMPAIO, Aluysio Mendonça. Dicionário de Direito do Trabalho. 4ª ed. SP: LTr, 1993.

SILVA, Carlos Alberto Barata. Aspectos Fundamentais de Direito do Trabalho. SP: LTr, 1981.

SILVA, Alberto Barata. Compêndio de Direito do Trabalho - Parte Geral e Contrato Individual do Trabalho. SP: LTr, 1989.

SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições de Direito do Trabalho. 12ª ed. SP: LTr, 1991.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. As Ações Cautelares no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1994.

. Execução no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.

. Liquidação da Sentença no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1992.

. Mandato de Segurança na Justiça do Trabalho. SP: LTr, 1994.

. A Prova no Processo do Trabalho. 6ª ed. SP: LTr, 1994.

. Sistemas e Recursos Trabalhistas. 8ª ed. (atualizada com as Leis ns. 8950/94 e 8950/94). SP: LTr, 1995.

. A Sentença no Processo do Trabalho. SP: LTr, 1994.

. Litisconsórcio, Assistência e Intervenção de Terceiros no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1993.

TERAYAMA, Miriam Rachael Ansarah R. (org.). Jurisprudência Trabalhista (1987 a 1991).

SP: Ed. Informações Objetivas (IOB).

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Direito e Processo do Trabalho. BH: Del Rey, 1994.



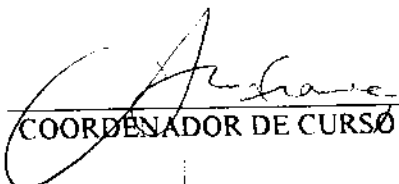


Conteúdo Programático:

- Em virtude desta disciplina objetivar o estudo, pesquisa e discussão de temas atuais e momentâneos da conjuntura brasileira, culminando com um diagnóstico a ser apresentado e ou sugerido aos respectivos segmentos envolvidos nos fatos geradores, o conteúdo programático sofrerá a devida adequação, divisão e desenvolvimento necessários ao que apenas for pertinente ao momento histórico.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Capacitar o aluno a discernir e aplicar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas disciplinas curriculares da área de formação e desenvolvê-los em forma de pesquisa, com aprofundamento nos aspectos que forem objeto de discussão e polêmica no presente cenário nacional, em virtude da constante dinâmica do direito trabalhista.

Especificamente, o resultado dessa verticalidade concorrerá para a definição da escolha do Direito do Trabalho, em seus variados segmentos, quer individual, coletivo ou processual, com área profissional de atuação.

Ementa do programa:

1. Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho face às tendências do sindicalismo moderno.
2. A arbitragem como mecanismo de solução nos dissídios coletivos.
3. A evolução e transformação do Poder Normativo da Justiça do Trabalho.
4. Estabilização econômica e dissídio coletivo.

Bibliografia:

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

ALMEIDA, Isis. Manual de Direito Processual do Trabalho. 1º Volume. Introdução ao Processo Jurídico do Trabalho. 6ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 1994.

ALMEIDA, Isis. Manual de Direito Processual do Trabalho. 2º Volume. Processo de Conhecimento e Processo de Execução Trabalhista. 6ª ed. São Paulo: LTr, 1994.

ASSIS, Pedro Prazeres de. Curso Completo de Direito do Trabalho. Jataí: Ed. Trainel, 1995.

ALVES, Rubens Valtecidos. Deficiente Físico: novas dimensões da proteção ao trabalhador. São Paulo: LTr, 1992.

BARROS, Alice Monteiro. Curso de Direito do Trabalho estudos em memória de Célso Goyata. São Paulo: LTr, 1994.

BARROS, Alice Monteiro de. (Coord.) Direito do Trabalho aplicado. BH: Del Rey, 1994.

BATALHA, Wilson de Souza Campos & BATALHA, Sílvia Marina Labati. Sindicatos

- BONFIM, B. Calheiros, SANTOS, Silvério dos & STAMATO, Cristina K.** *Dicionário de Decisões Trabalhistas*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Edições Trabalhistas, 1995.
- CAMPELLO, José Barreto.** *Roteiros de Audiências, Execuções e Recursos Trabalhistas*. 4ª ed. Brasília, DF: Ed. Consulex, 1992.
- CARDONE, Marly A.** *Advocacia Trabalhista: judicial e extrajudicial*. SP: Saraiva, 1972.
- CARRION, Valentin.** *Comentários à Consolidação as Leis Trabalhistas*. SP: Saraiva, 1997.
- Nova Jurisprudência do Direito do Trabalho*. SP: Saraiva, 1997.
- CASTELO, Jorge Pinheiro.** *O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo*. SP: LTr, 1993.
- CESARINO JR., A.F. & CARDONE, Marly A.** *Direito Social vol. I*. 2ª ed. SP: LTr, 1993.
- CORRÊA, Nelson Barbosa.** *Ementário, Direito do Trabalho e Previdência Social*. vol. V. (1981 a 1983) e vol VI (1984 a 1987). São Paulo: LTr.
- COSTA, Coqueijo.** *Direito Processual do Trabalho*. 4ª ed. RJ: Forense, 1995.
- COSTA, Orlando Teixeira da.** *Direito Coletivo do Trabalho e Crise Econômica*. SP: LTr, 1991.
- DINAMARCO, Cândido Rangel.** *A instrumentalidade do Processo*. 3ª ed. SP: Malheiros, 1993.
- FERRARI, Irany & MARTINS, Melchíades Rodrigues.** *Julgados Trabalhistas Selecionados*. vol. III. SP: LTr, 1995.
- GIGLIO, Wagner D.** *Direito Processual do Trabalho*. 8ª ed. SP: LTr, 1993.
- GIUGNI, Gino.** *Direito Sindical*. SP: LTR, 1991.
- GOMES, Orlando.** *Curso de Direito do Trabalho de acordo com a CF/88*. Edição Universitária. RJ: Forense, 1991.
- GONÇALVES, Emílio.** *Da reconvenção no processo trabalhista: teoria e prática*. SP: LTr, 1991.
- Direito Processual do Trabalho*. SP: LTr, 1995.
- Manual de Prática Processual Trabalhista*. 5ª ed. SP: LTr, 1995.
- O Preposto do Empregador no Processo do Trabalho*. 2ª ed. SP: LTr, 1986.
- MACHADO JR., César Pereira da Silva.** *O Ônus da Prova no Processo do Trabalho*. SP: LTr, 1993.
- MALLET, Estevão.** *Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho*. SP: LTr, 1995.
- MALTA, Christóvão Paragibe Tostes.** *Prática do Processo Trabalhista*. 26ª ed. SP: LTr, 1995.
- MORAES, Evaristo de.** *Apontamento de Direito Operário*. SP: LTr, 1971.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro.** *Comentários às Leis Trabalhistas*. vol. I. 2ª ed. SP: Saraiva, 1992.
- Curso de Direito Processual do Trabalho*. SP: Saraiva, 1996.
- Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do Direito do Trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho*. 9ª ed. SP: Saraiva, 1991.
- Pequeno Dicionário de Processo Trabalhista*. SP: LT, 1993.
- Direito do Trabalho na CF 88*. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.
- Direito Sindical*. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.

- OLIVEIRA, Aristeu de.** Manual de Prática Trabalhista. 24ª ed. SP: Atlas, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco Antônio de.** Comentários aos Enunciados do TST. 3ª ed. SP: LTr, 1993.
- _____. Direito do Trabalho em sintonia com a nova CF/88: doutrina, jurisprudência, direito sumular e direito comparado. SP: LTr, 1993.
- _____. Medidas Cautelares, Processo Trabalhista. 2ª ed. SP: LTr, 1991.
- _____. O Processo na Justiça do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.
- PINTO, José Augusto Rodrigues.** Curso de Direito Individual do Trabalho: noções fundamentais de Direito do Trabalho, sujeitos e institutos do Direito individual. 2ª ed. SP: LTr, 1995.
- _____. Processo Trabalhista de Conhecimento. 3ª ed. SP: LTr, 1994.
- _____. Execução Trabalhista. 6ª ed. SP: LTr, 1994.
- PLA RODRIGUEZ, Américo.** Curso de Direito do Trabalho - Contratos de Trabalho. SP: LTr, 1982.
- PRADO, Roberto Barreto.** Curso de Direito Coletivo do Trabalho. SP: LTr, 1991.
- Revista de Direito do Trabalho.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- Revista LTr.** Legislação do Trabalho. Publicação Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, SP.
- ROBORTELLA, Luiz Carlo Amorim.** O Moderno Direito do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- ROCHA, Osiris.** Teoria e Prática dos Recursos Trabalhistas. 3ª ed. SP: LTr, 1991.
- ROMITA, Arion Sayão.** Curso de Direito Constitucional do Trabalho. SP: LTr, 1991.
- SAAD, Eduardo Gabriel.** Constituição e Direito do Trabalho. SP: LTr, 1989.
- _____. Direito Processual do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- SALEM, Luciano R. & SALEM, Diná R.** Justa Causa e Rescisão Indireta. SP: Ed. Juridica Brasileira, 1995.
- SAMPAIO, Aluysio Mendonça.** Dicionário de Direito do Trabalho. 4ª ed. SP: LTr, 1993.
- SILVA, Carlos Alberto Barata.** Aspectos Fundamentais de Direito do Trabalho. SP: LTr, 1981.
- SILVA, Alberto Barata.** Compêndio de Direito do Trabalho - Parte Geral e Contrato Individual do Trabalho. SP: LTr, 1989.
- SUSSEKIND, Arnaldo.** Instituições de Direito do Trabalho. 12ª ed. SP: LTr, 1991.
- TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio.** As Ações Cautelares no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1994.
- _____. Execução no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.
- _____. Liquidação da Sentença no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1992.
- _____. Mandato de Segurança na Justiça do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- _____. A Prova no Processo do Trabalho. 6ª ed. SP: LTr, 1994.
- _____. Sistemas e Recursos Trabalhistas. 8ª ed. (atualizada com as Leis ns. 8950/94 e 8950/94). SP: LTr, 1995.
- _____. A Sentença no Processo do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- _____. Litisconsórcio, Assistência e Intervenção de Terceiros no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1993.

TERAYAMA, Miriam Rachael Ansarah R. (org.). *Jurisprudência Trabalhista (1987 a 1991)*.
SP: Ed. Informações Objetivas (IOB).
VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. *Direito e Processo do Trabalho*. BH: Del Rey, 1994.

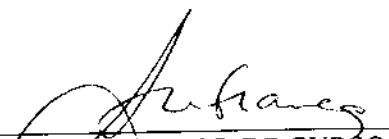


Conteúdo Programático:

- Em virtude desta disciplina objetivar o estudo, pesquisa e discussão de temas atuais e momentâneos da conjuntura brasileira, culminando com um diagnóstico a ser apresentado e ou sugerido aos respectivos segmentos envolvidos nos fatos geradores, o conteúdo programático sofrerá a devida adequação, divisão e desenvolvimento necessários ao que apenas for pertinente ao momento histórico.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: ~~DIREITO~~ INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO
DÍSSÍDIO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP/DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Capacitar o aluno a discernir e aplicar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas disciplinas curriculares da área de formação e desenvolvê-los em forma de pesquisa, com aprofundamento nos aspectos que forem objeto de discussão e polêmica no presente cenário nacional, em virtude da constante dinâmica do direito trabalhista.

Especificamente, o resultado dessa verticalidade concorrerá para a definição da escolha do Direito do Trabalho, em seus variados segmentos, quer individual, coletivo ou processual, com área profissional de atuação.

Ementa do programa:

1. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho no final do século XX e a subsidiariedade ao Código de Processo Civil.
2. A informalidade como princípio basilar da aleridade processual trabalhista e a flexibilização das normas legais.
3. Os Juizados Especiais trabalhista e o princípio do Jus Postulandi.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- ALMEIDA, Isis. Manual de Direito Processual do Trabalho. 1º Volume. Introdução ao Processo Jurídico do Trabalho. 6ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 1994.
- ALMEIDA, Isis. Manual de Direito Processual do Trabalho. 2º Volume. Processo de Conhecimento e Processo de Execução Trabalhista. 6ª ed. São Paulo: LTr, 1994.
- ASSIS, Pedro Prazeres de. Curso Completo de Direito do Trabalho. Jataí: Ed. Trainel, 1995.
- ALVES, Rubens Valtecidos. Deficiente Físico: novas dimensões da proteção ao trabalhador. São Paulo: LTr, 1992.
- BARROS, Alice Monteiro. Curso de Direito do Trabalho estudos em memória de Célio Goyata. São Paulo: LTr, 1994.
- BARROS, Alice Monteiro de. (Coord.) Direito do Trabalho aplicado. BH: Del Rey, 1994.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos & BATALHA, Sílvia Marina Labati. Sindicatos

- BATALHA, Wilson de Souza Campos & BATALHA, Sílvia Marina Labati. Sindicatos Sindicalismos. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1994.
- BONFIM, B. Calheiros, SANTOS, Silvério dos & STAMATO, Cristina K. Dicionário de Decisões Trabalhistas. 25ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Edições Trabalhistas, 1995.
- CAMPELLO, José Barreto. Roteiros de Audiências, Execuções e Recursos Trabalhistas. ed. Brasília, DF: Ed. Consulex, 1992.
- CARDONE, Marly A. Advocacia Trabalhista: judicial e extrajudicial. SP: Saraiva, 1972.
- CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação as Leis Trabalhistas. SP: Saraiva, 1997.
_____. Nova Jurisprudência do Direito do Trabalho. SP: Saraiva, 1997.
- CASTELO, Jorge Pinheiro. O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo. SP: LTr, 1993.
- CESARINO JR., A.F. & CARDONE, Marly A. Direito Social vol. I. 2ª ed. SP: LTr, 1993.
- CORRÊA, Nelson Barbosa. Ementário, Direito do Trabalho e Previdência Social. vol. V. (1981 a 1983) e vol VI (1984 a 1987). São Paulo: LTr.
- COSTA, Coqueijo. Direito Processual do Trabalho. 4ª ed. RJ: Forense, 1995.
- COSTA, Orlando Teixeira da. Direito Coletivo do Trabalho e Crise Econômica. SP: LTr, 1991.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do Processo. 3ª ed. SP: Malheiros, 1993.
- FERRARI, Irany & MARTINS, Melchiades Rodrigues. Julgados Trabalhistas Selecionados. vol. III. SP: LTr, 1995.
- GIGLIO, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. 8ª ed. SP: LTr, 1993.
- GIUGNI, Gino. Direito Sindical. SP: LTR, 1991.
- GOMES, Orlando. Curso de Direito do Trabalho de acordo com a CF/88. Edição Universitária. RJ: Forense, 1991.
- GONÇALVES, Emílio. Da reconvenção no processo trabalhista: teoria e prática. SP: LTr, 1991.
_____. Direito Processual do Trabalho. SP: LTr, 1995.
_____. Manual de Prática Processual Trabalhista. 5ª ed. SP: LTr, 1995.
_____. O Preposto do Empregador no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1986.
- MACHADO JR., César Pereira da Silva. O Ônus da Prova no Processo do Trabalho. SP: LTr, 1993.
- MALLET, Estevão. Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho. SP: LTr, 1995.
- MALTA, Christóvão Paragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. 26ª ed. SP: LTr, 1995.
- MORAES, Evaristo de. Apontamento de Direito Operário. SP: LTr, 1971.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Comentários às Leis Trabalhistas. vol. I. 2ª ed. SP: Saraiva, 1992.
_____. Curso de Direito Processual do Trabalho. SP: Saraiva, 1996.
_____. Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do Direito do Trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 9ª ed. SP: Saraiva, 1991.
_____. Pequeno Dicionário de Processo Trabalhista. SP: LT, 1993.
_____. Direito do Trabalho na CF-88. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.

Direito Sindical. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de Prática Trabalhista. 24ª ed. SP: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Francisco Antônio de. Comentários aos Enunciados do TST. 3ª ed. SP: LTr, 1993.

Direito do Trabalho em sintonia com a nova CF/88: doutrina, jurisprudência, direito sumular e direito comparado. SP: LTr, 1993.

Medidas Cautelares, Processo Trabalhista. 2ª ed. SP: LTr, 1991.

O Processo na Justiça do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Curso de Direito Individual do Trabalho: noções fundamentais de Direito do Trabalho, sujeitos e institutos do Direito individual. 2ª ed. SP: LTr, 1995.

Processo Trabalhista de Conhecimento. 3ª ed. SP: LTr, 1994.

Execução Trabalhista. 6ª ed. SP: LTr, 1994.

PLA RODRIGUEZ, Américo. Curso de Direito do Trabalho - Contratos de Trabalho. SP: LTr, 1982.

PRADO, Roberto Barreto. Curso de Direito Coletivo do Trabalho. SP: LTr, 1991.

Revista de Direito do Trabalho. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

Revista LTr. Legislação do Trabalho. Publicação Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, SP.

ROBORTELLA, Luiz Carlo Amorim. O Moderno Direito do Trabalho. SP: LTr, 1994.

ROCHA, Osiris. Teoria e Prática dos Recursos Trabalhistas. 3ª ed. SP: LTr, 1991.

ROMITA, Arion Sayão. Curso de Direito Constitucional do Trabalho. SP: LTr, 1991.

SAAD, Eduardo Gabriel. Constituição e Direito do Trabalho. SP: LTr, 1989.

Direito Processual do Trabalho. SP: LTr, 1994.

SALEM, Luciano R. & **SALEM**, Diná R. Justa Causa e Rescisão Indireta. SP: Ed. Jurídica Brasileira, 1995.

SAMPAIO, Aluysio Mendonça. Dicionário de Direito do Trabalho. 4ª ed. SP: LTr, 1993.

SILVA, Carlos Alberto Barata. Aspectos Fundamentais de Direito do Trabalho. SP: LTr, 1981.

SILVA, Alberto Barata. Compêndio de Direito do Trabalho - Parte Geral e Contrato Individual do Trabalho. SP: LTr, 1989.

SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições de Direito do Trabalho. 12ª ed. SP: LTr, 1991.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. As Ações Cautelares no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1994.

Execução no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.

Liquidação da Sentença no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1992.

Mandato de Segurança na Justiça do Trabalho. SP: LTr, 1994.

A Prova no Processo do Trabalho. 6ª ed. SP: LTr, 1994.

Sistemas e Recursos Trabalhistas. 8ª ed. (atualizada com as Leis ns. 8950/94 e 8950/94). SP: LTr, 1995.

A Sentença no Processo do Trabalho. SP: LTr, 1994.

Litisconsórcio, Assistência e Intervenção de Terceiros no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1993.

TERAYAMA, Miriam Rachael Ansarah R. (org.). Jurisprudência Trabalhista (1987 a 1991).
SP: Ed. Informações Objetivas (IOB).
VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Direito e Processo do Trabalho. BH: Del Rey, 1994.



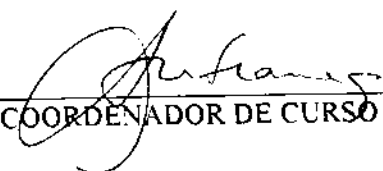


Conteúdo Programático:

- Em virtude desta disciplina objetivar o estudo, pesquisa e discussão de temas atuais e momentâneos da conjuntura brasileira, culminando com um diagnóstico a ser apresentado e ou sugerido aos respectivos segmentos envolvidos nos fatos geradores, o conteúdo programático sofrerá a devida adequação, divisão e desenvolvimento necessários ao que apenas for pertinente ao momento histórico.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DIFUSO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final Curso o aluno será capaz de):

Ministrar aos alunos conhecimentos indispensáveis para o manejo da disciplina Direitos Difusos, relacionando-a à defesa em juízo do meio ambiente, do consumidor, da criança e do adolescente e o patrimônio de bens e valores que compõem o patrimônio cultural do País, bem como desenvolver a pesquisa e provocar debates, habituando-os à vida prática de um dos temas de maior desafio na atualidade.

Ementa do programa:

1. Proteção ao Meio Ambiente.
2. Proteção ao Consumidor.
3. Proteção à Criança e do Adolescente.
4. Proteção ao Patrimônio Cultural e ao Patrimônio Público.
5. Proteção às Pessoas Portadoras de Deficiência.
6. Proteção aos Investidores no Mercado de Valores Mobiliários.

Bibliografia:

- ARRUDA ALVIM, José Manoel de; ALVIM, Tereza; ARRUDA ALVIM, Eduardo & MARINS DE SOUZA, James J. *Código do Consumidor Comentado*. São Paulo: Ed. RT, 1991.
- BEZDOS, Clóvis. *Ação Popular e Ação Civil Pública*. São Paulo: Ed. RT, 1989.
- CABRAL, Armando H. Dias. *Proteção Ambiental*. Revista de Direito Público, V. 47-48, Ed. RT, julho-dezembro de 1978.
- CAPPELLETTI, Mauro. *Conferências*. Separata da Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, V. 1, 1985.
- _____. *Formazioni sociali e interessi di gruppo davanti alla giustizia civile*. Rivista di Diritto Processuale, V. 30, 1975.
- CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Ajuris, 1988.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A Proteção do Consumidor: importante capítulo do direito econômico*. Artigo publico em Ensaios e pareceres de direito empresarial. Rio de Janeiro: Ed. Forense, V. 15/16, 1974.

- CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Ajuris, 1988.
- COMPARATO, Fábio Konder. A Proteção do Consumidor: importante capítulo do direito econômico. Artigo publico em Ensaios e pareceres de direito empresarial. Rio de Janeiro: Ed. Forense, V. 15/16, 1974.
- DOTTI, René Ariel. Proteção Constitucional do Meio Ambiente. Revista dos Tribunais, 622.
- FERRAZ, Antônio Augusto Mello de Camargo; MILARÉ, E. & NERY JÚNIOR, Nelson. Ação civil pública. XI Seminário Jurídico dos Grupos de Estudos do Ministério Público de São Paulo. São Lourenço-MG: APMP, 1983.
- _____. A ação civil pública e a tutela jurisdicional dos interesses difusos. São Paulo: Ed. Saraiva, 1984.
- FERRAZ, Sérgio. Responsabilidade civil por dano ecológico. In Revista de Direito Público, São Paulo, V. 40-50.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Disciplina urbanística da propriedade. São Paulo: Ed. RT, 1980.
- GRECO FILHO, Vicente et alii. Comentários ao Código de Proteção do Consumidor. São Paulo: Ed. Saraiva, 1991.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. A tutela jurisdicional dos interesses difusos. Revista Forense, V. 268.
- _____. Proteção ao meio ambiente e ao consumidor. COAD, Seleção Jurídica ADV, Janeiro de 1986.
- GRINOVER, Ada Pellegrini et alii. A tutela dos interesses difusos. São Paulo: Ed. Max Limonad, 1981.
- _____. Código de Defesa do Consumidor. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2ª ed., 1992.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação civil pública em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e dos consumidores (Lei 7.347/85 e Legislação complementar). São Paulo: Ed. RT, 1989.
- _____. Defesa do Consumidor - reflexões acerca da eventual concomitância de ações coletivas e individuais. Revista dos Tribunais, V. 676.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. Defesa dos interesses difusos em juízo. Conferência proferida no I Ciclo de Debates sobre a Ação Civil Pública. Porto Alegre: Fundação Superior do Ministério Público, 1985, Revista do M.P. do Rio Grande do Sul, V. 19.
- _____. A ação civil pública no Estatuto da Criança e do Adolescente. Senado Federal: Revista de Informação Legislativa, 109.
- _____. Interesses coletivos e difusos. Revista dos Tribunais, V. 675.
- _____. Interesses difusos e sua defesa. Justitia, V. 138.
- _____. A defesa dos interesses difusos e juízo: Meio Ambiente, Consumidor e outros interesses difusos e coletivos. São Paulo: Ed. RT, 1993.
- SANGUINÉ, Odoné. Primeiras linhas sobre a ação civil pública. Revista do Ministério Público do Estado de Rio Grande do Sul, V. 19.
- SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Ed. RT, 1982.



Conteúdo Programático:

1. INTERESSE E LEGITIMAÇÃO

- Introdução: Conceito e conteúdo dos Direitos Difusos; Objeto dos interesses difusos; Princípios dos Direitos Difusos; Natureza dos Direitos Difusos; Importância da disciplina Direitos Difusos.
- Noções Gerais sobre os Interesse Difusos: Interesse Público; Interesse público primário e secundário; Interesses difusos e Coletivos: A dicotomia entre interesse público e privado; Interesses difusos, interesses coletivos.
- Legitimação ordinária e extraordinária; Defesa judicial de interesses coletivos e difusos; A Constituição Federal de 1988 e a legislação subsequente.

2. A AÇÃO CIVIL PÚBLICA

- Ação Civil Pública: Conceito, natureza e caracteres; Ações fundadas na Constituição Federal; Ações fundadas no Código Civil; Ações fundadas no Código de Processo Civil; Ações fundadas no Estatuto da Criança e do Adolescente; Ações fundadas na Lei de Registros Públicos; Ações fundadas na Lei de Loteamentos; Ações fundadas na Lei de Falências; Ações fundadas em leis diversas.

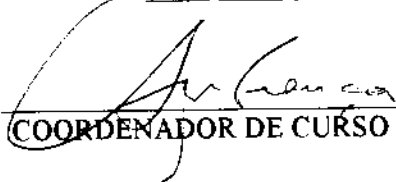
3. A DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS

- Origens da Lei 7.347/85: Os primeiros trabalhos; Cotejo entre os projetos; As alterações trazidas pela Lei nº 8.078/90; Objeto da Lei nº 7.347/85; Campo de incidência; O veto imposto à Lei nº 7.347/85.
- Proteção ao meio ambiente: O meio ambiente na Lei nº 7.347/85; Conceito de meio ambiente; Consciência social da preservação ambiental; Legitimação ativa para a ação ambiental; Conclusões.
- Proteção ao Consumidor: Conceitos genéricos e jurídicos de consumidor; O papel do Ministério Público; O Consumidor individual; O atendimento ao público; A defesa do consumidor no campo da propaganda; A prova; Críticas e conclusões sobre a defesa do consumidor.
- Proteção ao Patrimônio Cultural e ao Patrimônio Público: O Patrimônio Cultural; O patrimônio artístico; O patrimônio público; O Ministério Público na defesa do patrimônio público; Conclusões.
- Tombamento: O tombamento como forma de proteção administrativa; outras formas de proteção; Natureza jurídica do tombamento; Conclusões.
- Defesa das pessoas portadoras de deficiência: O princípio da igualdade. Defesa dos Investidores no Mercado de Valores Mobiliários.
- A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente: A defesa de interesses difusos na área de proteção à infância e à juventude; Hipóteses de ações civis públicas.

4. NOÇÕES PROCESSUAIS

- Algumas considerações processuais face às Leis n.ºs. 7.347/85, 7.913/90; 8.069/90 e 8.078/90: Ações principais e cautelares e ações individuais; A ação penal para defesa de interesses difusos e coletivos; Ações declaratórias e constitutivas; Conexidade, continência e litispendência; Competência; Legitimados ativos; Litisconsórcio e assistência; Legitimação passiva; Interesse de agir; O Ministério Público; Desistência da ação; Transação e compromisso de ajustamento; Desistência e renúncia do recurso; Notificações, requisições e o dever de informação; Inquérito civil; Arrazoamento e efeitos do arquivamento do inquérito civil; Crime contra a administração pública; Multa diária e multa liminar; Concessão de liminar; Fundo para reconstituir o bem lesado; Obrigatoriedade da execução, Coisa julgada; Encargos da sucumbência; Avaliação dos danos; Responsabilidade estatal; Responsabilidade e culpa.

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: RESPONSABILIDADE CIVIL		Código:
Ano: 5°	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIF
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao aluno do Curso de Direito uma aprendizagem teórica sobre responsabilidade como fenômeno jurídico.

Ementa do programa:

1. Responsabilidade e Responsabilidade Civil.
2. Responsabilidade Contratual e Extracontratual.
3. Responsabilidade do Estado.
4. O Dano e sua Liquidação.
5. Sujeito e Efeitos da Responsabilidade Civil.

Bibliografia:

- BAHIA, Saulo José Casali. *Responsabilidade Civil do Estado*. São Paulo: Forense, 1995.
- CAHALI, Yssef Said. *Dano e Indenização*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1980.
- _____. *Responsabilidade Civil do Estado*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1982.
- DIAS, José de Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- FIGUEIRA JÚNIOR, J. D. *Responsabilidade Civil do Estado-Juiz*. São paulo: Juruá, 1995.
- MONTEIRO, Jorge Sinde. *Estudos sobre a Responsabilidade Civil*. Coimbra: Almedina, 1983.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. Vol. I. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade Civil*. 6ª ed. São Paulo: Forense, 1995.
- REIS, Clayton. *Dano Moral*. 4ª ed. São Paulo: Forense, 1995.
- RIZZARDO, Arnaldo. *A reparação dos acidentes de trânsito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.
- ZENUN, Augusto. *Dano moral e sua reparação*. 3ª ed. São Paulo: Forense, 1995.

Conteúdo Programático:



1. RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL

- Teorias. Noções e conteúdo. Definições. Evolução.
- Teorias. Classificação. Crítica.
- O ônus da prova.

2. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE EXTRA-CONTRATUAL

- Dano. Relação de causalidade força maior.
- O dolo e a culpa. Conceito. Definição. Classificação.
- Os limites da responsabilidade contratual.
- A figura do terceiro na responsabilidade contratual.
- Responsabilidade contratual pôr fato de outrem.
 - Transportes.
 - Médicos e auxiliares.
 - Advogados, mandatários e Tabeliões.
 - Empréstimos e construtores.
- Responsabilidade por fato próprio.
 - Responsabilidade pelo fato da coisa.
 - Responsabilidade por fato de animais.
 - Responsabilidade por fato de outrem.

3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- Teorias. Críticas. Doutrina do risco administrativo.
- Responsabilidade do Estado na ordem internacional.
- Exceções ao princípio da responsabilidade do Estado.

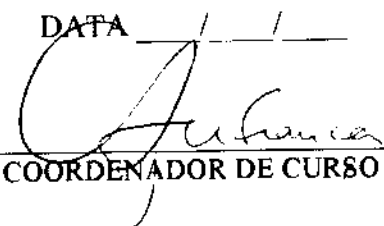
4. O DANO E SUA LIQUIDAÇÃO

- Da no patrimonial e dano moral.
- Liquidação do dano no direito brasileiro.

5. SUJEITO E EFEITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

- Sujeito ativo e passivo da responsabilidade.
- Efeito do julgamento criminal sobre a ação cível.
- Garantias de Indenização.

DATA _____


COORDENADOR DE CURSO

DATA ____/____/____

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO IMOBILIÁRIO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final Curso o aluno será capaz de):

Estabelecer através do ensino aprendizagem, em área tida como profissionalizante, conhecimentos científicos para que o estudante esteja melhor preparado no exercício da atividade imobiliária.

Ementa do programa:

1. A propriedade imóvel.
2. Atos privativos, constitutivos e acessórios da propriedade imóvel.
3. Direitos reais, além da propriedade imóvel e em garantia desta.
4. Inexecução de obrigações nas negociações imobiliárias.
5. Negociações imobiliárias.
6. O Direito Imobiliário e sua manifestação nos meios forenses.

Bibliografia:

- ALEM, José Antônio. *Usucapião*. São Paulo: Ed. Universitária de Direito, 1987.
- ALVES, José Carlos Moreira. *Posse*. 2 Vols. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- CASEIRO, Luciano. *Loteamentos Clandestinos*. São Paulo: Ed. Leud, 1979.
- DINIZ, Maria Helena. *Tratado Teórico e Prático dos Contratos*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- GAMA, Affonso Dionysio. *Teoria e Prática dos Contratos pôr Instrumento Particular no Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.
- GAMA, José de Souza. *Curso de Prática Forense Civil e Comercial*. Rio de Janeiro: Editada pelo Autor, 2ª edição.
- GOMES, Orlando. *Direitos Reais*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- HAENDCHEN, Paulo Tadeu & Outro. *Ação Reivindicatória*. São Paulo: Saraiva, 1988.
- JUNQUEIRA, Gabriel J. P. *Teoria e Prática do Direito Imobiliário*. São Paulo: Edipro Edições Profissionais Ltda, 1992.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Posse e Propriedade*. São Paulo: Ed. Universitária de Direito, 1986.
- _____. *Terras Particulares*. São Paulo: Ed. Leud, 1981.

Conteúdo Programático:



1. A PROPRIEDADE IMÓVEL

- Sua aquisição e perda.
- Dos direitos de defesa, de vizinhança e de passagem.
- Dos direitos de construir e restrições ao direito de construir.

2. ATOS PRIVATIVOS, CONSTITUTIVOS E ACESSÓRIOS DA PROPRIEDADE IMÓVEL

- Da desapropriação e sua consequência.
- Do condomínio e a legislação vigente.
- O condomínio em prédios ou edificações: prestação de contas, venda de cota com especificação de benfeitorias, exploração do imóvel comum por apenas um comunheiro, extinção de condomínio.
- A incorporação imobiliária e a insolvência do incorporador.
- Loteamento e desmembramento.
- Cláusulas constitutivas, constitutivas e de arrependimento.
- Cláusulas de reversão e de preempção.

3. DIREITOS REAIS, ALÉM DA PROPRIEDADE E EM GARANTIA DESTA:

- A enfiteuse e ações relativas à enfiteuse.
- As servidões, sua extinção e ações relativas às servidões.
- O usufruto, sua extinção e a nu-propriedade.
- O penhor, a anticrese e a hipoteca.

4. INEXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES NAS NEGOCIAÇÕES IMOBILIÁRIAS

- A mora e sua consequência.
- A purgação da mora.
- A notificação e sua consequência.

5. NEGOCIAÇÕES IMOBILIÁRIAS

- Da documentação imobiliária.
- Dos títulos de aquisição da propriedade imóvel.
- Do registro de imóveis e da retificação do registro.

6. O DIREITO IMOBILIÁRIO E SUA MANIFESTAÇÃO NOS MEIOS FORENSES

- Adjudicação a pedido do comprador e a pedido do vendedor.
- Alienação de bens de incapazes.
- Alvará independente para outorga de escritura, quando não há bens a inventariar.
- Anulatória de venda do imóvel.

- Cobrança de multa pôr não ter o locador usado o prédio para o fim declarado.
- A cominatória e o direito de vizinhança.
- A consignação em pagamento em locações urbanas.
- A reivindicatória e a reintegratória.
- A alienação forçada de bem comum indivisível.
- O despejo, suas modalidades e conseqüências.
- Nunciação de obra nova e embargos de obra.
- Embargos por retenção por benfeitorias.
- A remissão e o imóvel hipotecado.
- A renovatória comercial e a revisional de locação.
- A negatória de servidão de passagem.
- O suprimimento de outorga uxória.
- Usucapião urbano, especial, ordinário e extraordinário.
- Usucapião de servidão de passagem.
- Usucapião: matéria de defesa em ação reivindicatória.



DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO AGRÁRIO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Orientar o aluno no estudo do Direito Agrário, através da demonstração de sua crescente autonomia e publicação de seus institutos.

Ementa do programa:

Teoria Geral do Direito Agrário
Teoria Agrária das Obrigações
Teoria Agrária da Posse e da Propriedade
Questão Social Agrária

Bibliografia:

BORGES, Paulo Tormim. Institutos Básicos do Direito Agrário. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
MACHADO, Antônio Luiz Ribeiro. Manual prático dos contratos agrários e pecuários. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
MARQUES, Nilson. Curso de Direito Agrário. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
ALVARENGA, Otávio de Mello. Direito Agrário e o Meio Ambiente. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
RIZZARDO, Arnaldo. O uso da terra no Direito Agrário. 3ª ed. Rio de Janeiro: Aide, 1985.
DICK, Ana Luiza Ullmann. Manual de Crédito Agrário. 1ª ed. Rio de Janeiro: Aide, 1991.
LIMA, Getúlio Targino. A posse agrária sobre bem imóvel. São Paulo: Saraiva, 1992.
TENÓRIO, Igor. Curso de Direito Agrário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1992.
Legislação Básica - "Estatuto da Terra".
DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito Administrativo. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

Conteúdo Programático:

1 - TEORIA GERAL DO DIREITO AGRÁRIO

- Conceito de Direito Agrário, Conceito de propriedade na antiguidade, na idade média e na atualidade, a propriedade no Direito Positivo, nas várias Constituições, no Direito Civil, no Direito Agrário, o Direito de Propriedade, a Função Social da propriedade, o Direito Agrário através da História, Princípios Básicos do Direito Agrário, Princípios Universais do Direito Agrário, Política Agrária, Institutos Básicos de Direito Agrário, Propriedade Territorial Agrária, Estatuto da Terra como Diploma Agrário Autônomo, Direito Agrário Comparado.

2 - TEORIA AGRÁRIA DAS OBRIGAÇÕES

- Princípios que regem os Contratos Agrários, Conceituação dos Contratos Agrários, Generalidades, Contratos Agrários escritos, Cláusulas Obrigatórias nos Contratos Agrários, Renovação dos Contratos Agrários, a Retomada do Imóvel Rural, Extinção dos Contratos Agrários, o Sub arrendamento Rural, as Benfeitorias, os Despejos nos Contratos Agrários, Direitos e Deveres das Partes Contratantes nos Contratos Agrários, Contratos Agrários Inominados, intervenção da Administração Pública nos Contratos Agrários.

3 - TEORIA AGRÁRIA DA POSSE E PROPRIEDADE.

- Introdução, a problemática da Posse, o Interesse da Questão nos diversos ramos do Direito e especialmente no Direito agrário, a Posse Agrária e seus Reflexos Jurídicos, Posse e domínio no Direito Agrário, Legitimação da Posse e Preferência para aquisição da Terra, Aposseamento e Ocupação de terras públicas, legitimação da Posse, Ação Governamental.

4 - QUESTÃO SOCIAL AGRÁRIA

- Reforma Agrária: conceito, Reforma Agrária na América Latina, Instrumento de Reforma Agrária na Constituição de 1988, Projetos de Reforma Agrária, Política Agrária e Fundiária e de Reforma Agrária, a Desapropriação no Direito Agrário, Terras Devolutas e Terrenos da Marinha, Terra na Faixa de Fronteiras, o Direito e o Meio Ambiente, os Índios perante o Direito Agrário, Justiça Agrária.

DATA _____


COORDENADOR DE CURSO

DATA ____/____/____

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DOS CONTRATOS EM ESPÉCIES

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Oferecer, através do ensino aprendizagem teórico e prático, dentro da área de conhecimento específico, informações básicas e objetivas das modalidades de contratos civis, comerciais, mercantis, trabalhistas e outros para que o estudante de Direito possa ter capacidade específica para a elaboração e interpretação de cada uma das modalidades.

Ementa do programa:

1. Fidúcia.
2. Contrato Estimatório.
3. Agência e Distribuição. Corretagem.
4. Contrato de Capitalização.
5. Transporte.
6. Incorporação Imobiliária.
7. Contratos Bancários.
8. Arrendamento Mercantil - Leasing.
9. Know-how.
10. Franchising.
11. Engineering.
12. Factoring.
13. Hedging.

Bibliografia:

- ANTUNES VARELA. Direito das Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 1977. Enciclopédia Saraiva do Direito.
- CARVALHO SANTOS. Código Civil Brasileiro Interpretado. V. 15, 16, 17, 18.
- BULGARELLI, Waldirio. Leasing. II Enciclopédia Saraiva do Direito. V. 48, 76, 16.
- BULGARELLI, Waldirio. Contratos Mercantis Prático dos Contratos. São Paulo: Saraiva, 1995.
- MARMIT, Arnaldo. Fiança. São Paulo: Atlas, 1989.
- DINIZ, Maria Helena. Tratado Teórico e Civil e Comercial. São Paulo: Aide Editora, 1989.
- RODRIGUES, Silvío. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 3º Volume, 1995.
- VIANA, Marco Aurélio S. Curso de Direito Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 3º volume, 1995.
- BARROS MONTEIRO, Washington. Curso de Direito Civil - Direito das Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2º volume, 1994.

Conteúdo Programático:



GENERALIDADES

1. FIDÚCIA

2. CONTRATO ESTIMATÓRIO

COMISSÃO

- Noção.
- Caracteres.
- Comissão del credere.
- Direitos e obrigações do comissário.
- Direitos e deveres do comitente.

3. AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

- Generalidades.
- Contrato de agência ou representação comercial.
- Conceito e elementos caracterizadores.
- Consequências jurídicas.
- Extinção.
- Contrato de distribuição.

4. CONTRATO DE CAPITALIZAÇÃO

5. TRANSPORTE

- Conceito e caracteres jurídicos.
- Espécies de transporte.
- Transporte de coisas.
- Noção efeitos jurídicos.
- Transporte de pessoas.
- Definição ao.
- Obrigações e direitos do transportador.
- Direitos e deveres do passageiro.

6. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA

- Noção geral.
- Objeto.
- Consequências jurídicas.
- Extinção.

7. CONTRATOS BANCÁRIOS

- Generalidades.
- Depósito bancário.
- Redenconto.
- Empréstimo.
- Desconto.

- Antecipação.
- Abertura de crédito.
- Cartas de crédito.
- Conta corrente.
- Financiamento.
- Contrato de custódia
- Guarda de volumes.



NOVAS TÉCNICAS CONTRATUAIS

8. ARRENDAMENTO MERCANTIL OU LEASING

- Conceito e elementos jurídicos.
- Modalidades.
- Obrigações do arrendador e do arrendatário.
- Modos terminativos.

9. KNOW-HOW OU CONTRATO DE IMPORTAÇÃO DE TECNOLOGIA

- Noção geral.
- Transferência.
- Extinção.

10. FRANQUIA OU FRANCHISING

- Definição.
- Características.
- Cláusulas contratuais.
- Causas extintivas.

11. ENGINEERING

12. FATURIZAÇÃO OU FACTORING

- Conceituação e caracterização jurídica.
- Vantagens.
- Modalidades.
- Efeitos jurídicos.
- Extinção.

13. HEDGING

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO ECONÔMICO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departº:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: | Obrigatórias ou Optativas |

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Acrescentar com aprofundamento, através do ensino e aprendizagem, novas informações científicas para que, melhor qualificado, possa o estudante agredir a área de mercado, de sua opção, que este tenha escolhido para o início das suas atividades profissionais.

Ementa do programa:

1. Princípios gerais da atividade econômica.
2. Fundamentos do Direito Econômico
3. Do poder econômico
4. Da empresa e do estabelecimento.
5. O Estado Empresário.
6. Institutos do Direito Econômico.

Bibliografia:

- SOUZA, Washington Peluso Albino. Primeiras linhas de Direito Econômico., 3ª ed. Ed. LTR.
- SOUZA, Washington Peluso Albino. Direito Econômico. Saraiva, 1980.
- FONSECA, João Bosco Leopoldino da Fonseca. Direito Econômico. Forense, 1996.
- CARVALHOSA, Modesto. Direito Econômico. Ed. Revista dos Tribunais, 1973.
- GRAU, Eros Roberto. Elementos de Direito Econômico. Ed. Revista dos Tribunais, 1981.
- QUEIROZ, José Wilson Nogueira. Direito Econômico. Forense, 1982.

Conteúdo Programático:



1. PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA:

- O tratamento protecionista;
- O papel do Estado na ordem econômica.

2. FUNDAMENTOS DO DIREITO ECONÔMICO:

- A integração e as relações econômicas comunitárias;
- Os blocos econômicos;
- A comunidade europeia;
- Os países asiáticos;
- Nafta;
- Mercosul.

3. DO PODER ECONÔMICO:

- O poder econômico na Economia de Mercado;
- A vulnerabilidade da livre concorrência;
- O uso e abuso do poder econômico;
- O poder econômico e o judiciário.

4. DA EMPRESA E DO ESTABELECIMENTO:

- A empresa como sujeito do Direito Econômico;
- A empresa como expressão de organização da produção.

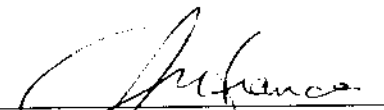
5. O ESTADO EMPRESÁRIO:

- A Sociedade de Economia Mista;
- A Empresa Pública;
- O controle da Empresa Pública.

6. INSTITUTOS DO DIREITO ECONÔMICO:

- Instituto do Planejamento;
- Instituto da Produção;
- Instituto da Circulação;
- Instituto da Repartição (distribuição de renda);
- Instituto do Consumo e peculiaridades do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___ / ___ / ___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO EMPRESARIAL

Código:

Ano:

5°

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]
Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Acrescentar com aprofundamento, através do ensino aprendizagem, novas informações científicas para que, melhor qualificado, possa o estudante agredir a área de mercado que tenha escolhido para o início das suas atividades profissionais.

Ementa do programa:

1. Noções de Direito Empresarial.
2. Direito Societário - sociedades isoladas.
3. Direito Societário - grupos societários.
4. Mercado de Capitais.
5. Direito Contratual Empresarial.
6. Contratos Empresariais em espécie.

Bibliografia:

1. DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. 3 volumes. Saraiva, 1995.
2. COMPARATO, Fábio Konder. Direito Empresarial. Saraiva, 1995.
3. BITTAR, Carlos Alberto. Novos contratos empresariais. Revista dos Tribunais, 1990.
4. COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. Saraiva, 7ª ed., 1996.

Conteúdo Programático:



1. NOÇÕES DE DIREITO EMPRESARIAL:

- Função social da propriedade dos bens de produção:
 - bens de produção e bens de consumo
 - propriedade e poder de controle
 - função social da propriedade
 - destinação social dos bens produtivos
 - deveres sociais do controlador de empresas
- A transferência empresarial de tecnologia:
 - inventos industriais e contratos de Know-how.

2. DIREITO SOCIETÁRIO - SOCIEDADES ISOLADAS:

- Alienação de controle de companhia aberta:
 - a regulação da transferência de controle
 - o conceito técnico de alienação de controle e o controle conjunto
 - conflito de interesses no exercício do voto acionário
 - abuso de controle em deliberações de AG - Art. 115 da Lei 6.404
 - alienação indireta de controle empresarial.
- Correção monetária do capital social e distribuição de ações bonificadas
 - a S/A reúne ações, e não acionistas
 - as ações bonificadas são extensão das ações existentes no momento da distribuição
- O direito ao lucro nos contratos sociais
- O direito ao dividendo nas companhias fechadas
- Eleição de diretores em companhia aberta
- Exegese legal do requisito da residência no Brasil dos administradores de S/A
- Direito de recesso do acionista: cabimento, na hipótese de alteração nas ações preferenciais ou vantagens das ações preferenciais
- Valor de reembolso das ações do acionista dissidente
- Sociedade cooperativa e retirada de sócio
- Dissolução voluntária de entidade de previdência privada.

3 - DIREITO SOCIETÁRIO - GRUPOS SOCIETÁRIOS

- Empresas multinacionais
- Empresas Holding
- Grupo societário fundado em controle contratual e abuso de poder controlador

4 - MERCADO DE CAPITAIS

- Bolsas de Valores e delimitações do seu objeto
- Sigilo nas ofertas públicas de aquisição de ações
- Responsabilidades na transferências de ações escriturais

5 - DIREITO CONTRATUAL EMPRESARIAL

- A mora no cumprimento de obrigações contratuais pecuniárias e conseqüências
- Resolução de contratos e os seus efeitos
- Inadimplemento de contrato de câmbio
- Repasse bancário de recursos externos



6 CONTRATOS EMPRESARIAIS EM ESPÉCIE

- Contrato de comercialização de software
- Contrato de consórcio
- Contrato de leasing
- Contrato de factoring
- Contrato de franchising
- Contrato de bolsa
- Contrato de seguro
- Contrato de direitos autorais
- Contrato de fornecimento
- Contrato de exportação/importação

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO

**Ficha de Disciplina****Disciplina:** DIREITO DO COMÉRCIO EXTERIOR**Código:****Ano:**

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:**Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]**

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Acrescentar com aprofundamento, através do ensino aprendizagem, novas informações científicas para que, qualificado, possa o estudante agredir a área de mercado, que tenha escolhido para o início das suas atividades profissionais.

Ementa do programa:

1. O Comércio Internacional.
2. A política de Comércio Exterior brasileira.
3. A exportação e a importação de bens e serviços.
4. Desembaraço aduaneiro.

Bibliografia:

1. BASTOS, Celso Ribeiro. Contratos internacionais. Saraiva, 1990.
2. BULGARELLI, Waldirio. Contratos mercantis. Ed. Atlas, 1990.
3. CAVALCANTI, Fernando. Contrato de câmbio e juízo. Ed. Renovar, 1989.
4. DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. Vol. 5. Saraiva, 1995.
5. ELLSWORTH, Peter T. Economia internacional. Ad. Atlas, 1976.
6. FROGOMANI, Antônio. Manual de prática cambial. Horizonte Ed. Ltda, 1981.
7. RATTI, Bruno. Comércio internacional e câmbio. Ed. Referência, 1979.


Conteúdo Programático:

- O comércio internacional.
- Das moedas e sua conversibilidade.
- Operações de câmbio.
- Modalidades de pagamentos.
- Crédito documentário.
- Cobrança Documentária.
- Pagamento Antecipado.
- Remessa sem saque.
- Contratos de câmbio.
- Posição cambial e encargos cambiais.
- Inadimplência de contratos de câmbio e ajuizamento do feito.
- Ocorrências dos contratos internacionais.
- Negociações conduzidas na ALADI e no Mercosul.
- Operações draw back.
- Negociações formalizadas com recursos externos.
- A política de comércio exterior brasileiro.
- As exportações brasileiras.
- As importações brasileiras.
- O conflito de normas e leis e as operações conduzidas pelo Mercosul.
- A falsidade de documentos internacionais e as suas conseqüências.
- O desembaraço aduaneiro.



DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: FILOSOFIA DO DIREITO II

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno à compreensão e à capacidade de análise crítica, em maior profundidade, dos temas e dos problemas da filosofia jurídica, do ponto de vista ontológico, deontológico e epistemológico.

Ementa do programa:

1. Os *epistemes* jurídicos
2. As concepções epistemológico-jurídicas relativas à cientificidade do conhecimento jurídico
3. Direito e linguagem
4. Direito e Verdade
5. Teoria fundamental do Direito
6. As funções do Direito
7. A Filosofia do Direito no Brasil

Bibliografia:

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- ADEODATO, João Maurício. *Filosofia do Direito - uma crítica à verdade na ética e na ciência*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- ALVIM, Décio Ferraz. *Concepção institucional do Direito*. São Paulo: Liberdade, 1934.
- ARAÚJO, Vandick N. de. *Idéia de sistema e de ordenamento do Direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 2. Ed., São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *Crises da República*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*. Trad. de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- BOBBIO, N. e BOVERO, M. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOSON, Gerson de Britto Mello. *Filosofia do Direito - interpretação antropológica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- COELHO, Luís Fernando. *Teoria crítica do direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris



et alii. **Ensaio de Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1952, p. 203-224.

DEL VECCHIO, Giorgio. **Lições de Filosofia do Direito**. 5. Ed., Coimbra: Armenio Amado, 1979.

DINIZ, Maria Helena. **Conceito de Norma Jurídica como problema de essência**. São Paulo: Revista dos Tribunais/Educ, 1976.

_____. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva: 1989.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Teoria da norma jurídica** - ensaio de pragmática da comunicação normativa. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

GUSMÃO, Paulo Dourado de **Filosofia do Direito**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

GUTIERREZ, Carlos Jose. **Lecciones de Filosofia del Derecho**. 4. ed. San José: Editorial Juricentro, 1985.

HEGEL, F. **Princípios da Filosofia do Direito**. 2. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1976.

HERKENHOFF, J. B. **O direito dos códigos e o direito da vida**. Porto alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1989.

LARA, José Gontijo. Justiça e Equidade. In: **Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia** - v. 13 - n. 1 e 2, 1984.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito**. Trad. L. Cabral de Moncada. 6.ed. Coimbra: Arménio Amado, 1979.

_____. **Teoria geral das normas**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1992.

LEAL, João José. Vida social e ordenamento jurídico. In: **Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 20 - n. 1 e 2, 1991.

LITRENTO, Oliveiros. **Curso de Filosofia do Direito**. 2.Ed., Rio de Janeiro: Forense, 1984.

MOMBACH, Oscar. Fundamentos da obrigatoriedade da norma jurídica: validade do Direito. In: **Revista do Cours de Direito da Universidade Federal de Uberlândia** - v. 11 - n. 1 e 2, 1982.

MONREAL, Eduardo Novoa. **O direito como obstáculo à transformação social**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1981.

MONTORO, André Franco. **Estudos de Filosofia do Direito**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

PAUPÉRIO, A. Machado. É válido ainda o Direito Natural? In: **Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 11, n. 1 e 2, 1982.

_____. O sentido axiológico do Direito. In: **Revista do curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 2 - n. 2, 1973.

PEREIRA, Aloysio Ferraz. **História da Filosofia do Direito: das origens a Aristóteles**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1980.

RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do Direito**. Trad. L. Cabral de Moncada. 6. ed., Coimbra: Arménio Amado - Editor, 1979.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 16. Ed., São Paulo: Saraiva, 1994.

ROCHA, Leonel Severo (org.) **Teoria do Direito e do Estado**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 1994.

ROSENFELD, Denis L. **Política e Liberdade em Hegel**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

SANTOS, M.Celeste C. Leite dos. **Poder Jurídico e Violência Simbólica**. São Paulo: Cultural Paulista, 1985.

VALLE, Oswaldo de Sousa. Equidade - humanismo legal. In: **Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia** - v. 16 n. 1 e 2, 1987.

Conteúdo Programático:



INTRODUÇÃO: os *epistemes* jurídicos

1 AS CONCEPÇÕES EPISTEMOLÓGICO-JURÍDICAS RELATIVAS À CIENTIFICIDADE DO CONHECIMENTO JURÍDICO

- Concepções epistemológico-jurídicas relativas à cientificidade do conhecimento jurídico
- O problema da cientificidade do saber jurídico como questão epistemológico-jurídica
 - As escolas do Direito Natural e o jusnaturalismo atual
 - O empirismo exegetico
 - O historicismo casuístico
 - Positivismo sociológico e positivismo jurídico
 - Racionalismo dogmático ou normativismo jurídico de Hans Kelsen
 - Culturalismo jurídico

2 CIÊNCIA DO DIREITO E LINGUAGEM

- A moderna teoria da linguagem
- Semiótica e ciência do direito
- Direito, ciência do direito e linguagem
 - Linguagem legal
 - Dimensão pragmática da norma jurídica
 - Linguagem do jurista
 - Discurso da ciência jurídica sob o ângulo pragmático
 - Metalinguagem e os textos da ciência do direito

3 DIREITO E VERDADE

- O problema da verdade e o problema de uma filosofia ontológica do direito
- Limites de uma ontologia jurídica
- A construção do direito enquanto ontologia

4 TEORIA FUNDAMENTAL DO DIREITO

- O Direito e a ordem normativa
 - O mundo do normativo
 - Razão de validade do normativo
 - Imperatividade absoluta e imperatividade hipotética
- A eficácia do Direito
 - Vigência e positividade
 - A coercibilidade como expressão da atividade do Estado e validade

5 AS FUNÇÕES DO DIREITO

- O conceito de função e as funções do direito
- A integração das aspirações e a estruturação das ações sociais
- Controle social e solução de conflitos

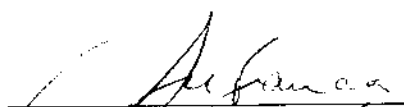
6 A FILOSOFIA DO DIREITO NO BRASIL



CONCLUSÃO

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA DA JUSTIÇA

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]
Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a uma compreensão mais plena do conceito de justiça, enquanto Idéia do Direito.

Ementa do programa:

1. Conceito de justiça
2. A justiça como valor
3. Justiça e razoabilidade
4. Direito e justiça
5. A justiça no quadro social contemporâneo

Bibliografia:

- ADEODATO, João Maurício. *Filosofia do Direito* - uma crítica à verdade na ética e na ciência. São Paulo: Saraiva, 1996.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Mario da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- ASCOLI, Max. *La Giustizia*: saggio di Filosofia del Diritto. Padova: Cedam, 1930.
- BICUDO, Hélio Pereira. *O Direito e a justiça no Brasil* - Uma análise crítica de cem anos. São Paulo: Símbolo, 1978.
- DEL VECCHIO, Giorgio. *La giustizia*. Bolonha, 1924.
- AQUINO, Tomás. *La justicia*: comentários al libro quinto de la Ética a Nicomaco. Trad. Benito R. Raffo Magnasco. Buenos Aires: Cursos de Cultura Católica, 1946.
- _____. *Somme Théologique - La justice*. Paris: Revue des Jeunes, 1947.
- FEIDHERBE, A. J. *La justice distributive*. Paris: Sirey, 1934.
- FEINBERG, Joel. *Filosofia social*. Trad. Alzira Soares da Rocha e Helena Maria Camacho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- HEIDSIECK, François. *La vertu de justice*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Paulo Quintela. Lisboa:

- LUSTOSA, Eduardo M. *Justitia socialis*: problemas terminológicos ao redor de um conceito. Rio de Janeiro: Leusinger, 1936.
- MORENO, Jesus Toral. *Ensayo sobre la justicia*. México: Ed. Jus, 1974.
- PERELMAN, Cahim. *Ética e Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *Justice e Raison*. 2. ed. Bruxelles: Faculté de Philosophie et Lettres. Univ. Libre de Bruxelles, 1972.
- _____. *Droit, moral e philosophie*. 2. ed. Paris: Libr. Général de Droit et de Jurisprudence, 1976.
- RADBRUCH, Gustav et alii. *Derecho injusto y derecho nulo*. Madrid: Aguilar, 19971.
- RAWLS, John. *A theory of justice*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1971.
- RYAN, John. *Justicia distributiva*. Buenos aires: Ed. Poblet, 1950.
- SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça em Kant* - seu fundamento na liberdade e na igualdade. Belo Horizonte: UFMG, 1986.
- SENN, Felix. *De la justice et du Droit*: explication de la définition traditionnelle de la justice. Paris: Sirey, 1927.
- SPENCER, Herbert. *A justiça*. Trad. Augusto Gil. Lisboa: Bertrand, 1891.
- VERMEERCH, A. *La justicia y la injusticia*. Madrid: Saturnino Caalleja Fernandes, 1900.



Conteúdo Programático:



1. CONCEITO DE JUSTIÇA

- Proporcionalidade
- Justiça contemplativa
- Justiça contratualista
- Justiça social

2. A JUSTIÇA COMO VALOR

- O valor como mediador das relações humanas
- O bem e o mal
- Aplicabilidade da justiça correta?

3. JUSTIÇA E RAZOABILIDADE

- Concepção racionalista da justiça
- Kant
- Os neokantianos
- Racionalismo contemporâneo
- A razão entre a modernidade e a pós-modernidade.

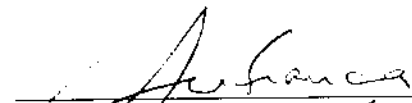
4. DIREITO E JUSTIÇA

- Legalidade e justiça
- Legitimidade do discurso jurídico na aplicação da justiça ao caso concreto
- Direito: técnica justa de solução de conflitos sociais?

5. A JUSTIÇA NO QUADRO SOCIAL CONTEMPORÂNEO.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a conhecer suas regras, a desenvolver as habilidades necessárias e a aplicar ao Direito o raciocínio lógico.

Ementa do programa:

1. Lógica formal e lógica material
2. Diferença entre a analítica e a tópica aristotélica
3. Teoria da verossimilhança
4. Os elementos da retórica aplicada ao Direito

Bibliografia:

ALVIM, Décio Ferraz. *Lógica*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1964AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica das leis*. Vol. IX. Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Odeon, 1936.ARISTÓTELES. *Tópicos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).BOCHENSKI, I. M. *Los métodos actuales del pensamiento*. 2. ed. Madrid: Rialp, 1958.BORNHEIM, Gerd A. *Dialética - teoria e praxis*. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas: Papyrus, 1989.CÍCERO, M. T. *Retórica*.COPI, Irving M. *Introdução à Lógica*. 2. ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1978.COSTA, Newton C. A. da. *Os fundamentos da lógica*. São Paulo: Hucitec / Ed. da Univ. de São Paulo, 1980.DOPP, Joseph. *Noções de Lógica Formal*. São Paulo: Herder, 1970.JOLIVET, Régis. *Curso de Filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1957.LIARD, L. *Lógica*. 5. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1963.

TELLES JUNIOR, Gofredo. *Curso de Lógica Formal* - Tratado da Conseqüência. 3. ed. São Paulo: Bushatsky, 1973

ULHOA, Fábio. *Roteiro de lógica*. São Paulo: Max Limonad, 1995.

WATZLAWICK, Paul et alii. *Pragmática da comunicação huumana*. Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da integração. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1967.



Conteúdo Programático:



INTRODUÇÃO:

a importância da lógica no cotidiano dos operadores do Direito

1. LÓGICA FORMAL

- teoria do silogismo

2. LÓGICA MATERIAL

- dialética

3. APREENSÃO ARISTOTÉLICA DOS DIFERENTES MODOS DE ARGUMENTAÇÃO

- o modo analítico
- o modo tópico

4. ADAPTAÇÃO ROMANA DA TÓPICA ARISTOTÉLICA (CÍCERO).

5. TEORIA DA VEROSSIMILHANÇA:

- as contribuições da Escola da Nova Retórica
- Perelman

6. OS ELEMENTOS DA RETÓRICA APLICADA AO DIREITO

- Argumentação do advogado
- Argumentação do Juiz
- Argumentação do Promotor.

CONCLUSÃO

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: LÓGICA JURÍDICA

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: | Obrigatórias ou Optativas |

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a conhecer a especificidade da lógica jurídica, enquanto lógica de
treinar sua aplicação ao discurso normativo.

Ementa do programa:

1. Lógica e linguagem
2. Formalização do discurso jurídico
3. As estruturas lógicas do direito
4. Os modais deônticos
5. Os modais deônticos e sua interdifinibilidade
6. Sistema jurídico
7. Argumentação jurídica

Bibliografia:

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Roteiro de lógica jurídica*. São Paulo: Max Limonad, 1996.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Direito, retórica e comunicação*. São Paulo: 1973.
- _____. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- LAUSCHNER, Roque. *Lógica formal - técnica de desenvolvimento do raciocínio*. 2. ed. Alegre: Universidade do Vale do Rio dos Sinos / Sulina, 1969.
- PERELMAN, Chaïm. *Teoria da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ROSS, Alf. *Logica de las normas*. Madri: Tecnos, 1971.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O discurso e o poder - ensaio sobre a sociologia da retórica*. In: Revista Forense. Rio de Janeiro. Vol 272, ano 76, fasc. 928-930
- VILANOVA, Lourival. *As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo*. São Paulo: E. Revista dos Tribunais, 1977.
- VOGT, Carlos. *Linguagem pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec (Campinas), Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, 1980.
- WARAT, Luis Alberto. *El Derecho e su language - Elementos para uma teoria de la communication jurídica*. Buenos Aires: Cooperadora de Derecho y Ciencias Sociales, 1976.

Conteúdo Programático:



INTRODUÇÃO: A lógica jurídica como modalidade da lógica deôntica

1 LÓGICA E LINGUAGEM

- Proposição e linguagem
- O domínio das formas lógicas
- As variáveis e as constantes na forma lógica
- A formalização e a linguagem formalizada

2 FORMALIZAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA

- O tema da lógica jurídica formal
- A proposição jurídica
- O functor dever-ser: caráter e variável relacional
- A irreducibilidade do modal deôntico
- Tripartição modal e os valores da proposição normativa

3 AS ESTRUTURAS LÓGICAS DO DIREITO

- A proposição jurídica
- O deôntico na tese
- Validade e verdade
- Norma primária e norma secundária
- A relação antecedente / conseqüente

4 OS MODAIS DEÔNTICOS E SUA INTERDEFINIBILIDADE

- As categorias modais
- Modo alético e deôntico
- Substrato objetivo da distinção modal
- Os conectivos deônticos: sua interdefinibilidade
- Relação entre modos deônticos

5 SISTEMA JURÍDICO

- Sistema jurídico como continuidade normativa
- Unidade do sistema como unidade formal
- O direito como sistema empírico
- Consistência no sistema da ciência do direito
- Contradição no sistema do direito positivo
- Leis lógicas e regras
- As leis lógicas como metalinguagem
- Contraditoriedade entre normas
- Completude lógica e completude jurídica
- Consistência no interior do sistema
- Postulado de unidade e consistência no direito, na ciência do direito e na lógica.

6 ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

- Por analogia

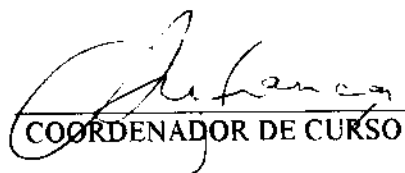
- "A contrario sensu"
- O dever jurisdicional de julgar
- Indecidibilidade ante os casos omissos
- O formal e o extraformal dos níveis normativos
- A gradação das fontes
- O extralógico no raciocínio jurídico
- Relação hipótese / consequência
- Positivismo e raciocínio jurídico



CONCLUSÃO

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: HERMENÊUTICA JURÍDICA		Código:
Ano: 5°	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIF
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Compreender o Direito como um corpo de regras oferecidas à explicitação do intérprete;
Perceber a função positiva e até reconstrutiva do trabalho hermenêutico, capaz de trazer ao âmago dos preceitos legais, novo conteúdo social e ético.

Distinguir os diferentes métodos hermenêuticos e o alcance dos mesmos no momento de sua aplicação;

Aplicar adequadamente a casos concretos, visando solução justa, as regras de interpretação das normas jurídicas.

Ementa do programa:

1. Aplicação do Direito.
2. Interpretação e Construção.
3. Sistemas de Hermenêutica e Aplicação do Direito.
4. Processos de Interpretação.
5. Elementos da Interpretação do Direito.
6. Métodos de Interpretação do Direito.

Bibliografia:

- ALTAVILA, Jayme de. *Origem dos Direitos dos Povos*. 5ª ed. São Paulo: Cone Editora, 1989.
- CUNHA, Paulo Ferreira da. *Problemas Fundantes do Direito*. Porto Alegre: Res.
- DAVID, René. *Os Grandes Sistemas do Direito*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- DINIZ, Maria Helena. *Lei de Introdução ao Código Civil*.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *A Ciência do Direito*. São Paulo: Atlas, 1991.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito - Técnica, Decisão, Dominação*. São Paulo: Atlas, 1988.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Do Processo Legislativo*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- GILISSEN, John. *Introdução Histórica ao Direito*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1986.

MATTA, Emmanuel. O Realismo da Teoria Pura do Direito. Belo Horizonte: Nova Aurora Edições Ltda, 1994.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

POUND, Roscoe. The Nature of Law. Vol. II Jurisprudence. Minn: St. Paul, 1959.

RADBRUSCH, Gustav. Fundamentos do Direito. São Paulo: Saraiva.

REALE, Miguel. Lições Preliminares do Direito. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. Teoria Tridimensional do Direito. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

_____. Lições Preliminares de Direito. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

ROUBIER, Pablo. Teoria General del Derecho. México: Puebla.

WARAT, Luis Alberto. O Direito e sua Linguagem. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1984.



Conteúdo Programático:



1. APLICAÇÃO DO DIREITO

- Conceito e importância da Hermenêutica Jurídica.
- Disposições legislativas sobre interpretação.
- Qualidades do hermeneuta. Causas de interpretação viciosa e incorreta.

2. INTERPRETAÇÃO E CONSTRUÇÃO

- A interpretação do direito quanto ao resultado.
- A posição do juiz em face da interpretação da lei. A contribuição de gény e suas repercussões.
- Edito do Pretor. Intérpretes e comentadores.
- Amplas atribuições do juiz moderno.
- Juiz inglês.

3. SISTEMAS DE HERMENÊUTICA E APLICAÇÃO DO DIREITO

- O princípio "in claris cessat interpretatio".
- A vontade do legislador e a "mens legis".
- Disposições contraditórias.

4. PROCESSOS DE INTERPRETAÇÃO

- Direito Comparado.
- Fatores Sociais.
- Apreciação do resultado.
- O fator teleológico.
- Interpretação e lacunas do direito. A analogia e os princípios gerais de direito.

5. ELEMENTOS DA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO

- Considerações prévias.
- Elemento gramatical.
- Elemento lógico.
- Elemento sistemático.
- Elemento histórico.

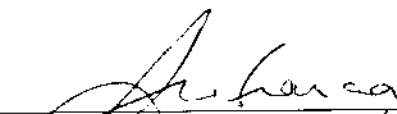
6. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DO DIREITO

- Método tradicional da Escola da Exegese.
- Método histórico-evolutivo.
- A livre investigação científica do Direito.
- A corrente do direito livre.
- Revelação científica do Direito.



DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



13. ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito



Ata da Duocentécima trigéssima sexta reunião do Colegiado do Curso de Direito e segunda reunião com os Conselhos dos Departamentos de Direito Civil e Fundamentos do Direito; Direito Processual; Direito Social e do Estado, atendendo convocação do primeiro, reuniram-se às dezenove horas do dia quatro de setembro de um mil novecentos e noventa e seis, na sala 3D308 do Bloco D, Campus Santa Mônica, sob a presidência da professora Aparecida Monteiro de França, para tratar dos assuntos que obedeciam a seguinte pauta: Reforma Curricular e Estrutura do Curso de Direito. A professora Aparecida Monteiro de França agradeceu a presença dos Conselheiros e decidiu que o professor Hilário de Oliveira seria o mediador, ficando cada interdição com apenas dois minutos. A professora Aparecida Monteiro de França colocou a proposta do Departamento de Direito Civil e Fundamentos do Direito que consistiu na manutenção da disciplina Introdução ao Estudo do Direito com carga horária de cento e vinte horas-aula, em contra partida à proposta do colegiado que divide a referida disciplina em Introdução ao Direito Público e Introdução ao Direito Privado, com uma carga horária de sessenta horas-aula respectivamente; o que foi contestado pela professora Neiva Flávia de Oliveira Tarifa, por não achar viável ; os professores Viviane Moreira Ferreira e Rosângelo Rodrigues de Miranda, acharam válida a divisão, pois seria uma tentativa de manter o equilíbrio entre Direito Público e Direito Privado. A professora Maria Bernadette de Oliveira César sugeriu que a Carga horária de Teoria do Estado deveria passar para noventa horas-aula para comportar o volume do programa e que Teoria da Constituição poderia ter uma carga horária menor. Professor Renato Costa Dias informou que o Conselho do Departamento de Direito Processual chegou a conclusão que a divisão em Introdução do Direito Público e Introdução do Direito Privado não pareceu oportuna, visto que elas poderiam ser ministradas em conjunto propiciando ao aluno a comparação dos princípios expostos nestas duas disciplinas. O professor Rosângelo Rodrigues de Miranda concordou com o parecer do professor Renato Costa Dias e, acrescentou ainda, que a disciplina Teoria da Constituição seria oferecida no primeiro ano com a parte teórica e no segundo ano ela seria oferecida com a parte prática. A professora Aparecida Monteiro de França solicitou aos membros do Conselho que, as disciplinas Introdução ao Direito Público e Introdução ao Direito Privado, não seja tratada uma em detrimento de outra; salientou que na proposta do Colegiado acredita-se que o



aluno terá mais tempo de maturar os conceitos. Houve uma proposta da fusão de Introdução ao Direito Público e Introdução ao Direito Privado com carga horária de noventa horas aula sobrando assim, a carga de trinta horas aula que seria acrescida em Teoria do Estado que passaria então para uma carga horária de noventa horas aula; a professora Neiva Flávia de Oliveira Tarifa ressaltou a dificuldade de ministrar todo o conteúdo da disciplina Introdução ao Direito em apenas noventa horas-aula; A professora Edinilza Macedo sugeriu que não se fizesse a divisão de Introdução ao Direito e que fosse mantida a carga horária em cento e vinte horas-aula. O professor Rosângelo Rodrigues de Miranda apresentou a seguinte proposta: primeira = Sociologia Geral e Sociologia Jurídica com uma carga horária de sessenta horas-aula; segunda = Teoria do Estado com carga horária de noventa horas-aula e; terceira = Introdução ao Direito com carga horária de cento e vinte horas-aula; dando prosseguimento, a professora Aparecida Monteiro de França fez a leitura da proposta de Ementa, das disciplinas Sociologia Geral e Sociologia Jurídica, do Departamento de Ciências Sociais, e que com uma carga horária de sessenta horas-aula, como foi proposta pelo professor Rosângelo Rodrigues de Miranda, teria que reduzir, e muito, o programa da referida disciplina. A professora Aparecida Monteiro de França levou para votação as seguintes propostas: primeira = Introdução ao Estudo do Direito com carga horária de noventa horas-aula, não houve nenhum voto; segunda = Introdução ao Direito Público e Introdução ao Direito Privado com carga horária de sessenta horas-aula, para cada disciplina, perdeu por treze votos; e a terceira proposta seria a permanência de Introdução ao Direito com carga horária de cento e vinte horas-aula, aprovada com a maioria dos votos. Passando então para a segunda parte, foram colocadas em votação as disciplinas Sociologia Geral e Sociologia Jurídica que por proposta do Colegiado seria oferecida semestralmente com carga horária de 45 horas-aula cada, tendo sido aprovada a disciplina Sociologia, com carga horária de sessenta hora-aula. A disciplina Teoria do Estado com carga horária de noventa horas aula, foi aprovado com vinte e tres votos. Em seguida entrou em votação a nomenclatura da disciplina Economia ou Economia Política, aprovada por unanimidade a segunda opção. O professor Rosângelo Rodrigues de Miranda propôs uma carga horária de sessenta horas-aula para Economia Política e uma carga horária de noventa horas-aula para Filosofia do Direito. O professor José Carlos Honorato Tarifa sugeriu a inclusão de Direito Financeiro no Currículo Pleno. A professora Marta Assuane Bittar de Castro e o professor César Pereira da Silva Machado Júnior propuseram que Direito do Trabalho fosse condensado em apenas uma disciplina e oferecida no terceiro ano com carga horária de cento e vinte horas ou noventa horas. Passou-se a votação da primeira proposta do Bloco de



Disciplinas do segundo e terceiro ano: primeira = Economia Política com carga horária de noventa horas-aula proposta pelo Colegiado, não foi aprovado, sendo que por maioria aprovou-se a disciplina com sessenta horas-aula; segunda = Inclusão da disciplina Teoria Geral do Contratos em Direito das Obrigações, aprovado por vinte e um votos; terceira = Direito das Obrigações com uma carga horária de cento e vinte horas-aula ou cento e cinquenta horas-aula, aprovada a primeira opção, cento e vinte horas-aula, por vinte e quatro votos; na quarta proposta = A disciplina Filosofia do Direito com carga horária de noventa horas-aula, obteve quinze votos, com carga horária de sessenta horas-aula, obteve dezoito votos, portanto aprovada pela maioria de votos a Disciplina Filosofia do Direito com carga horária de sessenta horas-aula; quinta proposta = As disciplinas Direito do Trabalho I, no segundo ano, com carga horária de sessenta horas-aula e Direito do Trabalho II, no terceiro ano, com carga horária de sessenta horas, houve dezoito votos; o professor César Pereira da Silva Machado Júnior fez uma contraproposta = Direito do Trabalho I, no segundo ano, com carga horária de noventa horas-aula, e Direito do Trabalho II, no terceiro ano, com carga horária de sessenta horas-aula, obteve dezessete votos; entrou em votação a sétima proposta do Bloco de Disciplinas do segundo e terceiro ano do Curso de Direito A disciplina Direito Internacional Público passaria do terceiro ano para o segundo ano, aprovado por trinta e um votos. O professor Rosângelo Rodrigues de Miranda propôs que o novo Currículo deveria oferecer Direito Constitucional no segundo ano, Direito Administrativo no terceiro ano, Direito Financeiro no quarto ano e Direito Tributário no quinto ano. A professora Aparecida Monteiro de França colocou que na proposta do Colegiado do Curso a disciplina Direito Administrativo será oferecida no quarto ano com carga horária de noventa horas-aula e no quinto ano como disciplina seletiva. O professor Rosângelo Rodrigues de Miranda sugeriu outra proposta, unir Prática Jurídica com Direito Administrativo, a professora Aparecida Monteiro de França informou que, Prática Jurídica envolve toda a área jurídica do Curso de Direito, sendo impossível a união das referidas disciplinas. Oitava proposta = Direito Administrativo I seria oferecida no terceiro ano com carga horária de sessenta horas-aula, aprovado por unanimidade, e, finalmente, a décima e última proposta, deste Bloco de Disciplinas do segundo e terceiro ano, = a mudança da nomenclatura da disciplina Direito dos Contratos em Espécie para Direito dos Contratos, aprovada pela maioria. Em discussão o Bloco de disciplinas do quarto ano e quinto ano, o professor José Maércio Pereira lamentou que a disciplina Direito Previdenciário seja relegada a opção de seletiva ou optativa. O ideal que a disciplina Direito Previdenciário fosse ministrada no quarto ano ou quinto ano, inclusive com a possibilidade de

trabalhar com laboratório; o professor Rosângelo Rodrigues de Miranda acrescentou a importância do Direito Previdenciário e reafirmou a posição do professor José Maércio Pereira, que a disciplina deveria ser incluída no currículo estrito senso. A professora Aparecida Monteiro de França informou que as áreas seletivas são áreas nobres de especialização e aprofundamento e que na proposta do Colegiado de Curso, seriam cinco áreas: Área Pública; Área Privada; Área Empresarial; Área Penal e Área Trabalhista, onde entraria Direito Previdenciário. Entrou em votação a primeira proposta, do Bloco de Disciplinas do quarto ano e quinto ano. A disciplina = Direito Previdenciário, no quarto ano, com carga horária de sessenta horas-aula, aprovada por trinta votos; segunda - Direito Tributário, no quinto ano, com carga horária de noventa horas-aula, aprovada por vinte e seis votos. A professora Aparecida Monteiro de França solicitou aos Conselheiros que venham a revisar as áreas seletivas, para se chegar a melhor opção: oferecer cinco áreas com três disciplinas cada ou três áreas com três disciplinas? Informou que a única área que está definida é a Trabalhista com as disciplinas: Direito Individual do Trabalho, Direito Contratual do Trabalho e Dissídio Individual e Coletivo. Posto em votação, ficando assim definido por unanimidade: cinco áreas com três disciplinas cada, sendo que o elenco de disciplinas oferecidas pelos Departamentos serão de nove. Diante disso, por maioria dos votos foi aprovado o novo Currículo Pleno do Curso de Direito pelos Conselheiros dos três Departamentos presentes. Seguindo a pauta entrou, em discussão a Estrutura do Curso de Direito. A professora Aparecida Monteiro de França ressaltou a necessidade de rever a premiação dos alunos que não se envolvem com o Curso, excluindo a segunda época. Em votação, foi aprovada por unanimidade, portanto, a partir de Hum mil novecentos e noventa sete está excluída a segunda época no Curso de Direito. O professor Luiz Caetano de Salles informou que em reunião do Conselho do Departamento de Direito Processual, foi sugerida a mudança da nomenclatura da disciplina Prática Jurídica para Estágio Supervisionado de Direito 1; Estágio Supervisionado de Direito 2 e Estágio Supervisionado de Direito 3; A professora Aparecida Monteiro de França colocou que não seria viável porque deve ser separada a nomenclatura do estágio curricular do extracurricular. Mas a questão ainda estava em aberto, porque o Colegiado ainda não havia procedido a estruturação do Núcleo de Prática Jurídica. O professor Rosângelo Rodrigues de Miranda propôs a inclusão da sexta área seletiva com a nomenclatura de "Filosofia do Direito", em votação, foi aprovada pela maioria. A professora Aparecida Monteiro de França esclareceu que a proposta aprovada, que se baseou no trabalho do Colegiado, o Curso de Direito Diurno é integral com aulas de segunda-feira a sexta-feira, com início às sete horas e dez minutos



inclusive nos sábados, para ser cumprido em cinco anos. O Curso Noturno com este novo currículo, aprovado pelos conselheiros presentes, seria impossível ser ministrado, em igual período mesmo colocando aulas nos sábados, em razão da impossibilidade de se oferecer cinco horários diários. O discente Ailton Benedito de Souza, do terceiro ano, manifestou-se no sentido de que o Curso Diurno deveria ser igual ao Curso Noturno, havendo aí uma incoerência. A professora Aparecida Monteiro de França pediu vênias para fazer a leitura dos comentários do Dr. Álvaro Melo Filho, do Conselho Federal da OAB e membro da Comissão do Curso de Direito do MEC, que na publicação OAB - Ensino Jurídico - Novas Diretrizes Curriculares, 1996, diz: "...O art. 2º da Portaria nº 1886/94 expressa que "o curso noturno, que observará o mesmo padrão de desempenho e qualidade do curso no período diurno, terá um máximo diário de quatro horas de atividades didáticas." Ao explicitar a necessidade de garantir o "mesmo padrão de desempenho e qualidade", independentemente de ser curso jurídico noturno ou diurno, o que se pretendeu foi elidir um tratamento didático diferenciado e prejudicial à qualidade e ao aproveitamento das aulas de Direito ministradas à noite. Assim, mesmo reconhecendo a condição de aluno-trabalhador como clientela básica e preponderante do curso noturno, o artigo 2º procura assegurar formação jurídica sem comprometimento das exigências mínimas e do "padrão de desempenho e qualidade". É evidente que o aluno do curso noturno, após um desgastante dia de trabalho não pode dispensar, com proveito, às aulas e aos estudos jurídicos, o tempo, a carga e o ritmo de trabalho dos discentes do período diurno. Além disso, a redução da disposição física e mental dos docentes, com reflexos na qualidade metodológica das aulas no período noturno, estão a exigir um tratamento diferenciado. Assim, ao invés de acolher a proposta de que o curso noturno de Direito deveria ter uma duração de, no mínimo, 6 (seis) anos e, no máximo, 9 (nove) anos, preferiu o legislador educacional absorver a recomendação de delimitar a carga horária a "um máximo diário de quatro horas de atividades didáticas". Este quantum de quatro (4) horas diárias máximas é contributo essencial para que não haja uma programação excessiva nem parcimoniosa no curso jurídico noturno, ao mesmo tempo que se amolda às circunstâncias e vicissitudes do aluno-trabalhador, explicitando, por via transversa, que o "padrão de desempenho e qualidade" ficará comprometido caso as atividades do curso jurídico excedam 4 (quatro) horas diárias, mesmo realizadas aos sábados, no período matutino ou vespertino..." A professora Aparecida Monteiro de França pediu aos Conselheiros presentes que apreciassem a proposta do Curso de Direito ser oferecido em cinco anos ou seis anos. Em votação foi aprovado por maioria, com dezenove votos que, o Curso de Direito deverá ser oferecido com o novo

currículo pleno, em seis anos: após, esclareceu que o novo currículo deve ser cumprido permitindo que o aluno possa também se dedicar a atividades complementares, que por certo indicarão cursos diferenciados em qualidade. fêz então a leitura do artigo 4º da Portaria MEC/1886/94: "Independentemente do regime acadêmico que adotar o curso (seriado, créditos ou outros), serão destinados cinco a dez por cento da carga horária total para atividades complementares ajustadas entre o aluno e a direção ou coordenação do curso, incluindo pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e disciplinas não previstas no currículo pleno". Em seguida passou-se a considerar acerca do contingente de ingresso ao Curso de Direito, se permanece o número atual ou redução. Houve um proposta de oferecimento de 70 (setenta) vagas para o curso diurno e noturno, totalizando 140 (cento e quarenta) vagas. Submetida a votação, a proposta de redução foi vencida, permaneceu o número atual de 160 (cento e sessenta) vagas, 80 (oitenta) para o Curso Diurno e 80 (oitenta) para o Curso Noturno. A professora Aparecida Monteiro de França comunicou a existência da proposta de aumento da nota mínima de aprovação para sete, cujo defensor é o professor Hilário de Oliveira. Mas, tal decisão é do CONSEP (Conselho de Ensino e Pesquisa), que normatiza para toda a Universidade. Mas se fosse decisão do Curso, levaria tal fato ao Conselho Superior. Levada a votação, foi aprovado por maioria a permanência da nota mínima de seis. O professor Rosângelo Rodrigues de Miranda solicitou que constasse no Manual do Aluno que o Curso de Direito Diurno é oferecido no período integral, para que não haja futuramente, nenhum tipo de reclamação pelos alunos do Curso de Direito Noturno. Professor Luiz Caetano de Salles sugeriu que o Curso de Direito deveria ser oferecido com três turmas, com trinta alunos em cada turma, em cada turno, proporcionando um aumento no ingresso do Curso de vinte alunos, com a condição de aumentar o quadro de docentes. Não houve consenso para formular a proposta, prejudicada pela decisão de permanecer o mesmo número de vagas, ou seja, 160 em dois turnos, que equivale a quatro turmas de 40 (quarenta) alunos. Como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, deu-se por encerrada a reunião da qual, eu, Hanny-Ângeles Tavares de Mendonça, secretária ad hoc, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por mim, pela professora Aparecida Monteiro de França, pelos membros do Colegiado e demais conselheiros presentes.



Universidade Federal de Uberlândia

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES

Coordenação do Curso de Direito

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO, DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA COM OS PROFESSORES DO CURSO. Às dezenove horas do dia quatro de setembro de mil novecentos e noventa e seis, na sala 3D303, bloco 3D do Campus Santa Mônica, teve início a segunda reunião do Colegiado com os Professores do Curso de Direito, sob a presidência da Senhora Coordenadora Professora Aparecida Monteiro de França, estando presentes os Professores que subscrevem a seguir:

- | | |
|------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| 01 - <u>Genivaldo Silva Jr.</u> | 02 - <u>Guilherme Sauc</u> |
| 03 - <u>Albino</u> | 04 - <u>Vilberto Di</u> |
| 05 - <u>Adriano</u> | 06 - <u>Alf.</u> |
| 07 - <u>Walmir P. P.</u> | 08 - <u>Paulo Soares</u> |
| 09 - <u>João Maria Ferraz</u> | 10 - <u>Alexander Cintra da Silva Souza</u> |
| 11 - <u>Roberto</u> | 12 - <u>Leônidas Maurício</u> |
| 13 - <u>Dirceu</u> | 14 - <u>Marcia Ubaldini</u> |
| 15 - <u>Moisés Paulo Silveira</u> | 16 - <u>Martha A. Diller de Castro</u> |
| 17 - <u>Francisco Roberto</u> | 18 - <u>Yves de Almeida Jr. (Júnior)</u> |
| 19 - <u>ARIFA</u> | 20 - <u>Leonardo Rogério de Melo - de S.</u> |
| 21 - <u>Wagner Bandeira de Sousa</u> | 22 - <u>Martinez Moraes</u> |
| 23 - <u>Marcos Antônio de Souza</u> | 24 - <u>Luiz Carlos de Souza</u> |
| 25 - <u>Rosângelo R. Miranda</u> | 26 - <u>[Signature]</u> |
| 27 - <u>[Signature]</u> | 28 - <u>Luiz Gustavo Lombardi Vieira - de S.</u> |
| 29 - <u>[Signature] (Mário R. C. A.)</u> | 30 - <u>Hilário Oliveira</u> |
| 31 - <u>[Signature]</u> | 32 - <u>[Signature]</u> |
| 33 - <u>Leandro de M. Mendes</u> | 34 - <u>[Signature]</u> |



35 - _____
37 - _____
39 - _____
41 - _____
43 - _____
45 - _____
47 - _____
49 - _____
51 - _____

36 - _____
38 - _____
40 - _____
42 - _____
44 - _____
46 - _____
48 - _____
50 - _____
52 - _____

E OS REPRESENTANTES DISCENTES, DEVIDAMENTE
CONVOCADOS

1. Ailton Baredo de Souza (VEDIS) ✓
2. Paulo Marcelo Nogueira (VEDIF) -
3. Fonyá Joãos de Brito e Netto (DEVIP) -
4. Roberto Comunício Bezerra (VEDIA) -
5. Edson Claudio Ristori (VEDIF) -
6. Simone Guimarães Fraga (DA)
7. Marcus Vinícius Souza Lima (VEDIF) -
8. ~~Paulo Rocha~~ DEDIS ✓
9. Paula Zambelli Augusto - DIF -
10. ~~Paulo Rocha~~ - Colegiado
11. Nilson Pedro da Silva (DA) -
12. Daniela (VEDIF) - y





UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

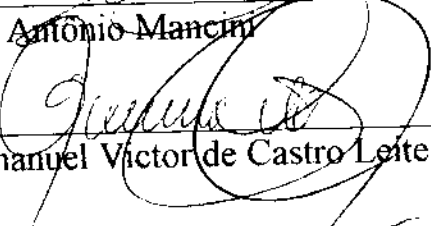
Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.

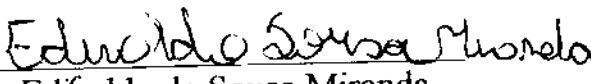


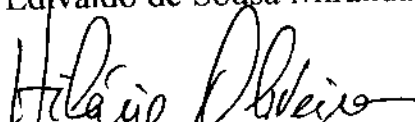
ATA DA 248ª REUNIÃO, EM CARÁTER ORDINÁRIO, DO COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Às quatorze horas do dia vinte do mês de novembro do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Coordenação, bloco 3D do Campus Santa Mônica, teve início a duocentésima quadragésima oitava do Colegiado do Curso de Direito, sob a presidência da Senhora Coordenadora, Professora Aparecida Monteiro de França, com a presença dos Senhores Conselheiros Professores Antônio Mancini, Hilário de Oliveira, e acadêmico Emmanuel Victor de Castro Leite. Tendo em vista, a pauta principal que é o Núcleo de Prática Jurídica, esta reunião contou com a participação do Professor Francisco Rodovalho de Sousa, Coordenador da Assistência Judiciária, no sentido de colaborar com os trabalhos do Núcleo de Prática Jurídica. O Projeto final de Regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica, ficou definido conforme anexo. Em relação ao novo currículo, novamente reportou-se a necessidade de recursos humanos em que discutiu-se sobre o Memorando Interno, enviado ao CEHAR, vez que não há professor para ministrar as disciplinas Ciência Política, Metodologia da Pesquisa Científica e Filosofia Geral. Para viabilizar o projeto final do novo currículo, foram realizadas as seguintes modificações: A disciplina Metodologia da Pesquisa Científica, do 2º Ano para a ser ministrada no 1º Ano. A disciplina Direito Internacional Público que seria ministrada no 3º Ano, foi transferida para o 2º Ano. E haja visto que não comporta no 2º Ano as disciplinas Filosofia Geral e Filosofia do Direito, ambas também foram remanejadas. A disciplina Filosofia Geral será ministrada no 2º Ano e a disciplina Filosofia do Direito será ministrada no 3º Ano. Após as deliberações necessárias para definição do Projeto de Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e também do Projeto final do Novo currículo, passou-se a análise do requerimento de **NÍVIA DE ASSIS PALHANO - MAT. 3931961-6 - REQ. 0085 - PROT. 9512 - Regime excepcional - INDEFERIDO**, visto ser muito curto o período solicitado para regime excepcional. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e eu, Edivaldo de Sousa Miranda lavrei a presente ata que após aprovada, será assinada por mim, pela Senhora Presidente e demais Conselheiros presentes. Em Uberlândia, aos vinte dias do mês de novembro de hum mil novecentos e noventa e seis.


Aparecida Monteiro de França


Antônio Mancini


Emmanuel Victor de Castro Leite


Edivaldo de Sousa Miranda


Hilário de Oliveira



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



**PROPOSTA DE REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

O Colegiado do Curso de Graduação em Direito do CEHAR da Universidade Federal de Uberlândia no uso das suas atribuições conferidas pela **RES/CONSEP/002/89**, considerando o que dispõem os artigos 10 a 15 da **Portaria MEC/1886/94** e os termos da **RES/CONSUN/Nº 04/85**, estabelece o Regulamento dos Estágios do Curso de Graduação em Direito, cria o Núcleo de Prática Jurídica e dá outras providências.

TÍTULO I - ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR

SEÇÃO I - DOS PRINCÍPIOS GERAIS

ART. 1º - O Estágio de Prática Jurídica, supervisionado pelo Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia é obrigatório e integrante do Currículo Pleno, consistindo no mínimo de 300(Trezentas) horas de Prática Jurídica extrajudicial e judicial, simulada e real, desenvolvida pelo aluno sob a coordenação, controle e orientação do Núcleo de Prática Jurídica, estando vedada a utilização regular de aulas prelecionais.

ART. 2º - As atividades do estágio supervisionado são preponderantemente práticas e devem proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho vinculadas a sua área de formação, a análise crítica das mesmas, bem como enaltecer a prática da ética profissional.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



ART. 3º - As atividades de estágio devem buscar em todas as suas variáveis, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

ART. 4º - O estágio supervisionado de Prática Jurídica extrajudicial simulada, oferecido como disciplina no 2º e 3º Ano, compõe-se de 60 (Sessenta) horas em cada ano que poderão ser cumpridas no Núcleo de Prática Jurídica com atividades moduladas sobre as disciplinas já cursadas, ou em curso, e constará da elaboração e da redação de peças profissionais e ou instrucionais bem como de visitas a órgãos judiciários e penitenciários, órgãos de funções essenciais à justiça e ainda de outras atividades práticas, a critério do Coordenador do Núcleo.

ART. 5º - O Estágio de Prática Jurídica extrajudicial simulada oferecido como disciplina no 4º e 5º Ano constará da redação de peças processuais, rotinas processuais, ou de outras atividades práticas.

ART. 6º - O Estágio de Prática Jurídica extrajudicial real poderá ser cumprido através de programas de extensão e convênios com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com escritórios de Advocacia e órgãos públicos, empresariais, comunitários e sindicais.

PARÁGRAFO 1º - A assistência a audiências e sessões judiciais fará parte integrante das atividades do estágio citado no caput deste artigo a critério do Núcleo de Prática Jurídica.

PARÁGRAFO 2º - O estagiário que por razão de vínculo empregatício ou funcional exercer qualquer atividade nos setores referidos no caput deste artigo, não ficará dispensado de cumprir o Estágio de Prática Jurídica simulada, extrajudicial e judicial, salvo a critério do Colegiado do Curso.

ART. 7º - O Estágio de Prática Jurídica Judicial simulada, oferecido como disciplina no 4º e 5º Ano será cumprido com atividades desenvolvidas no Núcleo de Prática Jurídica e compreenderá a montagem simulada de processos, audiências, julgamentos, atendimento ao público como também, de qualquer atividade referente a aplicação do direito.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



PARÁGRAFO ÚNICO - O estágio de Prática Jurídica Judicial simulada, poderá ser complementado por estágio de Prática Jurídica Extrajudicial Real ou por Estágio Supervisionado de Prática Jurídica Judicial Real, a critério do Colegiado.

ART. 8º - Ao Estágio na Prática Jurídica Judicial Real só pode se habilitar o aluno inscrito na O.A.B., podendo ser cumprido na Assistência Judiciária, em escritórios de Advocacia e em serviços de entidades públicas empresariais, comunitárias e sindicais, desde que conveniados.

SEÇÃO II DA GRADE CURRICULAR DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

ART. 9º - A Prática Jurídica extrajudicial e judicial simuladas, com carga horária obrigatória de 300(trezentas) horas será cumprida na forma da disciplina LABORATÓRIO JURÍDICO e compreende quatro estágios, a saber:

- A) - LABORATÓRIO JURÍDICO I, oferecida no 2º Ano, com carga horária de 60 (sessenta) horas, versando sobre Prática Jurídica extrajudicial simulada.
- B) - LABORATÓRIO JURÍDICO II, oferecida no 3º Ano, com carga horária de 90 (noventa) horas, versando sobre Prática Jurídica extrajudicial simulada.
- C) - LABORATÓRIO JURÍDICO III, oferecida no 4º Ano, com carga horária de 90 (noventa) horas, versando sobre Prática Jurídica judicial e extrajudicial simuladas.
- D) - LABORATÓRIO JURÍDICO IV, oferecida no 5º Ano, com carga horária de 60 (sessenta) horas, versando sobre Prática Jurídica judicial e extrajudicial simuladas.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito



Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.

PARÁGRAFO 1º - As atividades da disciplina “Laboratório Jurídico” são cumpridas no Laboratório de Ensino mantido pela Universidade, dentro do espaço físico ocupado pelo Curso de Graduação em Direito, estruturado em Ambiente-Modelo.

PARÁGRAFO 2º - A totalidade da carga horária destinada ao Estágio Supervisionado, na disciplina Laboratório Jurídico, é utilizada para a efetivação de pesquisas, seminários e trabalhos simulados.

PARÁGRAFO 3º - A pauta de pesquisas, seminários e trabalhos simulados é definida na forma prevista neste Regulamento e demais legislação vigente e inclui as práticas processuais e não-processuais referentes às disciplinas constantes do currículo pleno do Curso de Graduação em Direito, bem como as atividades profissionais dos principais operadores jurídicos.

PARÁGRAFO 4º - As pesquisas, seminários e trabalhos simulados são orientados pelos professores de estágio indicados pelo Núcleo de Prática Jurídica e Departamentos do Curso de Graduação em Direito, na forma deste Regulamento.

PARÁGRAFO 5º - Os professores encarregados da orientação das pesquisas, seminários e trabalhos simulados devem incluir em sua programação visitas aos diversos órgãos do Poder Judiciário, Procuradorias e outras instituições que desenvolvam atividades jurídicas (judiciárias e não-judiciárias).

SEÇÃO III - DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

ART. 10 - O Núcleo de Prática Jurídica é o órgão de coordenação, controle e orientação das atividades do Estágio do Curso de Graduação em Direito, respeitadas as competências específicas dos Departamentos e do Colegiado do Curso.

PARÁGRAFO 1º - O Núcleo de Prática Jurídica é de natureza interdepartamental e constituído pelo conjunto dos professores do Estágio, a



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



saber, Coordenador Geral, Sub-Coordenador, Coordenadores de setores, supervisores e orientadores indicados pelos Departamentos e de dois (02) representantes dos alunos escolhidos dentre os monitores.

PARÁGRAFO 2º - A escolha do Coordenador e Sub-Coordenador Geral far-se-á por eleição dentre os docentes do Núcleo de Prática Jurídica, com participação paritária dos professores, estagiários e técnico-administrativos, do NPJ.

PARÁGRAFO 3º - Todas as atividades de coordenação, orientação, acompanhamento e avaliação atinentes ao estágio supervisionado são consideradas de magistério, sendo seu exercício privativo dos membros do corpo docente da Universidade.

ART. 11 - Compete ao Núcleo de Prática Jurídica:

I - Coordenar, controlar e orientar o estágio de prática jurídica;

II - Fixar a forma e os critérios de seleção de estagiários para ocuparem as vagas de estágio externo.

III - Avaliar as atividades práticas desenvolvidas pelos alunos do Curso de Graduação em Direito e comunicar os resultados obtidos à Coordenação do Curso;

IV - Promover projetos de extensão jurídica, envolvendo os alunos, diretamente ou em convênios com entidades públicas ou privadas, incluindo prestação de serviços comunitários;

V - Atuar em conjunto com a unidade jurisdicional especial conveniada com a Universidade Federal de Uberlândia, prestando-lhe apoio necessário e cumprindo as obrigações que forem cometidas à Universidade;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



VI - Estabelecer normas e critérios relativos ao funcionamento e atendimento da Assistência Judiciária, que serão fixadas após ouvidos os Departamentos, Coordenadores da Assistência Judiciária e do Curso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Das decisões do Núcleo de Prática Jurídica, cabe recurso ao Colegiado do Curso de Graduação em Direito.

SEÇÃO IV DO COORDENADOR GERAL DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

ART. 12 - Compete ao professor Coordenador Geral do Núcleo de Prática Jurídica, no que não ferir as competências específicas dos Chefes de Departamentos e do Coordenador de Curso previstas na legislação vigente, principalmente:

I - Propor ao Colegiado de Curso modificações neste Regulamento, aprovadas pelo Núcleo de Prática Jurídica;

II - Implementar as decisões do Núcleo de Prática Jurídica, dos Departamentos do Curso de Graduação em Direito e do Colegiado de Curso referentes a estágios;

III - Assinar as correspondências, certidões e declarações referentes aos estágios;

IV - Propor ao Núcleo de Prática Jurídica critérios variáveis de aprimoramento nos diversos formulários utilizados no Serviço de Assistência Judiciária;

V - Elaborar semestralmente proposta de distribuição entre os professores de estágio das diversas atividades atinentes ao estágio supervisionado, encaminhando-a ao Núcleo de Prática Jurídica para análise e deliberação;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



- VI - Propor ao Núcleo de Prática Jurídica projetos de trabalho interdisciplinar a serem desenvolvidos conjuntamente com outros Departamentos da Universidade, junto à Assistência Judiciária.
- VII - Dar parecer sobre a viabilidade didática e prática dos projetos alternativos de estágio encaminhados ao Núcleo de Prática Jurídica pelos professores de estágio;
- VIII - Encaminhar ao Núcleo de Prática Jurídica propostas de alteração na pauta das pesquisas, seminários e trabalhos simulados do Laboratório Jurídico;
- IX - Encaminhar aos órgãos competentes na Universidade, na forma da legislação vigente, as propostas de convênios de estágio aprovadas pelo Colegiado de Curso;
- X - Autorizar atividade externa de estágio, de estagiários selecionados na forma e de acordo com os critérios estabelecidos pelo Núcleo de Prática Jurídica, em escritório de Advocacia ou órgão, entidade ou empresa conveniada com a Universidade;
- XI - Autorizar a participação em programa alternativo de estágio devidamente aprovado;
- XII - Elaborar, respeitada a legislação vigente, a escala de horários dos estagiários junto à Assistência Judiciária e Juizado Especial de forma a manter uma distribuição equitativa de acadêmicos nos diversos horários de funcionamento dos mesmos;
- XIII - Visitar os escritórios de Advocacia, órgãos, entidades e empresas conveniados para avaliar a forma como está se desenvolvendo o estágio externo;
- XIV - Coordenar e supervisionar todas as atividades de estágio na forma deste Regulamento e demais legislação vigente;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



XV - Cumprir e fazer cumprir este Regulamento;

XVI - Apresentar, semestralmente, ao Núcleo de Prática Jurídica, para posterior envio ao Colegiado de Curso, relatório dos trabalhos desenvolvidos no exercício da Coordenação dos estágios jurídicos;

PARÁGRAFO 1º - O professor Coordenador de Estágio dedica vinte horas semanais às tarefas administrativas da coordenação dos estágios do Curso de Graduação em Direito, em especial o Estágio Supervisionado curricular;

PARÁGRAFO 2º - Ao Sub-Coordenador de Estágio não é atribuída carga horária administrativa, competindo-lhe a substituição do Coordenador Geral em seus afastamentos ou impedimentos.

SEÇÃO V - DOS PROFESSORES DE ESTÁGIO

ART. 13 - São professores de estágio os docentes que orientam e ou supervisionam atividades de Estágio, nelas incluídas as do Laboratório Jurídico e as da Assistência Judiciária, competindo-lhes principalmente:

I - Orientar, supervisionar e avaliar as pesquisas, seminários e trabalhos simulados das equipes de estagiários do Laboratório Jurídico, sob sua responsabilidade;

II - Orientar, supervisionar e avaliar o trabalho das equipes de estagiários da Assistência Judiciária sob sua responsabilidade;

III - Efetuar o controle de frequência ao Laboratório Jurídico e à Assistência Judiciária, dos estagiários pertencentes às equipes pelas quais for responsável;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



IV - Assinar, juntamente com os estagiários pertencentes às equipes pelas quais for responsável, as petições encaminhadas ao Poder Judiciário através da Assistência Judiciária;

V - Acompanhar, juntamente com as equipes de estagiários pelas quais for responsável, as audiências dos processos encaminhados ao Poder Judiciário através da Assistência Judiciária, bem como todos os atos do processo;

VI - Apresentar ao Núcleo de Prática Jurídica, para análise, propostas de projetos alternativos de estágio e de alterações da pauta de pesquisas, seminários e trabalhos simulados do Laboratório Jurídico, que devem seguir a tramitação prevista neste Regulamento e na legislação vigente;

VII - Desempenhar as demais atividades decorrentes da sua função;

PARÁGRAFO ÚNICO - Aos professores não pertencentes ao Núcleo de Prática Jurídica, que trabalharem eventualmente junto à Assistência Judiciária, ou através de convênio ou projeto interdisciplinar, é atribuída, no Plano Individual de Trabalho, uma carga horária semanal de até vinte horas de extensão referente a essa atividade docente, nos termos da legislação vigente;

SEÇÃO VI - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA (ASJUD)

ART. 14 - A Assistência Judiciária é setor integrante do Núcleo de Prática Jurídica, sendo suas atividades normatizadas por seu regimento interno aprovado pelo Núcleo de Prática Jurídica;

ART. 15 - A totalidade da carga horária destinada ao Estágio Supervisionado, na Assistência Judiciária, é utilizada para o atendimento de partes, pesquisa e elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



PARÁGRAFO 1º - O trabalho junto à Assistência Judiciária é desenvolvido pelos acadêmicos matriculados na disciplina Laboratório Jurídico III e IV;

PARÁGRAFO 2º - O atendimento na Assistência Judiciária abrange as áreas cível, criminal e trabalhista e se destina ao legalmente necessitado.

PARÁGRAFO 3º - O trabalho dos acadêmicos junto a Assistência Judiciária será orientado e supervisionado pelos professores de estágio indicados pelo Núcleo de Prática Jurídica e Departamentos do Curso de Direito, na forma deste Regulamento;

ART. 16 - A Assistência Judiciária funciona durante o ano letivo, com horário de atendimento ao público fixado pelo Núcleo de Prática Jurídica, obedecida a legislação vigente, em conformidade com os Departamentos envolvidos e os Coordenadores da ASJUD e do Curso.

PARÁGRAFO 1º - Nos períodos interescolares pode haver plantão dos professores com a finalidade de acompanharem e cumprirem os atos relativos aos processos em andamento.

PARÁGRAFO 2º - Os alunos estagiários prestam no mínimo 12(doze) horas semanais de atendimento junto à Assistência Judiciária em horário definido junto com a coordenação da ASJUD por ocasião da matrícula, obedecida a legislação vigente.

PARÁGRAFO 3º - A escala de trabalho dos professores de estágio junto à Assistência Judiciária é determinada pelo Núcleo de Prática Jurídica, ouvidos os Departamentos do Curso de Direito e o Coordenador da AJU, e deve manter sempre no mínimo, um professor à disposição de cada três equipes de estagiários, para orientação e supervisão de suas atividades.



SEÇÃO VII - DOS ESTAGIÁRIOS

ART. 17 - São considerados estagiários, para fins do Estágio Supervisionado, todos os alunos matriculados no 2º/3º/4º/5º anos do Curso de Graduação em Direito na disciplina LABORATÓRIO JURÍDICO, competindo-lhes principalmente:

I - realizar as pesquisas, seminários e trabalhos simulados orientados;

II - cumprir seus plantões junto à Assistência Judiciária;

III - preencher fichas de atendimento de todos os clientes que forem atendidos na Assistência Judiciária, encaminhando-as à secretaria de estágio para cadastramento;

IV - Os acadêmicos devem manter na secretaria as pastas dos clientes com as cópias de todas as peças processuais produzidas e publicações pertinentes aos processos.

V - entregar periodicamente ao professor de estágio responsável pela equipe, relatório onde deve descrever detalhadamente todas as atividades realizadas durante o período respectivo e efetuar uma auto-avaliação de seu desempenho;

VI - redigir e assinar as petições, juntamente com o professor de estágio, de todos os processos nos quais participaram ativamente;

VII - cumprir os atos processuais decorrentes dos processos de sua responsabilidade;

VIII - acompanhar as publicações oficiais visando a manter atualizada a agenda de audiências existentes junto à Secretaria de Estágio;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Avila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de estágios conveniados, submeter-se a orientação do setor e encaminhar ao NPJ os relatórios das atividades desenvolvidas.

SEÇÃO VIII - DAS MONITORIAS

ART. 18 - Compete aos monitores das disciplinas do Estágio Supervisionado a tarefa de assessorar os professores de estágio, bem como orientar os estagiários no desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os monitores são selecionados na forma da legislação vigente e preferencialmente dentre alunos que já tenham desenvolvido pelo menos cinquenta por cento das atividades do Estágio Supervisionado.

SEÇÃO IX - DA AVALIAÇÃO

ART. 19 Considera-se aprovado o aluno que obtiver, no mínimo, 60 (sessenta) pontos nas avaliações realizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para aprovação no estágio supervisionado, é obrigatório o cumprimento de setenta e cinco por cento, no mínimo, de suas atividades.

ART. 20 A avaliação das atividades do estágio supervisionado desenvolvidas no Laboratório de Ensino é efetuada de acordo com a legislação vigente, em especial as normas fixadas pela Universidade, levando em consideração os seguintes elementos: provas, seminários, trabalhos, pesquisas e relatórios.

ART. 21 A avaliação das atividades do estágio supervisionado desenvolvidas na Assistência Judiciária é efetuada através de conceitos atribuídos com base nos relatórios periódicos e no desempenho dos estagiários.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



ART. 22 Compete ao Núcleo de Prática Jurídica estabelecer, obedecida a legislação vigente, a forma de avaliação e controle de frequência do estágio externo desenvolvido em instituições conveniadas, em substituição ao Serviço de Assistência Judiciária.

ART. 23 A forma de avaliação e controle de frequência do estágio desenvolvido através da participação em projeto alternativo de estágio é fixada no respectivo projeto, obedecida a legislação vigente.

SEÇÃO X - DA SECRETARIA

ART. 24 Compete à Secretaria de Estágio:

I - manter arquivos de toda a correspondência recebida e expedida, bem como de toda a documentação e legislação referentes ao estágio;

II - expedir todas as declarações e certidões pertinentes ao estágio, respeitadas as competências específicas dos Departamentos e da Coordenação de Curso previstas na legislação vigente;

III - manter arquivo de controle de todos os convênios que a Universidade possui para estágios na área do Direito, bem como fichas individuais de todos os estagiários que estiverem realizando seus estágios com base nesses convênios;

IV - desempenhar as demais atividades de sua competência e as que lhe forem solicitadas pelo professor Coordenador de Estágio na forma deste Regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A secretaria da ASJUD atenderá o disposto em seu Regimento Interno, quanto ao controle de suas atividades.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



TÍTULO II

DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR (Estágio Profissional de Advocacia)

ART. 25 O estágio profissional de Advocacia configura-se atividade de estágio extracurricular, funcionando na forma prevista nas normas estabelecidas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e mediante convênio específico com a Universidade, com as seguintes finalidades:

- I - cumprir o estabelecido na Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB) referente ao Estágio Profissional de Advocacia;
- II - permitir ao acadêmico de Direito a inscrição como estagiário da OAB;
- III - desenvolver atividades práticas típicas de advogado e o estudo do Estatuto da Advocacia e da OAB e do Código de Ética e Disciplina.

PARÁGRAFO ÚNICO. O estágio profissional de Advocacia não se configura atividade de ensino privativa da Universidade, necessitando para gerar os efeitos previstos na Portaria nº 1.886/94/MEC, de convênio expresso com a Ordem dos Advogados do Brasil.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 26 Este Regulamento só pode ser alterado através do voto da maioria absoluta dos membros do Núcleo de Prática Jurídica, do Colegiado do Curso de Graduação em Direito e das demais instâncias competentes para a sua análise na Universidade.

ART. 27 Compete ao Núcleo de Prática Jurídica dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento bem como suprir as suas lacunas, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários, de tudo dando ciência ao Colegiado do Curso.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA**
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito



Av. João Naves de Avila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.

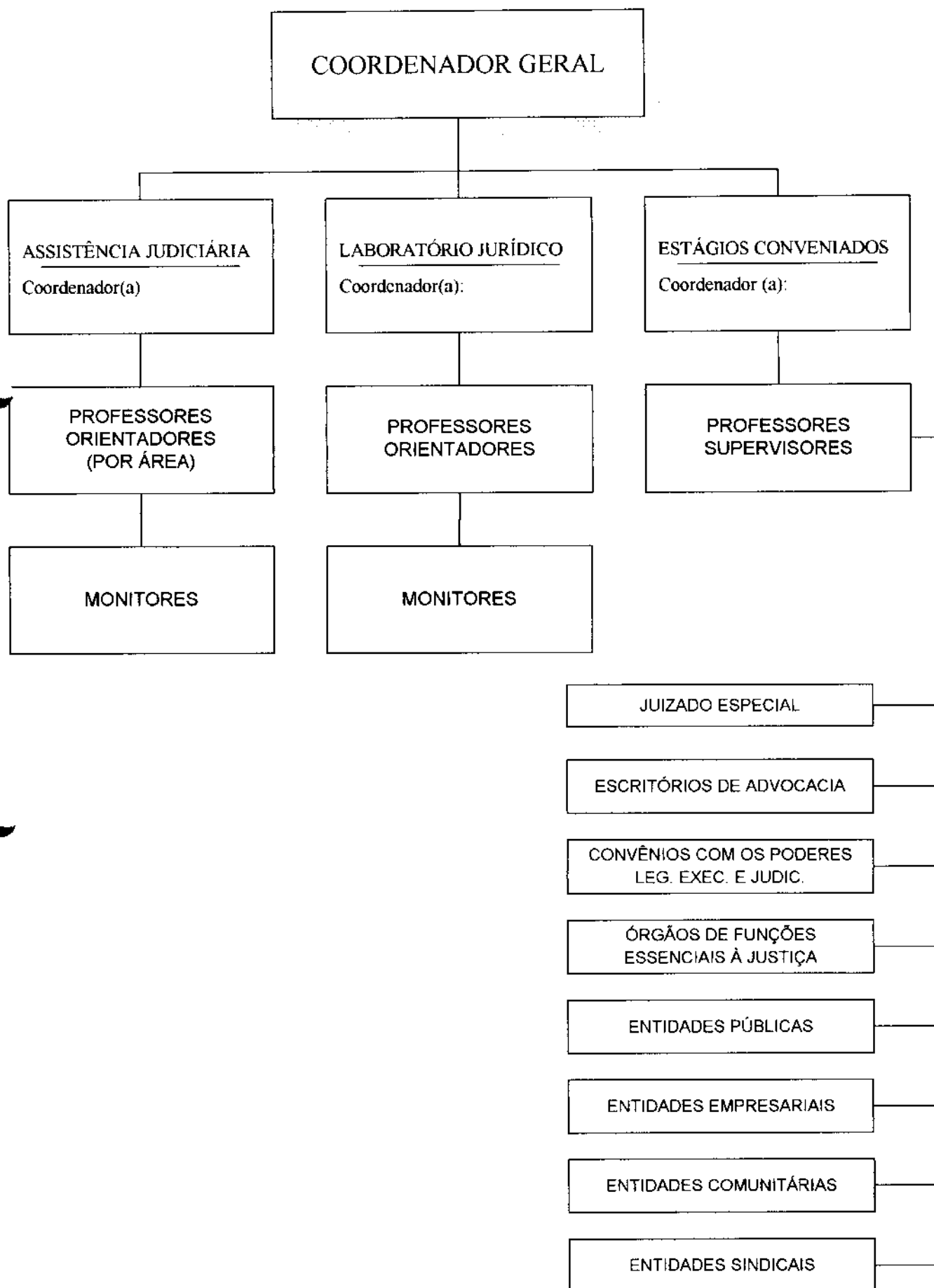
ART. 28 A carga horária excedente às 300 (trezentas) horas obrigatórias da Prática Jurídica curricular, na forma deste Regulamento, deverá ser computada ao currículo pleno e constando do histórico escolar do aluno como atividade complementar, no limite máximo de 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do Estágio de Prática Jurídica do Curso de Graduação em Direito.

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

ART. 29 Os alunos que iniciarem o Curso de Graduação em Direito no ano de 1997, submeter-se-ão às disposições acerca da Prática Jurídica curricular previstas neste Regulamento.

ART. 30 Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEP) da Universidade.

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA





ATA DA 254ª REUNIÃO, EM CARÁTER ORDINÁRIO, DO COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Às quatorze horas do dia vinte de dezembro do ano de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Coordenação, bloco 3D do Campus Santa Mônica, teve início a duocentésima quinquagésima quarta reunião do Colegiado do Curso de Direito, sob a presidência da Senhora Coordenadora, Professora Aparecida Monteiro de França, com a presença dos Senhores Conselheiros Professores Antônio Mancini, Marlene Maria Goiabeira Rosa, Marco Túlio Martins da Silva. O professor Conselheiro Hilário de Oliveira não justificou a sua ausência. Em seguida o Colegiado de Curso concluiu o Projeto de Regulamento de Atividades Complementares, que ficou assim definido:

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

JUSTIFICATIVAS:

O artigo 4º da Portaria MEC/1886/94 determina que independentemente do regime acadêmico que adotar o curso (seriado, créditos ou outro), serão destinados cinco a dez por cento da carga horária total para atividades complementares ajustadas entre o aluno e a direção ou coordenação do curso, incluindo pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e disciplinas não previstas no currículo pleno. Assim o dispositivo reitor assinala as inúmeras situações que disponíveis ao graduando do Curso de Direito, permitem-lhe um maior envolvimento no multifacetado campo jurídico e social, culminando por melhor prepará-lo para as demandas que deve socorrer como profissional do Direito.

Tais atividades como explicitadas no termo legal, são complementares aos conteúdos de formação acadêmica, pois:



- tratam-se de PARTE FLEXÍVEL, composta por atividades desenvolvidas pelo aluno, fora da sala de aula, portanto, extracurriculares;
- são compromissadas pelo aluno junto à Coordenação do Curso, para evitar abusos ou fraudes além de propiciar ao aluno a orientação necessária quanto as opções e objetivos específicos;
- obrigam à prática de atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de estimular a prática interdisciplinar;
- proporcionam maior envolvimento do aluno nas atividades extraclases desenvolvidas pelos diversos órgãos da Universidade ou fora da mesma;
- são limitadas entre cinco a dez por centro da carga horária curricular total referida nos artigos 6º e 10, EXCETO a monografia, que não tem atribuição de carga horária (Artigo 9º). A limitação tem o sentido de evitar que se aproveite desse espaço, pela abertura que possui, para criar um Curso mais compacto, utilizando-se como instrumento de desfiguração da carga horária total mínima do Curso de Graduação em Direito;

Finalmente, para um harmônico desenvolvimento das atividades complementares, há que se estabelecer regras a fim de que não haja dispersão nessas atividades. Assim, o Colegiado do Curso de Direito em sessão do dia 20 de Dezembro de 1996, deliberou por aprovar o seguinte:

PROJETO DE REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ART. 1º - As Atividades Complementares do Curso de Graduação em Direito são obrigatórias e distribuídas em três grupos assim discriminados:

GRUPO 01	-	ATIVIDADES DE ENSINO
GRUPO 02	-	ATIVIDADES DE PESQUISA
GRUPO 03	-	ATIVIDADES DE EXTENSÃO

ART. 2º - As atividades Complementares terão carga horária de 200 horas equivalente a 5,55% da carga horária total do Curso, devendo seu cumprimento verificar-se, preferencialmente, até o 5º Ano, ficando vedado seu preenchimento com um só tipo de atividade.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



ART. 3º - As atividades de Ensino, para o fim de aproveitamento e registro no histórico escolar, desdobram-se nos seguintes tipos e limites:

GRUPO 01 -ENSINO

- 1.1 -Monitoria em Disciplina Jurídica
Até 50 horas por semestre completo, limitada a 100 horas no total.
- 1.2 -Disciplinas jurídicas e núcleos temáticos interdisciplinares com novos direitos não previstos no currículo pleno do Curso de Direito da UFU, até 120 horas.
- 1.3 -Disciplinas ofertadas por outros cursos da UFU, úteis ao graduando do Curso de Direito e que não integram a grade curricular do mesmo. até 120 horas.

GRUPO 02 -PESQUISA

- 2.1 -Iniciação científica e similares
Até 100 horas por ano, limitadas a 150 horas no total
- 2.2 -PET e programas similares até 100 horas, limitadas a 150 horas no total.
- 2.3 -Trabalhos publicados em periódicos jurídicos e pela imprensa, até 30 horas para cada.

GRUPO 03 -EXTENSÃO

- 3.1 -Participação em seminários, palestras, congressos, conferências, encontros, jornadas, simpósios, debates, mesas-redondas, cursos de atualização e similares.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



- Local: 05 horas por dia
Fora da Cidade 05 horas por dia(mais 10 horas com trabalho)
Limite por evento 30 horas
Limite no total 90 horas
- 3.2 -Núcleos temáticos.....até 90 horas no total
- 3.3 -Estágios extracurriculares....até 60 horas por ano, limitados a 90 horas no total
- 3.4 -Outras atividades de extensão.....até 60 horas por ano e 90 horas no total
- 3.5 -Representação estudantil em colegiados de curso, conselhos departamentais, superiores e outros.....até 50 horas por ano, limitada a 150 horas no total.

ART. 4º -Caberá à Coordenação do Curso:

- a) -divulgar junto ao corpo discente a realização de eventos;
- b) -aprovar o plano de Atividades Complementares de cada aluno;
- c) -exigir a comprovação documental pertinente à atividade realizada
- d) -controlar e lançar as atividades cumpridas na ficha individual de cada aluno;
- e) -remeter para a Divisão de Controle Acadêmico o tipo de atividade complementar e a respectiva carga horária, computada para fins de registro no histórico escolar correspondente, após o cumprimento das 200 horas mínimas.

Parágrafo único - Os documentos comprobatórios das atividades Complementares, após anotados na ficha individual e visados pela Coordenação do Curso, com a indicação do tipo de carga horária computada, serão devolvidos aos alunos, que terão a responsabilidade de guardá-los, em pasta própria, até a obtenção do diploma em bacharel em Direito.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



ART. 5º - É da exclusiva competência da Coordenação do Curso a atribuição das horas de atividades complementares de cada aluno, dentro dos tipos e limites fixados neste Regulamento.

ART. 6º - O Colegiado do Curso é o órgão competente para baixar normas complementares para cada tipo de atividade, especificando a exigência de certificados de frequência e participação, notas obtidas, carga horária cumprida, relatório de desempenho, relatórios individuais, circunstanciados e avaliativos e outros instrumentos necessários para comprovação das Atividades cumpridas, bem como dirimir os casos omissos.

Parágrafo Único - Os critérios de pertinência e de aproveitamento da cada Grupo de atividades, bem como a codificação correspondente para registro acadêmico, são os indicados no quadro anexo a este Regulamento.

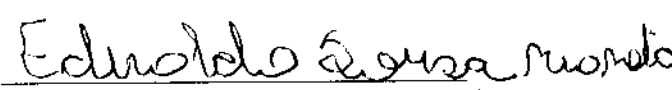
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 7º - Os alunos que iniciarem o Curso de Graduação em Direito no ano de 1997, submeter-se-ão às disposições acerca das Atividades Complementares.

ART. 8º - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEP) da Universidade.

Nada mais havendo, a tratar, foi encerrada a reunião, na qual eu, na qualidade de Secretário "AD-HOC", lavrei a presente ata que após aprovada, será assinada por mim, Edivaldo de Sousa Miranda, pela Senhora Presidente e demais Conselheiros presentes. Em Uberlândia, aos vinte dias do mês de dezembro de hum mil novecentos e noventa e seis.


APARECIDA MONTEIRO DE FRANÇA


EDIVALDO DE SOUSA MIRANDA


ANTÔNIO MANCINI


MARCO TÚLIO MARTINS DA SILVA


MARLENE M^a G. ROSA

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A codificação das Atividades que compõem a PARTE FLEXÍVEL obedecerá ao padrão FLX a.b. cha, onde

a = 1, 2 ou 3 identifica os GRUPOS 1, 2 ou 3, respectivamente;

b = 1, 2, 3, 4 ou 5 corresponde aos Subgrupos de cada Grupo, abaixo especificados;

cha = é o registro de carga horária de atividade considerada. Por exemplo, duas horas: cha = 002.

GRUPO 1 - ATIVIDADES DE ENSINO - FLX 001		APROVEITAMENTO
SUBGRUPO	ATIVIDADE	
1	- Monitoria em disciplina jurídica	- Aproveitamento máximo da carga horária da disciplina objeto da monitoria mediante de relatório do Professor Orientador. O Histórico Escolar deve registrar a atividade, nome da disciplina e carga horária cumprida.
2	- Disciplinas jurídicas e núcleos temáticos interdisciplinares com novos direitos não previstos no currículo pleno do Curso de Direito da UFU.	- Aproveitamento integral da carga horária, desde que o aluno seja aprovado. - O Histórico Escolar deve discriminar código, nome da(s) disciplina(s) e notas obtidas.
3	- Disciplinas ofertadas por outros cursos da UFU, úteis ao graduando do curso de Direito e que não integram a grade curricular do mesmo.	- O certificado contendo código e nome da disciplina, carga horária e o aproveitamento obtido pelo aluno, deverá ser expedido pelo Departamento responsável pela disciplina.

GRUPO 2 - ATIVIDADES DE PESQUISA - FLX 002		APROVEITAMENTO
SUBGRUPO	ATIVIDADE	
1	- Iniciação científica e similares	- Aproveitamento da carga horária pelo Colegiado do Curso mediante relatório de desempenho do Professor Orientador, responsável pela atividade. - O Histórico Escolar deve registrar a atividade, temática e carga horária.
2	- PET e programas similares	- Idem
3	- Trabalhos publicados em periódicos jurídicos e pela imprensa	- Idem

GRUPO 3 - ATIVIDADES DE EXTENSÃO - FLX 003		APROVEITAMENTO
SUBGRUPO	ATIVIDADE	
1	- Participação em seminários*, palestras, congressos, conferências, encontros, jornadas, simpósios, debates, mesas-redondas, cursos de atualização e outros.	- Aproveitamento da carga horária pelo Colegiado de Curso mediante certificado de frequência, tipo de participação e relatório individual circunstanciado e avaliativo.
2	- Núcleos temáticos.	- Discriminar no Histórico Escolar tipo de atividade e carga horária respectiva.
3	- Estágios extracurriculares.	- Idem
4	- Outras atividades de extensão.	- Idem
5	- Representação estudantil em colegiados de curso, conselhos departamentais, superiores e outros.	- Aproveitamento da carga horária pelo Colegiado, mediante relatório circunstanciado da atividade, devendo ser discriminado no Histórico Escolar o tipo de atividade e carga horária.

* Atividade





NORMAS ESPECÍFICAS PARA MATRÍCULA NO CURSO DE DIREITO

1. MATRÍCULA NO CURSO DE DIREITO

1.1 A matrícula no Curso de Direito é feita por bloco de disciplinas, série a série, observando-se a partir da segunda, as dependências.

1.2 O aluno regularmente matriculado recebe, anualmente, a documentação para efetuar a sua matrícula e, ao preencher o requerimento, torna-se inteiramente responsável pela exatidão dos dados e pelo atendimento às normas.

1.3 Tendo sido alterada a matrícula, ou ocorrendo qualquer fato que tome necessário incluir o seu nome em diário de classe, o aluno deve procurar a autorização apropriada na Coordenação do Curso ou na Divisão de Assuntos Acadêmicos do Centro.

1.4 O aluno com reprovação em até 02 (duas) disciplinas, deverá nelas matricular-se na condição de dependente, podendo também, matricular-se na série subsequente. Para tanto o aluno do diurno poderá cursar a(s) dependência(s) no noturno e vice-versa.

1.5 O aluno terá direito de matricular-se só na(s) dependência(s).

1.6 O aluno com reprovação em 03 (três) ou mais disciplinas não poderá fazer sua matrícula na série subsequente, devendo efetivá-la nas disciplinas em que está reprovado.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

2. MUDANÇA DE TURMA

2.1 A mudança de turma poderá ocorrer durante o ano letivo, a critério do Colegiado, desde que haja vaga e que o aluno comprove as razões de seu pedido, observando-se a conveniência do ensino.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



3. MUDANÇA DE TURNO

3.1 A mudança de turno poderá ocorrer até 30 (trinta) dias após o início do ano letivo, desde que haja vaga na turma de destino ou mediante permuta.

Obs.: O atendimento dos pedidos terá como critério a ordem dos requerimentos protocolados na DIRAC.

4. TRANCAMENTO PARCIAL DE MATRÍCULA

4.1 É permitido o trancamento parcial de matrícula, apenas na(s) disciplina(s) cursada(s) em regime de dependência e em Educação Física.

4.2 O trancamento parcial de matrícula poderá ser requerido até o último dia letivo do primeiro semestre.

4.3 Não será concedido trancamento parcial de matrícula ao aluno que já estiver reprovado por freqüência na(s) respectiva(s) disciplina(s).

5. AVALIAÇÃO

5.1 Serão atribuídos, em sistema aditivo, a cada disciplina, 100 (cem) pontos em números inteiros, sendo proibida a concessão de pontos adicionais sob qualquer título.

5.2 A nenhuma avaliação serão atribuídos mais de 30 (trinta) pontos.

5.3 Para ser aprovado o aluno deve alcançar:
a) o mínimo de 60 (sessenta) pontos na soma das notas;
b) 75% (setenta e cinco por cento), no mínimo, de freqüência às aulas e outras atividades curriculares dadas.

5.4 A proposta de avaliação é parte integrante do Plano de Curso. No início de cada ano letivo, o professor deverá apresentar aos alunos o Plano de Curso e a proposta de Avaliação de sua disciplina, para discussão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



5.5. Dentro de quinze dias, a contar da data do início das aulas, o professor deverá encaminhar ao Coligado de Curso, o referido Plano e a Proposta de Avaliação para apreciação e aprovação.

Obs.: Não havendo entendimento entre professor e alunos, poderão estes submeter ao Colegiado de Curso, também no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do início das aulas, sua proposta de avaliação.

6. SEGUNDA ÉPOCA

A partir do ano de 1997 deixa de existir Exame de Segunda Época no Curso de Direito.

7. ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA SUPERVISIONADO CURRICULAR

(Projeto em anexo)

RESOLUÇÃO Nº 3, de 25/02/1972 — Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Direito.



O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de suas atribuições legais, na forma do artigo 26 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e tendo em vista o Parecer nº 162-72, homologado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura, resolve:

Art. 1º — O currículo mínimo do curso de graduação em Direito compreenderá as seguintes matérias:

A — Básicas

1. Introdução ao Estudo do Direito;
2. Economia;
3. Sociologia.

B — Profissionais

4. Direito Constitucional (Teoria do Estado — Sistema Constitucional Brasileiro).
5. Direito Civil (Parte Geral — Obrigações, Parte Geral e Parte Especial — Coisas — Família — Sucessão).
6. Direito Penal (Parte Geral — Parte Especial).
7. Direito Comercial (Comerciantes — Sociedades — Títulos de Crédito — Contratos Mercantis e Falências).
8. Direito do Trabalho (Relação do Trabalho — Contrato de Trabalho — Processo Trabalhista).
9. Direitos Administrativos (Poderes Administrativos — Atos e Contratos Administrativos — Controle de Administração Pública — Função Pública).
10. Direito Processual Civil (Teoria Geral — Organização Judiciária — Ações — Recursos — Execução).
11. Direito Processual Penal (Tipo de Procedimento — Recursos — Execução).

12/13. Duas dentre as seguintes:

- a) Direito Internacional Público;
- b) Direito Internacional Privado;
- c) Ciências das Finanças e Direito Financeiro (Tributário e Fiscal);
- d) Direito da Navegação (Marítima);
- e) Direito Romano;
- f) Direito Agrário;
- g) Direito Previdenciário;
- h) Medicina Legal.

Parágrafo único. Exigem-se também:

- a) a Prática Forense, sob a forma de estágio supervisionado;
- b) o Estudo de Problemas Brasileiros e a prática de Educação Física com predominância desportiva, de acordo com a legislação específica.

Art. 2º — O curso de Direito será ministrado no mínimo de 2.700 horas de atividades, cuja integralização se fará em pelo menos quatro e no máximo sete anos letivos.



Art. 1º Aprovar a transferência dos cursos de Ciências, com habilitação em Matemática e Letras, com habilitação em Português e Literatura da Língua Portuguesa, mantidos pela Associação Educacional Costantino, com sede em Magé/RJ, para a Associação Carlos de Ensino Superior, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR MINGEL

PORTARIA Nº 1.879, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.837, de 13 de agosto de 1979, revogado pelo art. 3º do Decreto nº 1.303, de 8 de novembro de 1994, de acordo com a Medida Provisória nº 765, de 16 de dezembro de 1994, e tendo em vista o Parecer da Comissão de Especialistas do Ensino de Comunicação Social da Secretaria de Ensino Superior deste Ministério, conforme consta do Processo nº 23000.012108/94-34 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Reconhecer as habilitações em Rádio/Televisão/Cinema, Editalismo (Rádio/TV) e Cinema, do curso de Comunicação Social, ministrado pela Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília-UNB.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR MINGEL

PORTARIA Nº 1.885, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.837, de 13 de agosto de 1979, e as atribuições conferidas ao Ministério da Educação e do Desporto pelo art. 4º da Medida Provisória nº 765, de 16 de dezembro de 1994, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.00190/194-02, resolve:

Art. 1º Aprovar o novo Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR MINGEL

PORTARIA Nº 1.886, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994

Fixar as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico.

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso das atribuições do Conselho Nacional de Educação, na forma do artigo 4º da Medida Provisória nº 765, de 16 de dezembro de 1994, e considerando o que foi recomendado nos Seminários Regionais e Nacional dos Cursos Jurídicos, e pela Comissão de Especialistas do Ensino de Direito, da SESu-MEC, resolve:

Art. 1º O curso jurídico será ministrado no mínimo de 3.300 horas de atividades, cuja integralização se fará em pelo menos cinco e no máximo oito anos letivos.

Art. 2º O curso noturno, que observará o mesmo padrão de desempenho e qualidade do curso no período diurno, terá um máximo diário de quatro horas de atividades didáticas.

Art. 3º O curso jurídico desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão, obrigadas e obrigatórias, segundo programação e distribuição aprovadas pela própria Instituição de Ensino Superior, de forma a atender às necessidades de formação fundamental, sócio-política, técnico-jurídica e prática do bacharel em direito.

Art. 4º Independentemente do regime acadêmico que adotar o curso (seriado, créditos ou outro), serão destinados cinco a dez por cento da carga horária total para atividades complementares ajustadas entre o aluno e a direção ou coordenação do curso, incluindo pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e disciplinas não previstas no currículo pleno.

Art. 5º Cada curso jurídico manterá um acervo bibliográfico atualizado de no mínimo dez mil volumes de obras jurídicas e de referência às matérias do curso, além de periódicos de jurisprudência, doutrina e legislação.

Art. 6º O conteúdo mínimo do curso jurídico, além do estágio, compreenderá as seguintes matérias, que podem estar contidas em uma ou mais disciplinas do currículo pleno de cada curso:

- I - Fundamentais: Introdução ao Direito, Filosofia (geral e jurídica; ética geral e profissional), Sociologia (geral e jurídica), Economia e Ciência Política (com Teoria do Estado);
- II - Profissionalizantes: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito do Trabalho, Direito Comercial e Direito Internacional;

Parágrafo único. As demais matérias e novos direitos serão incluídos nas disciplinas em que se desdobrar o currículo pleno de cada curso, de acordo com suas peculiaridades e com observância da interdisciplinaridade.

Art. 7º A prática de educação física, com predominância desportiva, observará a legislação específica.

Art. 8º A partir do 4º ano, ou do período letivo correspondente, e observado o conteúdo mínimo previsto no art. 6º, poderá o curso concentrar-se em uma ou mais áreas de especialização, segundo suas vocações e demandas sociais e de mercado de trabalho.

Art. 9º Para conclusão do curso, será obrigatória apresentação e defesa de monografia final, perante banca examinadora, com tema e orientador escolhidos pelo aluno.

Art. 10 O estágio de prática jurídica, supervisionado pela Instituição de ensino superior, será obrigatório e integrante do currículo pleno, em um total mínimo de 300 horas de atividades práticas simuladas e reais desenvolvidas pelo aluno sob controle e orientação do núcleo correspondente.

§ 1º O núcleo de prática jurídica, coordenado por professores do curso, disporá de

instalações adequadas para treinamento das atividades profissionais de advocacia, magistratura, Ministério Público, demais profissões jurídicas e para atendimento ao público.

§ 2º As atividades de prática jurídica poderão ser complementadas mediante convênios com a Defensoria Pública e outras entidades públicas, jurídicas, empresariais, comunitárias e sindicais que possibilitem a participação dos alunos na prestação de serviços jurídicos e na assistência jurídica, ou em juzizados especiais que venham a ser instalados em dependência de própria instituição de ensino superior.

Art. 11 As atividades do estágio supervisionado serão exclusivamente práticas, incluindo redação de peças processuais e profissionais, rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas a órgãos judiciais, prestação de serviços jurídicos e técnicas de negociações coletivas, arbitragem e conciliação, sob o controle, orientação e avaliação do núcleo de prática jurídica.

Art. 12 O estágio profissional de advocacia, previsto na Lei 8.906, de 04/07/1994, de caráter extracurricular, inclusive para graduados, poderá ser oferecido pela Instituição de Ensino Superior, em convênio com o OAB, complementando-se a carga horária efetivamente cumprida no estágio supervisionado, com atividades práticas típicas de advogado e de estudo do Estatuto de Advocacia e do OAB e do Código de Ética e Disciplina.

Parágrafo único. A complementação da carga horária, no total estabelecido no convênio, será efetivada mediante atividades no próprio núcleo de prática jurídica, na Defensoria Pública, em escritórios de advocacia ou em setores jurídicos, públicos ou privados, credenciados e acompanhados pelo núcleo de prática jurídica.

Art. 13 O tempo do estágio realizado em Defensoria Pública da União, do Distrito Federal ou dos Estados, na forma do artigo 143, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, será considerado para fins de carga horária do estágio curricular previsto no artigo 10 desta Portaria.

Art. 14 As Instituições poderão estabelecer convênios de intercâmbio dos alunos e docentes, com aproveitamento das respectivas atividades de ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica.

Art. 15 Dentro do prazo de dois anos, a contar desta data, os cursos jurídicos deverão os meios necessários ao integral cumprimento desta Portaria.

Art. 16 As diretrizes curriculares desta Portaria são obrigatórias aos novos alunos matriculados a partir de 1996 nos cursos jurídicos que, no exercício de sua autonomia, poderão aplicá-las imediatamente.

Art. 17 Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Resoluções 03/72 e 15/73 do extinto Conselho Federal de Educação.

MURILIO DE AVELLAR MINGEL

PORTARIA Nº 1.888, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994

O MINISTRO DE ESTADO da Educação e do Desporto, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.837, de 13 de agosto de 1979, revogado pelo art. 3º do Decreto nº 1.303, de 8 de novembro de 1994, de acordo com a Medida Provisória nº 765, de 16 de dezembro de 1994, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23001.001600/93-17 do Ministério da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º Aprovar a mudança de denominação da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior, mantida pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para Faculdade Moraes Júnior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MURILIO DE AVELLAR MINGEL

DESPACHO DO MINISTRO em 30 de dezembro de 1994

Nos termos do art. 49 da Medida Provisória nº 765, de 16 de dezembro de 1994, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto APROVA o Parecer da Comissão de Especialistas do Ensino de Educação da Secretaria de Educação Superior deste Ministério - favorável à autorização para funcionamento de curso de Turismo, a ser ministrado pelo Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha, mantido pela Sociedade Educacional do Espírito Santo, com sede na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, com oitenta vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, conforme consta do Processo nº 23001.001037/90-56.

MURILIO DE AVELLAR MINGEL

RETIFICAÇÃO

No despacho publicado no Diário Oficial de 23 de novembro de 1993, Seção I, pág. 17.407, pelo Parecer CPE nº 466/93, onde se lê: "...cursos de pós-graduação em Matemática, com áreas de concentração... em Ciência da Computação e Matemática Aplicada",... leia-se: "...cursos de pós-graduação em Matemática (Álgebra, Análise e Geometria, Lógica e Fundamentos); Estatística (Estatística e Probabilidade e Processos Estocásticos); Matemática Aplicada (Ciência da Computação e Matemática Aplicada)". (Processo nº 23008.012777/92-73).

(Of. nº 1/95)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
DESPACHOS

Processo nº 23075.32605/94-25. O objeto do presente processo é a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 6.736,37 (seis mil, setecentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos), em favor de JOHN WILEY & SONS, INC., para atender despesas com aquisição de material bibliográfico estrangeiro, para a Biblioteca Central deste UFPR. Reconheço a inexistência de licitação, com base no artigo 23, item 1 da Lei nº 8.666, de 21/06/93.

Curitiba, 23 de dezembro de 1994

REGINA MARJA DE CAMPOS ROCHA
Diretora da Biblioteca Central



Prazo para Alterações Curriculares de Cursos Superiores

O Ministério da Educação e do Desporto baixou três Portarias alterando normas acerca de alterações de prazo para implantação de currículos.

Os cursos atingidos e os respectivos textos são os seguintes:

a) Curso Jurídico

O novo currículo foi regulamentado pela Portaria nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994. No artigo 16 constava que as diretrizes curriculares eram obrigatórias para os alunos matriculados a partir do ano de 1996.

A nova portaria tem o seguinte teor:

PORTARIA Nº 3 DE 9 DE JANEIRO DE 1996

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º O artigo 16 da Portaria nº 1886, de 30 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial de 04 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 As diretrizes curriculares desta Portaria são obrigatórias aos novos alunos matriculados a partir de 1997 nos cursos jurídicos que, no exercício de sua autonomia, poderão aplicá-las imediatamente”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

b) Curso de Arquitetura e Urbanismo

A matéria é idêntica e na Portaria nº 1.770, de 21 de dezembro de 1994, também prorrogando o prazo por mais um ano.

A portaria publicada em 10 de janeiro de 1996 é a seguinte:

PORTARIA Nº 2 DE 9 DE JANEIRO DE 1996

O Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º O artigo 11 da Portaria nº 1770 de 21 de dezembro de 1994, publicada no Diário Oficial de 23 de dezembro do mesmo ano, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 Os mínimos de conteúdo e duração serão obrigatórios para os alunos que ingressarem no curso em 1997, podendo as instituições que assim o desejarem, aplicá-los imediatamente.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

c) Curso de Enfermagem

Igualmente foi dado mais um ano para a implantação do novo currículo, sendo o texto o abaixo:



8 PORTARIA N. 1.886, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994

Fixa as diretrizes curriculares e conteúdo mínimo do curso jurídico.

“O Ministro do Estado da Educação e do Desporto, no uso das atribuições do Conselho Nacional de Educação, na forma do art. 4º da Medida Provisória n. 765, de 16 de dezembro de 1994, e considerando o que foi recomendado nos Seminários Regionais e Nacional dos Cursos Jurídicos, e pela Comissão de Especialistas de Ensino de Direito da SESU-MEC, resolve:

Art. 1º O curso jurídico será ministrado no mínimo de 3.300 horas de atividades, cuja integralização se fará em pelo menos cinco e no máximo oito anos.

Art. 2º O curso noturno, que observará o mesmo padrão de desempenho e qualidade do curso no período diurno, terá um máximo diário de quatro horas de atividades didáticas.

Art. 3º O curso jurídico desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão, interligadas e obrigatórias, segundo programação e distribuição aprovadas pela própria Instituição de Ensino Superior, de forma a atender às necessidades de formação fundamental, sociopolítica, técnico-jurídica e prática do bacharel em direito.

Art. 4º Independentemente do regime acadêmico que adotar o curso (seriado, créditos ou outro), serão destinados cinco a dez por cento da carga horária total para atividades complementares ajustadas entre o aluno e a direção ou coordenação do

U

curso, incluindo pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica e disciplinas não previstas no currículo pleno.

Art. 5º Cada curso jurídico manterá um acervo bibliográfico atualizado de, no mínimo, dez mil volumes de obras jurídicas e de referência às matérias do curso, além de periódicos de jurisprudência, doutrina e legislação.

Art. 6º O conteúdo mínimo do curso jurídico, além do estágio, compreenderá as seguintes matérias, que podem estar contidas em uma ou mais disciplinas do currículo pleno de cada curso:

I – Fundamentais: Introdução ao Direito, Filosofia (geral e jurídica; ética geral e profissional), Sociologia (geral e jurídica), Economia e Ciência Política (com Teoria do Estado);

II – Profissionalizantes: Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito do Trabalho, Direito Comercial e Direito Internacional.

Parágrafo único. As demais matérias e novos direitos serão incluídos nas disciplinas em que se desdobrar o currículo pleno de cada curso, de acordo com suas peculiaridades e com observância de interdisciplinariedade.

Art. 7º A prática de Educação Física, com predominância desportiva, observará a legislação específica.

Art. 8º A partir do 4º ano, ou do período letivo correspondente, e observado o conteúdo mínimo previsto no art. 6º, poderá o curso concentrar-se em uma ou mais áreas de especialização, segundo suas vocações e demandas sociais e de mercado de trabalho.

Art. 9º Para a conclusão do curso será obrigatória apresentação e defesa de monografia final, perante banca examinadora, com tema e orientador escolhidos pelo aluno.



U



Art. 10. O estágio de prática jurídica, supervisionado pela instituição de ensino superior, será obrigatório e integrante do currículo pleno, em um total mínimo de 300 horas de atividades práticas simuladas e reais desenvolvidas pelo aluno sob controle e orientação do núcleo correspondente.

§ 1º O núcleo de prática jurídica, coordenado por professores do curso, disporá de instalações adequadas para treinamento das atividades profissionais de advocacia, magistratura, Ministério Público, demais profissões jurídicas e para atendimento ao público.

§ 2º As atividades de prática jurídica poderão ser complementadas mediante convênios com a Defensoria Pública e outras entidades públicas, judiciárias, empresariais, comunitárias e sindicais que possibilitem a participação dos alunos na prestação de serviços jurídicos e em assistência jurídica, ou em juizados especiais que venham a ser instalados em dependências da própria instituição de ensino superior.

Art. 11. As atividades do estágio supervisionado serão exclusivamente práticas, incluindo redação de peças processuais e profissionais, rotinas processuais, assistência e atuação em audiências e sessões, visitas a órgãos judiciários, prestação de serviço jurídicos e técnicas de negociações coletivas, arbitragem e conciliação, sob o controle, orientação e avaliação do núcleo de prática jurídica.

Art. 12. O estágio profissional de advocacia, previsto na Lei 8.096, de 4/7/1994, de caráter extracurricular, inclusive para graduados, poderá ser oferecido pela Instituição de Ensino Superior, em convênio com a OAB, complementando-se a carga horária efetivamente cumprida no estágio supervisionado, com atividades práticas típicas de advogado e de estudo do Estatuto da Advocacia e da OAB e do Código de Ética e Disciplina.

Parágrafo único. A complementação da carga horária, no total estabelecido no convênio, será efetivada mediante atividades no próprio núcleo de prática jurídica, na Defensoria Pública, em escritórios de advocacia ou em setores jurídicos, públicos ou privados, credenciados e acompanhados pelo núcleo e pela OAB.

Art. 13. O tempo de estágio realizado em Defensoria Pública da União, do Distrito Federal ou dos Estados, na forma do art. 145, da Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994, será considerado para fins de carga horária do estágio curricular previsto no art. 10 desta Portaria.

Art. 14. As instituições poderão estabelecer convênios de intercâmbio dos alunos e docentes, com aproveitamento das respectivas atividades de ensino, pesquisa, extensão e prática jurídica.

Art. 15. Dentro do prazo de dois anos, a contar desta data, os cursos jurídicos, proverão os meios necessários ao integral cumprimento desta Portaria.

Art. 16. As diretrizes curriculares desta Portaria são obrigatórias aos novos alunos matriculados a partir de 1997 nos cursos jurídicos que, no exercício de sua autonomia, poderão aplicá-las imediatamente (redação da Portaria n. 3/96).

Art. 17. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Resoluções 3/72 e 15/73 do extinto Conselho Federal de Educação."

Murílio de Avellar Hingel





Universidade Federal de Uberlândia
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS de E ARTES
Coordenação do Curso Direito



MI/COCDI/Nº003/97

07 de janeiro de 1997

De : **Profª Aparecida Monteiro França**
Coordenadora do Curso de Direito

Para : **Profª Luiz Gonzaga Barbosa Pires**
Diretor - CEHAR

Finalmente encaminhamos a V. Sa. o **PROJETO DE REFORMA CURRICULAR** do Curso de Direito, para vigorar a partir de 1997, conforme Portaria/MEC/003/97.

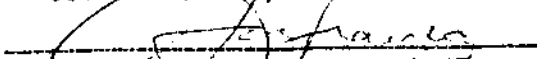
Lamentamos que em razão da complexidade do assunto, e exiguidade do tempo, só agora podemos dar por concluída nossa tarefa.

Informamos que no rol das disciplinas que conforme a Proposta compõem o 1º Ano, apenas para a disciplina CIÊNCIA POLÍTICA, não temos indicação de professor pelo Departamento de Ciências Sociais e a disciplina METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA apesar de não estar relacionada no MI/CIRC/003/97/DEFIL/UFU(cópia em anexo) temos o compromisso do Professor Cícero José A. S. Neto de ministrá-la no Curso de Direito.

Esperamos que a proposta contemple todos os aspectos pertinentes.

Atenciosamente,

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CEHAR - Coordenação do Curso de Direito


D.ª *Aparecida Monteiro de Franco*
Coordenadora

Protocolo de Recebimento

Recebi em 7/1/97


Assinatura

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



Universidade Federal de Uberlândia
CENTRO DE CIÊNCIAS Uberlândia HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D - Sala 3D304 - Campus Sta. Mônica
C.E.P. - 38400-086 - UBERLÂNDIA - MG



MI/COCDI/Nº025/97

29 de janeiro de 1997

De : **Profª Aparecida Monteiro França**
Coordenadora do Curso de Direito

Para : **Profº Luiz Gonzaga Barbosa Pires**
Diretor - CEHAR

Considerando que a Portaria/MEC/Nº03, de 09 de Janeiro de 1996 que alterou o Artigo 16 de Portaria/MEC/Nº1886 de 30 de Dezembro de 1994, estabelece que "As diretrizes curriculares desta Portaria são obrigatórias aos novos alunos matriculados a partir de 1997 nos cursos jurídicos;

Considerando que a Proposta de Reforma Curricular do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia, encontra-se depositada no Centro de Ciências Humanas e Artes para aprovação, o que demanda tempo e obediência aos princípios regimentais de tramitação da Universidade;

Considerando que a DIRAC não tem ainda à sua disposição, o rol de disciplinas a cadastrar para as matrículas dos ingressantes no Curso de Direito em 1997;

Solicitamos de V. Sa. parecer favorável à Proposta do Colegiado de Curso para o 1º Ano de Graduação em Direito, procedendo assim, a implantação de nova grade curricular, a partir de 1997.



1º Ano do Curso de Graduação em Direito:

DISCIPLINAS

CARGA HORÁRIA

01) - Ciência Política	60 h/a
02) - Direito Civil (Parte Geral)	90 h/a
03) - Metodologia da Pesquisa Científica	60 h/a
04) - Introdução ao Direito	120 h/a
05) - Sociologia (Geral e Jurídica)	90 h/a
06) - Teoria da Constituição	60 h/a
07) - Teoria do Estado	90 h/a
	<hr/>
	570 (TOTAL)

Informamos para fins de aproveitamento, com vista à dispensa, o quadro de equivalência das disciplinas do 1º Ano do currículo 4043 e 4143 com o ora proposto:

DTA01 - Direito Civil	Direito Civil (Parte Geral)
DTA02 - Introdução ao Estudo do Direito	Introdução ao Direito
DTA03 - Teoria do Estado	Teoria do Estado
DTA05 - Economia Política	Economia Política
DTA06 - Sociologia	Sociologia (Geral e Jurídica)



Finalmente, os alunos com pendência em disciplinas do 1º Ano do currículo 4043 e 4143 poderão usufruir do seguinte quadro de equivalência:

Direito Civil I (DTA01) - 90h	Direito Civil (Parte GERAL) 90 h
Economia Política (DTA05) - 90 h	Economia Política - 90 h
Sociologia (DTA06) - 60 h	Sociologia (Geral e Jurídica) 90 h

As disciplinas Introdução ao Estudo do Direito (DTA02), Teoria do Estado (DTA03) e Direito Romano (DTA04) deverão ser oferecidas em turmas especiais, pois as primeiras sofreram no currículo ora proposto decréscimo de 30 h/a e a disciplina Direito Romano foi extinta.

Atenciosamente,

Protocolo de Recebimento

Recebi em ___/___/___

Assinatura



Universidade Federal de Uberlândia

Av. Engenheiro Diniz, 1178 - Bairro Martins - CP 593
38.401-136 - Uberlândia-MG



22 de setembro de 1997.

Memorando nº: 334/97

Da : Secretária-Geral
Para : Prof^a Aparecida Monteiro de França
Coordenadora do Curso de Direito

Prezada Professora,

Em nome do Sr. Presidente, comunico a V. S^a que o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, na reunião realizada dia 12/9/97, autorizou essa Coordenação a promover a adaptação à nova grade do 1º ano do Curso de Direito, por meio da criação de horários especiais, para oferecimento das disciplinas Economia Política, Teoria Geral do Processo e Filosofia Geral (com Lógica Menor), no período de outubro/97 a fevereiro/98.

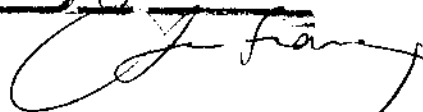
2. Ficou acordado também que, para a viabilização do oferecimento de tais disciplinas, os contatos deverão ser feitos com os Departamentos envolvidos e a Diretoria de Centro, tendo o apoio da Reitoria.

Atenciosamente,


ELAINE DA SILVEIRA MAGALI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Recobi 23/09/97





Universidade Federal de Uberlândia
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito

Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, sala 3D304 - Campus Sta. Mônica
CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



**CURRÍCULO PLENO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO COM
DURAÇÃO DE 05 ANOS**

1º ANO

1 - CIÊNCIA POLÍTICA	060
2 - DIREITO CIVIL (PARTE GERAL)	090
3 - ECONOMIA POLÍTICA	090 (com acréscimo de APB)
4 - INTRODUÇÃO AO DIREITO	120
5 - SOCIOLOGIA (GERAL E JURÍDICA)	090 (com acréscimo de APB)
6 - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	060
7 - TEORIA DO ESTADO	090
8 - FILOSOFIA GERAL(Com Lógica Menor)	060
9 - TEORIA GERAL DO PROCESSO	060
TOTAL	720

2º ANO

1 - DIREITO CONSTITUCIONAL	120
2 - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	090
3 - DIREITO PENAL I	120
4 - DIREITO COMERCIAL I	090
5 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	090
6 - FILOSOFIA DO DIREITO	060
7 - METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA	060
8 - LABORATÓRIO JURÍDICO I	060
TOTAL	720

3º ANO

1 - DIREITO DOS CONTRATOS	090
2 - DIREITO PENAL II	090
3 - DIREITO COMERCIAL II	090
4 - DIREITO PROCESSUAL PENAL I	090
5 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	090
6 - DIREITO DO TRABALHO	120
7 - DIREITO ADMINISTRATIVO I	090
8 - LABORATÓRIO JURÍDICO II	090

TOTAL 750

4º ANO

01 - ÉTICA GERAL	060
02 - DIREITO DAS COISAS	090
03 - DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES	090
04 - DIREITO PENAL III	060
05 - DIREITO PROCESSUAL PENAL II	090
06 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL III	090
07 - DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	120
08 - DIREITO ADMINISTRATIVO II	060
09 - LABORATÓRIO JURÍDICO III	090

TOTAL 750

5º ANO

1 - ÉTICA PROFISSIONAL	060
2 - DIREITO PREVIDENCIÁRIO	060
3 - DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	060
4 - DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	060
5 - DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	120
6 - LABORATÓRIO JURÍDICO IV	060
7 - DISCIPLINA SELETIVA (área de aprofundamento)	090
8 - DISCIPLINA SELETIVA (área de aprofundamento)	090
9 - DISCIPLINA SELETIVA (área de aprofundamento)	090

TOTAL 690





Universidade Federal de Uberlândia
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES
Coordenação do Curso de Direito
Av. João Naves de Ávila, 2160 - Bloco 3D, Sala 3D304 - Campus Sta. Mônica
CEP. 38.400-086 - Uberlândia - MG.



ÁREAS DE APROFUNDAMENTO - DISCIPLINAS SELETIVAS

A) - DIREITO PÚBLICO

Direitos Fundamentais
Direito Eleitoral
Direito Municipal
Direito Comunitário

D) - DIREITO PRIVADO

Direito Difuso
Responsabilidade Civil
Direito Imobiliário
Direito Agrário
Direito dos Contratos em Espécie

B) - DIREITO PENAL

Criminologia
Medicina Legal
Psicologia Jurídica
Sistemas Penitenciários
Legislação Penal Especial

E) - DIREITO EMPRESARIAL

Direito Econômico
Direito Empresarial
Direito do Comércio Exterior

C) - DIREITO TRABALHISTA

Direito Individual do Trabalho
Direito Coletivo do Trabalho
Dissídio Individual e Coletivo do trabalho

F) - FILOSOFIA DO DIREITO

Filosofia do Direito II
Teoria da Justiça
Teoria da Argumentação Jurídica
Lógica Jurídica
Hermenêutica Jurídica



Universidade Federal de Uberlândia

Av. Engenheiro Diniz, 1178 - Bairro Martins - CP 593
38.401-136 - Uberlândia-MG



22 de setembro de 1997.

Memorando nº: 334/97

Da : Secretária-Geral
Para : Prof^a Aparecida Monteiro de França
Coordenadora do Curso de Direito

Prezada Professora,

Em nome do Sr. Presidente, comunico a V. S^a que o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, na reunião realizada dia 12/9/97, autorizou essa Coordenação a promover a adaptação à nova grade do 1^o ano do Curso de Direito, por meio da criação de horários especiais, para oferecimento das disciplinas Economia Política, Teoria Geral do Processo e Filosofia Geral (com Lógica Menor), no período de outubro/97 a fevereiro/98.

2. Ficou acordado também que, para a viabilização do oferecimento de tais disciplinas, os contatos deverão ser feitos com os Departamentos envolvidos e a Diretoria de Centro, tendo o apoio da Reitoria.

Atenciosamente,


ELAINE DA SILVEIRA MAGALI

Recebido pela Prof^a
Aparecida em 25/9/97.



Universidade Federal de Uberlândia

Av. Engenheiro Diniz, 1178 - Bairro Martins - CP 593
38.401-136 - Uberlândia-MG



30 de setembro de 1997.

Memorando nº : 346/97

Da : Secretária-Geral

Para : Cons. Osvaldo Freitas de Jesus

Senhor Professor,

Tendo em vista o encaminhamento feito pela Coordenadora do Curso de Direito, Prof^ª Aparecida Monteiro de França, do documento às fls. 393 e 394 como também os anexos às fls. 395 a 725 (volume II), em cumprimento ao Parecer de fls. 348 a 352 (volume I), envio a V. S^ª o Processo nº 14/97 “Projeto de Reforma Curricular do Curso de Direito”, para Parecer conclusivo desse Relator a ser apresentado em próxima reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Atenciosamente,


ELAINE DA SILVEIRA MAGALI

PROCESSO N° 14/97

REQUERENTE: CEHAR

ASSUNTO: PROJETO DE REFORMA CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO
AO CONSELHO DDE ENSINO E PESQUISA

RELATOR: PROF. DR. OSVALDO FREITAS DE JESUS



1 - Introdução

Pelo MI/ 346/97/SEGER/UFU, fui renomeado relator do Processo N° 14/97, cujo objeto de análise e parecer é a verificação de atendimento à solicitação de mudança na estrutura curricular, proposta pelo Direito, i.e., em vez de durar 06 anos, o CONSEP optou pela duração de 05 anos, o que implicou em pequenas mudanças periféricas no projeto em termos de distribuição de disciplinas ao longo dos anos calendarizados.

2 - Documentos Componentes do Processo

Além do primeiro volume com 392 páginas que foi objeto de análise na fase anterior do processo, um segundo volume foi redigido com mais 324 páginas, os dois volumes totalizando 727 páginas, todas rubricadas e assinadas, dentre as quais neste segundo estão: 1 - Carta da Coordenadora do Curso de Direito, endereçada ao CONSEP, solicitando parecer conclusivo sobre as mudanças curriculares finais; 2 - Proposta Curricular Modificada do Direito; 3 - MI/SEGER/334/97 endereçado à Coordenadora do Curso de Direito; 4 - MI/SEGER N° 346/97 renomeando este relator, para parecer conclusivo sobre atendimento às mudanças solicitadas.

3 - Análise

De uma maneira exemplar, a Coordenação do Curso de Direito atendeu prontamente às mudanças estabelecidas pelo CONSEP para a implantação do novo currículo. Além de corrigir as ementas que apresentavam pequenas incorreções ou bibliografias um pouco desatualizadas, o Curso de Direito, de seis anos passou para cinco anos (diurno e noturno), permanecendo porém o total geral de 3.800 horas. Algumas pequenas alterações no elenco das disciplinas foram feitas, as quais seguem abaixo:

	PROPOSTA=6 anos	PROPOSTA=5 anos
Disciplinas Obrigatórias	2.610 horas	2.580 horas
Disciplinas Obrigatórias Determinadas	510 horas	450 horas
Disciplinas Práticas Obrigatórias	300 horas	300 horas
Disciplinas Optativas	180 horas	270 horas
Atividades Complementares	200 horas	200 horas
TOTAL	3.800 horas	3.800 horas

No conjunto das disciplinas, como se pode depreender da tabela acima, 90 horas das disciplinas obrigatórias foram transportadas para as disciplinas optativas. Do mesmo modo, em vez de no




máximo 10 páginas para a monografia de final de curso, como está escrito no PARECER CONSEP/14/97, fica estabelecida neste novo momento a quantidade mínima de 15 e máxima de 45 páginas.

Vale a pena salientar que no primeiro ano de funcionamento do Novo Currículo, isto é, 1997, segundo semestre, algumas disciplinas estão sendo oferecidas com calendário especial, começando em outubro, para terminar em fevereiro. Com isso os alunos do novo currículo não entrarão 1998 com dívidas de disciplinas.

4 - Parecer

Visto que foram atendidas as exigências do CONSEP com relação ao Novo Currículo do Curso de Direito, salvo melhor juízo dos conselheiros aqui presentes, é parecer deste relator que o Novo Currículo do Direito seja aprovado definitivamente, para o bem da UFU, dos professores e dos alunos da área, os quais ao longo dos anos têm trazido prestígio e reputação para esta Universidade. Ressalve-se apenas que a página 459 do processo seja invalidada, pois ela contém o que a página seguinte (460) contém, i.e., a primeira parte da ementa da disciplina "Teoria Geral do Processo".



Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus

Uberlândia, 17 de outubro de 1997.



O Parecer de fl.(s) 728 e 729 referente ao Processo nº 14/97 foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em sua 224ª reunião, realizada no dia 17 de outubro de 1997.

PARECER DO RELATOR: “Visto que foram atendidas as exigências do CONSEP com relação ao Novo Currículo do Curso de Direito, salvo melhor juízo dos conselheiros aqui presentes, é parecer deste relator que o Novo Currículo do Direito seja aprovado definitivamente, para o bem da UFU, dos professores e dos alunos da área, os quais ao longo dos anos têm trazido prestígio e reputação para esta Universidade.

Ressalve-se apenas que a página 459 do processo seja **invalidada**, pois ela contém o que a página seguinte (460) contém, i.e., a primeira parte da ementa da disciplina “Teoria Geral do Processo”.”.

RESULTADO DA VOTAÇÃO:

- . Pela aprovação do Parecer:
 - 8 (oito) votos a favor
- . Aprovado por unanimidade.

Nesta data, arqueei este Processo, contendo 729 (setecentas e vinte e nove) folhas.

Uberlândia, 20 de outubro de 1997.


ELAINE DA SILVEIRA MAGALI
Secretária-Geral



Universidade Federal de Uberlândia

Av. Engenheiro Diniz, 1178 - Bairro Martins - CP 593
38.401-136 - Uberlândia-MG



20 de outubro de 1997.

Memorando nº : 380/97

Da : Secretária-Geral

Para : Prof. Luiz Gonzaga Barbosa Pires
Diretor do CEHAR

Senhor Diretor,

Em nome do Sr. Presidente, comunico a V. S^a que o Projeto de Reforma Curricular do Curso de Direito foi aprovado na 224^a reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão realizada no último dia 17.

2. Em anexo, remeto-lhe cópia do Parecer nº 14/97 do Relator Osvaldo Freitas de Jesus para conhecimento.

Atenciosamente,


ELAINE DA SILVEIRA MAGALI



Universidade Federal de Uberlândia

Av. Engenheiro Diniz, 1178 - Bairro Martins - CP 593
38.401-136 - Uberlândia-MG



20 de outubro de 1997.

Memorando nº : 381/97

Da : Secretária-Geral

Para : Prof. Edson Pereira Parreira
Diretor de Administração e Controle Acadêmico

Senhor Diretor,

Encaminho a V. S^a o Processo nº 14/97 para as providências dessa Diretoria, tendo em vista a aprovação do Parecer, de igual número, na 224^a reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão realizada no dia 17 do corrente mês.

Atenciosamente,


ELAINE DA SILVEIRA MAGALI



Ficha de Disciplina

Disciplina: CIÊNCIA POLÍTICA

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DECIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Introduzir o aluno nos temas fundamentais da teoria política clássica, nucheados em torno da construção do Estado moderno.

Instrumentalizar o aluno para compreender o pensamento político que acompanha a construção de uma ordem política da qual o Estado-Nação haveria de ser a realização mais completa.

Examinar teoricamente a interdependência entre teoria política e direito, a partir do estudo do pensamento e obra de alguns dos autores mais significativos, o modelo jusnaturalista/contratualista e a teoria do poder.

Refletir sobre a natureza do Estado e de suas relações com os cidadãos frente a “nova ordem mundial”.

Ementa do programa:

1. A secularização do poder.
2. O Príncipe-Estado.
3. O modelo jusnaturalista.
4. Do fundamento da soberania: o Direito Natural e as teorias do contrato.
5. Soberania e separação de poderes.
6. O Estado-Nação em questão.

Bibliografia:

- BOBBIO, N. & BOVERO, M.** *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Cap. I, pp. 13-100.
- HOBBS, Thomas.** *O Leviatã*. São Paulo: Abril, Coleção “Os Pensadores”. Caps 13-15, 17-19, 21, 26-29.
- LOCKE, John.** *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril, Coleção “Os Pensadores”. Caps. 1-3, 7-13, 15-16.
- MACPHERSON, C. B.** *A Teoria Política do Individualismo Possessivo: de Hobbes a Locke*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. (B)
- MAQUIAVEL, Nicolau.** *O Príncipe*. São Paulo: Cultrix, s/d.

Conteúdo Programático:



1. MAQUIAVEL

- A verdade efetiva das coisas e o Estado.
- Natureza humana e história.
- Anarquia X Principado e República.
- Virtù e Fortuna.
- Conquista e manutenção do poder.

2. HOBBS

- O estado de natureza: a guerra generalizada.
- Direito de natureza e lei de natureza.
- O contrato social e o poder soberano do Estado.
- O Estado, o medo e a propriedade.
- Igualdade e liberdade.

3. LOCKE

- O individualismo liberal.
- O estado de natureza e a propriedade.
- O contrato social e o consentimento.
- A sociedade civil.
- Os limites à ação do Estado.

4. ROUSSEAU

- O estado de natureza e sua degeneração.
- O estado civil e a desigualdade entre os homens.
- O contrato social e a vontade geral na República.
- A soberania popular indivisível e inalienável.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO CIVIL

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao aluno conhecimentos básicos do Direito em geral e, mais especificamente, do Direito Civil e da estrutura do Código Civil, dando-lhe uma visão genérica que lhe permita a compreensão do conteúdo da disciplina, oferecendo-lhe consistente conhecimento da Parte Geral do Código Civil, como fator indispensável ao aprendizado do Direito Civil.

1. Ementa do programa:

1. Introdução
2. Das Pessoas
3. Do Domicílio
4. Dos Bens
5. Dos Fatos Jurídicos
6. Dos Atos Jurídicos
7. Dos Atos Ilícitos
8. Da Prescrição

Bibliografia:

- CASILLO, João. *O Erro como Vício da Vontade*. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.
- DANTAS, San Tiago. *Programa de Direito Civil - Parte Geral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Rio, 1945.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 1º Vol. Teoria Geral do Direito Civil. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- _____. *Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- _____. *Responsabilidade Civil*. Vol. 7. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- FRANÇA, R. Limongi. *Princípios Gerais de Direito*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 1971.



- LEITE, Armando Roberto Holanda. *Dos Fatos e Atos Jurídicos*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1980.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil - Parte Geral*. Vol. I. 34ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- MONTENEGRO, Antônio Lindbergh C. *Responsabilidade Civil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Anaconda Cultural Edições Ltda., 1986.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil - Parte Geral*. Vol. I. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1996.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil - Parte Geral*. Vol. I. 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- SILVA, Enio Morais da. *Considerações Críticas Sobre o Novo Bem de Família*. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 1993.
- STOCO, Rui. *Responsabilidade Civil e Sua Interpretação Jurisprudencial*. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil - Introdução ao Direito Romano*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1993.
- VIANA, Marco Aurélio S. *Curso de Direito Civil - Parte Geral*. Vol. I. 2ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO

- Noções básicas de Direito.
- Conceito de Direito.
- Direito Objetivo e Direito Subjetivo.
- Direito Público e Direito Privado.
- Fontes do Direito.
- A Lei.
- Da Vigência da Lei.
- Da Retroatividade da Lei.
- Da Interpretação da Lei.
- O Código Civil Brasileiro.
- Conteúdo e classificação do Direito Civil.

2. DAS PESSOAS: Conceito e classificação.

- Pessoa Natural:
 - Começo e fim da personalidade;
 - Capacidade de direito e de fato;
 - Das pessoas relativa e absolutamente incapazes;
 - Fim da menoridade;
 - Emancipação; Atos do registro civil.
- Das Pessoas Jurídicas:
 - Generalidades;
 - Natureza jurídica;
 - Classificação;
 - Pessoa jurídica de direito público e de direito privado;
 - Representação;
 - Sociedades, associações civil e fundações.

3. DO DOMICÍLIO

- Generalidades;
- Domicílio da pessoa natural;
- Pluridade e mudança de domicílio;
- Domicílio da pessoa jurídica;
- Classificação do domicílio;
- Foro de eleição.

4. DOS BENS

- Conceito de Bens.
- Noção de patrimônio.
- Classificação dos bens.
- Coisas que estão fora do comércio.
- Do Bem de Família.



5. DOS FATOS JURÍDICOS

- Conceito e definição.
- Aquisição dos direitos.
- Conservação dos direitos.
- Perdas dos direitos.

6. DOS ATOS JURÍDICOS

- Definição.
- Elementos construtivos.
- Classificação.
- Representação dos incapazes.
- Interpretação.

- Dos Defeitos:
 - Generalidades.
 - Erro ou ignorância.
 - Dolo.
 - Coação.
 - Simulação.
- Fraude contra credores.

- Das Modalidades:
 - Generalidades.
 - Elementos conceituais.
 - Condição.
 - Termo.
 - Modo ou encargo.

- Da Forma:
 - Conceito.
 - Atos formais e não formais.

• Da Prova:

- Conceito.
- Definição.
- Classificação.
- Princípios.
- Meios probatórios admitidos em direito.



• Das Nulidades:

- Definição
- Classificação.
- Ratificação da nulidade relativa.
- Obrigações contraídas por menores.

7. DOS ATOS ILÍCITOS

- Conceito.
- Definição.
- Elementos constitutivos.
- Exclusão da ilicitude.
- Abuso de direito.

8. DA PRESCRIÇÃO

- Conceito.
- Definição.
- Generalidades.
- Espécies.
- Decadência.
- Perempção.
- Preclusão.
- Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas.
- Dos prazos prescricionais.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: ECONOMIA POLÍTICA

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEECO

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

- Propiciar ao aluno condições de entender os processos básicos do funcionamento de uma economia capitalista, entre as quais a brasileira;
- Propiciar ao aluno condições para compreender e utilizar indicadores de riqueza econômica;
- Propiciar ao aluno a compreensão das relações entre dinâmica econômica, consumo, pobreza e cidadania;
- Propiciar ao aluno compreensão básica sobre relações econômicas entre países.

Ementa do programa:

A economia política clássica, origens e desenvolvimento. A crítica à economia política clássica. O excedente econômico. A economia capitalista. Indicadores de riqueza econômica. Economia e cidadania. As relações econômicas entre países. Formulações sobre o subdesenvolvimento.

Bibliografia:

- BASTOS, Vânia L. *Para entender a economia capitalista - noções introdutórias*. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Forense Universitária, 1989.
- BASTOS, Vânia L. & SILVA, Maria Luíza F. *Para entender as economias do Terceiro Mundo*. Brasília: Editora da UnB, 1995.
- CANCLINI, Néstor G. *Consumidores y Ciudadanos - conflictos multiculturales de la globalización*. México DF: Editorial Grijalbo, 1995.
- COUTINHO, Maurício C. *Lições de Economia Política Clássica*. São Paulo/Campinas: Ed. HUCITEC/Ed. da UNICAMP, 1993.
- MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

Conteúdo Programático:



UNIDADE I

- Adam Smith e a economia política clássica.
- Karl Marx e a crítica à economia política clássica.

UNIDADE II

- O excedente econômico.
- A economia capitalista, origens.
- A repartição do produto na economia capitalista.
- Os preços de mercado

UNIDADE III

- Indicadores de riqueza econômica.
- Produto bruto e produto líquido.
- A produção como renda e despesa.
- Limitações do conceito de PIB.

UNIDADE IV

- Relações econômicas entre países.
- Taxa de câmbio e balanço de pagamentos.

UNIDADE V

- A distribuição da renda.
- Dinâmica do crescimento econômico.
- Instabilidade da renda na economia capitalista.
- Formulações sobre o subdesenvolvimento.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Plano de Ensino

Disciplina: INTRODUÇÃO AO DIREITO

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

120

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Definir o objetivo da Ciência Jurídica e levar o aluno a conceituar os elementos essenciais para a compreensão do Direito como um todo, bem como das diversas áreas que o compõem, interrelacionando-o com outras ciências, dando-lhe ainda noções de elaboração, interpretação e aplicação das normas jurídicas.

Desenvolver no aluno o espírito crítico que deve nortear todo aprendizado.

Ementa do programa:

1. A sociedade, o Direito e a ordem jurídica.
2. História do Direito
3. O Direito como valor
4. Teoria do Direito
5. Norma jurídica
6. Hermenêutica jurídica
7. Relação jurídica
8. Fundamentos do Direito

Bibliografia básica:

ALTAVILA, Jayme de . *Origem dos Direitos dos Povos*. 5ª ed. São Paulo: Cone Editora, 1989.

DAVID, René. *Os grandes Sistemas do Direito*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

DINIZ, Maria Helena. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. 7ª.ed. atual. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito - Técnica, Decisão, Dominação*. São Paulo: Atlas, 1988.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *A Ciência do Direito*. São Paulo: Atlas, 1991.

- FERREIRA FILHO**, Manoel Gonçalves. Do processo legislativo. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- GILISSEN**, John. Introdução Histórica ao Direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- GUSMÃO**, Paulo Dourado de. Introdução à Ciência do Direito. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- KELSEN**, Hans. Teoria Pura do Direito. 4ª ed. Trad. de João Batista Machado. Coimbra: Amado Editor Sucessos, 1976.
- MATTA**, Emmanuel. O Realismo da Teoria Pura do Direito. Belo Horizonte: Nova Aurora Edições Ltda, 1994.
- MAXIMILIANO**, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- MONTORO**, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. 12ª ed. 2ª tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.
- NADER**, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- PAUPÉRIO**, Artur Machado. Introdução à Ciência do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1969. (a 7ª ed. foi publicada sob o título "Introdução ao Estudo do Direito")
- _____. Introdução ao Estudo do Direito. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986
- POUD**, Roscoe. The nature of law. Vol. II Jurisprudence. St. Paul: Minn, 1959.
- REALE**, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- REALE**, Miguel. Fundamentos do Direito. 2ª ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, Universidade de São Paulo, 1972.
- REALE**, Miguel. Teoria Tridimensional do Direito. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1986.
- WARAT**, Luis Alberto. O Direito e sua Linguagem. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1984.



Conteúdo Programático:



1 - A SOCIEDADE, O DIREITO E A ORDEM JURÍDICA

- Introdução à Ciência do Direito e o Currículo Jurídico. Importância e caráter propedêutico da disciplina.
- Direito e Sociedade. Natureza e Cultura. O Direito no mundo da Cultura. Linguagem do Direito. Leis físico-matemáticas e Leis culturais.
- Conceito de Direito. Sua estrutura tridimensional. Metodologia da Ciência do Direito.
- O Direito como Fato Social. Instituições e Ordem Jurídica.

2 - HISTÓRIA DO DIREITO

- Evolução do Direito Positivo.
- Evolução dos Institutos Jurídicos Fundamentais.
- Sistema Jurídico Brasileiro. Formação e Evolução.
- Evolução dos Regimes Políticos.

3 - O DIREITO COMO VALOR

- O sentido axiológico do Direito. O mundo ético. Direito e Moral.
- O Direito como justo. Conceito de Justiça. Espécies de Justiça. Significação de Justiça para o Direito.
- Equidade. Direito Natural.

4 - TEORIA DO DIREITO

- Direito. Definição e elementos. Direito Positivo e Direito Natural. Lícito e Ilícito. Validade, Vigência, Eficácia e Legitimidade.
- Direito Comum e Particular. Direito Geral, Especial e Excepcional. Direito Singular e Uniforme. Privilégio. Direito Coercitivo e Coação.
 - Sanção e Coação.
- O Direito como faculdade. Direito Subjetivo. Conceito, elementos e classificação. Pessoa Física e Pessoa Jurídica. Fontes do Direito. Fontes materiais e fontes formais. Matéria das regras de Direito. Fontes estatais, infra e supra estatais do Direito. Direito Romanístico e Common Law. Do costume ao primado da Lei ou do precedente judicial. Experiência jurídica e Direito Objetivo.

5 - NORMA JURÍDICA

- Conceito de Lei e Norma Jurídica.
- Estrutura e validade da Norma Jurídica. Caracteres.
- Destinatário da norma jurídica.
- Norma Fundamental, Norma Secundária e Derivada.
- Elaboração da Norma Jurídica. Técnica Jurídica e Técnica Legislativa.

6 - HERMENÊUTICA JURÍDICA

- Hermenêutica e Interpretação. Conceito. Definição. Métodos de interpretação e resultados. Escolas de Interpretação.
- Aplicação do Direito. Eficácia da Lei no tempo e no espaço. Conflito Internacional de normas.
- Lacunas da Lei.
- Integração da Norma Jurídica. Analogia. Costumes. Equidade.
- Princípios Gerais do Direito. Direito Comparado. Direito Natural. Brocardos Jurídicos.



7 - RELAÇÃO JURÍDICA


- Conceito. Definição. Classificação. Tutela das relações jurídicas.
- Fato Jurídico. Ato Jurídico. Negócio Jurídico. Conceito. Definição. Diferenças. Elementos do Ato Jurídico. Personalidade e Capacidade.
- Agente, objeto, forma e classificação dos atos jurídicos. Modalidades do ato jurídico. Prova e Publicidade dos atos jurídicos. Defeitos e Nulidade dos atos.
- Situações Subjetivas e Direito Subjetivo. Teorias, classificação, aquisição, modificação e extinção de direitos.
- Ato Ilícito, conceito e elementos integrantes. Culpa. Teorias. Responsabilidade Civil e Responsabilidade Criminal.

8 - FUNDAMENTOS DO DIREITO

- Perspectivas Gerais. Direções do Pensamento Jurídico.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: SOCIOLOGIA (GERAL E JURÍDICA)		Código:
Ano: 1º	Curso: DIREITO	Departamento: CIÊNCIAS SOCIAIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória
Pré-requisitos:		

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Introduzir o(a) aluno(a) aos conceitos básicos de sociologia. Propiciar a compreensão científica da vida em sociedade, através do pensamento social.

Instrumentalizar o(a) aluno(a) para conhecer a sociedade contemporânea e desenvolver uma visão crítica com respeito a sua prática profissional.

Examinar teoricamente a interdependência recíproca entre sociologia e direito, frente à complexidade da sociedade contemporânea.

Refletir sobre a relação direito e processos de manutenção e mudança da ordem social, procurando destacar os desdobramentos sociais e jurídicos para o Brasil.

Ementa do programa:

1. A Sociologia como ciência.
2. O problema sociológico do consenso social.
3. Teoria materialista do social.
4. A sociologia compreensiva.
5. Sociologia jurídica.
6. O Direito e os processos de manutenção e mudança da ordem social.

Bibliografia:

- ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- ARRUDA, E.L. *Introdução à sociologia jurídica alternativa*. São Paulo: Acadêmica, 1993.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juizes*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Lisboa, ed. 70, 1980.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- EHRlich, Eugen. *Fundamentos da sociologia do direito*. Brasília: UnB, 1986.
- FARIA, J.E. *A crise do direito numa sociedade em mudança*. Brasília: UnB, 1988.



GIDDENS, Antony. *Capitalismo e moderna teoria social*.

HARVEY, D. *A condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

LIMA, J.M. Cunha. *Política e criminologia*. São Paulo: Ibrasa, 1974.

LÖWY, M. *Ideologia e ciência social. Elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez Ed. , 1988.

MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1993.

MACHADO NETO, A.L. *Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIMENTEL, Manoel Pedro. *O crime e a pena na atualidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

POPPER, K. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: UnB, 1992.

REIS, Fábio W. *O Tabela e a Lupa*. RCBS, 16 jun. 1991.

ROSA, M.F.A. *Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

SOUTO, C. & FALCÃO, J. *Sociologia e Direito*. São Paulo: Pioneira.

TIGAR, M. & LEVY, M. *O direito e a ascensão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, M. *História Geral da Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Conteúdo Programático:



1. CIÊNCIAS SOCIAIS E OBJETIVIDADE

- Especificação e compreensão.
- Explicação e compreensão.

2. O PROBLEMA DO CONSENSO SOCIAL

- O fato social.
- A divisão do trabalho e os tipos de solidariedade.
- Anomia.

3. A SOCIOLOGIA COMPREENSIVA

- A natureza da ação social.
- Categorias básicas de organização social.
- Ética Protestante e o espírito do capitalismo.
- Os três tipos puros de dominação.

4. A TEORIA MATERIALISTA DO SOCIAL

- O Capital como relação social.
- Alienação e Fetichismo.
- Análise teórico-crítica da sociedade contemporânea.

5. AS INTERSEÇÕES ENTRE A SOCIOLOGIA E O DIREITO

- Relações Sociais e Direito:
As formas jurídicas na Grécia antiga, na Idade Média, na sociedade capitalista.

6. A FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO NOS PROCESSOS DE MANUTENÇÃO E MUDANÇA DA ORDEM SOCIAL

- O direito como fato social.
- O direito em face dos conflitos sociais.
- O judiciário nas sociedades em mudança.
- Ideologia e Direito: o exercício do poder burguês.
- A Sociologia jurídica alternativa.

DATA / /


COORDENADOR DE CURSO

DATA / /

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Propiciar ao aluno não só a compreensão da Constituição enquanto norma fundamental estruturante de todo ordenamento jurídico, mas também apresentar a ele a especificidade dos métodos de hermenêutica constitucionais, bem como propiciar a ele uma visão histórico-conjuntural do movimento Constitucionalista do mundo ocidental, e suas repercussões na tradição jurídica brasileira.

Ementa do programa:

1. Conceito de Constituição.
2. Constitucionalismo.
3. Constituições Brasileiras.
4. Hermenêutica Constitucional.
5. Teoria da Norma Constitucional.

Bibliografia:

- ALEXY, Robert. *Theorie der Grundrechte (Teoria de los Derechos Fundamentales)*. Versión castellana: Ernesto Garzón Valdés. Ed. Centro de Estudios Constitucionales. Madrid, 1993.
- ANDRADA, José Bonifácio Borges de. *Direito à Vida*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Vol. 670. 1991. p.377-379.
- ANDRADE, Léo Rosa de. *Liberdade Privada e Ideologia*. São Paulo: Editora Acadêmica. 1993.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A Proteção Constitucional da Própria Imagem*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- _____. *A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1994.
- ATALIBA, Geraldo. *Elementos de Direito Tributário*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978.
- _____. *Hipótese de Incidência Tributária*. 5ª. ed. São Paulo: Editora

- BALDASSARRE**, Antonio. *Privacy e Costituzione. L'esperienza statunitense*. Roma: Bulzoni Editore. 1974.
- BARROSO**, Luis Roberto. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas normas. Limites e Possibilidades da Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1993.
- BARTOLOMEI**, Franco. *La Dignità Umana come Concetto e Valore Costituzionale*. Torino: G. Giappichelli Editore. 1987.
- BASTOS**, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 14ª. ed. Saraiva. São Paulo, 1992.
- BEIGNIEUR**, Bernard. *Le Droit de la Personnalité*. Paris. Presses Universitaires de France. 1992.
- BITTAR**, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*. São Paulo: Forense Universitária. 1989.
- BLOMM**, Alan. *O Declínio da Cultura Ocidental. Da crise da Universidade à crise da Sociedade*. São Paulo, Editora Best Seller. 1989.
- BOBBIO**, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. 2ª. ed. Trad. Bras. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BONAVIDES**, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo, Malheiros. 1993.
- BREUVART**, Jean-Marie. *Le Concept Philosophique de la Dignité Humaine*. Le Supplément - Revue D'Éthique et Théologie Morale. Paris, N° 191, décembre, 1994.
- BURDEAU**, George. *Les Libertés Publiques*. 4ª. éd. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- CAMPAHOLE**, Adriano. *Constituições do Brasil*. São Paulo. Atlas. 9ª. ed. 1986.
- CABRILLAC**, Rémy et alli. *Droits et Libertés Fondamentaux*. Paris. Dalloz. 1994.
- CALLEJÓN**, Maria Luisa Balaguer. *El Derecho Fundamental Al Honor*. Madrid. Editorial Tecnos. 1992.
- CAMPOAMOR**, Alfonso Fdez Miranda. *El Secreto Profesional de los Informadores*. Madrid. Editorial Tecnos. 1990.
- CANETTI**, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Ed. Comp. das Letras. 1995.
- CANOTILHO**, J.J. Gomes. *Tópicos de um Curso de Mestrado sobre Direitos Fundamentais, Procedimento, Processo e Organização*. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Vol LXVI. 1990.
- CANOTILHO**, J.J. Gomes. *Direito Constitucional*. 5ª. ed. Coimbra: Almedina, 1992.
- CARRIO**, Genaro R. *Notas sobre Derecho y Lenguaje*. Buenos Aires: Ed. Abeledo-Perrot. 1973.
- CARVALHO**, Paulo de Barros. *Curso de lógica jurídica*. São Paulo. fac-simile, PUC-SP.
- CHAUI**, Marilena de Souza. *Direito Natural e Direito Civil em Hobbes e Espinosa*. Rev. Crítica do Direito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. n° 1. 1980.
- CHAVES**, Antônio. *Direito à Vida e ao Próprio corpo (intersexualidade, transexualidade, transplantes)*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 2ª. ed. 1994.
- CIFUENTES**, Santos. *Los Derechos Personalísimos*. Buenos Aires: Lener Editores, 1974.
- CLÉVE**, Clémerson Merlin. *Temas de Direito Constitucional*. São Paulo: Acadêmica. 1993.
- COMPARATO**, Fábio Konder. *Liberdades Formais e Liberdades Reais*. In Para Viver a Democracia. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

- COMPARATO**, Fábio Konder. *Função Social do Jurista no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Vol. 670. 1991. p. 07-13.
- COSTA JR**, Paulo José da. *O Direito de estar só, tutela penal da intimidade*. 2ª. ed. Editora Revista dos Tribunais. 1995.
- CUPIS**, Adriano de. *Os Direitos da Personalidade*. Trad. de Adriano Vera Jardim e Antonio Caeiro. Lisboa. Livraria Moraes. 1961.
- DIÁRIO POPULAR**, Jornal. *Revista*. São Paulo, 03 de dezembro de 1994.
- DINIZ**, Maria Helena. *Conflito de Normas*. São Paulo. Ed. Saraiva, 1987.
- DOTTI**, René Ariel. *A Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação*. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1980.
- _____. *A Liberdade e o Direito à Intimidade*. Brasília, Revista de Informação Legislativa, nº 66, 1980. p. 125-153.
- DRAN**, Michel. *Le Controle Juridictionnel et la Garantie des Libertés Publiques*. Paris. Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- EIRAS**, Agostinho. *Segredo de Justiça e Controle de Dados Pessoais Informatizados*. Coimbra. Coimbra Editora. 1992.
- FAVOREU**, Louis & **PHILIP**, Loïc. *Les grandes décisions du Conseil constitutionnel*. Paris Dalloz. 1993.
- FERRAZ JR**, Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas. 1988.
- _____. *Sigilo de Dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado*. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. nº. 1. São Paulo. 1992. p. 77-90.
- _____. *A Teoria da Norma Jurídica - Ensaio de Pragmática da Comunicação Normativa*. Rio de Janeiro. Forense. 1986.
- FOLHA DE SÃO PAULO**. 'Ligações Perigosas': *Empresária entra com ação contra a Telesp*. São Paulo, 09 de junho de 1995. Supl. São Paulo.
- FONSECA**, Eduardo Giannetti da. *Vícios Privados, Benefícios Públicos?* 2ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- FRANCESCHELLI**, Bruno. *Il Diritto alla Riservatezza*. Napoli. Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene. 1960.
- GARCIA**, Maria. *Desobediência Civil - Direito Fundamental*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1994.
- GIANNOTTI**, Eduardo. *A Tutela Constitucional da Intimidade*. São Paulo: Forense. 1987.
- GIDDENS**, Anthony. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp Editora, 1991.
- _____. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo. Unesp Editora, 1993.
- GIOCOIA JR**, Oswaldo. *Nietzsche e a Modernidade segundo Habermas*. In IDÉIAS, Rev. do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ano I nº. 2 1994.
- GONÇALVES**, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. São Paulo, Saraiva, 1995.
- GRAU**, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação crítica)*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- GROTTI**, Dinorá Adelaide Musetti. *Inviolabilidade do Domicílio na Constituição*. São Paulo: Manheiros. 1993.
- HABERMAS**, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984.





HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Trad. Bras. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro. 1989.

HANNAH, Arendt. *A Condição Humana*. Trad. bras. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1987.

_____. *Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo. Imperialismo. Totalitarismo*. Trad. bras. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

HESSE, Konrad. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. bras. Porto Alegre: Sergio Fabris Editores, 1991.

_____. *La interpretación constitucional*. In *Escritos de Derecho Constitucional*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.

JAKOBSON, Roman. *Relações entre a Ciência da linguagem e as outras Ciências*. Lisboa: Livraria Bertrand. 1973.

KANT, Immanuel. *Resposta à Pergunta: O que é o Iluminismo*. In: *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70. 1988. p. 11-19.

LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos - Um Diálogo Com o Pensamento de Hannah Arendt*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. *O Desafio da Ética*. Revista Brasileira de Filosofia. 1993.

LIMA, Jesus Costa. *Comentários às súmulas do STJ*. Brasília. Ed. Brasília Jurídica. 1993.

LINDON, Raymond. *Les Droit de la Personnalité*. Paris: Dalloz, 1983.

LUHMANN, Niklas. *A Legitimação pelo procedimento*. Trad. bras. de Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.

LUÑO, Antonio E. Pérez. *Derechos Humanos. Estados de Derecho y Constitucion*. Madrid: Editorial Tecnos. 1991.

_____. *Los Derechos Fundamentales*. Madrid: Tecnos. 1993.

MARTINEZ, Jaime Vidal. *El derecho a la intimidad en la Ley Orgánica de 5/5/1982*. Madrid, Editorial Montecorvo. 1984.

MATTIA, Angelo de. *Il Giudice e il Diritto al Rispetto della Vita Privata*. Bologna. Ponte Nuovo Editrice. 1976.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo, 5ª. ed. Malheiros, 1994.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Colisão de direitos fundamentais: Liberdade de expressão e de comunicação e o direito à honra e à imagem*. Revista de Informação legislativa. nº. 122. Brasília. 1994. p. 297-300.

MEYER, Phiip. *A Ética no Jornalismo*. Trad. bras. São Paulo: Forense Universitária, 1987.

MONREAL, Eduardo Novoa. *Derecho a la Vida Privada Y Libertad da Información: Um conflito de derechos*. 1ª. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

NEVES, Marcelo. *Legalismo e impunidade: Intolerância e premissividade jurídicas na América Latina - Notas para discussão no ano mundial da tolerância*. Texto apresentado ao Encontro sobre tolerância na América Latina, promovido pela UNESCO e a UFRJ, realizado no Rio de Janeiro, no período de 12 a 16 de setembro de 1994.

OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. *Crimes Contra a Honra - Direito Material e Direito Normal*. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 1994

- OLIVEIRA**, Frederico Abrahão de. *Crimes Contra a Honra - Direito Material e Direito Formal*. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 1994.
- PACE**, Alessandro. *Problematica delle libert  costituzionali*. 2^a. ed. Padova: Cedam Editori. 1990.
- PASCAL**, Blaise. *Pensamentos Políticos*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1994.
- PÁSOLINI**, Pier Paolo. *Os Jovens Infelizes. Antologia de ensaios corsários*. Trad. bras. São Paulo, Brasiliense. 1990.
- PINTO**, Paulo Mota. *O Direito   Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada*. Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra. 1993.
- RADBRUCH**, Gustav. *Filosofia do Direito*. 6^a. ed. Trad. L. Cabral de Moncada. Coimbra: Arménio Amado Editor. 1979.
- RIVERO**, Jean. *Les Libertés Publiques*. Paris. Ed. Presses Universitaires de France. 1973.
- ROBERT**, Jacques. *Droits de l'homme et libert s fondamentales*. Avec la collaboration de Jean Duffar. 5^a.  dition. Paris: Ed. Montchrestien. 1994.
- ROBERT**, Jaques. *Libertés Publiques*. Paris. Éditions Montchrestien. 1971.
- ROCHE**, Jean. *Libertés Publiques*. 5^a.  dition. Paris. Dalloz, 1978.
- ROMANO**, Roberto. *Conservadorismo Romântico. Origem do Totalitarismo*. São Paulo. Brasiliense, 1981. p. 98.
- _____. *A tirania do olhar*. In: O Pensamento em crise e as artimanhas do poder. São Paulo: Unesp Editora. 1988.
- SALAI FILHO**, Nagib. *Anota es   Constitui o de 1988. Aspectos Fundamentais*. Rio de Janeiro. Ed. Forense. 3^a. ed. 1992.
- SENNETT**, Richard. *O Declínio do Homem Público. As Tiranias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.
- SILVA**, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 2^a. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1982.
- _____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 10^a. ed. São Paulo: Malheiros. 1995.
- SILVA**, Júlio Reis et alli. *Direito da informática, legisla o e deontologia*. Lisboa: Edi es Cosmos, 1994.
- SUNDFELD**, Carlos Ari. *Fundamentos de Direito Público*. São Paulo: Malheiros. 1992.
- SZANIAWSKI**, Elimar. *Direitos de Personalidade e sua Tutela*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 1993.
- TELLES**, Vera. *Sociedade Civil, Direitos, Espaços Públicos*. Revista da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992. p. 43-53.
- TEMER**, Michel. *Elementos de Direito Constitucional*. 10^a. ed. São Paulo: Malheiros. 1993.
- TRINDADE**, Antônio Carlos Cançado. *A Prote o Internacional dos Direitos Humanos Fundamentos Jurídicos e Instrumentais Básicos*. São Paulo. Ed. Saraiva, 1991.



Conteúdo Programático:



1. CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO

- A apreensão do senso comum sobre o conceito de Constituição;
- As origens gregas do termo Constituição enquanto conjunto de leis;
- O conceito sociológico de Constituição proposto por Lassale;
- O conceito de Constituição semântica;
- O conceito de Constituição formal;
- O constitucionalismo simbólico.

2. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

- O Constitucionalismo americano do século XVIII;
- O Constitucionalismo ao tempo da revolução francesa;
- A teoria do Poder Constituinte;
- A contribuição do Constitucionalismo germânico;
- As Constituições liberais;
- As Constituições “sociais” do início do séc. XX;
- A teoria da descentralização dos núcleos de poder e o debate sobre o desprestígio funcional da Constituição;
- A Constituição vista sob o prisma da querela entre aqueles que defendem os ideais da modernidade (Habermas), e aqueles que defendem estar a sociedade em transição para a pós modernidade.
- A Constituição como norma fundamental estruturante de todo o ordenamento jurídico.

3. AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

- O Constitucionalismo brasileiro;
- O quadro político-social estabelecido pela Constituição do Império (1824);
- O Perfil jurídico-social implementado pela primeira Constituição republicana (1891);
- A relevância da Constituição de 1934, incorporando na tradição constitucionalista brasileira as conquistas e reivindicações dos movimentos operários e sociais;
- A Constituição de 1937 como exemplo de Constituição semântica;
- A Constituição de 1946, sua compleição democrática, suas conquistas e suas decepções;
- As Constituições do regime autoritário (1967 e 1969);
- A Constituição de 1988, sua importância na redemocratização do país.

4. TEORIA DA NORMA CONSTITUCIONAL

- Introdução à dogmática da norma constitucional;
- A diferença entre texto e norma;
- A diferença entre norma e lei;
- A Constituição como sistema aberto de normas;
- A estrutura e a aplicabilidade da norma constitucional;
- A teoria das Constituições rígidas;
- As Constituições semi-flexíveis;
- As Constituições flexíveis.



5. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

- O posicionamento do intérprete diante da norma Constitucional;
- A Constituição e conflito de normas no espaço, a norma estrangeira e a Constituição;
- A Constituição e o conflito de norma no tempo, o princípio da recepção;
- Métodos clássicos de interpretação aplicados à interpretação constitucional. A Interpretação gramatical, histórica, sistemática e teleológica;
- Princípios de interpretação especificamente constitucional. Os princípios constitucionais como condicionantes da interpretação constitucional;
- Princípio da supremacia da Constituição;
- Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público;
- Princípio da interpretação conforme a Constituição;
- Princípio da unidade da Constituição;
- Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade;
- Princípio da efetividade.

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA DO ESTADO

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Estudar criticamente as organizações políticas com visão sócio-jurídica do Estado atual, como agente do poder institucional, responsável pela realização do bem comum, visando sobretudo, propiciar ao aluno, subsídios teóricos para a compreensão das matérias dogmáticas de Direito Público.

Ementa do programa:

1. Objeto da Teoria do Estado.
2. Origem e evolução das organizações políticas até o aparecimento do Estado.
3. O Estado como fenômeno típico do mundo ocidental.
4. Noção sociológica do Estado.
5. Noção Jurídica do Estado.
6. Teorias Justificativas do Poder do Estado.
7. Problemas do Estado Contemporâneo.

Bibliografia:

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo, Editô, 1994.AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. 13ª ed. São Paulo, Globo, 1996.BASTOS, Celso. *Curso de Teoria do Estado e Ciência Política*. 3ª ed. São Paulo, Saraiva, 1995.BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília, UNB, 1986.BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. 10ª ed. Rio de Janeiro, Malheiros, 1996._____. *Do Estado Liberal ao Estado Social*. 3ª ed. Belo Horizonte, Del Rey, 1993.DALARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 18ª ed. São Paulo, Saraiva, 1994.LEBRUN, Gerard. *O que é o Poder*. Coleção Primeiros Passos. 10ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Teoria do Poder. (Sistema de Direito Político: Estudo Juspolítico do Poder.)* 3ª ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1996.

ROCHA, Leonel Severo, org. *Teoria do Direito e do Estado.* Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris, 1994.



Conteúdo Programático:



1. TEORIA DO ESTADO: NOÇÃO. OBJETIVO. MÉTODO.

2. ORIGEM DA SOCIEDADE.

Origem natural da sociedade;
O contratualismo
Sociedade e seus elementos característicos.

- Finalidade Social:
 - O determinismo
 - As Teorias finalísticas
 - O bem comum.
- As Sociedades Políticas:
 - Diferenciação das sociedades quanto aos fins;
 - Sociedades de fins políticos.
- Origens e Formação do Estado:
 - Origem histórica;
 - Causa da formação de estados.
- Evolução Histórica do Estado:
 - O Estado antigo;
 - Estado Grego;
 - Estado Romano;
 - Estado Medieval;
 - Maquiavel e o Estado Moderno;
 - Estado Monárquico-Absolutista;
 - Revolução Francesa e a queda do Antigo Regime;
 - Estado Liberal.

3. ELEMENTOS ESSENCIAIS DO ESTADO

- Território: Noção, características. Funções. Limites.
- Povo: Evolução histórica da noção de povo.
 - Noção jurídica de povo.
 - Cidadania.
- Poder do Estado: características do Poder do Estado.
 - Poder Político e Poder Judiciário.
 - Soberania: histórico. Características.
 - Conceito Político e conceito Jurídico.
- Conceito de Estado: críticas ao conceito de Estado.

4. ESTADO. SOCIEDADE CIVIL. COMUNIDADE.

- Ordem Social e Ordem Jurídica:
Direito. Moral. Convencionaisismos sociais.
A realidade social.
- O Poder Social: Características.
Teorias Anarquistas.
Teorias do Poder necessário



5. ESTADO E DIREITO

- Personalidade Jurídica do Estado.
A noção do Estado e sua personalização;
Consequências da personalização.
- Estado. Aspectos: social. Jurídico. Político.
As relações do Estado com o Direito e com a política.
- Estado e Nação: o conceito de Nação.
Sociedade e comunidade.
Distinção entre Estado e Nação.
Relações entre Estado e Nação.
- Mudanças do Estado por reforma, revolução ou golpe de estado.
Estado como ordem dinâmica.
Processos de transformação do Estado.
A Revolução.
- Estado Moderno e Democracia:
Origem do ideal democrático.
Princípios fundamentais do estado democrático.
Democracia direta. Semi-direta. Representativa.
Mecanismos democráticos: o referendo.
O plebiscito. A iniciativa. O veto popular.
O "Recall".
Representação política e mandatos.
Características do mandato político.
- Representação política:
Os partidos políticos: características e classificação dos sistemas partidários.
- O Sufrágio:
Natureza jurídica do sufrágio.
Sufrágio universal e restrito.
As restrições ao direito de sufrágio.
- Sistemas Eleitorais:
Representação majoritária e representação proporcional.
Sistemas de distritos eleitorais.



- **Separação de Poderes e as Funções do Estado:**
 - A teoria e a prática da separação de poderes.
 - Delegação de poderes.
 - O pensamento de Montesquieu.
- **Formas de Governo e Regime Político:**
 - Classificação: Monarquia e República.
- **Sistemas de Governo:**
 - Parlamentarismo e Presidencialismo.
- **Tendências do Governo no Estado Contemporâneo.**
 - Tentativas de classificação.
 - Racionalização de governa.
 - Fortalecimento democrático do Governo.
- **O Estado Federal:**
 - Origem. Características.
 - Crítica do Estado Federal na atualidade.

6. PODER DO ESTADO

- Teorias justificativas.
 - Legalidade e Legitimidade.

7. O ESTADO NA ORDEM INTERNACIONAL

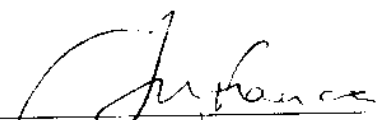
- **Disciplina Jurídica das relações entre estados**
 - Organizações internacionais.
 - A sociedade das nações.
 - A organização das Nações Unidas.
- **Intervenção do Estado na Sociedade.**
 - O Estado liberal não-intervencionista.
 - “New Deal” e neoliberalismo.
 - O novo Intervencionismo.
- **Estado Socialista e Capitalismo de Estado.**
 - Origem histórica do Estado Socialista.
 - O Estado Socialista Soviético.
 - Democracias populares.
 - Socialismo asiático.
 - Socialismo Africano.
 - Socialismo Americano.
 - Capitalismo de Estado.

- Idéia Atual de Estado Democrático.
Inadequação do conceito tradicional de democracia.
Flexibilidade do estado democrático.
Supremacia da vontade popular.
Liberdade e igualdade do Homem social.



DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: FILOSOFIA GERAL

Código:

Ano: 1º

Curso: DIREITO

Departamento: DEFIL

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Objetivo Geral: Despertar no aluno habilidade de análise e compreensão da sociedade em que vivemos, situamo-nos e existimos.

Objetivos Específicos:

- Dominar os conteúdos básicos do programa proposto.
- Capacidade de discorrer de forma clara e concisa sobre os temas de cada unidade do programa.

Ementa do programa:

A característica básica dessa disciplina é a de ser uma visão geral dos principais temas e problemas da Filosofia.

Bibliografia:ARANHA, M.L. de A. & MARTINS, M.H.P. *Filosofando*. São Paulo: Moderna, 1986.CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Ática. 1994. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo. Brasiliense. 1986.COPI, I. M. *Introdução à Lógica*. São Paulo. Mestre Jou. 1973.DESCARTES, René. *O discurso do método*. In: **Os Pensadores**.GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. 4. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.PLATÃO. *A República*. Livro VIII.PRADO JR., Caio. *O que é filosofia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Primeiros Passos.

Conteúdo Programático:



I UNIDADE: Os problemas da Filosofia

- 1.1. O que é Filosofia?
- 1.2. A Filosofia e a relação entre ser e pensar.
- 1.3. A Filosofia e o problema mudança/estabilidade.

II UNIDADE: Filosofia e Métodos

- 2.1. O método dialético socrático-platônico.
- 2.2. A dúvida metódica.
- 2.3. O método dialético materialista.
- 2.4. O método fenomenológico.
- 2.5. O método de análise estrutural.

III UNIDADE: Filosofia e Teoria do Conhecimento

- 3.1. O fenômeno do conhecimento.
- 3.2. Teorias da verdade.
- 3.3. Pontos de referência da Teoria do Conhecimento: intuição e percepção.

IV UNIDADE: Filosofia e o tema da liberdade

- 4.1. A Teoria empirista
- 4.2. A Teoria Kantiana
- 4.3. A Teoria dialético-materialista
- 4.4. A Teoria existencialista

V UNIDADE: Lógica formal

- 5.1. O conceito de lógica.
- 5.2. Símbolos, termos e idéias.
- 5.3. Proposições ou sentenças.
- 5.4. Sistema dedutivo.
- 5.5. Tipos de silogismo.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___

COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO

Código:

Ano:

1º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Fornecer para o aluno, através do estudo dos princípios e das regras fundamentais do Direito Processual, uma visão unitária do processo, abordando, ao mesmo tempo, as peculiaridades diferenciadoras dos vários ramos deste instituto, contribuindo, assim, para o seu melhor aproveitamento nos estudos posteriores das disciplinas de Direito Processual.

Ementa do programa:

1. Princípios gerais de direito processual
2. Jurisdição
3. Ação
4. Processo

Bibliografia:

- ARRUDA ALVIM**, José Manoel de. *Manual de Direito Processual Civil*. Vol. I e II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- _____. *Tratado de Direito Processual Civil*. Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- ASSIS**, Jacy de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. II, Tomo II. Rio de Janeiro: Ed. Belo Horizonte, 1979.
- AZEVEDO**, Plauto Faraco de. *Crítica à Dogmática e Hermenêutica Jurídica*. Porto Alegre: Ed. Fabris, 1989.
- BANDEIRA DE MELO**, Celso Antônio. *Elementos de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1992.
- _____. *Legalidade, Motivo e Motivação do Ato Administrativo*. In: RDP 90 (1989).
- BARBI**, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. I. 7ª ed. Rio de Janeiro, 1992.
- BASTOS**, Celso Ribeiro. *A Função Jurisdicional dentro dos Poderes do Estado*. In: O Poder Judiciário e a Nova Constituição. Porto Alegre: Ajuris, 1985.



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA GERAL DO PROCESSO

Código:

Período:
2º

Curso:

DIREITO

Departamento:
DEDIPCarga Horária:
60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]
Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

A disciplina Teoria Geral do Processo terá por escopo incutir na mente do acadêmico do Curso de Direito que o processo não é só um instrumento meramente técnico para o cumprimento formal dos preceitos jurídico-substanciais, mas sobretudo um instrumento ético de participação política, de afirmação da liberdade e preservação da igualdade entre os homens.

Assim, a análise dos conceitos e das estruturas do trinômio Jurisdição-Ação-Processo, intimamente ligada à principiologia constitucional e processual, procurará evidenciar os fundamentos do processo dentro da órbita do direito.

Ementa do programa:

1. Jurisdição
2. Ação
3. Processo

Bibliografia:

- ARRUDA ALVIM, José Manoel de. *Manual de Direito Processual Civil*. Vol. I e II. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.
- _____. *Tratado de Direito Processual Civil*. Vol. I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- ASSIS, Jacy de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. II, Tomo II. Rio de Janeiro: Ed. Belo Horizonte, 1979.
- AZEVEDO, Plauto Faraco de. *Crítica à Dogmática e Hermenêutica Jurídica*. Porto Alegre: Ed. Fabris, 1989.
- BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio. *Elementos de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 1992.
- _____. *Legalidade, Motivo e Motivação do Ato Administrativo*. In: RDP 90 (1989).
- BARBI, Celso Agrícola. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Vol. I. 7ª ed. Rio de Janeiro, 1992.

- BASTOS, Celso Ribeiro. *A Função Jurisdicional dentro dos Poderes do Estado*. In: Judiciário e a Nova Constituição. Porto Alegre: Ajuris, 1985.
- CALMON DE PASSOS, Joaquim José. *Democracia, Participação e Processo*. In: Participação e Processo. Coordenação: Ada P. Grinover, C.R. Dinamarco e Kazuo Watanabe. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.
- CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Ed. Fabris, 1988.
- CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Malheiros, 1993.
- CINTRA, Antônio Carlos Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini & DINAMARCO, Cândido R. *Teoria Geral do Processo*. São Paulo: Malheiros, 1992.
- CRUZ, José Raimundo Gomes da. *Estudos sobre o Processo e a Constituição Federal*. São Paulo: Saraiva, 1993.
- COQUELHO COSTA, Carlos. *Princípios de Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: LRT, 1976.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.
- _____. *Execução Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- _____. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 1992.
- FARIA, José Eduardo. *Justiça e Conflito: os juizes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Federal*. São Paulo: Saraiva, 1990.
- GREGO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva, 1996.
- _____. *Tutela Constitucional das Liberdades*. São Paulo: Saraiva, 1989.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. *Novas Tendências do Direito Processual*. Rio de Janeiro, 1990.
- LIMA, Alcides de Mendonça. *Os Princípios Informativos no código de Processo Civil*. In: Revista Forense. Vol. 295.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 1996.
- NASCIMENTO, Amaury Mascaro. *Elementos de Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: LTR, 1990.
- NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.
- RIBEIRO, Djanira Maria Radamés de Sá. *Teoria Geral do Direito Processual Civil*. Rio de Janeiro: AIDE, 1991.
- ROSA, Eliézer. *Novo Dicionário de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1986.
- SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva, 1988.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

_____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 1994.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. *O Processo Civil na Nova Constituição*. In: Revista Forense. Vol. 304.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual*. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 1986.

TUCCI, Rogério Lauria & TUCCI, José Rogério Cruz e. *Constituição de 1988 e Processo*. São Paulo: Saraiva, 1989.

WATANABE, Kazuo. *Da Cognição no Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.



Conteúdo Programático:

1. GENERALIDADES

- Sociedade e Tutela Jurídica: os conflitos e insatisfações; a Função Estatal pacificadora; meios alternativos de Pacificação Social.
- O Processo e o Direito Processual: Denominação e Âmbito, Visão dogmática e sistemática dos vários ramos processuais.
- Evolução Histórica do Direito Processual: Processo Romano; Período das “legis actiones”; Período do Processo Formulário; Período da “extraordinária cognitio”; Processo Romano-Barbárico; Processo comum na Itália; Período do Glosadores; Período da Jurisprudência “culto”; o Processo Comum na Alemanha; as Ordenações; o Regulamento 737; a República e o Processo; a Reunificação do Processo.
- O Processo e as Constituições Brasileiras: análise da situação do processo judicial no âmbito das Constituições Brasileiras.
- O Processo e a Constituição Federal de 1988: exame das Garantias do Cidadão em face das Garantias Processuais Constitucionais.
- Princípios Informativos do Direito Processual: Princípio Econômico; Princípio Político; Princípio Jurídico; Princípio Lógico.
- Princípios Constitucionais do Direito Processual: Garantias Gerais; a Garantia da Coisa Julgada; os Princípios Constitucionais do Processo Penal; os Princípios Constitucionais do Processo Civil; Aplicação dos Princípios Constitucionais nos Direitos Administrativo, Tributário, Constitucional.
- Norma Processual: Objeto e Natureza jurídica; Norma Jurídica; Normas Cogentes e Dispositivas; Norma Processual e Norma Substancial.
- Fontes da Norma Processual: Competência para legislar sobre os diversos ramos do Direito Processual; Normas Processuais na Constituição federal; Outras Normas Constitucionais que versam sobre matéria Processual; Fontes Subsidiárias da Norma Processual.
- Eficácia da Lei Processual no Espaço e no Tempo: Dimensões da Norma Processual; Eficácia da Norma Processual no Espaço; Eficácia da Norma Processual no Tempo.
- Interpretação da Lei Processual: Interpretação da Lei, seus Métodos e Resultados; Interpretação e Integração; Interpretação e Integração da Lei Processual.

2. JURISDIÇÃO

- Jurisdição: Conceito; Escopo Jurídico de Atuação do Direito; Jurisdição, Legislação e Administração; Princípios Fundamentais; Extensão da Jurisdição; Poderes Inerentes à Jurisdição.
- Espécies de Jurisdição: Unidade da Jurisdição; Jurisdição Penal, Civil, Administrativa, Tributária, Trabalhista, Constitucional; Jurisdição Especial ou Comum; Jurisdição Superior ou Inferior.
- Limites da Jurisdição: Generalidades; Limites Internacionais; Limites Internacionais de Caráter Pessoal; Limites Internos.

- Poder Judiciário - Funções, Estrutura e Órgãos: Conceito; Funções do Poder Judiciário; Função Jurisdicional; Órgãos da Jurisdição.
- O Poder Judiciário e suas Garantias: a Independência do Poder Judiciário; as Garantias do Poder Judiciário como um todo; as Garantias dos Magistrados; Garantias de Independência; Impedimentos como Garantia de Imparcialidade.
- Organização Judiciária - Nacional e Estaduais: Conceito; Competência Legislativa; Conteúdo da Organização Judiciária; Magistratura; Duplo Grau de Jurisdição; Composição dos Juízos; Divisão Judiciária.
- Serviços Auxiliares da Justiça: órgãos principais e Órgãos auxiliares da Justiça; Auxiliares Permanentes e Eventuais da Justiça; Fé-Pública.
- O Advogado, o Defensor Público e o Ministério Público: Noções Gerais; Estrutura; Breve análise de suas atribuições.
- Competência: Conceito; Distribuição da Competência; Órgãos Judiciários Diferenciados; Dados referentes à Causa; Dados referentes ao Processo; Prorrogação da Competência; Causas de Prorrogação da Competência; Prorrogação da Competência e Prevenção; Conexão de causas; Continência de Causas; "Perpetuatio Jurisdictionis"; Conflito de Competência.

3. AÇÃO

- Ação e Exceção: Conceito e Natureza Jurídica; Teorias da Ação; Ação no Pólo Ativo e no Pólo Passivo da relação jurídico-processual.
- A Ação e o Sistema Processual Brasileiro: Noções Gerais; Elementos da Ação: Partes, Pedido e Causa de Pedir; Fundamento Jurídico e Fundamento Legal.
- Condições da Ação: Noções Gerais; Interesse de Agir, Legitimidade para a Causa e Possibilidade Jurídica do Pedido.
- Classificação das Ações: Noções Gerais; Ação Declaratória; Ação Constitutiva; Ação Condenatória; Ação Mandamental. Ações de Conhecimento, de Execução e Cautelar.
- Ação Declaratória: Espécies e Funções; A Ação Declaratória e seus problemas práticos - Declaratória e Violação do Direito; Declaratória e mero fato; Ação Declaratória e Reconvenção; Declaratória e Cumulação de Ações; Declaratória e Falsidade de Documento; A Ação Declaratória Incidental.

4. PROCESSO

- Processo: Processo e Procedimento; Teorias sobre a Natureza Jurídica do Processo; Natureza Jurídica do Processo; Relação Jurídica Processual e Relação Material; Sujeitos da Relação Processual; Objeto da Relação Processual; Características da Relação Processual; Autonomia da Relação Processual; Início e Fim do Processo.
- Sujeitos do Processo: Generalidades; o Juiz; Autor e Réu; Litisconsórcio; Intervenção de Terceiro; o Advogado; o Defensor Público; o Ministério Público.
- Espécies de Processo e de Procedimento: Classificação de Processos; Processo de Conhecimento; Sentença Meramente Declaratória; Sentença Condenatória; Sentença

Constitutiva; Efeitos da Sentença; Coisa Julgada; Processo e Provimento Executivo; Sobre a Execução Penal; Processo Cautelar.

- Pressupostos Processuais: A Relação Jurídica Processual; Pressupostos Processuais da existência da Relação Jurídica Processual; Requisitos da Validade da Relação Jurídica Processual; Pressupostos Processuais Negativos.
- Formas Processuais - Procedimento: O Sistema da Legalidade das Formas; as Exigências quanto à Forma; o Lugar dos Atos do Procedimento; O Tempo dos Atos do Procedimento; o Modo do Procedimento e dos seus Atos; O Modo da Linguagem do Procedimento; o Modo da Atividade e do Impulso Processual no Procedimento.
- Atos Processuais - Classificação, forma e nulidades: Noções Gerais; Fatos e Atos Processuais; Classificação dos Atos Processuais; Atos Processuais do Juiz, das Partes, dos Auxiliares da Justiça; Atos Processuais Simples e Complexos; Documentação do Ato Processual; Inobservância da Forma; Nulidade e Decretação da Nulidade; Nulidade Absoluta e Nulidade Relativa; Inexistência do Ato Processual; Convalidação do Ato Processual.



DATA ___/___/___


COORDENADOR/DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL

Código:

Período:
2ºCurso:
DIREITODepartamento:
DEDISCarga Horária:
120

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]
Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Propiciar ao aluno conhecimento detalhado da dogmática do texto constitucional vigente, destacando, em particular, a questão dos Direitos Fundamentais e das normas que estruturam o Estado brasileiro.

Ementa do programa:

1. Dos Princípios Fundamentais.
2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.
3. Da Organização dos Poderes.
4. Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.
5. Da Tributação e do Orçamento.
6. Da Ordem Econômica e Financeira.
7. Da Ordem Social.

Bibliografia:

- ALEXY, Robert. *Theorie der Grundrechte (Teoria de los Derechos Fundamentales)*. Versión castellana: Ernesto Garzón Valdés. Ed. Centro de Estudios Constitucionales. Madrid, 1993.
- ANDRADA, José Bonifácio Borges de. *Direito à Vida*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Vol. 670. 1991. p.377-379.
- ANDRADE, Léo Rosa de. *Liberdade Privada e Ideologia*. São Paulo: Editora Acadêmica. 1993.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A Proteção Constitucional da Própria Imagem*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.
- _____. *A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1994.
- ATALIBA, Geraldo. *Elementos de Direito Tributário*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978.
- _____. *Hipótese de Incidência Tributária*. 5ª. ed. São Paulo: Editora Malheiros. 1990.

- BALDASSARRE, Antonio. *Privacy e Costituzione. L'esperienza statunitense*. Roma: Editore. 1974.
- BARROSO, Luís Roberto. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas normas. Limites e Possibilidades da Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1993.
- BARTOLOMEI, Franco. *La Dignità Umana come Concetto e Valore Costituzionale*. Torino: G. Giappichelli Editore. 1987.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 14ª. ed. Saraiva. São Paulo, 1992.
- BEIGNIEUR, Bernard. *Le Droit de la Personnalité*. Paris. Presses Universitaires de France. 1992.
- BITTAR, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*. São Paulo: Forense Universitária. 1989.
- BLOMM, Alan. *O Declínio da Cultura Ocidental. Da crise da Universidade à crise da Sociedade*. São Paulo, Editora Best Seller. 1989.
- BOBBIO, Noberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. 2ª. ed. Trad. Bras. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo, Malheiros. 1993.
- BREUVART, Jean-Marie. *Le Concept Philosophique de la Dignité Humaine*. Le Supplément - Revue D'Éthique et Théologie Morale. Paris, N°. 191, décembre, 1994.
- BURDEAU, George. *Les Libertés Publiques*. 4ª. éd. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- CAMPANHOLE, Adriano. *Constituições do Brasil*. São Paulo. Atlas. 9ª. ed. 1986.
- CABRILLAC, Rémy et alli. *Droits et Libertés Fondamentaux*. Paris. Dalloz. 1994.
- CALLEJÓN, Maria Luisa Balaguer. *El Derecho Fundamental Al Honor*. Madrid. Editorial Tecnos. 1992.
- CAMPOAMOR, Alfonso Fdez Miranda. *El Secreto Profesional de los Informadores*. Madrid. Editorial Tecnos. 1990.
- CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Ed. Comp. das Letras. 1995.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. *Tópicos de um Curso de Mestrado sobre Direitos Fundamentais, Procedimento, Processo e Organização*. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Vol. LXVI. 1990.
- CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional*. 5ª. ed. Coimbra: Almedina, 1992.
- CARRIO, Genaro R. *Notas sobre Derecho y Lenguaje*. Buenos Aires: Ed. Abeledo-Perrot. 1973.
- CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de lógica jurídica*. São Paulo. fac-símile, PUC-SP.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *Direito Natural e Direito Civil em Hobbes e Espinosa*. Rev. Crítica do Direito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. n°. 1. 1980.
- CHAVES, Antônio. *Direito à Vida e ao Próprio corpo (intersexualidade, transexualidade, transplantes)*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 2ª. ed. 1994.
- CIFUENTES, Santos. *Los Derechos Personalísimos*. Buenos Aires: Lener Editores, 1974.
- CLÉVE, Clémerson Merlin. *Temas de Direito Constitucional*. São Paulo: Acadêmica. 1993.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Liberdades Formais e Liberdades Reais*. In Para Viver a Democracia. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

- COMPARATO, Fábio Konder. *Função Social do Jurista no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Vol. 670. 1991. p. 07-13.
- COSTA JR, Paulo José da. *O Direito de estar só, tutela penal da intimidade*. 2ª. ed. Editora Revista dos Tribunais. 1995.
- CUPIS, Adriano de. *Os Direitos da Personalidade*. Trad. de Adriano Vera Jardim e Antonio Caeiro. Lisboa. Livraria Moraes. 1961.
- DIÁRIO POPULAR, Jornal. *Revista*. São Paulo, 03 de dezembro de 1994.
- DINIZ, Maria Helena. *Conflito de Normas*. São Paulo. Ed. Saraiva, 1987.
- DOTTI, René Ariel. *A Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- _____. *A Liberdade e o Direito à Intimidade*. Brasília, Revista de Informação Legislativa, nº 66, 1980. p. 125-153.
- DRAN, Michel. *Le Controle Juridictionnel et la Garantie des Libertés Publiques*. Paris. Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- EIRAS, Agostinho. *Segredo de Justiça e Controle de Dados Pessoais Informatizados*. Coimbra. Coimbra Editora. 1992.
- FAVOREU, Louis & PHILIP, Loïc. *Les grandes décisions du Conseil constitutionnel*. Paris Dalloz. 1993.
- FERRAZ JR, Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas. 1988.
- _____. *Sigilo de Dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado*. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. nº. 1. São Paulo. 1992. p. 77-90.
- _____. *A Teoria da Norma Jurídica - Ensaio de Pragmática da Comunicação Normativa*. Rio de Janeiro. Forense. 1986.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *'Ligações Perigosas': Empresária entra com ação contra a Telesp*. São Paulo, 09 de junho de 1995. Supl. São Paulo.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Vícios Privados, Benefícios Públicos?* 2ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- FRANCESCHELLI, Bruno. *Il Diritto alla Riservatezza*. Napoli. Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene. 1960.
- GARCIA, Maria. *Desobediência Civil - Direito Fundamental*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1994.
- GIANNOTTI, Eduardo. *A Tutela Constitucional da Intimidade*. São Paulo: Forense. 1987.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp Editora, 1991.
- _____. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo. Unesp Editora, 1993.
- GIOCOIA JR, Oswaldo. *Nietzsche e a Modernidade segundo Habermas*. In IDÉIAS, Rev. do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ano I nº. 2 1994.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. São Paulo, Saraiva, 1995.
- GRAU, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação Crítica)*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. *Inviolabilidade do Domicílio na Constituição*. São Paulo: Manheiros. 1993.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe.



- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Tradução de Flávio R. de Sousa. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Trad. Bras. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro. 1989.
- HANNAH, Arendt. A Condição Humana. Trad. bras. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1987.
- _____. Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo. Imperialismo. Totalitarismo. Trad. bras. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.
- HESSE, Konrad. A Força Normativa da Constituição. Trad. bras. Porto Alegre: Sérgio Fabris Editores, 1991.
- _____. La interpretación constitucional. In Escritos de Derecho Constitucional. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.
- JAKOBSON, Roman. Relações entre a Ciência da linguagem e as outras Ciências. Lisboa: Livraria Bertrand. 1973.
- KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: O que é o Iluminismo. In: A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70. 1988. p. 11-19.
- LAFER, Celso. A Reconstrução dos Direitos Humanos - Um Diálogo Com o Pensamento de Hannah Arendt. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro. O Desafio da Ética. Revista Brasileira de Filosofia. 1993.
- LIMA, Jesus Costa. Comentários às súmulas do STJ. Brasília. Ed. Brasília Jurídica. 1993.
- LINDON, Raymond. Les Droit de la Personnalité. Paris: Dalloz, 1983.
- LUHMAM, Niklas. A Legitimação pelo procedimento. Trad. bras. de Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.
- LUÑO, Antonio E. Pérez. Derechos Humanos, Estados de Derecho y Constitución. Madrid: Editorial Tecnos. 1991.
- _____. Los Derechos Fundamentales. Madrid: Tecnos. 1993.
- MARTINEZ, Jaime Vidal. El derecho a la intimidad en la Ley Orgánica de 5/5/1982. Madrid, Editorial Montecorvo. 1984.
- MATTIA, Angelo de. Il Giudice e il Diritto al Rispetto della Vita Privata. Bologna. Ponte Nuovo Editrice. 1976.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo, 5ª. ed. Malheiros, 1994.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Colisão de direitos fundamentais: Liberdade de expressão e de comunicação e o direito à honra e à imagem. Revista de Informação legislativa. nº. 122. Brasília. 1994. p. 297-300.
- MEYER, Phiip. A Ética no Jornalismo. Trad. bras. São Paulo: Forense Universitária, 1987.
- MONREAL, Eduardo Novoa. Derecho a la Vida Privada Y Libertad da Información: Um conflito de derechos. 1ª. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- NEVES, Marcelo. Legalismo e impunidade: Intolerância e premissividade jurídicas na América Latina - Notas para discussão no ano mundial da tolerância. Texto apresentado ao Encontro sobre tolerância na América Latina, promovido pela UNESCO e a UFRJ, realizado no Rio de Janeiro, no período de 12 a 16 de setembro de 1994.



OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. Crimes Contra a Honra - Direito Material e Formal. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 1994.

PACE, Alessandro. Problematica delle libertá costituzionali. 2ª. ed. Padova: Cedam Editores. 1990.

PASCAL, Blaise. Pensamentos Políticos. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1994.

PÁSOLINI, Pier Paolo. Os Jovens Infelizes. Antologia de ensaios corsários. Trad. bras. São Paulo, Brasiliense. 1990.

PINTO, Paulo Mota. O Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada. Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra. 1993.

RADBRUCH, Gustav. Filosofia do Direito. 6ª. ed. Trad. L. Cabral de Moncada. Coimbra: Arménio Amado Editor. 1979.

RIVERO, Jean. Les Libertés Publiques. Paris. Ed. Presses Universitaires de France. 1973.

ROBERT, Jacques. Droits de l'homme et libertès fondamentales. Avec la collaboration de Jean Duffar. 5ª. édition. Paris: Ed. Montcherestien. 1994.

ROBERT, Jaques. Libertés Publiques. Paris. Éditions Montchrestien. 1971.

ROCHE, Jean. Libertés Publiques. 5ª. édition. Paris. Dalloz, 1978.

ROMANO, Roberto. Conservadorismo Romântico. Origem do Totalitarismo. São Paulo. Brasiliense, 1981. p. 98.

_____. A tirania do olhar. In: O Pensamento em crise e as artimanhas do poder. São Paulo: Unesp Editora. 1988.

SALAIB FILHO, Nagib. Anotações à Constituição de 1988. Aspectos Fundamentais. Rio de Janeiro. Ed. Forense. 3ª. ed. 1992.

SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público. As Tirantias da Intimidade. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.

SILVA, José Afonso da. Aplicabilidade das normas constitucionais. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1982.

_____. Curso de Direito Constitucional Positivo. 10ª. ed. São Paulo: Malheiros. 1995.

SILVA, Júlio Reis et alli. Direito da informática, legislação e deontologia. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.

SUNDFELD, Carlos Ari. Fundamentos de Direito Público. São Paulo: Malheiros. 1992.

SZANIAWSKI, Elimar. Direitos de Personalidade e sua Tutela. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 1993.

TELLES, Vera. Sociedade Civil, Direitos, Espaços Públicos. Revista da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992. p. 43-53.

TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. 10ª. ed. São Paulo: Malheiros. 1993.

TRINDADE, Antônio Carlos Cançado. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos - Fundamentos Jurídicos e Instrumentais Básicos. São Paulo. Ed. Saraiva, 1991.

Conteúdo Programático:



1. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

2. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

- Dos direitos e deveres fundamentais;
- Dos direitos sociais;
- Da nacionalidade;
- Dos direitos políticos;
- Dos partidos políticos.

3. DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

- Da Organização político-administrativa;
- Da União;
- Dos Estados federados;
- Dos municípios;
- Do Distrito Federal e territórios;
- Da intervenção;
- Da administração pública.

4. DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

- Do poder legislativo;
- Do processo legislativo;
- Da emenda à Constituição;
- Do Tribunal de Contas da União;
- Do Poder Executivo;
- Do Poder Judiciário;
- Das funções essenciais à justiça.

5. DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

- Do estado de defesa e do estado de sítio;
- Das forças armadas;
- Da segurança pública.

6. DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

- Do sistema tributário nacional;
- Dos princípios gerais;
- Das funções públicas.

7. DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

- Dos princípios gerais da atividade econômica;
- Da política urbana;
- Da política agrícola;
- Do sistema financeiro nacional.



8. DA ORDEM SOCIAL

- Da seguridade nacional;
- Da educação, da cultura e do esporte;
- Da ciência e tecnologia;
- Da comunicação social;
- Do meio ambiente;
- Da família, da criança, do adolescente e do idoso;
- Dos índios.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DAS OBRIGAÇÕES		Código:
Período: 2º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIF
Carga Horária: 120	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Propiciar aos alunos do Curso de Direito uma aprendizagem teórico-prática sobre o direito obrigacional, dando-lhes base científica para o conhecimento do direito privado e experiência profissional.

Propiciar aos mesmos alunos os conhecimentos básicos e fundamentais relativos à maior das fontes das obrigações, ou seja, os contratos.

Ementa do programa:

1. Noção geral das obrigações. Classificação quanto ao objeto, aos sujeitos e aos elementos fundamentais.
2. Transferência das obrigações (cessão de crédito).
3. Pagamento das obrigações: pagamento direto, indevido, indireto e pagamentos especiais.
4. Inexecução das obrigações: inimizabilidade, cláusula penal, mora, juros e perdas e danos.
5. Teoria geral dos contratos: formação, interpretação, classificação, extinção e ineficácia.

Bibliografia:

- ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas conseqüências*. 5ª ed. SP: Saraiva, 1980.
- ANTUNES VARELA. *Direito das Obrigações*. 2 vol. Rio: Forense, 1978.
- BEVILAQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. 11ª ed. Vol. IV. Livraria Francisco Alves, 1958.
- _____. *Direito das Obrigações*. Ed. Histórica.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Vol. I e II. 7ª ed. Saraiva, 1993.
- GOMES, Orlando. *Introdução ao Direito Civil*. 3ª ed. RJ: Forense, 1971.
- _____. *Obrigações*. 3ª ed. RJ: Saraiva, 1972.
- JOSSERAND. *Cours de droit positif français*. 3ª ed. Paris, vol. 2-95.
- LEVENHAGEM, Antônio José de Souza. *Código Civil - Comentários didáticos*. 2ª ed. Ed. Atlas S/A, 1983.
- MAZEAUD MAZEAUD. *Leçons de droit civil*. Paris, 1956.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Vol. II. 12ª ed. Forense, 1993.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*. Vol 2 e 3. 21ª ed. Saraiva.

SERPA LOPES. *Curso de Direito Civil*. 4ª ed. Freitas Bastos, 1964. vsl. 3

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito Civil - Obrigações*. Vol. 2. SP: Atlas, 1988.

WALD, Arnaldo. *Curso de Direito Civil Brasileiro - Obrigações e contratos*. 11ª ed. Ed. RT.



Conteúdo Programático:



1 NOÇÃO GERAL DE OBRIGAÇÃO:

- conceito
- evolução histórica
- elementos essenciais
- Fontes e obrigação propriamente ditas, reais e propter rem.

2. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES QUANTO AO OBJETO:

- positivas e negativas.
- De dar coisa certa e incerta
- De fazer e não fazer.

3. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES SEGUNDO O SUJEITO:

- indivisibilidade e solidariedade.

4. CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO OS ELEMENTOS NÃO FUNDAMENTAIS:

- obrigação alternativa, pura, impura, condicional, modal e termo; principal e acessória; pecuniária.

5. PAGAMENTO:

- execução voluntária:
 - conceito, condição subjetivas e objetivas;
 - lugar, tempo e prova do pagamento.

6. PAGAMENTOS ESPECIAIS:

- pagamento por consignação,
- doação em pagamento,
- novação, compensação, confusão e remissão.

7. APÊNDICE AOS PAGAMENTOS:

- sub-rogação,
- compromisso,
- transação e imputação do pagamento.

8. PAGAMENTO INDEVIDO.

9. DA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E SUAS CONSEQÜÊNCIAS:

- inadimplemento absoluto e relativo;
- inimputabilidade passiva e ativa,
- cláusula penal, mora, juros e perdas e danos.



10. TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES:

- cessão de crédito.

11. CONTRATOS:

- conceito no Direito Romano;
- evolução do conceito;
- conceito moderno; acepções da palavra; aspecto material;
- princípios fundamentais do direito dos contratos,
- requisitos,
- teoria da imprevisão.

12. FORMAÇÃO DOS CONTRATOS:

- manifestação da vontade,
- negociação preliminar, proposta, aceitação,
- lugar da celebração,
- contratos dependentes de interesse público e direito de arrependimento;
- contrato sobre herança de pessoa viva;
- da impossibilidade da prestação.

13. DA INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS:

- generalidades,
- regras de interpretação no direito positivo;
- da interpretação.

14. DA CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS:

- generalidades;
- bilaterais ou sinalmáticos e unilaterais; típicos,

- atípicos e mistos;
- consensuais e reais;
- solenes e não solenes;
- onerosos e gratuitos,
- comutativos e aleatórios;
- de execução imediata,
- diferida ou sucessiva; definitivo e preliminar;
- individuais e coletivos; por adesão.



15. DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.

16. DA INEFICÁCIA DOS CONTRATOS.

DATA ____/____/____


COORDENADOR DE CURSO

DATA ____/____/____

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PENAL I		Código:
Período: 2º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Dar ao aluno uma visão generalizada sobre teoria geral do Direito Penal pelo estudo de sua História e exame detalhado dos artigos da parte geral do Código Penal em vigor, até o artigo 120.

Ementa do programa:

1. Introdução ao Estudo do Direito Penal.
2. Evolução Histórica.
3. Doutrinas e Escolas Penais.
4. A Lei Penal.
5. Do Tipo Legal do Crime.
6. Eficácia da Lei Penal no Tempo.
7. Eficácia da Lei Penal no Espaço.
8. Eficácia da Lei Penal com relação às Pessoas.
9. Crime.
10. Fato Típico.
11. Antijuridicidade.
12. Culpabilidade.
13. Concurso de Pessoas.
14. Da Aplicação da Sanção Penal.
15. Efeitos da Sentença Penal.
16. Reabilitação
17. Da Ação Penal.
18. Extinção da Punibilidade.

Bibliografia:

- ALBUQUERQUE, Paulo Sérgio Pinto de. *Introdução à actual discussão sobre o problema da culpa em Direito Penal*. Coimbra. Almedina, 1994.
- BEMFICA, Francisco Vani. *Da Teoria do Crime*. 1ª ed., São Paulo, Saraiva, 1990.
- BRUNO, Anibal. *Direito Penal*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- CERNICCHIARO, Luís Vicente. *Direito Penal na Constituição*. São Paulo: RT, 1995.

- COSTA JÚNIOR, Paulo José. Comentários ao Código Penal. São Paulo: Saraiva, 2^a ed. 1994. Vol. 1.
- COSTA, Paulo José da. Direito Penal. Parte Geral. 2^a ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado - ampliado e atualizado. São Paulo: Renovar, 1996.
- FARIA, Bento de. Código Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2^a ed., 1959.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- FRANCO SILVA, Alberto. Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. São Paulo: RT, 5^a ed. 1995. Vol I
- HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal. Vol. 1/10. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- JESUS, Damásio E. Código Penal Anotado. São Paulo: Saraiva, 1995.
- _____. Direito Penal. Vol. 1. 17^a ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- LUIZI, Luiz. Os Princípios Constitucionais Penais. Ed. Sete Mares, 1^a ed., 1991
- MIRABETE, Júlio Fabrine. Manual de Direito Penal. Vol. 1, São Paulo: Atlas, 1996.
- NORONHA, Edgard Magalhães. Direito Penal. Vol. 1 São Paulo: Saraiva, 1995.
- SALES JÚNIOR, Romeu Almeida. Curso Completo de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 4^a ed, 1993.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão e CORRÊA JÚNIOR, Alceu. Pena e Constituição. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1995.
- TOLEDO, Francisco de A. Princípios Básicos de Direito Penal. 4^a ed. SP: Saraiva, 1991



Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO PENAL:

- Denominação;
- Conceito;
- Características;
- Fins;
- Limites do Direito;
- Direito Penal como ramo do Direito Público;
- Relação do Direito Penal com outros ramos do Direito.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA:

- Tempos primitivos;
- Vingança Privada;
- Vingança Divina;
- Vingança Pública;
- Período Humanitário;
- Período Criminológico.

3. DOUTRINAS E ESCOLAS PENAIAS:

- Correntes doutrinárias;
- Escola Clássica;
- Escola Correccionalista;
- Escola Positiva;
- Terceira Escola;
- Escola Moderna Alemã;
- Outras Escolas;
- Tendências.

4. A LEI PENAL:

- Conceito;
- Conteúdo;
- Fontes;
- Norma Penal em Branco;
- Classificação da Norma Penal;
- Destinatários;
- Formas de Interpretação;
- Analogia.

5. DO TIPO LEGAL DO CRIME:

- Conceito;
- Evolução;
- Tipo Legal e Tipo do Injusto;
- Elementos do Tipo: negativos, normativos, objetivos, subjetivos e materiais;
- Classificação dos Tipos Penais.



6. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO:

- Nascimento e revogação;
- Abolitio Criminis;
- Novatio Legis Incriminadora;
- Novatio Legis Inpejus;
- Novatio Legis in Mellius;
- Leis Intermediárias;
- Leis Temporárias e excepcionais;
- Norma Penal em Branco e o Direito Intertemporal.
- Irretroatividade da Lei Penal;
- Apuração da Lei Mais Benigna;
- Combinação de Lei; Conflito aparente de normas;
- Tempo do crime.

7. EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO:

- Princípios de direito penal internacional;
- Territorialidade; Lugar do crime;
- Extraterritorialidade;
- Contravenções;
- Regra do "Non bis in idem";
- Eficácia da sentença penal estrangeira.

8. EFICÁCIA DA LEI PENAL COM RELAÇÃO ÀS PESSOAS:

- Imunidades diplomáticas;
- Imunidades parlamentares;
- Imunidades Absolutas e relativas;
- Imunidades de deputados estaduais e vereadores;
- Outras prerrogativas;
- Extradicação.

9. CRIME:

- Conceito formal e material;
- Sujeitos do crime;

- Capacidade Penal;
- Título do Delito;
- Classificações legais e doutrinárias.



10. FATO TÍPICO:

- Conceito;
- Elementos;
- Teorias sobre a conduta: causalista, finalista, social e jurídico-penal;
- Características e elementos da conduta;
- Resultado;
- Relação de causalidade;
- Teorias da tipicidade;
- Teoria do tipo;
- Teoria permissivo;
- Princípio da adequação social;
- Princípio da insignificância;
- Tipo do crime doloso;
- Tipo de crime culposos;
- Crime preterdoloso;
- Erro do tipo;
- Crime consumado;
- Crime tentado;
- Desistência voluntária;
- Arrependimento eficaz;
- Arrependimento posterior;
- Crime impossível.

11. ANTIJURIDICIDADE:

- Conceito;
- Antijuridicidade formal e material;
- Causas de exclusão de antijuridicidade: Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal, exercício regular do direito;
- Causas supralegais de exclusão de ilicitude;
- Violência esportiva;
- Intervenções médico cirúrgicas;
- Consentimento do ofendido;
- Excesso nas justificativas.

12. CULPABILIDADE:

- Noção e evolução da idéia da culpabilidade;

- Culpabilidade por fato doloso;
- Conceito de culpabilidade;
- Teorias psicológica, psicológico-normativa, normativa pura e limitada da culpabilidade;
- Elementos da culpabilidade;
- Imputabilidade;
- Potencial conhecimento da ilicitude;
- Exigibilidade de conduta diversa;
- Causas de exclusão de culpabilidade;
- Erro de proibição;
- Coação moral irresistível;
- Obediência hierárquica;
- Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado;
- Embriaguez;
- Discriminantes putativas;
- Menoridade penal.



13. CONCURSO DE PESSOAS:

- Conceito;
- Teorias;
- Causalidade física e psíquica;
- Requisitos;
- Autoria;
- Co-autoria;
- Participação;
- Autoria mediata;
- Concurso de pessoas e crimes por omissão;
- Co-autoria em crime culposos;
- Cooperação dolosamente distinta;
- Punibilidade no concurso de agentes;
- Qualificadoras e agravantes;
- Concurso e circunstâncias do crime;
- Autoria incerta;
- Multidão delinqüente.

14. APLICAÇÃO DA SANÇÃO PENAL:

- Conceito, fins e características das penas;
- Sistemas penitenciários;
- Classificação das penas;
- Medidas de segurança;
- Circunstâncias agravantes e atenuantes;



- Cominação e aplicação da pena;
- Concurso de crimes;
- Suspensão condicional da pena;
- Livramento condicional;
- Efeitos da sentença penal;
- Reincidência.

15. EFEITOS DA SENTENÇA PENAL:

- Efeitos penal principais e secundários;
- Efeitos extrapenais.

16. REABILITAÇÃO:

- Conceito;
- Requisitos;
- Efeitos;
- Revogação.

17. DA AÇÃO PENAL:

- Conceito;
- Classificação;
- Ação penal Pública;
- Ação penal privada;
- Ação penal privada subsidiária da pública;
- A ação penal e a imunidade parlamentar.

18. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE:

- Conceito;
- Condições;
- Causas extintivas;
- Escusas absolutórias;
- Momento da ocorrência;
- Efeitos;
- Imunidade parlamentar material;
- Abolitico Crimines;
- Perdão do ofendido;
- Morte do agente;
- Anistia;
- Graça;
- Indulto;
- Renúncia;

- Perdão judicial;
- Decadência;
- Perempção;
- Retratação do agente;
- Casamento subsequente;
- Prescrição.



DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___ / ___ / ___

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO COMERCIAL I

Código:

Ano:

2º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Estudo introdutório do Direito Comercial brasileiro, suas fontes e instituições, bem como estudo pormenorizado de todas as sociedades comerciais.

Ementa do programa:

1. Teoria Geral do Direito Comercial
2. Direito Societário.

Bibliografia:

ABREU, Iolanda Lopes de. Responsabilidade Patrimonial dos Sócios nas Sociedades Comerciais de Pessoas. São Paulo: Saraiva, 2ª ed.

ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das Sociedades Comerciais. São Paulo: Saraiva, 6ª ed.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. Títulos de Crédito: Doutrina e Jurisprudência. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

_____. Direito Processual Societário. Rio de Janeiro: Forense, 6ª ed.

BORGES, João Eunápio. Curso de Direito Comercial Terrestre. Rio de Janeiro: Forense, 5ª ed., 1991.

BORGES, João Eunápio. Títulos de Crédito. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

BULGARELLIL, Valdirio. Direito Comercial. São Paulo: Atlas, 1993.

BULGARELLIL, Valdirio. Manual das Sociedades Anônimas. São Paulo: Atlas, 1993.

BULGARELLIL, Valdirio. Títulos de Crédito. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. Sociedades Comerciais. São Paulo: Atlas, 4ª ed.

COELHO, Fábio Ulhôa. Código Comercial e Legislação Complementar Anotados. São Paulo: Saraiva, 1995.

COELHO, Fábio Ulhôa. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 1996.

COSTA, Wille Duarte. Código Comercial Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

DORIA, Dylson. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 1º Vol., 1994.

FERREIRA, Waldemar. Tratado das Sociedades Comerciais. São Paulo: Saraiva, 4ª ed.

LAMY FILHO, Alfredo. A Lei das S.A. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

LIMA, Osmar Brina Corrêa. Curso de Direito Comercial. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

PAPINI, Roberto. Sociedade Anônima e Mercado de Valores Mobiliários. Rio de Janeiro: Forense, 1988.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.

ROCHA FILHO, José Maria. Curso de Direito Comercial. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

SANT'ANA, Rubens. Direito Societário. Livraria do Advogado, 2ª ed.

SILVA, De Plácido e. Noções Práticas de Direito Comercial. Rio de Janeiro: Forense, 1992.



Conteúdo Programático:

PRIMEIRA PARTE - TEORIA GERAL DO DIREITO COMERCIAL



CAPÍTULO 1 - CONCEITUAÇÃO DO DIREITO COMERCIAL

1. CONCEITUAÇÃO INTRODUTÓRIA

- Considerações sobre o conhecimento científico.
- Conceituação de comércio.
 - Etimologia.
 - Conceito econômico.
 - Conceito Jurídico

2. ESFORÇO HISTÓRICO DO DIREITO COMERCIAL

- Antiguidade: normas fragmentárias de direito marítimo.
- Idade Média: (Conceito subjetivista) Direito Comercial como disciplina histórica dos comerciantes.
- Idade Moderna: sistematização das compilações.
- Idade Contemporânea: do objetivismo ao subjetivismo moderno.
 - Objetivismo.
 - Subjetivismo Moderno: Direito Comercial edificado sobre o conceito de empresa.
- História do Direito Comercial no Brasil.
 - Período Luso-Brasileiro.
 - Período Brasileiro: o Código Comercial de 1850.
 - Principais leis complementares.
 - Tentativas de reforma do Código Comercial.

3. DEFINIÇÃO DE DIREITO COMERCIAL

- O Direito Comercial como o direito da empresa mercantil (subjetivismo moderno).
- Críticas ao subjetivismo moderno.
- Definições clássicas.
- Definições propostas.
- Definição didática.
- Características do Direito Comercial.

4. OBJETO E CONTEÚDO DO DIREITO COMERCIAL

5. MÉTODO DO DIREITO COMERCIAL



6. ENQUADRAMENTO ENCICLOPÉDICO DO DIREITO COMERCIAL

- Posição.
- Divisão.
- Autonomia do direito comercial e unificação do direito privado.
 - Autonomia didática.
 - Autonomia formal ou legislativa.
 - Contestação da dicotomia e tendência à unificação.
 - Autonomia científica.
- Relações com outros ramos do direito.

7. FONTES DO DIREITO COMERCIAL

- Primárias.
- Secundárias.
 - Direito Civil.
 - Uso e costumes comerciais.

CAPÍTULO 2 - ATOS DO COMÉRCIO

1. INTERESSE DO ESTUDO DOS ATOS DE COMÉRCIO

2. CONCEITUAÇÃO

- Teoria de Alfredo Rocco.
- Teoria de Gaston Lagarde.
- Considerações: conceito de direito positivo.
- Sistemas legislativos de definição de atos de comércio.
 - Descritivo.
 - Enumerativo.
- Sistema Brasileiro.
 - Atos de comércio para o direito brasileiro.
 - Critérios de determinação.
 1. Histórico.
 2. Legislativo.
 3. Analógico ou da conexão ou dependência.
 - Atividades civis.

- Classificação dos atos de comércio.
 - Objetivos
 - Subjetivos
 - Mistos ou bifrontes
- Classificação de J. X.. Carvalho de Mendonça.



CAPÍTULO 3 - DAS PESSOAS EM DIREITO COMERCIAL: O COMERCIANTE OU EMPRESÁRIO COMERCIAL

1. DA CONCEITUAÇÃO DE EMPRESA: A ATIVIDADE DO EMPRESÁRIO

- Conceituação em Direito Comparado
 - Direito Francês
 - Direito Italiano
- A Empresa no Direito Brasileiro
 - Conceitos contidos em textos legais
 - Conceitos doutrinários.
- Síntese Conclusiva e Proposição de uma Definição.
- Natureza Jurídica.
 - Sujeito de direito.
 - Objeto de direito
 - Tertius genus
- Espécies
 - Civis
 - Comerciais
 - Públicas
- Microempresa

2. O TITULAR DA EMPRESA: O COMERCIANTE OU EMPRESÁRIO

- Definição preliminar
- Espécies
- A concepção clássica de caracterização do comerciante
 - Intermediação.
 - Especulação
 - Profissionalidade/Habitualidade
- Direito Comparado: Sistemas Legislativos de Qualificação do Comerciante
 - França
 - Espanha
 - Alemanha



- Itália
- O Sistema Brasileiro de Qualificação do Comerciante
 - Elementos caracterizadores básicos ou genéricos (art 4º do CCB)
 - Elementos complementares ou específicos do comerciante individual
- Capacidade Jurídica
 - A capacidade civil
 - A capacidade comercial
 - A cessação da incapacidade comercial para os menores: emancipação e autorização
 1. Emancipação
 2. Autorização para comerciar
 - O incapaz como sócio de sociedade mercantil
 - Mulher casada
 - Interdição
- Proibições
- Da Perda da Qualidade de Comerciante

3. REGISTRO PÚBLICO INERENTE AOS EMPRESÁRIOS COMERCIAIS

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

Código:

Ano:

2º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Estudar as informações essenciais ao domínio das normas disciplinadoras do processo de conhecimento na jurisdição civil.

Saber diferenciar as várias possibilidades de intervenção de terceiros no processo.

Enfatizar a importância do Ministério Público e a necessidade de sua atuação nos casos previstos em lei.

Dominar as regras legais referentes aos prazos processuais.

Ementa do programa:

1. Das partes e dos procuradores
2. Do ministério público
3. Dos órgãos judiciais e dos auxiliares da justiça
4. Dos atos processuais
5. Da formação, da suspensão e da extinção do processo

Bibliografia:

ALBERTON, Genacéia da Silva. *Assistência litisconsorcial*. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 1994.

CARNEIRO, Athos Gusmão. *Jurisdição e competência*. 5ª. ed. São Paulo. Saraiva. 1993.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro*. 9ª. ed. São Paulo. Saraiva. 1995. v. 1 e 2.

_____. *Da intervenção de terceiros*. 3ª. ed. São Paulo. Saraiva. 1991.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de direito processual civil*. 4ª. ed. São Paulo. Saraiva. 1996. v. 1.

SANTOS, Moacir Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 18ª. ed. São Paulo. Saraiva. 1995. v. 1 e 2.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. 14ª. ed. Rio de Janeiro. Forense. 1994. v. 1.

Conteúdo Programático:

1. Da capacidade processual
2. Dos deveres das partes e dos seus procuradores
3. Dos deveres, da responsabilidade processual, das despesas e das multas
4. Dos procuradores
5. Da substituição das partes e dos procuradores
6. Do litisconsórcio e da assistência
7. Da intervenção de terceiros
8. Do Ministério Público
9. Da competência, sua modificação e a declaração de incompetência
10. Do juiz, seus poderes, deveres e responsabilidades
11. Do impedimento e da suspeição
12. Dos auxiliares da justiça
13. Da forma, do lugar e do tempo dos atos processuais
14. Das comunicações dos atos processuais
15. Das nulidades
16. Da distribuição, do registro do processo e do valor da causa
17. Da formação do processo
18. Da suspensão do processo
19. Da extinção do processo



DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___

COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: FILOSOFIA DO DIREITO

Código:

Ano:

2º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

- Levar o aluno a perceber a inserção da Filosofia do Direito, bem como a inserção do próprio Direito, na realidade econômica, social, política e histórica.
- Levar o aluno a apreender o direito como uma das múltiplas regiões do real, vinculada dialeticamente ao poder, ao Estado e aos fenômenos econômicos e sociais.
- Levar o aluno a investigar os problemas fundamentais do Direito, ou seja, aqueles problemas concernentes a seu “ser” (problema ontológico), a seu “dever ser” (problema deontológico), a “natureza e processo de conhecimento” (problema epistemológico).

Ementa do programa:

1. Objeto e divisão da Filosofia do Direito.
2. Ontologia, epistemologia e deontologia jurídicas.
3. Empirismo e apriorismo jurídicos.
4. A dialética de implicação e polaridade entre sujeito e objeto na compreensão do Direito.
5. Fenomenologia da ação e da conduta.
6. Explicações unilaterais da realidade jurídica.
7. Teoria marxista do Direito.
8. Teoria tridimensional do Direito.

Bibliografia:

- ADEODATO, João Maurício. *Filosofia do Direito - uma crítica à verdade na ética e na ciência*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- AGUIAR, Roberto A.R. de. *Direito, Poder e Opressão*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989
- CRETELLA JR., José. *Curso de Filosofia do Direito*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- DEL VECCHIO, Giorgio. *Lições de Filosofia do Direito*. 5ª ed. Coimbra: Armenio Amado, 1979.
- DINIZ, Maria H. *Conceito de Norma Jurídica como Problema de Essência*. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1976.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- HEGEL, F. *Princípios da Filosofia do Direito*. 2ª ed. Lisboa: Martins Fontes, 1976.

- DEL VECCHIO, Giorgio. *Lições de Filosofia do Direito*. 5. Ed., Coimbra: Armenio Amado, 1976.
- DINIZ, Maria H. *Conceito de Norma Jurídica como problema de essência*. São Paulo: Rev. dos Tribunais/Educ, 1976.
- _____. *Compêndio de Introdução à Ciência do direito*. 5. ed., atual. São Paulo: Saraiva, 1993.
- FEINBERG, Joel. *Filosofia Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- HEGEL, F. *Princípios da Filosofia do Direito*. 2. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1976.
- KELSEN, Hans. *Teoria pura do Direito*. Coimbra: Armenio Amado, 1979.
- _____. *Teoria Geral das normas*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1992.
- LITRENTO, Oliveiros. *Curso de Filosofia do Direito*. 2.Ed., Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- MONTEIRO, André Franco. *Estudos de Filosofia do Direito*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981.
- NADER, Paulo. *Filosofia do Direito*. 3. ed., São Paulo: Forense, 1994
- PEREIRA, Aloysio Ferraz. *História da Filosofia do Direito: das origens a Aristóteles*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do Direito*. Trad. L. Cabral de Moncada. 6. ed., Coimbra: Armenio Amado, 1979.
- REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 8. Ed., São Paulo: Saraiva, 1978.
- ROCHA, Leonel Severo (Org.). *Teoria do Direito e do Estado*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1994
- SANTOS, M.Celeste C. Leite dos. *Poder Jurídico e Violência Simbólica*. São Paulo: Curitiba Paulista, 1985.



Conteúdo Programático:



INTRODUÇÃO

1 OS TEMAS DA FILOSOFIA JURÍDICA

- Objeto e divisão da Filosofia do Direito
- A temática geral e os temas especiais
- O método na Filosofia do Direito

2 EMPIRISMO E APRIORISMO JURÍDICOS

- O conceito de Direito segundo as doutrinas empíricas
- A concepção do Direito na doutrina apriorista (Stammler e Del Vecchio)

3 A DIALÉTICA DE IMPLICAÇÃO E POLARIDADE ENTRE SUJEITO E OBJETO NA COMPREENSÃO DO DIREITO.

- O conteúdo axiológico do Direito
- Análise fenomenológica e reflexão histórico-axiológica sobre a realidade jurídica.

4 FENOMENOLOGIA DA AÇÃO E DA CONDUTA

- Conduta e teleologia
- Momentos específicos da conduta ética
- Modalidades de conduta

5 EXPLICAÇÕES UNILATERAIS DA REALIDADE JURÍDICA

- A Escola da Exegese e a Escola Histórica
- O sociologismo jurídico
- O normativismo lógico de Hans Kelsen
- Moralismo jurídico

6 TEORIA MARXISTA DO DIREITO

- Materialismo histórico e dialético
- O Direito como superestrutura

7 TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO

- Tridimensionalismo abstrato ou genérico
- Tridimensionalismo específico
- Normatividade e historicidade do Direito

- Fundamento, eficácia e vigência
- O conceito de Direito.



Conclusão

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

Código:

Ano:

2º

Curso:

DIREITO

Departamento:

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Inserir o aluno do Curso de Graduação em Direito no sistema de trabalho científico, levando-o a montar um projeto de pesquisa e elaborar uma monografia, como instrumento de final de curso.

Ementa do programa:

1. Tipos de Pesquisa: teórica, documental, de campo e experimental.
2. Métodos: Estudo de Caso, Comparativo, Histórico, Monográfico, Estatístico, etc.
3. Técnicas: Questionário, Entrevista, História de Vida, Análise de Conteúdo, Análise Histórica e Análise Estatística.

Bibliografia:

ACKOFF, Russell L. *Planejamento de Pesquisa Social*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1975.

GIL, A.C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GOODE, William J. & HATT, Paul K. *Métodos em Pesquisa Social*. 6ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, A. de A. *Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras e Técnicas de Pesquisa, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados*. São Paulo: Atlas, 1986.

RICHARDSON, R. J. & Outros. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1989. 6ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

Conteúdo Programático:



1. Educação Bancária: concepção filosófica crítica.
2. Metodologia da Pesquisa: para que e para quem?
3. Pesquisa Social e Educacional: classificação.
4. Planejamento da pesquisa: etapas.
5. Tema e Problema: qual o objetivo de estudo?
6. Tipos de pesquisa: teórica, documental, de campo e experimental.
7. Métodos: estudo de caso, histórico, comparativo, estatístico e monográfico.
3. Técnicas de Pesquisa: entrevista, questionário, história de vida, análise de conteúdo, análise histórica e análise estatística.

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO I

Código:

Ano:

2º

Curso:

DIREITO

Departamento:

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho vinculadas à sua área de formação e à análise crítica das mesmas, bem como enaltecer a prática da ética profissional.

Ementa do programa:

01 Prática jurídica extrajudicial simulada

Bibliografia:

- 1 - BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil, SP., Ed. Revista dos Tribunais, 1993.
- 2 - LUZ, Valdemar P. da. Manual de Iniciação à Advocacia Prática Judicial e Extra Judicial, 1996, Sagra-DC Luzzatto Editores.
- 3 - PALAIA, Nelson. Técnica da Petição Inicial e da Contestação, 1996.
- 4 - RAITANI, Francisco. Prática Processual Civil, SP., Saraiva, 1990
- 5 - SANTOS, Paulo Sérgio Puerta dos. Manual de Prática Processual Civil. SP, Saraiva, 1995

Conteúdo Programático:



PRÁTICA JURÍDICA EXTRAJUDICIAL SIMULADA

- Atividades moduladas sobre as disciplinas já cursadas, ou em curso;
- Elaboração e redação de peças profissionais e ou instrucionais;
- Visitas a órgãos judiciários e penitenciários, e órgãos de funções essenciais à Justiça;
- Outras atividades práticas.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DOS CONTRATOS

Código:

Ano:

3º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Oferecer, através do ensino aprendizagem, informações básicas dos contratos nas mais diversas modalidades, para que o aluno do curso de Direito possa dispor dos conhecimentos científicos para a elaboração de instrumentos práticos das diversas espécies de contratos.

Ementa do programa:

- I - Contratos Cíveis.
- II - Contratos Comerciais.
- III - Contratos Empresariais.
- IV - Outras Espécies de Contratos Nominados e Inominados.

Bibliografia:

- DINIZ, Maria Helena. *Tratado teórico e prático dos contratos*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BULGARELLI, Waldírio. *Contratos mercantis*. São Paulo: Atlas, 1991.
- LUZ, Valdemar P. *Curso de contratos*. 1ª ed. Sagra.
- DINIZ, Maria Helena. *Lei de locação de imóveis urbanos*. Saraiva, 1995.
- OLIVEIRA, Juarez de. *Comentários a Lei de Locação de Imóveis Urbanos*. Saraiva, 1992.
- SLABI FILHO, Nagib. *Comentários a Nova Lei do Inquilinato*. Forense, 1992.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. Saraiva, 1994.
- FIDA, Orlando. *Contratos*. Vol. I e II. 5ª ed. Ed. Universitária do Direito.
- GUIMARÃES & OUTRO, Antônio Márcio da Cunha. *Contrato de câmbio*. SP: Revista dos Tribunais, 1995.
- BITTAR, Carlos Alberto. *Novos contratos empresariais*. SP: Revista dos Tribunais, 1995.
- BASTOS & OUTRO, Celso Ribeiro. *Contratos internacionais*. SP: Saraiva, 1990.
- OLIVEIRA, Hilário. *Curso de contratos internacionais*. Universidade Federal de Uberlândia, 1995.
- RESTIFES NETO, Paulo. *Alienação fiduciária em garantia*. 3ª ed. SP: Revista dos Tribunais, 1995.
- MARMIT, Arnaldo. *Fiança civil e comercial*. RJ: Aidê Editora, 1989.

RODRIGUES, Sílio. *Direito Civil*. Vol. III. São Paulo: Saraiva, 1995.

VIANA, Marco Aurélio S. *Curso de Direito Civil*. Vol. III. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

MONTEIRO, Washigton de Barros. *Curso de Direito Civil - Direito das Obrigações*. SP: Saraiva, 1994.



Conteúdo Programático:



1 CONTRATOS CIVIS

- Compra e venda;
- Troca ou permuta;
- Doação;
- Locação residencial;
- Empréstimo;
- Depósito;
- Mandato;
- Gestão de negócios;
- Edição;
- Representação e execução;
- Sociedade;
- Constituição de renda;
- Seguro;
- Jogo e aposta;
- Fiança civil.

2. CONTRATOS COMERCIAIS

- Da compra e venda mercantil;
- Do compromisso de compra e venda;
- Da alienação fiduciária em garantia;
- Da cessão fiduciária;
- A busca e apreensão e ação de depósito;
- Da locação comercial;
- Denúncia vazia e despejo;
- Revisional e renovatória;
- Dos contratos comerciais internacionais;
- Do mútuo;
- Da fiança mercantil;
- Do penhor ;
- Do depósito.

3. CONTRATOS EMPRESARIAIS

- Leasing;

- Factoring;
- Franchising



4. OUTROS CONTRATOS

- Comercialização de softwares;
- Depósito bancário;
- Aplicações financeiras;
- Cartões de crédito;
- Títulos e documentos de crédito.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PENAL II		Código:
Ano: 3º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

- Levar os alunos a compreender a estrutura da parte especial do Código Penal e adquirir habilidades nas análises dos artigos 121 à 234 do referido Código, decompondo cada preceito normativo.
- Desenvolver o interesse pelas leis penais.
- Fomentar mudanças quanto à consideração da importância do Direito Penal como matéria de defesa social.
- Ativar o espírito crítico em relação à aplicabilidade da lei Penal.
- Desenvolver habilidade de reconhecer o Direito como ramo da ciência social.
- Promover a compreensão da técnica utilizada na constituição dos dispositivos penais.
- Atentar para o uso, muitas vezes arbitrário, da norma penal.
- Obedecer os preceitos normativos.

Ementa do programa:

1. Introdução ao estudo dos crimes em espécie.
2. Objetos da proteção penal.
3. Tipo legal de crime.
4. Qualificadoras, privilégios e escusas absolutórias, causas especiais de aumento e diminuição da pena.
5. Dos crimes contra a pessoa.
6. Dos crimes contra o patrimônio.
7. Dos crimes contra a propriedade imaterial.
8. Dos crimes contra a organização do trabalho.
9. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
10. Dos crimes contra os costumes.

Bibliografia:

- BARBOSA, Marcelo Fortes. *Crimes contra a Honra*. São Paulo: Ed. Malheiros, 1995.
BRUNO, Anibal. *Direito Penal*. Vol. 2 e 3. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
CERNICCHIARO, Luís Vicente. *Direito Penal na Constituição*. São Paulo: RT, 1995.
COSTA JÚNIOR, Paulo José. *Comentários ao Código Penal*. São Paulo: Saraiva, 2ª ed, 1991.



- DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado - ampliado e atualizado. São Paulo: Ed. Renovar, 1996.
- FARIA, Bento de. Código Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2ª ed., 1959.
- FERNANDES, Paulo Sérgio Leite. Aborto e Infanticídio. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 1994.
- FERRACINI, Luiz Alberto. Dos Crimes de Estelionato e outras Falcatruas. Ed. LED, 1ª ed. 1996.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Vol. 2 e 3. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- FRANCO SILVA, Alberto. Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. São Paulo: RT, 5ª ed. 1995. Vol I
- HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal. Vol. 1/10. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- IVETE, Senise Ferreira. Tutela Penal do Patrimônio Cultural. São Paulo: RT, 1995.
- JESUS, Damásio E. Código Penal Anotado. São Paulo: Saraiva, 1995.
- _____. Direito Penal - Parte Especial. Vol. 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 1995.
- MINAHIM, Maria Auxiliadora. Direito Penal da Emoção. São Paulo: RT, 1992.
- MIRABETE, Júlio Fabrine. Manual de Direito Penal. Vol. 2 São Paulo: Atlas, 1996.
- NORONHA, Edgard Magalhães. Direito Penal. Vol. 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 1995.
- OLIVEIRA, Juaréz Cordeiro. Dos Crimes Contra os Costumes. São paulo: Ed. Éfeta, 1996.
- PAPALEO, Celso César. Aborto e Contracepção. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.
- PARIZATTO, João Roberto. Dos Crimes Contra o Patrimônio. São Paulo: Saraiva, 1995.
- PEDROSO, Fernando de Almeida. Homicídio, Participação em Suicídio, Infanticídio e Aborto. Ed. Aide, 1ª ed. 1995.
- REALE JÚNIOR, Miguel. Direito Penal Aplicado. São Paulo: RT, 1992. Vol. 2 e 3.
- SALES JÚNIOR, Romeu Almeida. Curso Completo de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 4ª ed, 1993.
- _____. Estelionato-Cheque sem Fundos. São Paulo: Saraiva, 1ª ed. 1989.
- _____. Furto, Roubo e Receptação. São Paulo: Saraiva, 1995.
- SILVA, Jorge Vicente. Estelionato e outras Fraudes. Ed. Júnia, 1ª ed. 1995.
- SZNICK, Valdir. Delitos de Trânsito. Ed. Ícone, 3ª ed. 1993.
- VARGAS, José Cirilo. Introdução ao estudo dos Crimes em Espécie. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CRIMES EM ESPÉCIE:

- classificação dos tipos na parte especial,
- objetividade jurídica e interpretação da lei;
- crimes culposos e a previsão legislativa;
- culpabilidade e os crimes qualificados pelo resultado.

OBJETO DA PROTEÇÃO PENAL:

- bem jurídico, interesse e valor.

TIPO LEGAL DO CRIME:

- conceito e evolução;
- tipo legal e tipo de injusto;
- elementos negativos do tipo;
- o erro de tipo e a culpabilidade;

QUALIFICADORAS, PRIVILÉGIOS, CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO DE PENA, ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS.

2. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA:

- dos crimes contra a vida;
- das lesões corporais;
- da periclitación da vida e da saúde;
- rixa;
- dos crimes contra a honra;
- dos crimes contra a liberdade individual.

3. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO:

- do furto;
- do roubo; extorsão;
- da usurpação;
- do dano;
- da apropriação indébita;
- do estelionato e outras fraudes;
- da receptação;
- disposições gerais.

4. DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL:

- dos crimes contra a propriedade intelectual;
- dos crimes contra a propriedade industrial.



5. DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.

6. DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO.

7. DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS.

8. DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES:

- dos crimes contra a liberdade sexual;
- da Sedução e da corrupção de menores;
- do rapto;
- disposições gerais
- dos crimes contra os costumes;
- do lenocídio;
- do tráfico de mulheres;
- do ultrage público ao pudor.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO COMERCIAL II

Código:

Ano:

3º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Estabelecer, através do ensino aprendizagem, condições favoráveis para que o estudante disponha de conhecimentos científicos, habilitando-o para a execução de serviços das áreas de Direito Cambiário e do Processo Falimentar.

Ementa do programa:

1. Direito Cambiário e Títulos de Crédito.
2. Falência e Concordatas.

Bibliografia:

- MARTINS, Fran. *Títulos de Crédito*. Forense. 4ª edição.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Títulos de Créditos*. Forense. 2ª edição.
- DORIA, Dyson. *Curso de Direito Comercial*. Saraiva, 1991. 2ª edição.
- ALMEIDA, Amador Paes de. *Curso de Falência e Concordata*. Saraiva, 1996.
- RAMALHO, Ruben. *Curso Teórico e Prático de Falência e Concordatas*. Saraiva. 3ª edição
- REQUIÃO, Rubens. *Curso de Direito Falimentar*. Saraiva, 1º e 2º Vol. 13ª edição.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos & Outra. *Falências e Concordatas*. LRT. 2ª edição.
- ALBUQUERQUE, J.B. Torres. *Falências e Concordatas*. Jurisprudência, 1º e 2º Vol. Editora de Direito, 1996.
- SILVA PACHECO. *Processo de Falência e Concordata*. Forense. 5ª edição.
- FUHRER, Maximilianus Cláudio A. *Roteiro das Falências e Concordatas*. Revista dos Tribunais, 15ª edição.
- VALVERDE, Trajano de Miranda. *Comentários à Lei de Falências*. 1955.
- FERREIRA, Waldemar. *Tratado de Direito Comercial*. Saraiva, 1965.
- BUSSADA, Wilson. *Falências e Concordatas Interpretadas pelos Tribunais*. 1973.
- LACERDA, J.C. Sampaio de. *Manual de Direito Falimentar*. Freitas Bastos. 5ª edição.
- BESSONE, Darcy. *Instituições de Direito Falimentar*. Saraiva, 1995.

Conteúdo Programático:



1. DIREITO CAMBIÁRIO E TÍTULOS DE CRÉDITO:

- Teoria geral do Direito Cambiário.
- Constituição do crédito cambiário.
- Exigibilidade do crédito cambiário.

- A nota promissória.
- O cheque.
- A duplicata.
- A letra de câmbio.

- Títulos de crédito impróprios: representativos, de financiamentos e investimentos.

2. DIREITO FALIMENTAR:

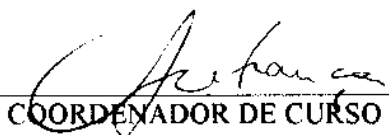
- Noções gerais sobre o instituto falimentar.
- Elementos essenciais para a existência do estado de falência.
- Da legitimidade passiva na ação falimentar.
- Da legitimidade ativa na ação falimentar.
- Juízo competente para declarar a falência.
- Do requerimento da falência.
- Resposta do devedor comerciante (alegações de defesa).
- Do procedimento preliminar da falência (da defesa à sentença constitutiva).
- Sentença denegatória da falência.
- Sentença declaratória da falência.
- Dos recursos no processo falimentar.
- Juízo Universal.
- Dos efeitos da falência quanto aos direitos dos credores.
- Dos efeitos da falência quanto à pessoa do falido.
- Dos efeitos da falência quanto aos bens do falido.
- Dos efeitos da falência quanto aos contratos do falido.
- Da revogação dos atos praticados pelo devedor antes da falência.
- Ação Revocatória.
- Continuação do negócio pelo falido.
- Do pedido de restituição e dos embargos de terceiro.
- Da habilitação dos créditos.
- Dos créditos não sujeitos à habilitação.
- Da classificação dos créditos.

- Da liquidação e a alienação dos bens do falido.
- Do pagamento aos credores.
- Encerramento do processo da falência.
- Extinção das obrigações da empresa.
- Da concordata preventiva e da concordata suspensiva.
- Di inquérito judicial.
- Dos crimes falimentares.
- Empresas não sujeitas à falência.
- Dos recursos.



DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina Curso

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL I

Código: D7521

Ano:

3º

Curso:

DIREITO

Departº:

DEDIP

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a compreender a estrutura do Processo Penal como instrumento de aplicação do Direito Penal, em proteção da Sociedade.

Ementa do programa:

1. Evolução e Fundamentos do Processo Penal
2. Inquérito Policial
3. Ação Penal
4. Jurisdição e Competência
5. Incidentes Processuais
6. Provas
7. Sujeitos Processuais
8. Prisão e Liberdade Provisória
9. Atos Processuais
10. Sentença Criminal e Coisa Julgada

Bibliografia:

- ACOSTA, Walter P. *O Processo Penal*. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 20ª ed., 1990.
- ALMEIDA, J. Canuto Mendes. *Processo Penal - Ação e Jurisdição*. São Paulo: RT, 1975.
- _____. *Princípios Fundamentais do processo Penal*. São Paulo: RT, 1973.
- ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. *Código de Processo Penal Brasileiro Anotado*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1ª ed., 1943. 5 vols.
- GRECO FILHO, Vicente. *Manual de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 3ª ed., 1995.
- MALATESTA, Nicola Framarino Dei. *A Lógica das Provas em Matéria Criminal*. São Paulo: Saraiva, 1960.
- MARQUES, José Frederico. *Tratado de Direito Processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 1ª ed., 1980. 2 vols.
- _____. *Elementos de Direito Processual Penal*. São Paulo: Forense. 4 vols.
- MIRABETE, Júlio Fabrini. *Código de Processo Penal Interpretado*. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 1994.
- _____. *Processo Penal*. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 1993.

MITTERMAIER, C.J.A. Tratado da Prova em Matéria Criminal. São Paulo: Ed. Bookseller, 3ª ed., 1996.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 1993.

NORONHA, Eduardo Magalhães. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva.

ROSA, Antônio José Miguel Feu. Processo Penal. Rio de Janeiro: Editora Letra. 4 vols.

ROSA, Borges da. Comentários ao Código Processo Penal. São Paulo: RT, 3ª ed., 1982.

TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 16ª ed., 1994. 4 vols.



Conteúdo Programático:



01. EVOLUÇÃO E FUNDAMENTOS DO PROCESSO PENAL

- Introdução
- Conceito
- Relação com as Outras Ciências
- Evolução Histórica
- Fontes Evolutivas
- Aplicação da Norma Processual Penal no Tempo e Espaço
- Princípios Fundamentais que regem o Processo Penal

02. INQUÉRITO POLICIAL

- Preparação ao Exercício da Ação Penal
- Inquérito Policial
- Polícia Judiciária
- Inovações Introduzidas pelo Juizado Especial Criminal

03. AÇÃO PENAL

- Objetivo
- Iniciativa
- Natureza
- Classificação
- Ação Penal Pública
 - Incondicionada
 - Condicionada
- Ação Penal
 - Exclusiva
 - Subsidiária
 - Personalíssima
- Ação Civil Derivada do Crime - "Ex Delicto"
- Condições Genéricas da Ação
- Condições de Procedibilidade
- Pressupostos Processuais e Relação Jurídica
- Inovações Introduzidas pela Constituição Federal/88
- Inovações Introduzidas pelo Juizado Especial Criminal

04. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

- Jurisdição
- Órgãos da Jurisdição Penal
- Competência
 - Métodos de Determinação
 - Modificação
 - Competência da Justiça Federal
 - Competência da Justiça Militar
 - Competência da Justiça Eleitoral
 - Competência do Juizado Especial Criminal



05. INCIDENTES PROCESSUAIS

- Questões Prejudiciais
- Exceções
- Conflito de Jurisdição
- Restituição de Coisas Apreendidas
- Medidas Assecuratórias
- Incidente de Falsidade
- Insanidade Mental do Acusado

06. PROVAS

- Conceito
- Importância
- Valor
- Classificação
- Meios
 - Interrogatório
 - Confissão
 - Testemunhal
 - Pericial
 - Documental
 - Declaração do Ofendido
 - Reconhecimento
 - Acareação
 - Indícios
 - Busca e Apreensão
- Princípio do livre Convencimento Motivado
- Princípio da Íntima Convicção

07. SUJEITOS PROCESSUAIS

- Funções
- Juiz
- Partes
- As Partes Processuais
 - Acusador
 - Acusado
 - Defensor
 - Ofendido
 - Assistente de Acusação
- Capacidade Processual
- O Ministério Público
- Inovações Introduzidas pelo Juizado Especial Criminal



08. PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

- Prisão Provisória
- Espécies
 - Prisão em Flagrante Delito
 - Prisão Preventiva
 - Prisão Temporária
 - Prisão em Decorrência de Decisão de Pronúncia
 - Prisão em Decorrência de Sentença Penal Condenatória Recorrível
- Formalidades
- Pressupostos
- Liberdade Provisória
 - Espécies
 - Requisitos
- Inovações Introduzidas pelo Juizado Especial Criminal

09. ATOS PROCESSUAIS

- Conceito
- Espécies
- Citação
- Intimação/Notificação

10. SENTENÇA CRIMINAL E COISA JULGADA

- Sentença
 - Conceito
 - Espécies

- Requisitos
- "Emendatio Libelli" e "Mutatio Libelli"
- Princípios Aplicáveis à Sentença Criminal
- Efeitos
- Principal
- Secundário



- Coisa Julgada
 - Coisa Julgada e Revisão Criminal

DATA / /


COORDENADOR DE CURSO

DATA / /

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II		Código:
Ano: 3º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIP
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Ministrar para o aluno as informações básicas necessárias para visualizar o processo de conhecimento como um conjunto de atos coordenados, tendo como objetivo a aplicação da lei ao fato concreto para a composição da lide.

Enfocar as características dos vários tipos de procedimentos processuais.

Preparar o aluno para o aviamento dos recursos cabíveis.

Ementa do programa:

1. Do processo ordinário
2. Da petição inicial
3. Da resposta do réu e da reconvenção
4. Do julgamento conforme o Estado do processo
5. Das provas
6. Da audiência
7. Da sentença e coisa julgada
8. Dos recursos
9. Da ação rescisória
10. Procedimento sumário
11. Procedimento no juizado especial cível

Bibliografia:

- ANDRIGHI, F.N. & BENETI, Sidnei. *Juizados especiais cíveis e criminais*. Belo Horizonte, Del Rey, 1996.
- GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. 9 ed. São Paulo. Saraiva. 1995. v. 2.
- MORGIRA, Wander P.M. *Juizados especiais cíveis*. Belo Horizonte, Del Rey, 1996.
- SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de Direito processual Civil*. 4 ed. SP. Saraiva. 1996. v.1.
- SANTOS, Moacir Amaral. *Primeiras Linhas de Direito processual Civil*. 18 ed. SP. Saraiva. 1995. v. 1 e 2.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito processual Civil*. 14 ed. RJ. Forense. 1994. v. 1.

Conteúdo Programático:



01 - PROCESSO E PROCEDIMENTO

- Conceitos e diferenciação
- Tipos de procedimentos
- Procedimento ordinário como rito subsidiário dos demais
- Antecipação dos efeitos da tutela

02 - DA PETIÇÃO INICIAL

- Requisitos
- O pedido
- Indeferimento da inicial

03 - DA RESPOSTA DO RÉU

- Defesa do réu
- Contestação
- Exceções
- Reconvenção
- Revelia
- Declaratória incidental

04 - DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

- Extinção do processo
- Julgamento antecipado da lide
- Saneamento do processo

05 - DAS PROVAS

- Teoria geral da prova
- Conceito da prova
- Objetivo da prova
- Ônus da prova
- Momentos da prova
- Valoração da prova
- As várias espécies da prova
- Depoimento pessoal
- Confissão
- Exibição de documento ou coisa
- Prova documental
- Prova testemunhal
- Prova pericial
- Inspeção judicial



06 - DA AUDIÊNCIA

- De conciliação
- De instrução e julgamento

07 - DA SENTENÇA E COISA JULGADA

- Sentença
- Conceito e requisitos
- Emendas à sentença
- Efeitos da sentença
- Coisa julgada
- Conceito e teoria
- Coisa julgada formal e material
- Limites objetivos da coisa julgada
- Limites subjetivos da coisa julgada
- A coisa julgada nas ações de estado

08 - DOS RECURSOS

- Conceito e natureza
- Admissibilidade
- Efeitos
- Recursos adesivo
- Dos recursos em espécies
- Apelação
- Agravo
- Embargos infringentes e de declaração
- Recurso especial
- Recurso extraordinário

09 - DA AÇÃO RESCISÓRIA

- Conceito e natureza
- Pressupostos
- Fundamentos para sua interposição
- Procedimento

10 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO

- Petição inicial
- Audiência de conciliação
- Contestação

- Audiência de instrução e julgamento



11 - JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

- Competência
- Procedimento
- Recursos

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___

COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DO TRABALHO

Código:

Ano:

3º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

120

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Transmitir ao aluno conceitos básicos e informações necessárias para o conhecimento do direito do trabalho de modo objetivo, direto e profundo, com base em análise e discussão discriminadas de seus institutos.

Capacitar o aluno a identificar e adequar as normas de direito do trabalho a cada caso específico nas relações de emprego.

Ementa do programa:

1. Introdução ao Direito do Trabalho.
2. Contrato Individual de Trabalho e Relações de Trabalho.
3. Salário e Remuneração.
4. Segurança e Medicina do Trabalho.
5. Duração do Trabalho.
6. Férias.
7. Trabalho da Mulher e do Menor.
8. Direito Disciplinar do Empregador.
9. Término do Contrato de Trabalho.
10. Estabilidade e FGTS.
11. Direito Coletivo.
12. Greve.
13. Direito Administrativo do Trabalho.
14. Direito Internacional do Trabalho.

Bibliografia:

BARROS, Alice Monteiro de. *A Mulher e o Direito do Trabalho*. LTR Editora.
BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Sindicatos - Sindicalismo*. LTR Editora.
CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. Editora Saraiva
CATHARINO, José Martins. *Tratado Jurídico do Salário*. LTR Editora.
DAMASCENO, Fernando A.V. *Equiparação Salarial*. LTR Editora.
GOMES, Orlando & GOTTSCHALK, Elson. *Curso de Direito do Trabalho*. Editora Forense.

LACERDA, Dorval. A Falta Grave no Direito do Trabalho. Edições Trabalhistas.

LINS, Edilberto Quintela Vieira. Incapacidade Executiva de Trabalho e Contrato de Emprego. Editora Forense.

MAGANO, Octávio Bueno. Do Poder Diretivo na Empresa. Editora Saraiva.

_____. Manual de Direito do Trabalho. LTR Editora.

MARANHÃO, Délio, VIANA, Segadas, SÜSSEKIND, Arnaldo & TEIXEIRA, Lima. Instituições de Direito do Trabalho. LTR Editora.

MARTINS, Nei Frederico Cano. Estabilidade Provisória no Emprego. LTR Editora.

MESQUITA, Luiz José de. Direito Disciplinar do Trabalho. LTR Editora.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. Editora Saraiva.

_____. Direito Sindical. LTR Editora.

_____. Iniciação ao Direito do Trabalho. LTR Editora.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Curso de Direito Individual do Trabalho. LTR Editora.

PRUNES, José Luiz Ferreira. A Prescrição no Direito do Trabalho. LTR Editora.

_____. Contratos Triangulares de Trabalho. Editora Juruá.

RODRIGUES, Américo Plá. Princípios de Direito do Trabalho. LTR Editora.

ROMITA, Arion Sayão. O Poder Disciplinar do Empregador. Editora Freitas Bastos.

RUPRECHT, Alfredo J. Relações Coletivas de Trabalho. LTR Editora.

RUSSOMANO, Mozart Victor. Princípios Gerais de Direito Sindical. Editora Forense.

SAAD, Eduardo Gabriel. Constituição e Direito do Trabalho. LTR Editora.

SÜSSEKIND, Arnaldo. Direito Internacional do Trabalho. LTR Editora.



Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

- História do Direito do trabalho.
- A Consolidação das Leis do Trabalho.
- Definição de Direito do Trabalho.
- Função do Direito do Trabalho.
- Natureza do Direito do Trabalho.
- Princípios de Direito do Trabalho.
- Fontes do Direito do Trabalho.
- Hermenêutica e Aplicação do Direito do Trabalho.

2. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO E RELAÇÃO DE TRABALHO

- Definição, Denominação, Forma e Característica.
- Prova, Classificação, Requisitos de validade e Conteúdo.
- Nulidade, Renúncia e Transação.
- Contratos Especiais de Trabalho:
 - Experiência;
 - Aprendizagem
 - Subempreitada;
 - Temporário;
 - Trabalho Doméstico;
 - A domicílio;
 - Rural.
- As Alterações Contratuais.
- As Suspensões e Interrupções na prestação de serviços.
- Prescrição e Decadência.

• EMPREGADO

- Conceito.
- Requisitos legais da definição.
- Tipos especiais de empregados.

• EMPREGADOR

- Conceito.
- Definição da CLT.
- Tipos de empregador.
- Grupos de empregador.

- Poder de direção do empregador.
- Sucessão de empresas.



3. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO

- Noções e distinções.
- Composição e formas de salário.
- Salário-utilidade.
- Comissão.
- Gratificação.
- Prêmios.
- Abonos.
- Salário-mínimo.
- Adicionais legais.
- Salário Profissional.
- Proteção do salário. Pagamento do salário.
- Equiparação salarial.

4. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- Insalubridade.
- Periculosidade.
- Penosidade.

5. DURAÇÃO DE TRABALHO

- Classificação da jornada de trabalho.
- Prorrogação e compensação.
- Trabalho noturno.
- Turnos ininterruptos de revezamento.

6. PERÍODO DE DESCANSO

- Repouso semanal remunerado.
- Feriados.
- Férias anuais.
 - Aquisição.
 - Duração.
 - Concessão.
 - Remuneração.



- Abono de Férias.
- Efeitos na extinção do contrato de trabalho.
- Prescrição.
- Férias coletivas.

7. TRABALHO DA MULHER E DO MENOR

- A Constituição e a proteção da mulher e do menor.
- Proteção à maternidade.
- Contratos de trabalho e salário.
- Duração e condições de trabalho.

8. ESTABILIDADE E FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

- Legislação.
- Efeitos da rescisão de contrato de trabalho.
- Movimentação das contas.

9. TÉRMINO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO

- Formas e extinção.
- Prova
- Aviso Prévio.
- Efeitos.
- Estabilidade.

10. DIREITO DISCIPLINAR DO TRABALHO

- Fundamentos do direito disciplinar.
- Sanções disciplinares.
- Elementos que caracterizam a justa causa.
- Atos faltosos do empregado e do empregador.

11. DIREITO COLETIVO

- Organização sindical.
- Características, finalidade, função e reconhecimento do sindicato.
- Normas coletivas de trabalho.



12. GREVE

- Conceito.
- Natureza jurídica.
- Fundamentos.
- Procedimentos.
- Garantia dos grevistas.
- Manutenção dos equipamentos.
- Serviços essenciais.
- Abuso do direito de greve.

13. DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO

- Ministério do Trabalho.
- Inspeção do trabalho.
- Fiscalização do trabalho.

14. DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

- Organização Internacional do Trabalho - OIT.
- Recomendações, convenções e tratados internacionais.
- Integração das normas internacionais no direito nacional.
- Tratados bilaterais e plurilaterais.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___

COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO I

Código:

Ano:

3º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Sendo o Direito Administrativo um ramo do Direito Público que, como integrante do Direito Positivo, regula e estuda as normas jurídicas que disciplinam a Administração Pública, visamos orientar os alunos no sentido de poder analisar o Estado Brasileiro como um todo, seja no sentido orgânico seja no aspecto funcional, observadas, ainda, as situações e relações jurídicas pertinentes aos direitos, deveres, pretensões, obrigações, poderes, faculdades envolvidos, quer dentro da própria Administração, quer no relacionamento entre essa e os administradores, ou entre as entidades públicas diversas.

Ementa do programa:

1. Direito Administrativo
2. Administração Pública
3. Poderes Administrativos
4. Atos Administrativos
5. Contratos Administrativos e Licitações
6. Serviço Público

Bibliografia:

01. ARAÚJO, Edimir Netto. **O Ilícito Administrativo e seu Processo**. São Paulo, SP - Ed. Revista do Tribunais, 1994.
02. BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo, SP - Ed. Saraiva, 1994.
03. CRETELLA JÚNIOR, José. **Dicionário de Direito Administrativo**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1978.
04. _____. **Manual de Direito Administrativo**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1989.
05. COSTA, José Armando. **Teoria e Prática do Direito Disciplinar**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1981.
06. DI PRIETO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo, SP - Ed. Atlas, 1993.



Ficha de Disciplina

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO II

Código:

Ano:

3º

Curso:

DIREITO

Departamento:

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho vinculadas à sua área de formação e à análise crítica das mesmas, bem como enaltecer a prática da ética profissional.

Ementa do programa:

01. Prática Jurídica Extrajudicial simulada

Bibliografia:

- 1 - BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil, SP., Ed. Revista dos Tribunais, 1993.
- 2 - LUZ, Valdemar P. da. Manual de Iniciação à Advocacia Prática Judicial e Extrajudicial, 1996, Sagra-DC Luzzatto Editores.
- 3 - PALAIA, Nelson. Técnica da Petição Inicial e da Contestação, 1996.
- 4 - RAITANI, Francisco. Prática Processual Civil, SP., Saraiva, 1990
- 5 - SANTOS, Paulo Sérgio Puerta dos. Manual de Prática Processual Civil. SP, Saraiva, 1995

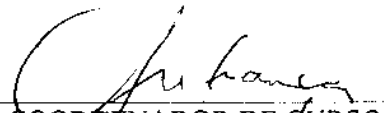
Conteúdo Programático:



PRÁTICA JURÍDICA EXTRAJUDICIAL SIMULADA

- Atividades moduladas sobre as disciplinas já cursadas, ou em curso;
- Elaboração e redação de peças profissionais e ou instrucionais;
- Visitas a órgãos judiciários e penitenciários, e órgãos de funções essenciais à Justiça;
- Outras atividades práticas.

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: ÉTICA GERAL		Código:
Ano: 4°	Curso: DIREITO	Departamento: FILOSOFIA
Carga Horária: 60	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

1. Propiciar ao aluno formação teórica em temas de Ética Geral.
2. Compreender e discutir tópicos relevantes de teoria ética normativa e interdisciplinariedade na Ética Geral.

Ementa do programa:

O curso pretende apresentar e discutir tópicos especiais de Ética Geral.

Bibliografia:

- BUCHEIM, Hans.** *Política y poder.* Barcelona: Aja, 1985.
- CHEVALIER, J. J.** *História do pensamento político.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- FARREL, Martins D.** *Métodos de la ética.* Buenos Aires: Abaledo Perrot, 1994.
- FRANKENA, W.** *Ética.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MATOS, Olgária C. F.** *As barricadas do desejo.* São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAWLS, John.** *Uma teoria da justiça.* Lisboa: Presença, 1982.
- REFORT, Claude.** *A invenção democrática.* São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SINGER, Peter.** *A companion to ethics.* Oxford: Basil Blackwell, 1993.

Conteúdo Programático:



1. HISTÓRIA DA ÉTICA

- História humana e ética.
- As grandes tradições éticas na filosofia.

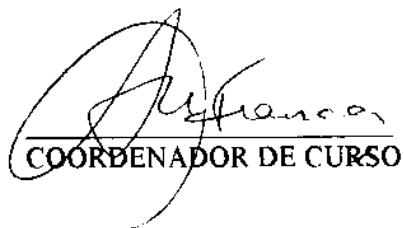
2. TÓPICOS GERAIS

- A crítica de Marx à moralidade.
- Ética e religião.
- Ética e Política.
- Ética e legalidade.

3. TÓPICOS DE ÉTICA NORMATIVA.

- Egoísmo ético.
- Contratualismo ético-político.
- Kant e a universalização.
- Utilitarismo.
- Direitos.

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___ / ___ / ___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DAS COISAS

Código:

Ano:

4º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Ministrar aos alunos conhecimentos básicos sobre Direito das Coisas, especificamente posse, propriedade e direitos reais sobre coisas alheias.

Ementa do programa:

- 01 - Conceito, classificação e conteúdo do direito das coisas
- 02 - Distinção entre direitos reais e pessoais
- 03 - Caracteres fundamentais e classificação dos direitos reais
- 04 - Objetivos dos direitos reais

Bibliografia:

- 01 - ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Civil - Reais. Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1983.
- 02 - BEVILÁQUA, Clóvis. Direito das Coisas. Rio de Janeiro, Forense, vols. I e II, 1956.
- 03 - BIONDO, Biondi. Las Servidumbres. Revista de Derecho Privado, Milán, 1978.
- 04 - CHAVES, Antonio. Lições de Direito Civil. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1974.
- 05 - DINIZ, Maria Helena. Direito Civil Brasileiro - Direito das Coisas, São Paulo, Saraiva, vol. IV, 1993.
- 06 - MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de Direito Civil. São Paulo, Saraiva, 1994.
- 07 - PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Rio de Janeiro, Forense, vol. III, 1993.
- 08 - PEREIRA, Lafayette Rodrigues. Direito das Coisas. São Paulo, Freitas Bastos, vol. II, 1943.
- 09 - RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Coisas. Rio de Janeiro, Aide, vol. III, 1993.
- 10 - RODRIGUES, Silvio. Direito Civil - Direito das Coisas. São Paulo, Saraiva, vol. V, 1993.
- 11 - VIANA, Marco Aurélio S. Curso de Direito Civil, Direitos das Coisas. Belo Horizonte, Del Rey, vol. III, 1993.

Conteúdo Programático:



01 - CONCEITO DO DIREITO DAS COISAS

- Diferenças entre do direitos reais e os obrigacionais, enumeração e classificação

02 - POSSE

- As diversas espécies de posse
- Aquisição e perda da posse e efeitos secundários da posse
- Proteção possessória

03 - USUCAPIÃO

- Usucapião de imóveis, móveis e outros direitos reais

04 - PROPRIEDADE

- Evolução, natureza e fundamento do Direito de propriedade - caracteres
- A propriedade imóvel
- Modos de aquisição da propriedade imóvel
- Perda da propriedade imóvel
- Proteção à propriedade imóvel
- Modos de aquisição da propriedade imóvel

05 - DIREITO DE VIZINHANÇA

06 - CONDOMÍNIO

- Condomínio em edificações

07 - DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS

- A enfiteuse
- As servidões
- O usufruto
- O uso
- A habitação
- As rendas expressamente constituídas sobre imóveis
- O penhor

- Anticrese
- A hipoteca



DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Código:

Ano:

4º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Ministrar aos alunos conhecimentos indispensáveis para o manejo das disciplinas Direito de Família, Direito do Menor e Direito das Sucessões, bem como desenvolver a pesquisa e provocar debates, habituando-os à vida prática.

Ementa do programa:

- I - Direito de Família
- II - Direito do Menor
- III - Direito das Sucessões

Bibliografia:

- BARROS MONTEIRO**, Washington de. *Curso de Direito Civil*. Vol. II e VI. São Paulo: Saraiva, 1996.
- BEVILÁQUA**, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Comentado*. Ed. Rio, Edição Histórica.
- CARVALHO SANTOS**, J.M. de. *Código Civil Brasileiro Interpretado*. Vols. XXII a XXV. 13ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988.
- DEGNI**, Francesco. *Il diritto di famiglia nel nuovo Codice Civile Italiano*. Padova: CEDAM, 1943.
- DINIZ**, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. Vol. II e VI. São Paulo: Saraiva, 1996.
- MORAES**, Walter. *Teoria Geral e Sucessão Legítima*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- NEGRÃO**, Theotônio (Org.). *Código Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, Edição atualizada de 1996.
- NOGUEIRA**, Paulo Lúcio. *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- OLIVEIRA**, Juarez de (Org.). *Constituição Federal*. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. São paulo: Atlas, 1996.
- PEREIRA**, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Vol. II e VI. Rio de Janeiro:

PLANIOL, RIPERT & BOULANGER. *Traité Élémentaire de Droit Civil.* Vol. I. 12^a ed.
Paris.

RODRIGUES, Sílvio. *Curso de Direito Civil.* Vol. VI e VII. São paulo: Saraiva, 1996.

VIANA, Marco Aurélio Silva. *Curso de Direito Civil.* Vol. II e VI. Belo Horizonte: Ed. Del
Rey, 1996.



Conteúdo Programático:



I - DIREITO DE FAMÍLIA E DO MENOR

1 - INTRODUÇÃO:

- Conceito e conteúdo do Direito de Família;
- Objeto do Direito de Família;
- Princípios do Direito de Família;
- Natureza do Direito de Família;
- Importância do Direito de Família.

2 - NOÇÕES GERAIS SOBRE O CASAMENTO:

- Conceito e fins do matrimônio;
- Natureza jurídica do casamento;
- Caracteres do casamento;
- Princípios do Direito Matrimonial;
- Esponsais ou promessa de casamento;
- Casamento civil e religioso;
- Condições necessárias à existência, validade e regularidade.

3 - IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS:

- Conceito;
- Classificação;
- Impedimentos dirimentes públicos ou absolutos;
- Impedimentos dirimentes privados ou relativos;
- Impedientes ou proibitivos;
- Oposição dos impedimentos matrimoniais.

4 - FORMALIDADES PRELIMINARES À CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO:

- Noções gerais.

5- CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO:

- Formalidades essenciais da cerimônia nupcial;
- Casamento por procuração;
- Casamento nuncupativo;
- Casamento perante autoridade diplomática;
- Casamentos religiosos com efeitos civis.



6 - PROVAS DO CASAMENTO:

- Noções gerais.

7 - EFEITOS JURÍDICOS DO MATRIMÔNIO:

- Efeitos principais do casamento;
- Efeitos sociais do casamento;
- Efeitos pessoais do casamento;
- Efeitos jurídico-patrimoniais do matrimônio;
- Direitos e deveres dos cônjuges na ordem patrimonial;
- Relações econômicas subordinadas ao regime matrimonial de bens;
- Conceito de regime matrimonial de bens;
- Princípios fundamentais do regime de bens entre marido e mulher;
- Regime da Comunhão Parcial;
- Regime da Comunhão Universal;
- Regime da Separação de Bens;
- Regime Dotal;
- Doações Antenupciais;
- Bens Reservados da mulher;
- Administração da sociedade conjugal;
- Preservação do patrimônio familiar;
- Relações econômicas entre pais e filhos.

8- DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL:

- Casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento;
- Dissolução pela morte de um dos cônjuges;
- Sistema de nulidades do casamento;
- Normas peculiares ao regime de nulidades e anulabilidades matrimoniais;
- Nulidade matrimonial;
- Anulabilidades matrimoniais;
- Declaração de putatividade do casamento nulo e anulável;
- Separação judicial: finalidade e espécies;
- Separação consensual;
- Separação litigiosa;
- Efeitos da separação judicial;
- Divórcio: conceito, objetivo e modalidades;
- Efeitos do Divórcio.

9 - DIREITO PARENTAL:

- Parentesco;
- Filiação: Reconhecimento voluntário e reconhecimento judicial;
- Ação de investigação de paternidade;
- Ação de investigação de maternidade;
- Conseqüências do reconhecimento do filho, consubstanciadas na Constituição Federal e no
- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992;
- Pátrio poder;
- Alimentos.



10 - DIREITO DO MENOR E ASSISTENCIAL:

- Estatuto da Criança e do Adolescente (medidas de Proteção);
- Guarda;
- Tutela;
- Curatela e Ausência.

II- DIREITO DAS SUCESSÕES

1 - INTRODUÇÃO:

- Conceitos vários;
- Sucessão: a título universal;
- A título singular;
- "Inter vivos";
- "Mortis causa";
- Herdeiro e Legatário;
- Herança e Legado;
- Princípios Gerais: Abertura da sucessão;
- Transmissão da herança e herdeiros necessários;
- Capacidade para suceder;
- Indignidade;
- Reabilitação do Indigno;
- Devolução da herança: Aceitação, benefício de inventário;
- Renúncia;
- Heranças jacente e vacante;
- Petição de Herança;
- Cessão de herança.



2 - SUCESSÃO LEGÍTIMA:

- Ordem de sucessão: vocação, sucessão por cabeça;
- Direito de Representação;
- Sucessão em linha reta: descendentes, filiação adotiva, ascendentes;
- Sucessão do cônjuge: no Código Civil de 1916, Evolução subsequente;
- Do direito da sociedade de fato e concubinato, interpretação dos textos constitucional e infra-constitucional;
- Sucessão dos colaterais: Regras disciplinares, evolução da sucessão dos colaterais;
- Sucessão do município.

3 - SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA:

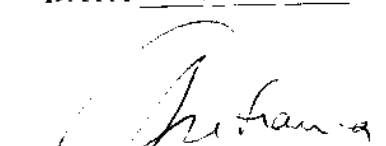
- Disposição de última vontade: natureza e evolução da sucessão testamentária, herdeiros necessários, liberdade de testar;
- Do Testamento: Conceito, capacidade para testar, capacidade para adquirir por testamento;
- Formas de testamento: generalidades, testemunhas dos testamentos, Testamento público,
- Testamento particular, Testamento cerrado, Testamento marítimo, Testamento militar,
- Testamento nuncupativo, Codicilos;
- Disposições testamentárias: conteúdo do testamento, interpretação;
- Legados: Objeto, Espécies, Pagamento, Caducidade;
- Substituições: Vulgar e recíproca, Fideicomisso;
- Execução do testamento: Testamenteiro, Direito de acrescer, Deserdação;
- Interpretação do testamento: Revogação, Caducidade, Redução das Liberalidades,
- Anulação dos testamentos.

4 - INVENTÁRIO E PARTILHA:

- Inventário: Início do inventário, Cabeça do casal, Herdeiros, Herdeiro único e adjudicação;
- Andamento Processual: Processo de inventário, Arrolamento inventário negativo,
- Pagamento das dívidas: Ação de sonegados;
- Partilha: Monte partível, Colaço, Formas de partilha, Venda de bens, Ternas e reposição,
- Homologação de partilha, Garantias dos quinhões hereditários.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PENAL III

Código:

Ano:

4º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Fazer com que o aluno se familiarize com a legislação penal de nosso país, bem como, com a doutrina elaborada em razão desta legislação.

Desenvolver o senso crítico, nos alunos, da necessidade de mudanças na legislação penal.

Levar os alunos a compreender a objetividade jurídica dos delitos estudados nesta disciplina, assim como da necessidade da tutela penal.

Ao final do curso visa-se habilitar os alunos ao exercício da advocacia criminal, além do que, levá-los a compreender a exigência atual da modificação das formas de cumprimento da pena, como forma de se conter a criminalidade do país.

Criar no estudante a visão social da criminalidade e não apenas a face policial do problema, mas suas faces social e política.

Dar uma visão aos alunos da legislação especial.

Ementa do programa:

01. Dos crimes contra a família
02. Dos crimes contra a incolumidade pública
03. Dos crimes contra a paz pública
04. Dos crimes contra a fé pública
05. Dos crimes contra a administração pública
06. Legislação especial

Bibliografia:

ALMEIDA, Fernando Henrique Mendes de. Dos Crimes contra a Administração Pública, São Paulo, Saraiva, 1995.

AMARAL, Sylvio do. Falsidade Documental, 2ª ed., São Paulo, RT, 1978.

BARRETO, Djalma Lúcio Gabriel. Parapsicologia, Curandeirismo e Lei, Petrópolis, Vozes, 1972.

BRUNO, Aníbal. Direito Penal, vols. 2 e 3, Rio de Janeiro, Forense, 1978

CERNICCHIARO, Luís Vicente. Direito Penal na Constituição, São Paulo, RT, 1995.

COSTA JÚNIOR, Paulo José. Comentários ao Código Penal, 2ª ed., vol. 3, São Paulo, Saraiva, 1990.

- FARIA, Bento de. Código Penal Brasileiro, 2ª ed., Rio de Janeiro, Record, 1959.
- FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal, 3ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981.
- FRANCO SILVA, Alberto. Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial, 5ª ed., vols. 1 e 2, São Paulo, RT, 1995.
- HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal, 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1985.
- JESUS, Damásio E. de. Código Penal Anotado, São Paulo, Saraiva, 1995.
- _____. Direito Penal, 10ª ed., vols. 3 e 4, São Paulo, Saraiva, 1995.
- _____. Lei Antitóxicos Anotada, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 1996.
- _____. Lei das Contravenções Penais Anotada, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1996.
- LACERDA, Romão C.. Comentários ao Código Penal, 5ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1981.
- LUIZI, Luiz. Os Princípios Constitucionais Penais, Sete Mares, 1991.
- MARQUES, José Frederico. Tratado de Direito Penal. São Paulo, Saraiva, 1961.
- MIRABETE, Júlio Fabrini. Manual de Direito Penal, 9ª ed., vol. 3, São Paulo, Atlas, 1995.
- NORONHA, Magalhães. Direito Penal, 22ª ed., vols. 3 e 4, São Paulo, Saraiva, 1995.
- OLIVEIRA NETO, Olavo de. Comentário da Lei das Contravenções Penais, São Paulo, Ltr, 1994.
- OLIVEIRA, Edmundo. Crimes de Corrupção, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1994.
- OLIVEIRA, Juarez de. Tóxicos, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1994.
- PRADO, Régis Luiz. Falso Testemunho e Falsa Perícia, 2ª ed., São Paulo, RT, 1994.
- REALE JÚNIOR, Miguel. Direito Penal Aplicado, vols. 3 e 4, São Paulo, RT, 1992.
- SALES JÚNIOR, Romeu de Almeida. Ação Penal nas Contravenções, São Paulo, Saraiva, 1986.
- VIEIRA, Jair Lot. Peculato Visto pelos Tribunais, Edipro, 1994



Conteúdo Programático:



1. DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

- Dos Crimes contra o casamento
- Dos crimes contra o estado de filiação
- Dos crimes contra a assistência familiar
- Dos crimes contra o pátrio poder, tutela e curatela

2. DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

- Dos crimes de perigo comum
- Dos crimes contra a segurança dos meios de transporte e comunicação e outros serviços
- Dos crimes contra a saúde pública

3. DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

4. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

- Da moeda falsa
- Da falsidade de títulos e outros papéis públicos
- Da falsidade documental
- De outras falsidades

5. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral
- Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral
- Dos crimes contra a administração da justiça
- Disposições finais do Código Penal

6. LEI DE ENTORPECENTES

- Prevenção e tratamento, crimes e penas

7. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

- Infrações e sanções

8. CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR

- Conceito; responsabilidade penal do comerciante
- Infrações e sanções



DATA ___ / ___ / ___

COORDENADOR DE CURSO

DATA ___ / ___ / ___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL PENAL II

Código:

Ano:

4º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a compreender a estrutura do Processo Penal como instrumento de aplicação do Direito Penal, em proteção da Sociedade.

Ementa do programa:

1. Procedimentos
2. Instrução Criminal
3. Juizado especial criminal
4. Regularidade formal do processo
5. Recursos
6. Habeas-Corpus
7. Mandado de segurança na justiça criminal
8. Revisão Criminal
9. Execução Penal
10. Relações jurídicas internacionais na área criminal

Bibliografia:

- ACOSTA, Walter P. *O Processo Penal* 20ª ed., Editora do Autor, Rio de Janeiro, 1990.
- ESPÍNOLA FILHO, Eduardo. *Código de Processo Penal Brasileiro Anotado* 1ª ed., 5 vols., Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1943
- GRECO FILHO, Vicente. *Manual de Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 3ª ed., 1995.
- GRINOVER, Ada Pellegrini (e outros). *Juizados Especiais Criminais*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1ª ed., 1995
- _____. *As Nulidades no Processo Penal*. São Paulo, Ed. Manheiros, 1ª ed. 1992
- _____. *Recursos no Processo Penal*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais. 1ª ed., 1996.
- JESUS, Damásio E. de. *Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada* São Paulo, Ed. Saraiva. 1ª ed., 1995.
- MARQUES, José Frederico. *Tratado de Direito Processual Penal*. São Paulo: Saraiva, 1ª ed.,

- . O júri no Direito Brasileiro. São Paulo, Ed. Saraiva, 2ª ed., 1995
- MIRABETE, Júlio Fabrini. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 1994.
- . Processo Penal. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 1993.
- . Execução Penal. São Paulo, Ed. Atlas S.A, 5ªed;. 1993
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Curso Completo de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 1993.
- . Comentários à Lei de Execução Penal. São Paulo, Ed. Saraiva, 1994
- NORONHA, Eduardo Magalhães. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva.
- PAZZAGLINI FILHO, Marino (e outros). Juizado Especial Criminal. São Paulo, Ed. Atlas, 1ª ed., 1996
- PORTO, Hermínio Alberto Marques. Júri São Paulo, Ed. RT, 5ª ed., 1987
- ROSA, Antônio José Miguel Feu. Processo Penal. Rio de Janeiro: Editora Letra. 4 vols.
- ROSA, Borges da. Comentários ao Código Processo Penal. São Paulo: RT, 3ª ed., 1982.
- TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva. 2 vols.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 16ª ed., 4 vols. 1994.



Conteúdo Programático:



1. PROCEDIMENTOS

- Classificação
- Procedimentos em Espécie
 - Procedimento ordinário ou comum
 - Procedimento sumário
 - Procedimento especial
 - Procedimento sumaríssimo

2. INSTRUÇÃO CRIMINAL

- Procedimento Ordinário
- Procedimento sumário
- Procedimento Sumaríssimo - Juizado Especial Criminal
- Procedimento Especial
 - Lei de Tóxico
 - Lei Abuso de Autoridade
 - Lei de Imprensa
 - Crimes contra a Honra
 - Crimes Falimentares
 - Crimes de Responsabilidade - Funcionários Públicos
 - Crimes contra Propriedade Imaterial
- Procedimento do Tribunal do Júri
 - Libelo e contrariedade ao Libelo
 - Organizações do Quadro de Jurados
 - Função dos jurados
 - Atribuição do Presidente
 - Composição do Conselho de Sentença
 - Interrogatório do Acusado e Inquirição Testemunhas na Sessão Plenária de Julgamento
 - Debates Oraais:
 - Réplica
 - Tréplica
 - Formulação dos quesitos
 - Votação dos Quesitos
 - Publicidade da Sentença
 - Desaforamento
- Restauração de Autos Extraviados ou Destruídos

3. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

- Objetivos
- Princípios
- Infrações de Menor Potencial Ofensivo



- Competência
- Atos Processuais
- Fase Preliminar
 - Composição Civil
 - Transação Penal
- Procedimento Sumaríssimo
- Sistema Recursal
- Execução
- Suspensão Condicional do Processo

4. REGULARIDADE FORMAL DO PROCESSO

- Pressupostos Processuais e suas categorias
 - Pressupostos de existência e pressupostos de validade
 - Conseqüências de Falta de Pressupostos
 - Controle de pressupostos processuais
- Processo e procedimento
 - Condições de procedibilidade
 - Classificação
- Vícios do Processo
 - Forma dos atos processuais como condição de eficácia
 - Atos irregulares, nulos e inexistentes
 - Nulidades e suas conseqüências
 - Nulidades no Código de Processo Penal

5. RECURSOS

- **Teoria Geral dos Recursos**
 - Conceito
 - Fundamento
 - Pressupostos
 - Princípios
 - Efeitos
 - Classificação
- Recursos em espécie
 - Recurso em sentido estrito
 - Apelação
 - Protesto por novo júri
 - Carta testemunhal
 - Embargos:
 - Embargos declaratórios
 - Embargos infrigentes e nulidades
- Agravo em Execução Penal
- Correição parcial

- Recursos para os Tribunais Superiores
 - Recurso Ordinário
 - Recurso especial
 - Recurso extraordinário



6. HABEAS-CORPUS

- Antecedentes Históricos
- Natureza jurídica
- Cabimento
- Forma
- Competência
- Procedimento

7. MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA CRIMINAL

- Mandado de segurança na área criminal
- Cabimento
- Legislação sobre o mandado de segurança

8. REVISÃO CRIMINAL

- Natureza Jurídica
- Pressuposto primordial
- Legitimidade
- Competência
- Prazo
- Efeitos

9. EXECUÇÃO PENAL

- Objetivos - LEP
- Natureza Jurídica da Execução Penal
- Escolas Penais
- Penas privativas de liberdade
- Penas restritivas de Direito
- Pena de multa
- Penas acessórias
- Suspensão condicional da pena ("SURSI")
- Livramento condicional
- Remição
- Anistia, graça e indulto
- Reabilitação
- Unificação de penas
- Direitos e deveres do condenado

- Órgãos da execução penal
- Estabelecimentos Penais
- Regimes de execução de pena
- Execução de medidas de segurança
- Incidentes de execução da pena
- Recursos
 - Agravo



10. RELAÇÕES JURÍDICAS INTERNACIONAIS NA ÁREA CRIMINAL

- Carta Rogatória
 - Expedição
 - Competência e processamento
 - Cumprimento
- Homologação de Sentença Estrangeira
 - Requisitos
 - Processamento do pedido
 - Homologação para efeitos civis
- Extradicação
 - Conceito
 - Processamento do pedido

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Código:

Ano:

4º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Estudar os conceitos basilares do processo cautelar e do processo de execução cível.

Ementa do programa:

1. Noções gerais do processo cautelar
2. Pressupostos das medidas cautelares
3. Procedimento ordinário do processo cautelar
4. Noções gerais de processo de execução
5. Das diversas espécies de execução
6. Embargos do devedor
7. Remição de bens
8. Suspensão e extinção da execução
9. Execução fiscal
10. Execução do juizado especial cível.

Bibliografia:

ASSIS, Araken de. *Manual do processo de Execução*. São Paulo, RT, 1995.CUNHA CAMPOS, Ronaldo. *Ação de execução fiscal*. Rio, Aide, 1989.GRECO FILHO, Vicente. *Direito Processual Civil Brasileiro*. 9ª. ed. SP, Saraiva, 1995. v.3.MENDONÇA LIMA, Alcides. *Comentários ao C.P.C.* Vol. 6, tomos I e II. Rio, Forense, 1979.PACHECO, José da Silva. *Comentários à Lei de Execução Fiscal*. São Paulo, Saraiva, 1995.SANTOS, Ernane Fidélis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. 4ª. ed. SP, Saraiva, 1996. v.2 e 3SANTOS, Moacir Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*. 18ª. ed. SP, Saraiva, 1995. v. 2 e 3.THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito processual Civil*. 14ª. ed. RJ., Forense, 1994. v. 2.

Conteúdo Programático:



01 - PROCESSO CAUTELAR

- Disposições gerais
- Pressupostos das medidas cautelares
- Natureza instrumental do processo cautelar

02 - PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS

- Arresto
- Sequestro
- Caução
- Busca e apreensão
- Exibição
- Produção antecipada de provas
- Alimentos provisionais
- Arrolamentos de bens
- Atentado
- Protesto e apreensão de títulos
- Outras medidas provisórias

03 - NOÇÕES GERAIS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

- Atividade substitutiva do Estado
- Características do processo executório
- Diferença entre processo de execução e de conhecimento
- Princípios
- Pretensão executória

04 - INADIMPLENTO E PROPOSITURA DA AÇÃO EXECUTÓRIA

05 - DAS PARTES E DA RESPONSABILIDADE PROCESSUAL

- Legitimação ativa
- Legitimação passiva
- Responsabilidade processual

06 - TÍTULOS EXECUTIVOS

- Conceito
- Falta ou defeito
- Requisitos: liquidez, certeza e exigibilidade
- Vencimento antecipado
- Títulos executivos judiciais
 - Modalidades
 - Embargos

- Competência
- Títulos executivos extrajudiciais
- Modalidades
- Embargos
- Competência



07 - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

- Introdução
- Modalidades
- Por cálculos
- Por arbitramento
- Por artigos

08 - EXECUÇÃO DEFINITIVA E EXECUÇÃO PROVISÓRIA

09 - EXECUÇÃO NULA E EXECUÇÃO INJUSTA

10 - DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

- Execução para entrega de coisa certa e incerta
- Execução das obrigações de fazer e não fazer
- Da execução específica de contratar e emitir declarações de vontade
- Da multa cominatória
- Execução por quantia certa contra devedor solvente
- Noções gerais
- Penhora
- Avaliação
- Arrematação
- Pagamento do credor
- Entrega do dinheiro
- Adjudicação
- Usufruto do imóvel ou da empresa
- Execução contra a fazenda pública
- Execução da prestação alimentícia
- Execução das obrigações decorrentes do ato ilícito

11 - EMBARGOS DO DEVEDOR

- Disposições gerais
- Embargos à execução fundada em sentença
- Embargos à execução fundada em título extrajudicial
- Embargos à arrematação e à adjudicação
- Embargos na execução por carta

12 - REMISSÃO DE BENS



13 - SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO

14 - EXECUÇÃO FINAL

15 - EXECUÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Código:

Ano:

4º

Curso :

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

120

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Conhecer e aplicar as regras e princípios do Direito Processual do Trabalho, destinados à solução judicial dos conflitos trabalhistas.

Especificamente, orientar, preparar e capacitar o aluno para atuar na área do direito do trabalho, quer no âmbito da Justiça do Trabalho, quer nos variados segmentos abrangidos pela área especializada.

Ementa do programa:

1. História do Direito Processual.
2. Organização da Justiça do Trabalho.
3. Jurisdição e Competência da Justiça do Trabalho.
4. Princípios Constitucionais e Processuais do Trabalho.
5. As Ações Trabalhistas.
6. O Procedimento do Dissídio Individual.
7. As Provas no Processo do Trabalho.
8. Sentença e seus Efeitos no Dissídio Individual.
9. Recursos no Dissídio Individual.
10. Execução de Sentença no Dissídio Individual.
11. Procedimentos Especiais na Justiça do Trabalho.
12. O Procedimento do Dissídio Coletivo.
13. Os Recursos no Dissídio Coletivo de Trabalho.
14. Ação de Cumprimento.

Bibliografia:

ALMEIDA, Ísis de. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. Vol. I e II. Editora LTr, 1996.

ARAÚJO, João Carlos. *Ação Coletiva do Trabalho*. Editora LTr, 1993.

BATALHA, Wilson de Souza Campos & BATALHA, Sílvia Marina Labate. *Sindicatos - Sindicalismo*. Editora LTr, 2ª edição.

CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. Editora Saraiva,

1996.

CASTELO, Jorge Pinheiro. O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo. Editora LTr, 1993.

COSTA, Coqueijo. Direito Processual do Trabalho. Editora Forense, 1995.

GIGLIO, Wagner. Direito Processual do Trabalho. Editora LTr, 1994.

MACHADO FILHO, César Pereira da Silva. O ônus da Prova no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.

MALLET, Estevão. Do Recurso de Revista no Processo de Trabalho. Editora Ltr, 1995.

MALTA, Christóvão Piragibe Tostes. Prática Processual Trabalhista. Editora Ltr, 1996.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Processo Coletivo do Trabalho. Editora Ltr, 1994.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. Editora Saraiva, 1996.

OLIVEIRA, Francisco Antonio de. O Processo na Justiça do Trabalho. Editora Forense, 1996.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo Trabalhista de Conhecimento. Editora Ltr, 1995.

SAAD, Eduardo Gabriel. Direito Processual do Trabalho. Editora Ltr, 1995.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Ação Rescisória. Editora Ltr, 1996.

. As Ações Cautelares no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.

. Execução no Processo Trabalhista. Editora Ltr, 1997.

. Liquidação da Sentença no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.

. Litisconsórcio, Assistência, Intervenção de Terceiros no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.

. A Prova no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.

. A Sentença no Processo do Trabalho. Editora Ltr, 1996.

. Sistema dos Recursos Trabalhistas. Editora Ltr, 1996.

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Direito Processual do Trabalho. Editora Del Rey, 1995.



Conteúdo Programático:



1. HISTÓRIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

2. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

- A representação paritária.
- Funcionamento de uma JCJ.
- Ministério Público do Trabalho.
- Tribunal Superior do Trabalho.
- Tribunais Regionais do Trabalho.

3. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

4. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS DO TRABALHO

5. AS AÇÕES TRABALHISTAS

- Individuais.
- Coletivas.

6. O PROCEDIMENTO NO DISSÍDIO INDIVIDUAL

- Partes.
- Advogado no processo do trabalho.
- Atos, termos e prazos processuais.
- Nulidades processuais.
- Petição Inicial.
- Distribuição.
- Citação.
- Audiência.
- O não-comparecimento das partes.
- Contestação.
- Exceções.
- Reconvenção.
- Conciliação inicial.

7. AS PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO

- Natureza e Princípios.
- Classificação das provas.
- Meios de prova.
- O ônus da prova no processo do trabalho.
- Fase final do dissídio individual.



8. SENTENÇA E SEUS EFEITOS NO DISSÍDIO INDIVIDUAL

- Classificação.
- Linguagem.
- Estrutura.
- Valor da condenação.
- Embargos Declaratórios.

9. OS RECURSOS NO DISSÍDIO INDIVIDUAL

- Princípios que informam o sistema dos recursos.
- Modalidades dos recursos.
 - Recurso ordinário.
 - Recurso de revista.
 - Embargos Declaratórios.
 - Agravo de Instrumento.
 - Recurso Extraordinário.
 - Agravo Regimental.
 - Correição Parcial.

10. EXECUÇÃO DE SENTENÇA NO DISSÍDIO INDIVIDUAL

- Princípios da execução.
- Sentenças exequíveis e modalidades de execução.
- O procedimento da execução.
- Cálculos Trabalhistas.
- Citação.
- Penhora.
- Embargos à penhora.
- Agravo de Petição.

11. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

- Rito sumário.
- As medidas cautelares.




12. O PROCEDIMENTO DO DISSÍDIO COLETIVO

13. OS RECURSOS NO DISSÍDIO COLETIVO DO TRABALHO

14. AÇÃO DE CUMPRIMENTO

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO ADMINISTRATIVO II

Código:

Ano:

4º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Sendo o Direito Administrativo um ramo do Direito Público que, como integrante do Direito Positivo, regula e estuda as normas jurídicas que disciplinam a Administração Pública, visamos orientar os alunos no sentido de poder analisar o Estado Brasileiro como um todo, seja no sentido orgânico seja no aspecto funcional, observadas, ainda, as situações e relações jurídicas pertinentes aos direitos, deveres, pretensões, obrigações, poderes, faculdades envolvidos, quer dentro da própria Administração, quer no relacionamento entre essa e os administradores, ou entre as entidades públicas diversas.

Ementa do programa:

01. Servidores Públicos
02. Processo Administrativo
03. Domínio Público
04. Restrições do Estado sobre a Propriedade
05. Atuação no domínio econômico
06. Responsabilidade Civil da Administração
07. Controle da Administração Pública

Bibliografia:

01. ARAÚJO, Edimir Netto. **O Ilícito Administrativo e seu Processo**. São Paulo, SP - Ed. Revista do Tribunais, 1994.
02. BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo, SP - Ed. Saraiva, 1994.
03. CRETILLA JÚNIOR, José. **Dicionário de Direito Administrativo**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1978.
04. _____ . **Manual de Direito Administrativo**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1989.
05. COSTA, José Armando. **Teoria e Prática do Direito Disciplinar**. 1ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1981.
06. DI PRIETO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo, SP - Ed. Atlas,

07. FERREIRA, Wolfgran Junqueira. **Comentários ao Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União**. 4ª edição, São Paulo, SP - EDIPRO, 1995.
08. FIGUEIREDO, Lúcia do Valle. **Curso de Direito Administrativo**. 1ª edição, São Paulo, SP - Malheiros Editores, 1994.
09. GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 4ª edição, São Paulo, SP. Editora Saraiva, 1995.
10. LEME, Fábio Nogueira. **Orçamentos Municipais, Procedimentos Legislativos**. 1ª edição, São Paulo, SP - EDIPRO, 1991.
11. LUZ, Egberto Maia. **Direito Administrativo Disciplinar**. 3ª edição, São Paulo, SP - Ed. Revista dos Tribunais, 1994.
12. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 18ª edição, São Paulo, SP - Malheiros Editores, 1993.
13. _____ . **Direito Municipal Brasileiro**. 6ª edição, São Paulo, SP - Malheiros Editores, 1993.
14. MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 6ª edição, São Paulo, SP - Malheiros Editores, 1995.
15. MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia na Licitações e Contratos - Lei 8.666/93**. Belo Horizonte, MG - Del Rey, 1994.
16. OLIVEIRA, Regis Fernandes. **Infrações e Sanções Administrativas**. São Paulo, SP - Ed. Revista dos Tribunais, 1995.
17. PINASSI, Ayrton. **Direito Municipalista Constitucional**. Campinas, SP - Conan Editora, 1995.
18. PIRES, Maria Coeli Simões. **Manual Licitações Contratos e Sanções Penais e Administrativas - Secretaria de Estado de Assuntos Municipais**. Belo Horizonte, MG - 1993.
19. REALE, Miguel. **Revogação e Anulação do Ato Administrativo**. 2ª edição, Rio de Janeiro, RJ - Editora Forense, 1980.
20. RIVERO, Jean. **Curso de Direito Administrativo Comparado**. Tradução J. Cretella Júnior, São Paulo, SP - Editora Revista dos Tribunais, 1995.
21. SUNDFELD, Carlos Ari. **Licitação e Contrato Administrativo**. 1ª edição, São Paulo, SP - Malheiros Editores, 1994.
22. TELLES, Antônio A. **Queiroz. Introdução ao Direito Administrativo**. São Paulo, SP - Editora Revista dos Tribunais, 1995.
23. REFORMA ADMINISTRATIVA - Dec. Lei 200/67

Conteúdo Programático:



1. SERVIDORES PÚBLICOS

- Regime Jurídico Único;
- Normas Constitucionais pertinentes aos servidores;
- Deveres e direitos dos servidores públicos;
- Responsabilidades dos servidores.

2. PROCESSO ADMINISTRATIVO

- Espécies;
- Processo administrativo disciplinar.

3. DOMÍNIO PÚBLICO

- Conceito;
- Classificação dos bens periféricos;
- Terras públicas, águas públicas, jazidas, florestas, fauna, espaço aéreo, patrimônio histórico, tombamento, proteção ambiental.

4. RESTRIÇÕES DO ESTADO SOBRE A PROPRIEDADE

- Modalidades
- Fundamento
- Função social da propriedade
- Limitações administrativas
- Ocupação temporária
- Requisição administrativa
- Tombamento
- Conceito: características
- Servidão administrativa
- Modalidades
- Desapropriação

5 ATUAÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

- Monopólio
- Repressão ao abuso do Poder Econômico
- Controle do Abastecimento
- Tabelação de Preços
- Criação de Empresas Paraestatais

6. RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO

- Evolução Doutrinária

- A Responsabilidade Civil da Administração no Direito Brasileiro
- A Reparação do dano



7. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Conceito
- Espécies
- Controle Administrativo, legislativo e judicial
- Recursos
- Processo Administrativo
- Mandado de Injunção
- Mandado de segurança individual
- Mandado de segurança coletivo
- Ação Popular
- Ação Civil Pública
- A Administração em Juízo

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO III

Código:

Ano:

4°

Curso:

DIREITO

Departamento:

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho vinculadas à sua área de formação e à análise crítica das mesmas, bem como enaltecer a prática da ética profissional.

Ementa do programa:

01 - Prática Jurídica Judicial e Extrajudicial simulada

Bibliografia:

01 - BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil. SP., Ed. Revista dos Tribunais, 199302 - CASELLA, José Erasmo. Prática Forense. Ed. Saraiva, 199603 - LUZ, Valdemar P. da. Manual de Iniciação à Advocacia Prática Judicial e Extrajudicial, 1996, Sagra-DC Luzzatto Editores.04- MONTENEGRO, César. Dicionário de Prática Processual Civil. Ed. Saraiva, 199605- RAITANI, Francisco. Prática Processual Civil. SP., Saraiva, 199006- SANTOS, Paulo Sérgio Puerta dos. Manual de Prática Processual Civil. SP., Saraiva, 1995

Conteúdo Programático:

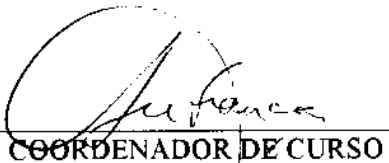
PRÁTICA JURÍDICA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL SIMULADA



- Redação de peças processuais, rotinas processuais
- Assistência a audiências e sessões judiciais
- Montagem simulada de processos, audiências, julgamentos e de qualquer outra atividade referente à aplicação do Direito.

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: ÉTICA PROFISSIONAL

Código:

Ano:

5°

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Através do estudo da relação entre ética e direito, do Código de Ética e Disciplina do Advogado, da Lei 8.906, de 04 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia e da OAB), da Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979), da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei Complementar nº 40/81), da Lei Orgânica da Defensoria Pública e das normas pertinentes da Constituição Federal e do Código de Processo Civil, conhecer os deveres e os princípios morais necessários ao desempenho consciente de quaisquer das atividades que competem aos profissionais do Direito.

Ementa do programa:

1. Ética e Direito
2. O Código de Ética e Disciplina da OAB
3. O Estatuto da Advocacia e da OAB
4. A Lei Orgânica da Magistratura
5. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público
6. A Lei Orgânica da Defensoria Pública

Bibliografia:

1. BAGOLINI, Luigi. *Moral e direito na doutrina da simpatia* - análise ética de Adam Smith. Trad. Dora Ferreira da Silva. São Paulo: Saraiva, 1952.
2. CALAMANDREI, Piero. *Eles, os juizes, nós, os advogados*. 2. ed. Lisboa: 1943.
3. CARNEIRO, Levi. *O livro de um advogado*. Rio de Janeiro: 1943.
4. ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB
5. LANGARO, Luiz Lima. *Curso de deontologia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1992.
6. LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA
7. LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
8. LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA
9. LOBO, Paulo Luiz Neto. *Comentários ao novo Estatuto da Advocacia e da OAB*. Brasília: Brasília Jurídica, 1994
10. PANIAGUA, José Maria Rodriguez. *La Ética de los valores como ética jurídica*. Madrid:

12. _____ *Droit, morale et Philosophie*. 2. ed. Paris: Libr. Général de Droit et de Jurisprudence, 1976.
13. REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 1994 (Título XI).
14. SODRÉ, Ruy de Azevedo. *Ética Profissional e Estatuto do Advogado*. São Paulo: LTR, 1991.
15. VIALATOUX, Joseph. *Morale et politique*. Paris: Desclée de Brouwer, 1931.



Conteúdo Programático:



1 ÉTICA E DIREITO

- O problema na Grécia e em Roma
- Direito e Moral na Idade Média: concepção tomista da lei
- Direito e Moral na Época Moderna: o contratualismo
- Exterioridade, coercibilidade e heteronomia: Thomasius e Kant
- Bilateralidade ética e bilateralidade jurídica
- Distinção entre Direito e Moral

2 ÉTICA PROFISSIONAL OU DEONTOLOGIA

- Deontologia: conceito e histórico do termo
- Diretrizes gerais da Ética Profissional
- A Ética Geral como base da Ética Profissional dos operadores do Direito

3 O ADVOGADO, SEU ESTATUTO E SEU CÓDIGO DE ÉTICA

- Conceito, origens históricas, missão
- Atividade de Advocacia
- Direitos do Advogado
- Inscrição na OAB
- Sociedade de Advogados
- Advogado empregado
- Honorários advocatícios
- Incompatibilidades e impedimentos
- O Código de Ética e Disciplina
 - Os deveres e a Ética do Advogado
 - Problemas especiais: o sigilo profissional, a publicidade.
 - Infrações e sanções disciplinares
 - O processo disciplinar
 - O Tribunal de Ética e disciplina
- Fins e organização da OAB

4 A LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA E O JUIZ

- Origens, requisitos, missão do Juiz
- Deveres gerais como homem e como cidadão
- Deveres funcionais como membro do Poder Judiciário.
- Direitos funcionais e garantias

5 A LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E O PROMOTOR DE JUSTIÇA

- Origens históricas, requisitos, missão do Promotor de Justiça
- Deveres funcionais. Princípios institucionais. Sanções
- Direitos funcionais. Garantias. Vantagens. Proibições

6. A LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA

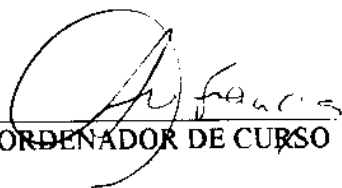
- Direitos do Defensor Público
- Deveres do Defensor Público



CONCLUSÃO

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar conhecimentos relativos à previdência social, de acordo com a Constituição Federal de 1988 - Regime Geral de Previdência Social (Urbana e Rural) comum e acidentária.

Demonstrar a importância da disciplina no campo social quanto ao aspecto administrativo e/ou jurídico. Permitir a atuação profissional graduando na área previdenciária, incentivar a pesquisa no âmbito da Disciplina.

Ementa do programa:

1. Parte histórica do Direito Previdenciário
2. Custeio da Previdência Social, Urbana e Rural
3. Benefícios da Previdência Social, Urbana e Rural
4. Acidente do Trabalho
5. Assistência Médica (INAMPS)

Bibliografia:

- ALLY, Raimundo Cerqueira. Normas Previdenciárias do Direito do Trabalho, São Paulo, IOB, 1989.
- ALLY, Raimundo Cerqueira. Normas Previdenciárias no Direito do Trabalho, 3ª edição, São Paulo, IOB, 274 pág., 1989.
- ANNÍBAL, Fernandes. Previdência Social - vista pelos tribunais, Bauru, Edipro, 1996.
- BALERA, Wagner. A Seguridade Social na Constituição de 1988, São Paulo, RT, 1989.
- BALERA, Wagner. Coordenador, Curso de Direito Previdenciário, São Paulo, Ltr, 1994.
- CAMPANHOLE, Adriano, Legislação de Previdência Social, São Paulo, Atlas, 1996.
- CARDONE, Marly A. Dicionário de Direito Previdencial, São Paulo, Ltr, 1989.
- CARDONE, Marly A. Dicionário de Direito Previdenciário, São Paulo, Ed. Ltr., 1989.
- CARDONE, Marly A. Previdência, Assistência, Saúde - O Não Trabalho na Constituição de 1988, São Paulo, Ltr, 1989.

COIMBRA, Feijó J.R., Direito Previdenciário Brasileiro, Rio de Janeiro, Edições Trabalhistas, 1994.

Consolidação das Leis da Previdência Social

Constituições Brasileiras

Decreto nº 611, de 21 de julho de 1992.

Decreto nº 612, de 21 de julho de 1992.

Diário da Justiça, secções 1 e 2.

Diário Oficial da União - Seção I

Fernandes, Annibal. Previdência Social Anotada, Bauru, Edipro, 1996.

Legislação Complementar

Lei de Benefícios da Previdência Social - Lei Básica de Benefícios - Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Lei Orgânica de Organização e Custeio da Seguridade Social - Lei Básica do Custeio - Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

MAGNO, Octávio Bueno. Lineamentos de Infortunistica, São Paulo, José Bushatsky

MAGNO, Octávio Bueno. Lineamentos de Infortunistica. São Paulo, José Bushatsky ed., 1976.

Manual da Previdência Social, eficaz

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de Direito Previdenciário, São Paulo, Ltr, 1995.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. A Seguridade Social na Constituição Federal, São Paulo, Ed. Ltr, 206 pág., 1989.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentário à Lei Básica da Previdência Social - Tomo I, São Paulo, Ltr, 1993

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à Lei Básica da Previdência Social - Tomo II, São Paulo, Ltr, 1992.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. O Salário Base na Previdência Social, São Paulo, Ed. Ltr, 483 pág., 1986.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de Direito Previdenciário, 2ª edição, São Paulo, Ed. Ltr, 272 pág., 1985.

Revista de Direito Tributário, Revista dos Tribunais

Revista de Previdência Social - Ltr.

Revista Síntese - Trabalhista - Administrativa - Previdenciária, síntese

RUSSOMANO, Mozart Victor. Curso de Previdencia Social, Rio de Janeiro, Forense, no prelo.

RUSSOMANO, Mozarte Victor. Curso de Previdência Social, 1ª edição, Editora Forense, Rio de Janeiro, Universidade de Pelotas, 473 pág., 1979.

STEPHANES, Reinhold. Previdência Social - Uma Solução Gerencial e Estrutural, PA, Síntese, 1993.



Conteúdo Programático:



1. PARTE HISTÓRICA DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- Previdência social e seguridade social
- A proteção social no Brasil - face da previdência social
- Instituto nacional do Seguro Social

2. CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, URBANA E RURAL

- Plano de custeio da Previdência Social
- O custeio da Seguridade Social
- Categorias de segurados
- Contribuição social: salário-de-contribuição, alíquotas - empresa e segurados
- Recolhimento e arrecadação das contribuições - acréscimos legais -débito consolidado

3. BENEFÍCIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL; URBANO E RURAL

- Plano de benefícios da Previdência Social
- Beneficiários, benefícios - requisitos para concessão
- Benefícios Previdenciários - classificação, espécies, período de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento.
- Aposentadorias: por invalidez, idade, tempo de serviço espécies
- Auxílios: doença, reclusão, natalidade e funeral
- Pensão por morte
- Abono anual e abono de permanência
- Pecúlio


4. ACIDENTE DO TRABALHO

- Benefícios por acidentes do trabalho
- Acidente do trabalho - doenças profissionais
- Rendas mensal
- Auxílio doença, auxílio acidente
- Aposentadorias por invalidez
- Pecúlios: por invalidez e morte

5. ASSISTÊNCIA MÉDICA (INAMPS)

- A saúde na constituição

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Ao final da disciplina os alunos deverão ser capazes de conhecer os aspectos jurídicos referentes ao relacionamento político entre os diversos Estados e mais sujeitos da sociedade internacional, com ênfase nas transformações recentes deste relacionamento, notadamente os processos de globalização e Direito Comunitário.

Ementa do programa:

- I - Introdução
- II - As normas internacionais
- III - A personalidade internacional
- IV - Domínio público internacional
- V - Conflitos internacionais
- VI - Direito Comunitário
- VII - Direito Internacional Difuso

Bibliografia:

- ACCIOLY, Hildebrando. Manual de Direito Internacional Público.
Ed. Saraiva - São Paulo - 12ª Ed. - 1996 - 537 p.
- ANDRADE, Agenor Pereira. Manual de Direito Internacional Público
Ed. Saraiva - São Paulo - 5ª Ed. - 1990 - 360 p.
- BAPTISTA, Luiz Olavo. Dos Contratos Internacionais
Ed. Saraiva - São Paulo - 1ª Ed. - 1994 - 248 p.
- BOSON, Gerson de Brito Mello. Direito Internacional Público.
Ed. Del Rey - Belo Horizonte - 1ª Ed. - 1994 - 364 p.
- HUSEK, Carlos Roberto. Elementos de Direito Internacional Público.
Ed. Malheiros - 1ª Ed. - 1995
- LITRENTO, Oliveiros. Manual de Direito Internacional Público

Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO

- - A ordem Jurídica Internacional
- - Fundamento do Direito Internacional Público
- - O consentimento criativo e o consentimento perceptivo
- - O Direito internacional e o Direito interno - Teorias em confronto

2. AS NORMAS INTERNACIONAIS

- - Fontes do Direito Internacional Público
 - Tratados
 - Fontes extra-convencionais
 - Costumes
 - Princípios gerais de Direito
 - Atos unilaterais
 - Decisões das Organizações Internacionais
 - Jurisprudência
 - Doutrina

3. A PERSONALIDADE INTERNACIONAL

- - Os Estados e as Organizações Internacionais
- - Os indivíduos e as empresas
- - O Estado
 - Elementos do Estado
 - Território
 - Imunidade à jurisdição estatal
 - Embaixadores e Cônsules
 - População
 - Nacionalidade
 - Condição jurídica do estrangeiro
 - Impedimento à entrada
 - Deportação
 - Expulsão
 - Extradicação
 - Asilo político
 - Governo
 - Soberania
 - Reconhecimento de Estado
 - Reconhecimento de Governo
- - A Responsabilidade Internacional
 - Conceito
 - Proteção diplomática
 - Sucessão de Estados e Organizações Internacionais



4. DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

- - Introdução
- - O mar
 - Mar territorial
 - Mar internacional
- - Os rios internacionais
- - O espaço aéreo

5. CONFLITOS INTERNACIONAIS

- - Noção de conflitos internacionais
- - Modos de solução
 - Meios diplomáticos
 - Meios políticos
 - Meios jurídicos

6. DIREITO COMUNITÁRIO

- - Introdução ao Direito Comunitário
- - Integração de Estados
 - Integração regional
 - Integração de blocos regionais
- - Aspectos jurídicos da Zona de Livre Comércio
- - Aspectos jurídicos da União Aduaneira
- - Aspectos jurídicos do Mercado Comum

7. NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- - Direito Ambiental Internacional
- - Direito Penal Internacional
- - Direito Internacional do Trabalho
- - Direito Comercial Internacional

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

60

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Ao final do Curso os alunos deverão ser capazes de identificar aspectos jurídicos relacionados à aplicação de leis a fatos sujeitos a diversas jurisdições e identificar a lei aplicável a tais fatos.

Ementa do programa:

1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
2. HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
3. AS NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
4. A APLICAÇÃO DE LEIS ESTRANGEIRAS
5. O SISTEMA BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
6. A COMPETÊNCIA INTERNACIONAL
7. A HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E CARTA ROGATÓRIA
8. CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO NO BRASIL

Bibliografia:

01. AKEHURST, Michael - Introdução ao Direito Internacional. Coimbra: Almedina, 1985, 356p.
02. ANDRADE, Agenor Pereira de - Manual de Direito Internacional Privado. 6ª ed., São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1987, 359p.
03. BATALHA, Wilson de Souza Campos - Tratado de Direito Internacional Privado. 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977, 2v.
04. BERNARDES, Wilba Lúcia Maria - Da nacionalidade. Brasileiros natos e naturalizados. Belo Horizonte: Del Rey, 1995, 230p.
05. BOUCAULT, C.E. DE Abreu - Direitos Adquiridos no Direito Internacional Privado. Porto Alegre: SAFE, 1996, 112p.
06. CARVALHO, A. Dardeu de - Situação Jurídica do Estrangeiro no Brasil. 1ª ed., São Paulo: Sugestões Literárias S/A, 1976, 367p.
07. CASTRO, Amilcar de - Direito Internacional Privado. 4ª ed., atualizada pelo Prof. Osiris Rocha, Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1987, 629p.

08. CORREIA, A. Ferr - Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado. Coimbra: Almedina, 1989, 496.
09. CYSNEIROS, V.C. - O Estrangeiro e a Propriedade Rural. Porto Alegre: SAFE, 1985, 236p.
10. DINIZ, Maria Helena - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada. São Paulo: Saraiva, 1994, 416p.
11. DOLINGER, Jacob - Direito Internacional Privado. (Parte Geral), 3ª ed., Rio de Janeiro: 1994, 450p.
12. DOLINGER, Jacob e outro - Vade - Mécum de Direito Institucional Privado. Rio de Janeiro: Renovar, 1994, 1245p
13. DOLINGER, Jacob - A nova consolidação e o Direito Internacional. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1987.
14. ESPINOLA, Eduardo e Eduardo E. Filho - Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 3 vs.
15. FARIA, Werter R. - Cheque - As Convenções de Genebra e o Direito Brasileiro. Porto Alegre: SAFE, 1978, 261p.
16. FERRANTE, Miguel Geronymo - Nacionalidade. Brasileiros natos e naturalizados. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1984.
17. FULGENCIO, Tito - Direito Internacional Privado. 2ª ed., rev. e atualizada pelo Prof. Sylvio Capanema de Souza, R.J., Forense, 1979, 112p.
18. GUIMARÃES, Francisco Xavier da Silva - Nacionalidade, Aquisição, Perda e Reaquisição. 1ª Ed., São Paulo: Ed. Forense, 1995, 176p.
19. LITRENTO, Oliveiros - A Ordem Internacional Contemporânea. Porto Alegre: SAFE, 1991, 93p.
20. _____ - Manual de Legislação Atlas - Novo Estatuto do Estrangeiro. 8ª ed., São Paulo: 1980.
21. MARIONI, L. Guilherme - Efetividade do Processo e Tutela de Urgência. Porto Alegre: SAFE, 1994, 104p.
22. MIRANDA, Jorge - Constituição de Diversos Países. Lisboa: Imprensas Nacional, casa da Moeda, 1979, 763p., 2 v.
23. RAMOS, Rui Manuel Moura - Lei (da) Aplicável ao Contrato de Trabalho Internacional. Coimbra: Almedina, 1991, 956p.
24. RECHSTEINER, Beat Walter - Direito Internacional Privado, Teoria e Prática. São Paulo: Saraiva, 1996, 258p.
25. ROCHA, Osiris - Curso de Direito Internacional Privado. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1986, 272p.
26. RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer - Direito Internacional Privado do Trabalho. 2ª ed., Rio de Janeiro., Forense, 1979, 234p.
27. SANTOS, António Marques dos - Normas (as) de Aplicação Imediata no Direito Internacional Privado. Coimbra: Almedina, 1991, 1154p.
28. SCAVONE, Rubens Teixeira de - Legislação de Direito Internacional Privado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977, 222p.

29. SILVA, Agostinho Dias da - Estudo Programado de Direito Internacional Privado. 2ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1983, 275p.
30. SILVER, Roberto Luiz - Direito Econômico Internacional. Ed. Del Rey,
31. SILVIA, Agostinho Fernandes Dias da - Introdução ao Direito Internacional Privado. ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1982, 427p. 2v.
32. STRENGER, Irineu - Curso de Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 1978, 627p.
33. SUSSEKIND, Arnaldo - Tratados Ratificados pelo Brasil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981, 470p.
34. TENÓRIO, Oscar - Direito Internacional Privado. 2ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1968, 916p., 2v.
35. VALADÃO, Haroldo - Material de Classe de Direito Internacional Privado. 11ª ed., m Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980, 446p.
36. VILLELA, Anna Maria - O Divórcio no Direito Internacional Privado Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 1980, 88p.
37. ZULUGA, Ruben Dario Lopes - Derecho Internacional Contemporâneo. Colômbia: Universidade de Medellin, 1985, 253p.
38. _____ - A nacionalidade das pessoas físicas. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990, 80p.
39. _____ - Nacionalidade. in: Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia, v.6 - nº 2, pag. 207/217, 1977.



MATERIAL DE CONSULTA EM CLASSE:

1. DECRETO LEI Nº 4 657 de 4/09/42 (Lei de Introdução ao Código Civil)
2. LEI Nº 6 815 de 19/08/80
3. DECRETO Nº 86 715 de 10/12/81
4. CÓDIGOS DIVERSOS
5. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA

Conteúdo Programático:

1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- . Definições e denominação da disciplina
- . Objeto do Direito Internacional Privado
- . Relações do DIP com outros ramos do Direito
- - As fontes de Direito Internacional Privado
- . O conflitos de leis
- . O fato interjurisdicional



2. HISTÓRIA DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- . A Antiguidade, os bárbaros e a territorialidade das leis.
- . Os centros de mercância da Idade Média
- . O desenvolvimento do Direito Internacional Privado
- - O Direito Internacional Privado no Brasil

3. AS NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- - As normas indiretas
- - As normas diretas
- - Normas qualificadoras
- - Estrutura das normas de DIP: normas unilaterais e bilaterais.

4. A APLICAÇÃO DA LEI ESTRANGEIRA

- . Aplicação do Direito estrangeiro
- - A prova e interpretação do Direito estrangeiro.
- - A ordem pública
- - Fraude à lei
- - Adaptação do Direito estrangeiro
- . As regras de conexão
- - A Teoria das Qualificações
- - Retorno ou devolução

5. SISTEMA BRASILEIRO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- . O sistema brasileiro de DIP
- . Personalidade
- . Pessoas jurídicas
- . Capacidade

- . O casamento, o regime de bens e a separação
- . Filiação
- . Proteção a incapazes
- . Sucessões
- - Obrigações



6. A COMPETÊNCIA INTERNACIONAL E A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO

- - Conceito e princípios básicos
- - As normas de competência internacional no direito brasileiro
- - A imunidade de jurisdição

7. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA; DELIBAÇÃO E CARTA ROGATÓRIA.

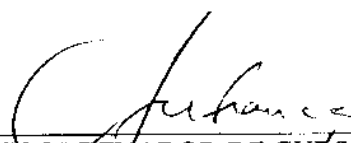
- - Conceito e princípios básicos
- - A delibação no direito brasileiro
- - O cumprimento da Carta Rogatória

8. A CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO NO BRASIL

- - A entrada do estrangeiro
- - Os direitos dos estrangeiros admitidos
- - A saída compulsória do estrangeiro.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departº:

DEDIS

Carga Horária:

120

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao aluno do direito o conhecimento do tributo, desde a sua instituição até sua arrecadação.

Ementa do programa:

1. Direito Financeiro.
2. Atividade Financeira do Estado.
3. Despesa Pública
4. Receita Pública
5. Orçamento Público
6. Direito Tributário
7. Tributo
8. Fontes do Direito Tributário
9. Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária
10. Princípios Constitucionais Tributários
11. Competência Tributária
12. Imunidades Tributárias.
13. Norma Tributária.
14. Obrigação Tributária.
15. Crédito Tributário.
16. Isenções Tributárias.
17. Infrações e Sanções Tributárias.
18. Garantias e Privilégio do Crédito Tributário.
19. Administração Tributária.
20. Procedimento Administrativo Tributário.
21. Processo Judicial Tributário.

Bibliografia:

ARRUDA ALVIM, Tereza. *Repertório de jurisprudência e doutrina sobre processo tributário*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1ª ed., 1994.



- ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de Incidência Tributária*. São Paulo: Malheiros, 1994.
- ÁVILA, René Izoldi. *Direito Tributário na Prática*. Porto Alegre: Síntese, 1977.
- BALEEIRO, Aliomar. *Direito Tributário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- _____. *Uma introdução à ciência da finanças*. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- _____. *Limitações constitucionais ao poder de Tributar*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- BARROS DE CARVALHO, Paulo. *Curso de Direito Tributário*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- BARROS, Luiz Celso de. *Ciências das Finanças*. 4. ed., São Paulo: Edipro, 1991.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito financeiro e tributário*. São Paulo: Saraiva, 1994.
- BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1972.
- BORGES, José Souto Maior. *Isenções Tributárias*. 2. ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1980.
- BORGES, José Souto Maior. *Lei Complementar Tributária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.
- CAMPOS, Dejalma de. *Processual tributário*. São Paulo: Atlas, 1ª ed., 1993.
- CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de Direito Constitucional Tributário*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- CASSONE, Vittorio. *Direito Tributário*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Comentários à Constituição de 1988 - Sistema Tributário*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- COELHO, Sacha Calmon Navarro. *Teoria Geral do Tributo e da Exoneração Tributária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.
- CUNHA CAMPOS, Ronaldo. *Execução fiscal e embargos do devedor*. Rio de Janeiro: Forense, 1ª ed., 1978.
- DENARI, Zelmo. *Curso de Direito Tributário*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- FALCÃO, Amílcar Araujo. *Fato gerador da Obrigação Tributária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.
- FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. *A prova administrativa*. São Paulo: Saraiva, 1ª ed., 1973.
- FRANCO SOBRINHO, Manoel de Oliveira. *Da Competência Administrativa*. São Paulo: Ed. Resenha Universitária, 1ª ed., 1977.
- GRECO FILHO, Vicente. *Da execução contra a fazenda pública*. São Paulo: Saraiva, 1ª ed., 1986.
- GRECO, Marco Aurélio. *Dinâmica da Tributação e Procedimento*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979.
- HARADA, Kiyoshi. *Direito Financeiro e tributário*. São Paulo: Atlas, 1995.
- HARADA, Kiyoshi. *Sistema Tributário na Constituição de 1988*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- JARDIM, Eduardo Macial Ferreira. *Manual de direito financeiro e tributário*. São Paulo:

Saraiva, 1993.

MACHADO, Hugo de Brito. *Cursos de Direito Tributário*. São Paulo: Malheiros, 1995.

MACHADO, Hugo de Brito. *Mandado de Segurança em Matéria Tributária*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

MACHADO, Hugo de Brito. *Mandato de Segurança em matéria tributária*. São Paulo: Malheiros, 1ª ed., 1994.

MARIANO, Francisco das Chagas. *Auto de infração*. Fortaleza: Ed. Thelma, 2ª ed., 1977.

MOURÃO, Raimundo Nunes. *ICM - Jurisprudência Seleccionada*. Rio de Janeiro: Forense,

PACHECO, José da Silva. *Comentários à nova lei de execução fiscal*. São Paulo: 1ª ed., 1981.

ROSA JÚNIOR, Luiz Emydio F. da. *Novo manual de direito financeiro e tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

SOUZA, José Barcelos de. *Teoria e prática da ação de execução fiscal e de embargos do executado*. São Paulo: Saraiva, 1ª ed., 1986.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *A execução de sentença e a garantia do devido processo legal*. Rio de Janeiro: Aide, 1ª ed., 1987.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Lei de execução fiscal*. São Paulo: Saraiva, 2ª ed., 1986.

Conteúdo Programático:



01. DIREITO FINANCEIRO

- Conceito, evolução e autonomia
- Relação com os demais ramos do Direito

02. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

- Conceito
- Finalidade

03. DESPESA PÚBLICA

- Conceito
- Classificação

04. RECEITA PÚBLICA

- Conceito
- Classificação

05. ORÇAMENTO PÚBLICO

- Conceito
- Aspectos
- Princípios

06. DIREITO TRIBUTÁRIO

- Conceito, evolução e autonomia
- Relação com outros ramos do Direito

07. TRIBUTO

- Conceito
- Espécies

08. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

- Conceito
- Classificação

09. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Vigência e eficácia da norma jurídica no tempo e no espaço
- Aplicação futura e pretérita da norma tributária

- Interpretação e integração da legislação tributária

10. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS

- Princípios constitucionais gerais
- Princípios constitucionais tributários



11. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

- Conceito e modalidades
- Competência e capacidade tributária ativa
- Exercício de competência tributária
- Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade

12. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

- Conceito
- Distinção entre imunidades, isenção e não incidência
- As imunidades tributárias na Constituição Federal

13. NORMA TRIBUTÁRIA

- O antecedente e o conseqüente da norma tributária
- Hipótese de incidência e fato jurídico tributário
- A expressão fato gerador

14. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Conceito
- Natureza
- Espécies
- Elementos
 - Os sujeitos da obrigação tributária
 - Os sujeitos passivo da obrigação tributária
 - . Conceito e classificação
 - . Capacidade tributária passiva
 - . Domicílio tributário
 - . Solidariedade
 - . Responsabilidade tributária:
 - Substituição
 - Sucessória
 - Solidária de terceiros

15. CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- Conceito e natureza jurídica
- Constituição do crédito

- O lançamento do crédito tributário:
 - Conceito
 - Modalidades
- A suspensão e a exclusão do crédito tributário
- A extinção do crédito tributário



16. ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

- Noção de isenção tributária
- O enquadramento das normas de isenção
- Modalidades de isenção
- A revogação da lei isencional
- As regras isencionais do C.T.N.

17. INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS

- A estrutura de norma que define a infração e comina a sanção tributária
- O ilícito tributário:
 - Espécies
- Sanções tributárias:
 - Espécies

18. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- As garantias do crédito tributário
- A presunção de fraude na alienação de bens
- Os privilégios do crédito tributário
- O crédito tributário nos processos:
 - De falência
 - De concordata
 - De inventário
 - De arrolamento
 - De liquidação de pessoas jurídicas

19. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

- A atividade da administração tributária face à lei
- A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias
- O dever de sigilo e o auxílio de força pública
- Dívida ativa
- Certidões negativas

20. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

- Noções introdutórias.
- Conceito e fases do procedimento administrativo tributário.



- Procedimento administrativo preventivo: a consulta.
 - A consulta no âmbito federal.
 - A consulta no âmbito estadual.
 - A consulta no âmbito municipal.
 - A denúncia espontânea.
- Procedimento administrativo voluntário.
 - A restituição: seu procedimento e suas fases.
- Procedimento administrativo contencioso.
 - Procedimento administrativo contencioso federal:
 1. Auto de infração, imposto e multa.
 2. Defesa e julgamento de primeira instância.
 3. Recurso voluntário.
 4. Julgamento de segunda instância.
 5. Julgamento em instância especial.
 - Procedimento administrativo contencioso estadual.
 1. Auto de infração, imposto e multa.
 2. Defesa e julgamento de primeira instância.
 3. Recurso ordinário.
 4. Pedido de reconsideração.
 5. Pedido de revisão.
 6. Sustentação oral.
 7. Pedido de vista.
 - Procedimento administrativo municipal.
 1. Início do procedimento.
 2. Defesas e impugnações.
 3. Recursos.
 4. Órgãos julgadores.
 - Eficácia e execução das decisões administrativas.

21. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

- Consideração geral.
- Ações de iniciativa do sujeito ativo.
 - Medida cautelar fiscal.
 - Ação de execução fiscal.
 1. Introdução.
 2. Rito processual.
 3. A legislação de execução fiscal.
 - Ações penais.
 1. Crime de sonegação fiscal.
 2. Crime de apropriação indébita de tributos.
 3. Crime de contrabando.

4. Crime de descaminho.
5. Crimes contra a ordem tributária.



- Ações de iniciativa do sujeito passivo.
 - Embargos a execução.
 - Mandado de segurança.
 1. Introdução.
 2. Prazos.
 3. Juízo competente.
 4. A liminar.
 5. A sentença e os recursos.
 - Ação cautelar inominada.
 - Ação de consignação em pagamento.
 - Ações ordinárias.
 1. Ação declaratória.
 2. Ação anulatória de débito fiscal.
 3. Ação de repetição de indébito.
 4. Ação rescisória.

DATA ____ / ____ / ____

DATA ____ / ____ / ____

COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: LABORATÓRIO JURÍDICO IV

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

Carga Horária:

120

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Obrigatória

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e trabalho vinculadas à sua área de formação e à análise crítica das mesmas, bem como enaltecer a prática da ética profissional.

Ementa do programa:

01 - Prática Jurídica Judicial e Extrajudicial simulada

Bibliografia:

- 01 - BORTOLAI, Edson Cosac. Manual de Prática Forense Civil. SP., Ed. Revista dos Tribunais, 1993
- 02 - CASELLA, José Erasmo. Prática Forense. Ed. Saraiva, 1996
- 03 - LUZ, Valdemar P. da. Manual de Iniciação à Advocacia Prática Judicial e Extrajudicial. 1996, Sagra-DC Luzzatto Editores.
- 04- MONTENEGRO, César. Dicionário de Prática Processual Civil. Ed. Saraiva, 1996
- 05- RAITANI, Francisco. Prática Processual Civil. SP., Saraiva, 1990
- 06- SANTOS, Paulo Sérgio Puerta dos. Manual de Prática Processual Civil. SP., Saraiva, 1995

Conteúdo Programático:

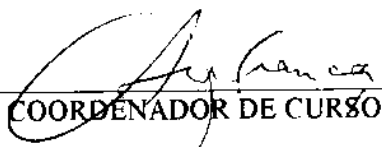


PRÁTICA JURÍDICA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL SIMULADA

- Redação de peças processuais, rotinas processuais
- Assistência a audiências e sessões judiciais
- Montagem simulada de processos, audiências, julgamentos e de qualquer outra atividade referente à aplicação do Direito.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITOS FUNDAMENTAIS		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Propiciar ao aluno o aprofundamento na teoria geral dos direitos fundamentais, examinando, não só o conteúdo dogmático do texto constitucional brasileiro, mas também, realizando exercícios de Direito comparado. Outrossim, procurar-se-á, estabelecer interrogações de cunho filosófico sobre a atual opinião da doutrina relativa ao tema, bem como sobre o que os tribunais têm em suas jurisprudências, decidido sobre o tema.

Ementa do programa:

- I - Teoria geral dos direitos fundamentais.
- II - Hermenêutica dos direitos fundamentais.
- III - Análise de decisões dos tribunais sobre os direitos fundamentais.

Bibliografia:

- ALEXY, Robert. *Theorie der Grunrechte (Teoria de los Derechos Fundamentales)*. Versión castellana: Ernesto Garzón Valdés. Ed. Centro de Estudios Constitucionales. Madrid, 1993.
- ANDRADA, José Bonifácio Borges de. *Direito à Vida*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Vol. 670. 1991. p.377-379.
- ANDRADE, Léo Rosa de. *Liberdade Privada e Ideologia*. São Paulo: Editora Acadêmica. 1993.
- ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A Proteção Constitucional da Própria Imagem*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo 1989.
- _____. *A Proteção Constitucional das Pessoas Portadoras de Deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1994.
- ATALIBA, Geraldo. *Elementos de Direito Tributário*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1978.
- _____. *Hipótese de Incidência Tributária*. 5ª. ed. São Paulo: Editora Malheiros. 1990.

- BALDASSARRE**, Antonio. *Privacy e Costituzione. L'esperienza statunitense*. Roma: Bulzoni Editore. 1974.
- BARROSO**, Luis Roberto. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas normas. Limites e Possibilidades da Constituição Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1993.
- BARTOLOMEI**, Franco. *La Dignità Umana come Concetto e Valore Costituzionale*. Torino: G. Giappichelli Editore. 1987.
- BASTOS**, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 14ª. ed. Saraiva. São Paulo, 1992.
- BEIGNIEUR**, Bernard. *Le Droit de la Personnalité*. Paris. Presses Universitaires de France. 1992.
- BITTAR**, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*. São Paulo: Forense Universitária. 1989.
- BLOMM**, Alan. *O Declínio da Cultura Ocidental. Da crise da Universidade à crise da Sociedade*. São Paulo, Editora Best Seller. 1989.
- BOBBIO**, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. 2ª. ed. Trad. Bras. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BONAVIDES**, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo, Malheiros. 1993.
- BREUVART**, Jean-Marie. *Le Concept Philosophique de la Dignité Humaine*. Le Supplément - Revue D'Éthique et Théologie Morale. Paris, N°. 191, décembre, 1994.
- BURDEAU**, George. *Les Libertés Publiques*. 4ª. éd. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- CAMPANHOLE**, Adriano. *Constituições do Brasil*. São Paulo. Atlas. 9ª. ed. 1986.
- CABRILLAC**, Rémy et alli. *Droits et Libertés Fondamentaux*. Paris. Dalloz. 1994.
- CALLEJÓN**, Maria Luisa Balaguer. *El Derecho Fundamental Al Honor*. Madrid. Editorial Tecnos. 1992.
- CAMPOAMOR**, Alfonso Fdez Miranda. *El Secreto Profesional de los Informadores*. Madrid. Editorial Tecnos. 1990.
- CANETTI**, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Ed. Comp. das Letras. 1995.
- CANOTILHO**, J.J. Gomes. *Tópicos de um Curso de Mestrado sobre Direitos Fundamentais, Procedimento, Processo e Organização*. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Vol LXVI. 1990.
- CANOTILHO**, J.J. Gomes. *Direito Constitucional*. 5ª. ed. Coimbra: Almedina, 1992.
- CARRIO**, Genaro R. *Notas sobre Derecho y Lenguaje*. Buenos Aires: Ed. Abeledo-Perrot. 1973.
- CARVALHO**, Paulo de Barros. *Curso de lógica jurídica*. São Paulo. fac-símile, PUC-SP.
- CHAUI**, Marilena de Souza. *Direito Natural e Direito Civil em Hobbes e Espinosa*. Rev. Crítica do Direito. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. n°. 1. 1980.
- CHAVES**, Antônio. *Direito à Vida e ao Próprio corpo (intersexualidade, transexualidade, transplantes)*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 2ª. ed. 1994.
- CIFUENTES**, Santos. *Los Derechos Personalísimos*. Buenos Aires: Lener Editores, 1974.
- CLÉVE**, Clémerson Merlin. *Temas de Direito Constitucional*. São Paulo: Acadêmica. 1993.
- COMPARATO**, Fábio Konder. *Liberdades Formais e Liberdades Reais*. In Para Viver a Democracia. São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

- COMPARATO**, Fábio Konder. *Função Social do Jurista no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais. Vol. 670. 1991. p. 07-13.
- COSTA JR**, Paulo José da. *O Direito de estar só, tutela penal da intimidade*. 2ª. ed. Editora Revista dos Tribunais. 1995.
- CUPIS**, Adriano de. *Os Direitos da Personalidade*. Trad. de Adriano Vera Jardim e Antonio Caeiro. Lisboa. Livraria Moraes. 1961.
- DIÁRIO POPULAR**, Jornal. *Revista*. São Paulo, 03 de dezembro de 1994.
- DINIZ**, Maria Helena. *Conflito de Normas*. São Paulo. Ed. Saraiva, 1987.
- DOTTI**, René Ariel. *A Proteção da Vida Privada e Liberdade de Informação*. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1980.
- _____. *A Liberdade e o Direito à Intimidade*. Brasília, Revista de Informação Legislativa, nº 66, 1980. p. 125-153.
- DRAN**, Michel. *Le Controle Juridictionnel et la Garantie des Libertés Publiques*. Paris. Librairie Générale de Droit et Jurisprudence. 1968.
- EIRAS**, Agostinho. *Segredo de Justiça e Controle de Dados Pessoais Informatizados*. Coimbra. Coimbra Editora. 1992.
- FAVOREU**, Louis & **PHILIP**, Loïc. *Les grandes décisions du Conseil constitutionnel*. Paris Dalloz. 1993.
- FERRAZ JR**, Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas. 1988.
- _____. *Sigilo de Dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado*. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. nº. 1. São Paulo. 1992. p. 77-90.
- _____. *A Teoria da Norma Jurídica - Ensaio de Pragmática da Comunicação Normativa*. Rio de Janeiro. Forense. 1986.
- FOLHA DE SÃO PAULO**. *'Ligações Perigosas': Empresária entra com ação contra a Telesp*. São Paulo, 09 de junho de 1995. Supl. São Paulo.
- FONSECA**, Eduardo Giannetti da. *Vícios Privados, Benefícios Públicos?* 2ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.
- FRANCESCHELLI**, Bruno. *Il Diritto alla Riservatezza*. Napoli. Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene. 1960.
- GARCIA**, Maria. *Desobediência Civil - Direito Fundamental*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1994.
- GIANNOTTI**, Eduardo. *A Tutela Constitucional da Intimidade*. São Paulo: Forense. 1987.
- GIDDENS**, Anthony. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp Editora, 1991.
- _____. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo. Unesp Editora, 1993.
- GIOCOIA JR**, Oswaldo. *Nietzsche e a Modernidade segundo Habermas*. In IDÉIAS, Rev. do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ano I nº. 2 1994.
- GONÇALVES**, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. São Paulo, Saraiva, 1995.
- GRAU**, Eros Roberto. *A Ordem Econômica na Constituição de 1988 (Interpretação Crítica)*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- GROTTI**, Dinorá Adelaide Musetti. *Inviolabilidade do Domicílio na Constituição*. São Paulo: Manheiros. 1993.
- HABERMAS**, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984.



- 598
SECRETARIA
GERAL
- HABERMAS, Jürgen.** *Mudança estrutural da esfera pública.* Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Consciência Moral e Agir Comunicativo.* Trad. Bras. de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro. 1989.
- HANNAH, Arendt.** *A Condição Humana.* Trad. bras. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1987.
- _____. *Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo. Imperialismo. Totalitarismo.* Trad. bras. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.
- HESSE, Konrad.** *A Força Normativa da Constituição.* Trad. bras. Porto Alegre: Sergio Fabris Editores, 1991.
- _____. *La interpretación constitucional.* In Escritos de Derecho Constitucional. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1983.
- JAKOBSON, Roman.** *Relações entre a Ciência da linguagem e as outras Ciências.* Lisboa: Livraria Bertrand. 1973.
- KANT, Immanuel.** *Resposta à Pergunta: O que é o Iluminismo.* In: A paz perpétua e outros opúsculos. Lisboa: Edições 70. 1988. p. 11-19.
- LAFER, Celso.** *A Reconstrução dos Direitos Humanos - Um Diálogo Com o Pensamento de Hannah Arendt.* 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- LEÃO, Emmanuel Carneiro.** *O Desafio da Ética.* Revista Brasileira de Filosofia. 1993.
- LIMA, Jesus Costa.** *Comentários às súmulas do STJ.* Brasília. Ed. Brasília Jurídica. 1993.
- LONDON, Raymond.** *Les Droit de la Personnalité.* Paris: Dalloz, 1983.
- LUHMANN, Niklas.** *A Legitimação pelo procedimento.* Trad. bras. de Maria da Conceição Côrte-Real. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980.
- LUÑO, Antonio E. Pérez.** *Derechos Humanos, Estados de Derecho y Constitución.* Madrid: Editorial Tecnos. 1991.
- _____. *Los Derechos Fundamentales.* Madrid: Tecnos. 1993.
- MARTINEZ, Jaime Vidal.** *El derecho a la intimidad en la Ley Orgánica de 5/5/1982.* Madrid, Editorial Montecorvo. 1984.
- MATTIA, Angelo de.** *Il Giudice e il Diritto al Rispetto della Vita Privata.* Bologna. Ponte Nuovo Editrice. 1976.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de.** *Curso de Direito Administrativo.* São Paulo, 5ª. ed. Malheiros, 1994.
- MENDES, Gilmar Ferreira.** *Colisão de direitos fundamentais: Liberdade de expressão e de comunicação e o direito à honra e à imagem.* Revista de Informação legislativa. nº. 122. Brasília. 1994. p. 297-300.
- MEYER, Phiip.** *A Ética no Jornalismo.* Trad. bras. São Paulo: Forense Universitária, 1987.
- MONREAL, Eduardo Novoa.** *Derecho a la Vida Privada Y Libertad da Información: Um conflito de derechos.* 1ª. ed. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 1979.
- NEVES, Marcelo.** *Legalismo e impunidade: Intolerância e premissividade jurídicas na América Latina - Notas para discussão no ano mundial da tolerância.* Texto apresentado ao Encontro sobre tolerância na América Latina, promovido pela UNESCO e a UFRJ, realizado no Rio de Janeiro, no período de 12 a 16 de setembro de 1994.
- OLIVEIRA, Frederico Abrahão de.** *Crimes Contra a Honra - Direito Material e Direito Formal.* Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 1994

- OLIVEIRA**, Frederico Abrahão de. *Crimes Contra a Honra - Direito Material e Direito Formal*. Porto Alegre. Livraria do Advogado Editora. 1994.
- PACE**, Alessandro. *Problematica delle liberta costituzionali*. 2ª. ed. Padova: Cedam Editores. 1990.
- PASCAL**, Blaise. *Pensamentos Políticos*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 1994.
- PÁSOLINI**, Pier Paolo. *Os Jovens Infelizes. Antologia de ensaios corsários*. Trad. bras. São Paulo, Brasiliense. 1990.
- PINTO**, Paulo Mota. *O Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada*. Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra. Coimbra. 1993.
- RADBRUCH**, Gustav. *Filosofia do Direito*. 6ª. ed. Trad. L. Cabral de Moncada. Coimbra: Arménio Amado Editor. 1979.
- RIVERO**, Jean. *Les Libertés Publiques*. Paris. Ed. Presses Universitaires de France. 1973.
- ROBERT**, Jacques. *Droits de l'homme et libertés fondamentales*. Avec la collaboration de Jean Duffar. 5ª. édition. Paris: Ed. Montcherestien. 1994.
- ROBERT**, Jaques. *Libertés Publiques*. Paris. Éditions Montchrestien. 1971.
- ROCHE**, Jean. *Libertés Publiques*. 5ª. édition. Paris. Dalloz, 1978.
- ROMANO**, Roberto. *Conservadorismo Romântico. Origem do Totalitarismo*. São Paulo. Brasiliense, 1981. p. 98.
- _____. *A tirania do olhar*. In: O Pensamento em crise e as artimanhas do poder. São Paulo: Unesp Editora. 1988.
- SALAIB FILHO**, Nagib. *Anotações à Constituição de 1988. Aspectos Fundamentais*. Rio de Janeiro. Ed. Forense. 3ª. ed. 1992.
- SENNETT**, Richard. *O Declínio do Homem Público. As Tirantias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras. 1988.
- SILVA**, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais. 1982.
- _____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 10ª. ed. São Paulo: Malheiros. 1995.
- SILVA**, Júlio Reis et alli. *Direito da informática, legislação e deontologia*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994.
- SUNDFELD**, Carlos Ari. *Fundamentos de Direito Público*. São Paulo: Malheiros. 1992.
- SZANIAWSKI**, Elimar. *Direitos de Personalidade e sua Tutela*. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 1993.
- TELLES**, Vera. *Sociedade Civil, Direitos, Espaços Públicos*. Revista da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1992. p. 43-53.
- TEMER**, Michel. *Elementos de Direito Constitucional*. 10ª. ed. São Paulo: Malheiros. 1993.
- TRINDADE**, Antônio Carlos Cançado. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos - Fundamentos Jurídicos e Instrumentais Básicos*. São Paulo. Ed. Saraiva, 1991.



Conteúdo Programático:



1 TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- A Teoria dos direitos fundamentais aplicada à Constituição Brasileira;
- O Conceito de norma de direito fundamental;
- A estrutura das normas de direito fundamental;
- A teoria dos princípios e dos valores.

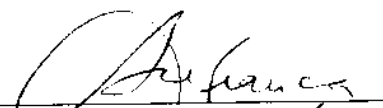
2 HERMENÊUTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- Os métodos hermenêuticos aplicados aos direitos fundamentais;
- Liberdade e direitos fundamentais;
- Igualdade e direitos fundamentais
- Os direitos fundamentais e a lógica da argumentação jurídica.

3 ANÁLISE DE DECISÕES DOS TRIBUNAIS SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

- A posição dos tribunais superiores brasileiros;
- O direito comparado.

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO MUNICIPAL

Código:

Ano:

5°

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a compreender o município como Entidade autônoma que compõe a Federação.

Capacitar o aluno para perceber que o Município é base da Administração Pública.

Ementa do programa:

1. Origens e evolução do município
2. Organização do Município
3. Autonomia Municipal
4. O Município Brasileiro
5. Finanças Municipais
6. Bens Municipais
7. Serviços e obras municipais
8. Poder de Polícia do Município
9. Urbanismo e proteção ambiental
10. Servidores públicos
11. A Câmara Municipal
12. A Prefeitura e o Prefeito

Bibliografia:

- ACKEL FILHO, Diomar. *Município e a Prática Municipal*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1992.
- AGUIAR, Joaquim Castro. *Processo Legislativo Municipal*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- AGUIAR, Joaquim Castro. *Regime Jurídico das Taxas Municipais*. Rio de Janeiro: IBAM, 1982.
- BERNARDI, Ovidio. *Do Município em Juízo*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1964.
- BRAZ, Petrônio. *Direito Municipal na Constituição*. São Paulo: Ed. Livraria de Direito.
- CASTRO, José Nilo de. *A C.P.I. Municipal*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- CASTRO, José Nilo de. *A Defesa dos Prefeitos e Vereadores*. Belo Horizonte, 1995.

- MARTINS, Ives Granda S. & Outros. Tributos Municipais. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 7ª ed. São Paulo: Malheiros. Atualizada por Izabel Camargo Lopes Monteiro e Yara Darcy Police Monteiro.
- PINASSI, Ayrton. Direito Municipal Constitucional. Campinas: Conan Editora, 1995.
- QUAGLIA, Vicente Celso. Fundamentos de Administração Municipal. Rio de Janeiro: Forense, 1976.
- SANTANA, Jair Eduardo. Competências Legislativas Municipais. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- SANTANA, Jair Eduardo. Roteiro Prático do vereador. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- SILVA, Clencio Martins da. Direito Público Municipal. Belo Horizonte: Ed. Mantiqueira, 1948.
- SILVA, José Afonso da. Manual do Vereador. São Paulo: Fundação Faria Lima, 1977.
- SILVA, José Afonso da. O Município na Constituição de 1988. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989.
- SILVA, José Moreira da. Enciclopédia do Administrador Municipal. São Paulo: Ed. Juriscredi Ltda, 1974. 3º vol.
- SOUZA, Iguatimozzy Cataldi de. Tratado de Administração Municipal. Benfica: Editor Borsoi, 1948.
- UCHÔA, José Renato. ABC do Direito Municipal. Rio de Janeiro, Forense, 1984.
- VIANA, Arruda. O Município e sua Lei Orgânica. São Paulo: Ed. Saraiva, 1950.



Conteúdo Programático:



1. ORIGENS E EVOLUÇÃO DO MUNICÍPIO

- Origens e evolução do Município
 - O Município na antiguidade
 - O Município na atualidade
- O Município no Brasil-Colônia
- O Município na Constituição Imperial
- O Município na Constituição de 1824
- O Município na Constituição de 1891
- O Município na Constituição de 1934
- O Município na Constituição de 1937
- O Município na Constituição de 1946
- O Município na Constituição de 1967/1969
- O Município na Constituição de 1988
- Posição Atual do Município Brasileiro
- O Regime Municipal Brasileiro em confronto com o de outros países

2. ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

- Competência do Município na sua Organização
- Criação, Desmembramento, Anexação, Incorporação e Fusão de Municípios
- Plebiscito
- Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária do Estado e dos Municípios
- Regiões Metropolitanas e outras Unidades Regionais
- Lei Orgânica Municipal

3. AUTONOMIA MUNICIPAL

- A Organização política Nacional
- Soberania e Autonomia
- A Autonomia Municipal
- Intervenção do Estado no Município.
 - Autonomia Política
 - Autonomia Administrativa
 - Autonomia Financeira
- Intervenção do Estado no Município

4. O MUNICÍPIO BRASILEIRO

- Conceituação do Município Brasileiro
- O Município como Pessoa Jurídica de Direito Público Interno
- O Município como Entidade Estatal
- A Repartição de Competências na Constituição da República
- A Competência do Município em Assuntos de Interesse Local

- Composição do Governo Municipal
- Símbolos Municipais
- Responsabilidade Civil do Município



5. FINANÇAS MUNICIPAIS

- Considerações Gerais
 - Poder Impositivo do Município
 - Receita Pública e Rendas Municipais
 - Tributos e Preços Públicos
- Tributos e outras Receitas Municipais
 - Impostos privativos
 - Impostos partilhados
 - Impostos Comuns
 - Outras Receitas
- Orçamentos Municipais
 - Considerações Gerais
 - Plano Plurianual
 - Princípio Orçamentário
 - Proposta Orçamentária
 - Receita
 - Despesa
 - Dotação
 - Fiscalização Financeira

6. BENS MUNICIPAIS

- Conceito e Classificação dos Bens Públicos
- Administração de Bens Municipais
- Uso de Bens Municipais
- Alienação de Bens Municipais
- Imprescritibilidade, Impenhorabilidade e Não Oneração dos Bens Municipais
- Aquisição de Bens pelo Município

7. SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

- Competência do Município para Serviços e Obras Públicas
- Serviços Públicos
- Obras Públicas
- Formas de Execução
- Meios de Execução
- Principais Serviços e Obras Municipais

8. O PODER DE POLÍCIA MUNICIPAL

- Considerações Gerais
- Principais Setores de Atuação do Poder de Polícia do Município
 - Polícia Sanitária

- Polícia das Construções
- Polícia das Águas
- Polícia da Atmosfera
- Polícia das Plantas e Animais Nocivos
- Polícia dos Logradouros Públicos
- Polícia dos Costumes
- Polícia de Pesos e Medidas
- Polícia de Atividades Urbanas em Geral



- Poder de Propulsão

9. URBANISMO E PROTEÇÃO AMBIENTAL

- Urbanismo
- Plano Diretor do Município
- Ordenamento Urbano
- Proteção Ambiental


11. CÂMARA MUNICIPAL - Composição e Atribuições

- A Câmara Municipal;
- Composição da Câmara
- Principais Atribuições do Plenário

12. A PREFEITURA MUNICIPAL: Atribuições e Responsabilidades

- A Prefeitura: Órgão Executivo do Município
- Principais Atribuições do prefeito
- Responsabilidades do Prefeito
 - Responsabilidade Penal
 - Responsabilidade Político-Administrativa
 - Responsabilidade Civil

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO COMUNITÁRIO		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Ao final da disciplina os alunos deverão ser capazes de conhecer os aspectos jurídicos referentes ao relacionamento político entre os diversos Estados intra e extra blocos e demais sujeitos da sociedade internacional, com ênfase nas transformações recentes deste relacionamento, notadamente os processos de globalização.

Ementa do programa:

1. Introdução
2. Jurisdição e Ordem Jurídica Comunitária
3. Sujeitos de Direito Comunitário
4. Direito Comunitário e Direito Nacional
5. Direito Comunitário Primário e Direito Comunitário Derivado
6. O Direito Comunitário e o Fenômeno da Concentração
7. Mercado Intra e Extra Comunitário

Bibliografia:

- ARNAUD**, Vicente Guillermo. *Mercosul, Unión Européa, Nafta y los procesos de integración regional*. Buenos Aires: Ed. Abeledo Perrot, 1996. 484 págs.
- FARIA**, José Eduardo. *Direito e Globalização Econômica*. Porto: Rés-Editora, 1996. 160 p.
- GUY**, Isaac. *Manual de Derecho Comunitário General*. Barcelona: Ariel, 2ª ed., 1991.
- LAGOS**, Gustavo & **BARROS CH.**, Raimundo (compiladores). *Manual para el estudio de los aspectos políticos y sociales de la integración económica latinoamericana*. Buenos Aires: Depalma, 1990. 380 p.
- MIRANDA**, Alberto Souza de. *Temas de Direito Comunitário*. Coimbra: Ed. Livraria Almedina, 1990. 213 p.
- PEDRON**, Antônio Pau. *El Proceso Formativo del Derecho Comunitário Derivado*. Madrid: Ed. Tecnos, 1988. 135 p.
- PORTO**, Manuel C. Lopes. *Lições de Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*. Coimbra: Ed. Coimbra, 2ª ed., 1996.

Conteúdo Programático:



1. INTRODUÇÃO

- - Antecedentes históricos
- - Definição
- - Fundamento
- - Finalidade e importância
- - Fontes
- - A realidade da existência do Direito Comunitário

2. JURISDIÇÃO E ORDEM JURÍDICA COMUNITÁRIA

- - Competência jurisdicional
- - O contencioso comunitário
- - O processo comunitário contencioso:
 - Fontes
 - Características
- - Os Tribunais nacionais e os atos comunitários
- - O reenvio prejudicial de um Tribunal nacional ao Tribunal da C. E.
- - O Trib. de Justiça e a apreciação não vinculada de questões prejudiciais
- - Decisões do Tribunal Comunitário

3. SUJEITOS DE DIREITO COMUNITÁRIO

- - Estados membros
- - Estados associados

4. DIREITO COMUNITÁRIO E DIREITO NACIONAL

- - Conflito entre Direito Comunitário e Direito Nacional
- - O Direito Comunitário como Direito supranacional
- - A harmonização do Direito interno ao Direito Comunitário
- - O equilíbrio e a eficácia do Direito Comunitário

5. DIREITO COMUNITÁRIO PRIMÁRIO E DIREITO COMUNITÁRIO DERIVADO

- - As normas primárias ou originárias
- - As normas secundárias ou derivadas

6. **O DIREITO COMUNITÁRIO E O FENÔMENO DA CONCENTRAÇÃO**

- - O fenômeno da concentração de empresas no âmbito do Direito Comunitário
- - Empresas Orgânicas
- - Empresas inorgânicas ou convencionais



7. **MERCADO INTRA E EXTRA COMUNITÁRIO**

- - Relações entre os Estados membros
- - A circulação de pessoas, produtos e serviços no âmbito da comunidade
- - Zona de Livre Comércio
- - União Aduaneira
- - Mercado Comum
- - O exercício profissional no âmbito da comunidade
- - Relação dos Estados membros com outros sujeitos de D. Internacional

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: CRIMINOLOGIA		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a: compreender a criminologia pelo trinômio: o criminoso, o crime e a criminalidade;
 Perceber a concepção moderna da indissociabilidade da criminologia e política criminal.
 Compreender que a criminalidade e sua prevenção afeta a todos e a cada um, pela multiplicidade de aspectos jurídicos, sociais, econômicos e culturais.

Ementa do programa:

1. A criminologia
2. As teorias criminológicas
3. O conhecimento da criminalidade.
4. A criminalidade como fenômeno da vida cotidiana.
5. Conceito de conduta criminal.

Bibliografia:

ALBERGARIA, Jason. Criminologia. Teoria e Prática. 2ª ed., Rio de Janeiro, AIDE, 1988
 ALMEIDA, Luiz Roberto de; SANTOS, Verissimo M. O Exame Criminológico. São Paulo: Lex Editora S.A., 1975.
 ALTAVILLA, Enrico. O delinqüente e a lei penal. Coimbra: Coimbra Editora Ltda, Vol. I a III, 1964.
 ALVES, Roque de Brito. Criminologia. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
 ARROJO, Manuel Lopez-Rey y. Compendio de Criminologia y Política Criminal. Madrid, Tecnos, 1985.
 ASUA, Luiz Jimenez de. Tratado de derecho Penal. Vols. I a VII. Buenos Aires: Editorial Losada S.A., 1963.
 BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Hemus Editora Ltda, 1983.
 BERISTAIN, Antonio. Ciencia Penal y Criminología. Madrid, Tecnos, 1986
 BRUNO, Anibal. Das penas. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
 Direito Penal. Parte Geral. Vol. I, tomos I a III. Rio de Janeiro: Forense, 1959



- BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Hemus Editora Ltda, 1983.
- BERISTAIN, Antonio. Ciencia Penal y Criminología. Madrid, Tecnos, 1986
- BRUNO, Aníbal. Das penas. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- _____. Direito Penal. Parte Geral. Vol. I, tomos I a III. Rio de Janeiro: Forense, 1959
- _____. Perigosidade criminal e medidas de segurança. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.
- CAMARGO, Antônio Luís Chaves. Culpabilidade e Reprovação Penal. São Paulo: Sugestões Literárias, 1994.
- CARRARA, Francesco. Programa de Derecho Criminal. Vols. I a X. Buenos Aires: Editorial Depalma, 1944.
- CONDE, Francisco Munoz. El error en Derecho Penal. Valencia: Tirant lo blanc alternativa, 1989.
- _____. Teoria general del delito. Valencia: Tirant lo blanch, 1991.
- EVANGELISTA DE JESUS, Damásio; MENNA BARRETO, João de Deus; DOTTI, René Ariel; COUTINHO, Roisle Alaor Metzker & NEVES, Serrano. Violência e Criminalidade. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- FÁVERO, Flávio. Medicina Legal. São Paulo: Livraria Martins Editora, 7ª ed., 2º vol., 1963.
- FERRI, Enrico. Princípios de Direito Criminal. Campinas: Bookseller Editora, 1996.
- HASSEMER, Winfried & CONDE, Francisco Muñoz. Introducción a la Criminología y al Derecho Penal. Valencia: Tirant lo blanch, 1989.
- JESCHECK, Hans-Heinrich. Tratado de derecho Penal. Parte Geral. Granada: Editorial Comares, 4ª ed., 1993.
- LIRA, Roberto & ARAÚJO JÚNIOR, João Marcello de. Criminologia (de acordo com a Constituição de 1988). Rio de Janeiro: Editora Forense, 4ª ed., 1995.
- MANNHEIM, Hermann. Criminologia Comparada. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. 1 e 2, 1984.
- MEREJE, Rodrigues de. Princípios de Criminologia. São Paulo, 1989.
- NICEFORO, Alfredo. Criminologia. Tomo I a V. Puebla: Editorial Jose M. Cajica Jr. S.A., 1941.
- RODA, Juan Cordoba. Culpabilidade y pena. Barcelona: Bosch Casa Editorial S.A.
- RAMÍREZ, Sergio García. Criminologia, Marginalidad y Derecho Penal. Buenos Aires, Depalma, 1982.

Conteúdo Programático:



1. A CRIMINOLOGIA

- . A natureza e definição
- . Origens e evolução

2. AS TEORIAS CRIMINOLÓGICAS

- . Desorganização Social
- . Patologia Social
- . Cultura e Subcultura
- . Mudança Social
- . Psicologia e Saúde Mental
- . Biologia e Criminalidade
- . Condições Econômicas
- . Outras Teorias

3. O CONHECIMENTO DA CRIMINALIDADE E DO DELITO

- Criminalidade e Direito Penal.
 - Princípios fundamentais do direito penal humanista.
- Criminalidade e delito.
- Legislação e jurisprudência penal.

4. A CRIMINALIDADE COMO FENÔMENO DA VIDA COTIDIANA

- Delinqüente e vítima.
 - A criminalidade como conflito entre delinqüente e vítima.
 - Neutralização da vítima.
 - Relações entre delinqüente e vítima.
 - O delinqüente como vítima.
 - Delitos sem vítima.
- A história da criminalidade.
 - Necessidade de conhecimento da criminalidade.
 - Importância do conhecimento da criminalidade.
- O significado da criminalidade para o indivíduo e para a sociedade.
 - A luta contra o delito.
 - A criminalidade é normal.
 - A criminalidade é útil.
- Sociedade sem criminalidade?
- Extensão da criminalidade.
 - . A estatística criminal.
 - Tipos de estatística.
 - Valor informativo da estatística criminal.
 - Crítica ao valor informativo da estatística criminal.
 - . A cifra escura.
 - Presunções e realidade da cifra escura.
 - Importância da cifra escura para a Política Criminal e a praxis jurídico penal.



5. CONCEITO DE CONDUTA CRIMINAL

- Definições cotidianas do criminoso.
- Conceitos de conduta desviada e a Criminologia.
 - Conduta desviada e conduta punível.
 - Normas sociais e normas jurídico-penais.
 - Fatores da conduta desviada.
 - Resultados da Criminologia etiológica.
 - Significado para a administração da justiça penal.
 - Definições de conduta desviada.
 - Importância para a Criminologia;
 - Definições de conduta criminal.
- A conduta merecedora de pena como objeto da Política Criminal.
 - O conceito de merecimento de pena.
 - Conceito.
 - Função.
 - Critérios de merecimento de pena.
 - Justiça e utilidade.
 - Critérios de justiça.
 - Critérios de utilidade.
 - A liberdade do legislador penal na adoção de suas decisões.
 - O erro.
 - A medida de segurança e a perigosidade do agente.
- A conduta punível como objeto do Direito Penal.
 - As teorias causal, social, finalista e sua nova versão na Alemanha.
 - Conceito jurídico-penal e criminológico do delito.
 - Conceito jurídico-penal e político-criminal do delito.
 - conceito jurídico-penal do delito.
 - Os princípios da adequação social de Welzel e da insignificância de Claus Roxin e da bagatela de Klaus Tiedman.
 - A Política-Criminal de C. Roxin.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: MEDICINA LEGAL		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento:
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Preparar os alunos para que possam fazer uso de conhecimentos médicos e paramédicos aplicáveis na interpretação e execução das normas legais;

Propiciar maior qualidade da formação jurídica através do desenvolvimento de conteúdo da ciência médica condizentes ao Direito.

Ementa do programa:

- Introdução ao estudo da medicina legal; Identidade; Traumatologia infortunistica, tanatologia; Sexologia Forense; Psicopatologia Forense; Quesitos para o exame de corpo de delito; Asfixiologia Forense; Cronotanatognose; Perícia-Perito; Documentos médicos-judiciários.

Bibliografia:

- ALCÂNTARA, Hermes Rodrigues de. *Perícia Médico-Legal*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Dois, 1982.
- ALMEIDA JÚNIOR, A. *Lições de Medicina Legal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional do Direito, 1956.
- CAMARGO JR., Benedito Soares de. *Aulas de Medicina Legal*. 4ª ed. Goiânia: Editora UFG, 1984.
- CAMARGO JÚNIOR, Benedito Soares de. *Aulas de Medicina Legal*. 5ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 1987
- CARVALHO, Hilário Veiga de. *Compêndio de Medicina Legal*. São Paulo: Saraiva, 1987.
- CROCE, Delton & CROCE JÚNIOR, Croce. *Medicina Legal para provas e concursos*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- CROCE, Delton & CROCE JÚNIOR, Delton. *Manual de Medicina Legal*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- FLÁVIO, Flaminero. *Medicina Legal*. 11ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980
- FRANÇA, Genival Veloso de. *Medicina Legal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.



Conteúdo Programático:

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA MEDICINA LEGAL:

- Definição, conceito, eficiência, relações, histórico, ensino da medicina legal e sua evolução no Brasil, divisões didáticas da medicina legal, perícia médica e peritos.

2. IDENTIDADE:

- identificação judiciária, hematologia médico legal.

3. TRAUMATOLOGIA:

- lesões pessoais, lesões mortais, homicídio, suicídio, classificação médico-legal da causalidade do dano, energias de ordem físico-químico, energias de ordem química, energias de ordem bioquímicas, energias de ordem biodinâmica, energias mistas, as lesões segundo a lei.

4. INFORTUNISTICA:

- conceito geral e diagnóstico, prognóstico dos acidentes, avaliação médico legal das incapacidades, consolidação, a perícia dos infortúnios do trabalho, tanatologia: morte súbita, morte agônica, sobreviventes, diagnose diferencial entre as lesões produzidas em vida depois da morte.

5. SEXOLOGIA FORENSE:

- casamento, ultraje público ao pudor, atentados contra o pudor, sedução (defloramento), estupro, a gravidez do ponto de vista médico legal, abortamento criminoso, infanticídio, transtorno do instinto sexual sob o ponto de vista médico-legal, delito contra a procriação, delito de contágio.

6. CRIMINOLOGIA:

- noções gerais da criminologia e direito penal, o crime, o criminoso, terapêutica do crime, profilaxia do crime.

7. PSICOPATOLOGIA FORENSE:

- capacidade de imputação e capacidade civil; seus limites e modificações bio-psico-sociais. generalidades, seus limites e modificadores, da capacidade de imputação e capacidade civil.

8. QUESITOS PARA O EXAME DO CORPO DE DELITO:

- lesão corporal, exames necropsícos, sanidade física e mental, conjunção carnal, ato libidinoso, abortamento, infanticídio, exame de idade.

9. AS NEUROSES E A LEI.

10. AS PSICOSES E A LEI.

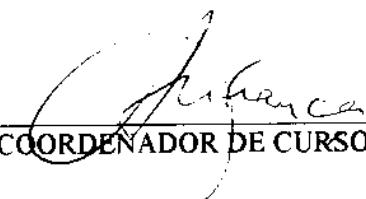
11. A SIMULAÇÃO DA ALIENAÇÃO MENTAL E DA DEFICIÊNCIA MENTAL E A LEI.

12. AS TOXICOMANIAS - LEI ANTI-TÓXICO.



DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: PSICOLOGIA JURÍDICA

Código:

Ano:
5ºCurso:
DIREITODepartamento:
DEPSICarga Horária:
90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]
Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Embasar o aluno no contexto da Psicologia Jurídica, suas aplicabilidades e suas funções nos estabelecimentos penais.

Ementa do programa:

- Perícias psicológicas; Metodologias de trabalho nos casos de adoção, vitimização de crianças e adolescentes; práticas de delitos, separações judiciais e modificações de guarda de filhos. A Personalidade Criminal. Comportamento delinquente.

Bibliografia:

- ALTO É, Sonia. *Infâncias Perdidas: O cotidiano nos internatos - Prisão*. Rio de Janeiro: Xenon Ed. e Produtora Cultural Ltda, 1990.
- AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, V. N. A. (orgs.). *Crianças vitimizadas: a Síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu Ed., 1989.
- BASAGHIA, F. *A psiquiatria alternativa*. São Paulo: Debates, 1982.
- BASAGHIA, F. et al. *Los himenes de la paz*. México: Sigilo Veintiuno, 1977.
- BRODSKY, L. *Psychologists in the Criminal Justice System*. Am. Ass. of Correctional Psychologists, 1972.
- CAMARGO, Maria. *Terapia Penal e Sociedade*. Campinas: Papyrus, 1984.
- CAPLAN, G. *Princípios de Psiquiatria Preventiva*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1980.
- CARVALHO, H. Veiga. *Compêndio de Criminologia*. Bushatsky Ed, 1977.
- EDMUNDO, L. P. *Instituição: Escola de Marginalidade?* São Paulo: Cortez Ed., 1987.
- EYSENCK, H. J. *Delincuencia y Personalidad*. Madrid: Ed. Marova, 1976.
- FELDMAN, M. Phillip. *Comportamento Criminoso: Uma análise psicológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento na Prisão*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1989.
- GARZA, G. F. *Adolescencia marginal e inalantes*. Madrid: Ed. Trilhas, 1977.
- GIBBONS, C. C. & JONES, J. F. *The study of Deviance*. N. York: Prentice-Hall Inc., 1978.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1987.
- GUIRADO, Marlene. *Instituição e Relações Afetivas: O vínculo com o abandono*. São Paulo:

Conteúdo Programático:



1 - OBJETIVO DA CRIMINOLOGIA

2 - ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS

3 - COMPORTAMENTO DELINQUENTE

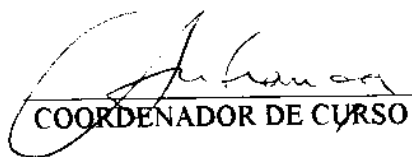
- Delinquência neurótica e Psicótica.
-

4 - PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO CRIMINOLÓGICA.

5 - REINCIDÊNCIA CRIMINAL.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: SISTEMAS PENITENCIÁRIOS		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Reconhecer a falibilidades das políticas implementadas para solução das questões penitenciárias.

Perceber que o Direito não é coisa pronta, sofrendo as influências das mutações sociais, políticas e econômicas.

Fomentar o interesse pela pesquisa.

Ementa do programa:

01. A pena e suas teorias
02. Violência social
03. A prisão cautelar
04. Finalidade da pena de prisão
05. O sistema social da prisão
06. A pena de prestação de serviços à comunidade
07. Suspensão condicional da pena
08. Livramento condicional
09. Trabalho do preso
10. Regimes Penitenciários e Sistema Progressivo
11. Periculosidade e individualização da pena
12. Prisão albergue
13. Prisão aberta
14. Prisão privada

Bibliografia:

- MIOTTO, Armida Bergamini. *Temas Penitenciários*. São Paulo, RT, 1992
- CERVINI, Raúl. *Os processos de descriminalização*. São Paulo, RT, 2ª ed. 1995.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da Pena de Prisão*. São Paulo, RT, 1993.
- THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. Rio de Janeiro. Forense, 4ª ed.1993
- REALE JÚNIOR, Miguel. *Novos rumos do sistema criminal*. Rio de Janeiro. Forense. 1983
- _____. *Direito Penal Aplicado*. São Paulo, RT. Vols 2 e 3 (1992) e vol. 4 (1994)

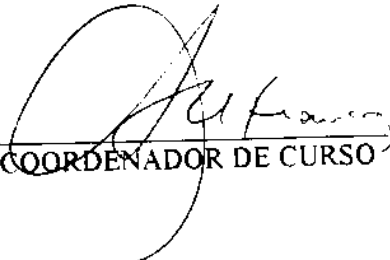


Conteúdo Programático:

O conteúdo programático corresponde ao desdobramento dos temas que compõem a ementa, selecionados em razão das variáveis sócio-políticas que influenciam a abordagem crítica-analítica dos mesmos. Assim, cada item da ementa, será pesquisado, analisado e discutido conforme a conjuntura informada pelos paradigmas conjunturais da atualidade.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Capacitar a identificação dos bens jurídicos protegidos através dos tipos penais previstos na legislação penal especial.

Reconhecer a estrutura sistêmica do Direito Penal.

Desenvolver habilidade de identificar o papel da legislação penal complementar na proteção dos bens e interesses coletivos.

Fomentar o interesse pela pesquisa.

Ementa do programa:

01. Contravenções penais
02. Direito penal militar
03. Criança e adolescente
04. Direitos Humanos
05. Ordem econômica, tributária e relações de consumo.
06. Imprensa e comunicação
07. Transplante de órgãos
08. Meio ambiente, ecologia e patrimônio histórico
09. Indicação de outras leis penais complementares
10. Observações sobre a jurisprudência concernente à legislação penal complementar

Bibliografia:

- PRADO, Luiz Régis. *Direito Penal Ambiental*. São Paulo: RT, 1992
- FREITAS, Gilberto Passos de, e Wladimir Passos de Freitas. *Crimes contra a natureza*. São Paulo: RT. 4ª ed. 1995
- OLIVEIRA NETO, Olavo de. *Comentários à Lei das Contravenções Penais*. São Paulo: RT, 1994
- FRANCO, Alberto Silva et alii. *Leis Penais Especiais e sua interpretação jurisprudencial*. 2ª tiragem, São Paulo: RT. 1995



GAMA, Hélio Direitos do consumidor Rio de Janeiro: Forense: 2ª ed. 1995

LOUREIRO NETO, José da Silva. Direito Penal Militar. São Paulo: Atlas. 1ª ed. 1993

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. Transplante de órgãos e eutanásia - liberdade e responsabilidade. São Paulo: Saraiva. 1ª ed., 1992.

MARREY NETO, José Adriano. Transplante de órgãos - disposições penais. São Paulo: Saraiva, 1ª ed. 1995

COSTA JÚNIOR, Paulo José da. e Zelmo Denari Infrações tributárias e delitos fiscais. São Paulo: Saraiva. 1ª ed. 1995

ROMEIRO, Jorge Alberto Curso de Direito Penal Militar. - Parte Geral. São Paulo: Saraiva. 1ª ed. 1995

MANTECCA, Paschoal Crimes contra a economia popular e sua repressão. São Paulo: Saraiva. 2ª ed., 1989.

CORREIA, Antônio. Crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Saraiva. 1ª ed. 1995.

Conteúdo Programático:



01. CONTRAÇÕES PENAS

- Divisão do Direito Penal
- Distinção entre crime e contravenção
- A parte geral da Lei das Contravenções Penais
- A parte especial da Lei das Contravenções Penais
- Contravenções lotéricas

02. DIREITO PENAL MILITAR

- Introdução ao estudo do Direito Penal Militar
- Conceito de crime militar
- A parte geral do Código Penal Militar
- A parte especial do Código Penal Militar

03. CRIANÇA E ADOLESCENTE

- Dos crimes contra a criança e o adolescente

04. DIREITOS HUMANOS

- Genocídio
- Preconceito de raça ou de cor
- Discriminação de nacionalidade e sexo
- Deficientes físicos

05. ORDEM ECONÔMICA, TRIBUTÁRIA E RELAÇÕES DE CONSUMO

- Crimes contra o consumidor
- Crimes e contravenções contra a economia popular
- Crimes falimentares
- Crimes o sistema financeiro nacional

06. IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

- Introdução ao estudo dos crimes de informação
- Considerações sobre a imprensa, radiodifusão e serviços oficiosos
- Do direito de resposta

- Da autoria e responsabilidade penal
- Da ação penal
- Os crimes de informação em espécie



07. TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS

- Tutela jurídica
- Condutas puníveis

08. MEIO AMBIENTE, ECOLOGIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

- Análise da legislação pertinente

DATA ___ / ___ / ___

DATA ___ / ___ / ___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]
Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Capacitar o aluno a discernir e aplicar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas disciplinas curriculares da área de formação e desenvolvê-los em forma de pesquisa, com aprofundamento nos aspectos que forem objeto de discussão e polêmica no presente cenário nacional, em virtude da constante dinâmica do direito trabalhista.

Especificamente, o resultado dessa verticalidade concorrerá para a definição da escolha do Direito do Trabalho, em seus variados segmentos, quer individual, coletivo ou processual, com área profissional de atuação.

Ementa do programa:

- Globalização econômica e sua influência na evolução do Direito do Trabalho.
- Transformações e tendências na legislação trabalhista que a atual conjuntura da oferta e procura da mão-de-obra.
- A desregulamentação do Direito do Trabalho.

Bibliografia:

ALMEIDA, Amador Paes de. *Curso Prático de Processo do Trabalho*. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

ALMEIDA, Isis. *Manual de Direito Processual do Trabalho. 1º Volume. Introdução ao Processo Jurídico do Trabalho*. 6ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 1994.

ALMEIDA, Isis. *Manual de Direito Processual do Trabalho. 2º Volume. Processo de Conhecimento e Processo de Execução Trabalhista*. 6ª ed. São Paulo: LTr, 1994.

ASSIS, Pedro Prazeres de. *Curso Completo de Direito do Trabalho*. Jataí: Ed. Trainel, 1995.

ALVES, Rubens Valtecídes. *Deficiente Físico: novas dimensões da proteção ao trabalhador*. São Paulo: LTr, 1992.

BARROS, Alice Monteiro. *Curso de Direito do Trabalho estudos em memória de Célio Goyata*. São Paulo: LTr, 1994.

- BATALHA**, Wilson de Souza Campos & **BATALHA**, Sílvia Marina Labati. Sindicatos Sindicalismos. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1994.
- BONFIM**, B. Calheiros, **SANTOS**, Silvério dos & **STAMATO**, Cristina K. Dicionário de Decisões Trabalhistas. 25ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Edições Trabalhistas, 1995.
- CAMPELLO**, José Barreto. Roteiros de Audiências, Execuções e Recursos Trabalhistas. ed. Brasília, DF: Ed. Consulex, 1992.
- CARDONE**, Marly A. Advocacia Trabalhista: judicial e extrajudicial. SP: Saraiva, 1977.
- CARRION**, Valentin. Comentários à Consolidação as Leis Trabalhistas. SP: Saraiva, 1997.
- _____. Nova Jurisprudência do Direito do Trabalho. SP: Saraiva, 1997.
- CASTELO**, Jorge Pinheiro. O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo. SP: LTr, 1993.
- CESARINO JR.**, A.F. & **CARDONE**, Marly A. Direito Social vol. I. 2ª ed. SP: LTr, 1993.
- CORRÊA**, Nelson Barbosa. Ementário, Direito do Trabalho e Previdência Social. vol. V. (1981 a 1983) e vol VI (1984 a 1987). São Paulo: LTr.
- COSTA**, Coqueijo. Direito Processual do Trabalho. 4ª ed. RJ: Forense, 1995.
- COSTA**, Orlando Teixeira da. Direito Coletivo do Trabalho e Crise Econômica. SP: LTr, 1991.
- DINAMARCO**, Cândido Rangel. A instrumentalidade do Processo. 3ª ed. SP: Malheiros, 1993.
- FERRARI**, Irany & **MARTINS**, Melchiades Rodrigues. Julgados Trabalhistas Seleccionados. vol. III. SP: LTr, 1995.
- GIGLIO**, Wagner D. Direito Processual do Trabalho. 8ª ed. SP: LTr, 1993.
- GIUGNI**, Gino. Direito Sindical. SP: LTR, 1991.
- GOMES**, Orlando. Curso de Direito do Trabalho de acordo com a CF/88. Edição Universitária. RJ: Forense, 1991.
- GONÇALVES**, Emílio. Da reconvenção no processo trabalhista: teoria e prática. SP: LTr, 1991.
- _____. Direito Processual do Trabalho. SP: LTr, 1995.
- _____. Manual de Prática Processual Trabalhista. 5ª ed. SP: LTr, 1995.
- _____. O Preposto do Empregador no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1986.
- MACHADO JR.**, César Pereira da Silva. O Ônus da Prova no Processo do Trabalho. SP: LTr. 1993.
- MALLET**, Estevão. Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho. SP: LTr, 1995.
- MALTA**, Christóvão Paragibe Tostes. Prática do Processo Trabalhista. 26ª ed. SP: LTr, 1995.
- MORAES**, Evaristo de. Apontamento de Direito Operário. SP: LTr, 1971.
- NASCIMENTO**, Amauri Mascaro. Comentários às Leis Trabalhistas. vol. I. 2ª ed. SP: Saraiva, 1992.
- _____. Curso de Direito Processual do Trabalho. SP: Saraiva, 1996.
- _____. Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do Direito do Trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho. 9ª ed. SP: Saraiva, 1991.
- _____. Pequeno Dicionário de Processo Trabalhista. SP: LT, 1993.
- _____. Direito do Trabalho na CF 88. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.



_____. Direito Sindical. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.

OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de Prática Trabalhista. 24ª ed. SP: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Francisco Antônio de. Comentários aos Enunciados do TST. 3ª ed. SP: LTr, 1993.

_____. Direito do Trabalho em sintonia com a nova CF/88: doutrina, jurisprudência, direito sumular e direito comparado. SP: LTr, 1993.

_____. Medidas Cautelares. Processo Trabalhista. 2ª ed. SP: LTr, 1991.

_____. O Processo na Justiça do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.

PINTO, José Augusto Rodrigues. Curso de Direito Individual do Trabalho: noções fundamentais de Direito do Trabalho, sujeitos e institutos do Direito individual. 2ª ed. SP: LTr, 1995.

_____. Processo Trabalhista de Conhecimento. 3ª ed. SP: LTr, 1994.

_____. Execução Trabalhista. 6ª ed. SP: LTr, 1994.

PLA RODRIGUEZ, Américo. Curso de Direito do Trabalho - Contratos de Trabalho. SP: LTr, 1982.

PRADO, Roberto Barreto. Curso de Direito Coletivo do Trabalho. SP: LTr, 1991.

Revista de Direito do Trabalho. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.

Revista LTr. Legislação do Trabalho. Publicação Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, SP.

ROBORTELLA, Luiz Carlo Amorim. O Moderno Direito do Trabalho. SP: LTr, 1994.

ROCHA, Osiris. Teoria e Prática dos Recursos Trabalhistas. 3ª ed. SP: LTr, 1991.

ROMITA, Arion Sayão. Curso de Direito Constitucional do Trabalho. SP: LTr, 1991.

SAAD, Eduardo Gabriel. Constituição e Direito do Trabalho. SP: LTr, 1989.

_____. Direito Processual do Trabalho. SP: LTr, 1994.

SALEM, Luciano R. & SALEM, Diná R. Justa Causa e Rescisão Indireta. SP: Ed. Jurídica Brasileira, 1995.

SAMPAIO, Aluysio Mendonça. Dicionário de Direito do Trabalho. 4ª ed. SP: LTr, 1993.

SILVA, Carlos Alberto Barata. Aspectos Fundamentais de Direito do Trabalho. SP: LTr, 1981.

SILVA, Alberto Barata. Compêndio de Direito do Trabalho - Parte Geral e Contrato Individual do Trabalho. SP: LTr, 1989.

SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições de Direito do Trabalho. 12ª ed. SP: LTr, 1991.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. As Ações Cautelares no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1994.

_____. Execução no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.

_____. Liquidação da Sentença no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1992.

_____. Mandato de Segurança na Justiça do Trabalho. SP: LTr, 1994.

_____. A Prova no Processo do Trabalho. 6ª ed. SP: LTr, 1994.

_____. Sistemas e Recursos Trabalhistas. 8ª ed. (atualizada com as Leis ns. 8950/94 e 8950/94). SP: LTr, 1995.

_____. A Sentença no Processo do Trabalho. SP: LTr, 1994.

_____. Liticonsórcio, Assistência e Intervenção de Terceiros no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1993.

TERAYAMA, Miriam Rachael Ansarah R. (org.). Jurisprudência Trabalhista (1987 a 1991).
SP: Ed. Informações Objetivas (IOB).

VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Direito e Processo do Trabalho. BH: Del Rey, 1994.



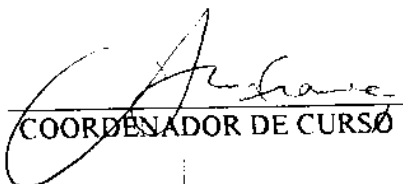


Conteúdo Programático:

- Em virtude desta disciplina objetivar o estudo, pesquisa e discussão de temas atuais e momentâneos da conjuntura brasileira, culminando com um diagnóstico a ser apresentado e ou sugerido aos respectivos segmentos envolvidos nos fatos geradores, o conteúdo programático sofrerá a devida adequação, divisão e desenvolvimento necessários ao que apenas for pertinente ao momento histórico.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIP

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Capacitar o aluno a discernir e aplicar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas disciplinas curriculares da área de formação e desenvolvê-los em forma de pesquisa, com aprofundamento nos aspectos que forem objeto de discussão e polêmica no presente cenário nacional, em virtude da constante dinâmica do direito trabalhista.

Especificamente, o resultado dessa verticalidade concorrerá para a definição da escolha do Direito do Trabalho, em seus variados segmentos, quer individual, coletivo ou processual, com área profissional de atuação.

Ementa do programa:

1. Perspectivas do Direito Coletivo do Trabalho face às tendências do sindicalismo moderno.
2. A arbitragem como mecanismo de solução nos dissídios coletivos.
3. A evolução e transformação do Poder Normativo da Justiça do Trabalho.
4. Estabilização econômica e dissídio coletivo.

Bibliografia:

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

ALMEIDA, Isis. Manual de Direito Processual do Trabalho. 1º Volume. Introdução ao Processo Jurídico do Trabalho. 6ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 1994.

ALMEIDA, Isis. Manual de Direito Processual do Trabalho. 2º Volume. Processo de Conhecimento e Processo de Execução Trabalhista. 6ª ed. São Paulo: LTr, 1994.

ASSIS, Pedro Prazeres de. Curso Completo de Direito do Trabalho. Jataí: Ed. Trainel, 1995.

ALVES, Rubens Valtecidos. Deficiente Físico: novas dimensões da proteção ao trabalhador. São Paulo: LTr, 1992.

BARROS, Alice Monteiro. Curso de Direito do Trabalho estudos em memória de Cêlio Goyata. São Paulo: LTr, 1994.

BARROS, Alice Monteiro de. (Coord.) Direito do Trabalho aplicado. BH: Del Rey, 1994.

BATALHA, Wilson de Souza Campos & BATALHA, Silvia Marina Labati. Sindicatos

- BONFIM, B. Calheiros, SANTOS, Silvério dos & STAMATO, Cristina K.** *Dicionário de Decisões Trabalhistas*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Edições Trabalhistas, 1995.
- CAMPELLO, José Barreto.** *Roteiros de Audiências, Execuções e Recursos Trabalhistas*. 4ª ed. Brasília, DF: Ed. Consulex, 1992.
- CARDONE, Marly A.** *Advocacia Trabalhista: judicial e extrajudicial*. SP: Saraiva, 1972.
- CARRION, Valentin.** *Comentários à Consolidação as Leis Trabalhistas*. SP: Saraiva, 1997.
- _____. *Nova Jurisprudência do Direito do Trabalho*. SP: Saraiva, 1997.
- CASTELO, Jorge Pinheiro.** *O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo*. SP: LTr, 1993.
- CESARINO JR., A.F. & CARDONE, Marly A.** *Direito Social vol. I*. 2ª ed. SP: LTr, 1993.
- CORRÊA, Nelson Barbosa.** *Ementário, Direito do Trabalho e Previdência Social*. vol. V. (1981 a 1983) e vol VI (1984 a 1987). São Paulo: LTr.
- COSTA, Coqueijo.** *Direito Processual do Trabalho*. 4ª ed. RJ: Forense, 1995.
- COSTA, Orlando Teixeira da.** *Direito Coletivo do Trabalho e Crise Econômica*. SP: LTr, 1991.
- DINAMARCO, Cândido Rangel.** *A instrumentalidade do Processo*. 3ª ed. SP: Malheiros, 1993.
- FERRARI, Irany & MARTINS, Melchiades Rodrigues.** *Julgados Trabalhistas Seleccionados*. vol. III. SP: LTr, 1995.
- GIGLIO, Wagner D.** *Direito Processual do Trabalho*. 8ª ed. SP: LTr, 1993.
- GIUGNI, Gino.** *Direito Sindical*. SP: LTR, 1991.
- GOMES, Orlando.** *Curso de Direito do Trabalho de acordo com a CF/88*. Edição Universitária. RJ: Forense, 1991.
- GONÇALVES, Emilio.** *Da reconvenção no processo trabalhista: teoria e prática*. SP: LTr, 1991.
- _____. *Direito Processual do Trabalho*. SP: LTr, 1995.
- _____. *Manual de Prática Processual Trabalhista*. 5ª ed. SP: LTr, 1995.
- _____. *O Preposto do Empregador no Processo do Trabalho*. 2ª ed. SP: LTr, 1986.
- MACHADO JR., César Pereira da Silva.** *O Ônus da Prova no Processo do Trabalho*. SP: LTr, 1993.
- MALLET, Estevão.** *Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho*. SP: LTr, 1995.
- MALTA, Christóvão Paragibe Tostes.** *Prática do Processo Trabalhista*. 26ª ed. SP: LTr, 1995.
- MORAES, Evaristo de.** *Apontamento de Direito Operário*. SP: LTr, 1971.
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro.** *Comentários às Leis Trabalhistas*. vol. I. 2ª ed. SP: Saraiva, 1992.
- _____. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. SP: Saraiva, 1996.
- _____. *Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do Direito do Trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho*. 9ª ed. SP: Saraiva, 1991.
- _____. *Pequeno Dicionário de Processo Trabalhista*. SP: LT, 1993.
- _____. *Direito do Trabalho na CF 88*. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.
- _____. *Direito Sindical*. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.

- OLIVEIRA, Aristeu de.** Manual de Prática Trabalhista. 24ª ed. SP: Atlas, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco Antônio de.** Comentários aos Enunciados do TST. 3ª ed. SP: LTr, 1993.
- _____. Direito do Trabalho em sintonia com a nova CF/88: doutrina, jurisprudência, direito sumular e direito comparado. SP: LTr, 1993.
- _____. Medidas Cautelares, Processo Trabalhista. 2ª ed. SP: LTr, 1991.
- _____. O Processo na Justiça do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.
- PINTO, José Augusto Rodrigues.** Curso de Direito Individual do Trabalho: noções fundamentais de Direito do Trabalho, sujeitos e institutos do Direito individual. 2ª ed. SP: LTr, 1995.
- _____. Processo Trabalhista de Conhecimento. 3ª ed. SP: LTr, 1994.
- _____. Execução Trabalhista. 6ª ed. SP: LTr, 1994.
- PLA RODRIGUEZ, Américo.** Curso de Direito do Trabalho - Contratos de Trabalho. SP: LTr, 1982.
- PRADO, Roberto Barreto.** Curso de Direito Coletivo do Trabalho. SP: LTr, 1991.
- Revista de Direito do Trabalho.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- Revista LTr.** Legislação do Trabalho. Publicação Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, SP.
- ROBORTELLA, Luiz Carlo Amorim.** O Moderno Direito do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- ROCHA, Osiris.** Teoria e Prática dos Recursos Trabalhistas. 3ª ed. SP: LTr, 1991.
- ROMITA, Arion Sayão.** Curso de Direito Constitucional do Trabalho. SP: LTr, 1991.
- SAAD, Eduardo Gabriel.** Constituição e Direito do Trabalho. SP: LTr, 1989.
- _____. Direito Processual do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- SALEM, Luciano R. & SALEM, Diná R.** Justa Causa e Rescisão Indireta. SP: Ed. Jurídica Brasileira, 1995.
- SAMPAIO, Aluysio Mendonça.** Dicionário de Direito do Trabalho. 4ª ed. SP: LTr, 1993.
- SILVA, Carlos Alberto Barata.** Aspectos Fundamentais de Direito do Trabalho. SP: LTr, 1981.
- SILVA, Alberto Barata.** Compêndio de Direito do Trabalho - Parte Geral e Contrato Individual do Trabalho. SP: LTr, 1989.
- SUSSEKIND, Arnaldo.** Instituições de Direito do Trabalho. 12ª ed. SP: LTr, 1991.
- TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio.** As Ações Cautelares no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1994.
- _____. Execução no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.
- _____. Liquidação da Sentença no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1992.
- _____. Mandato de Segurança na Justiça do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- _____. A Prova no Processo do Trabalho. 6ª ed. SP: LTr, 1994.
- _____. Sistemas e Recursos Trabalhistas. 8ª ed. (atualizada com as Leis ns. 8950/94 e 8950/94). SP: LTr, 1995.
- _____. A Sentença no Processo do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- _____. Litisconsórcio, Assistência e Intervenção de Terceiros no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1993.

TERAYAMA, Miriam Rachael Ansarah R. (org.). Jurisprudência Trabalhista (1987 a 1991).
SP: Ed. Informações Objetivas (IOB).
VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Direito e Processo do Trabalho. BH: Del Rey, 1994.




Conteúdo Programático:

- Em virtude desta disciplina objetivar o estudo, pesquisa e discussão de temas atuais e momentâneos da conjuntura brasileira, culminando com um diagnóstico a ser apresentado e ou sugerido aos respectivos segmentos envolvidos nos fatos geradores, o conteúdo progrático sofrerá a devida adequação, divisão e desenvolvimento necessários ao que apenas for pertinente ao momento histórico.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO Dissídio		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIP/DEDIS
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa
Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):		
<p>Capacitar o aluno a discernir e aplicar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos nas disciplinas curriculares da área de formação e desenvolvê-los em forma de pesquisa, com aprofundamento nos aspectos que forem objeto de discussão e polêmica no presente cenário nacional, em virtude da constante dinâmica do direito trabalhista.</p> <p>Especificamente, o resultado dessa verticalidade concorrerá para a definição da escolha do Direito do Trabalho, em seus variados segmentos, quer individual, coletivo ou processual, com área profissional de atuação.</p>		
Ementa do programa:		
<ol style="list-style-type: none">1. Perspectivas do Direito Processual do Trabalho no final do século XX e a subsidiariedade ao Código de Processo Civil.2. A informalidade como princípio basilar da aleridade processual trabalhista e a flexibilização das normas legais.3. Os Juizados Especiais trabalhista e o princípio do Jus Postulandi.		
Bibliografia:		
<p>ALMEIDA, Amador Paes de. <u>Curso Prático de Processo do Trabalho</u>. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.</p> <p>ALMEIDA, Isis. <u>Manual de Direito Processual do Trabalho. 1º Volume. Introdução ao Processo Jurídico do Trabalho</u>. 6ª ed. São Paulo: Ed. LTr, 1994.</p> <p>ALMEIDA, Isis. <u>Manual de Direito Processual do Trabalho. 2º Volume. Processo de Conhecimento e Processo de Execução Trabalhista</u>. 6ª ed. São Paulo: LTr, 1994.</p> <p>ASSIS, Pedro Prazeres de. <u>Curso Completo de Direito do Trabalho</u>. Jataí: Ed. Trainel, 1995.</p> <p>ALVES, Rubens Valtecidos. <u>Deficiente Físico: novas dimensões da proteção ao trabalhador</u>. São Paulo: LTr, 1992.</p> <p>BARROS, Alice Monteiro. <u>Curso de Direito do Trabalho estudos em memória de Célio Goyata</u>. São Paulo: LTr, 1994.</p> <p>BARROS, Alice Monteiro de. (Coord.) <u>Direito do Trabalho aplicado</u>. BH: Del Rey, 1994.</p> <p>BATALHA, Wilson de Souza Campos & BATALHA, Sílvia Marina Labati. <u>Sindicatos</u></p>		

- BATALHA**, Wilson de Souza Campos & **BATALHA**, Sílvia Marina Labati. *Sindicatos Sindicalismos*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1994.
- BONFIM**, B. Calheiros, **SANTOS**, Silvério dos & **STAMATO**, Cristina K. *Dicionário de Decisões Trabalhistas*. 25ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Edições Trabalhistas, 1995.
- CAMPELLO**, José Barreto. *Roteiros de Audiências, Execuções e Recursos Trabalhistas*. ed. Brasília, DF: Ed. Consulex, 1992.
- CARDONE**, Marly A. *Advocacia Trabalhista: judicial e extrajudicial*. SP: Saraiva, 1972.
- CARRION**, Valentin. *Comentários à Consolidação as Leis Trabalhistas*. SP: Saraiva, 1997.
_____. *Nova Jurisprudência do Direito do Trabalho*. SP: Saraiva, 1997.
- CASTELO**, Jorge Pinheiro. *O Direito Processual do Trabalho na Moderna Teoria Geral do Processo*. SP: LTr, 993.
- CESARINO JR.**, A.F. & **CARDONE**, Marly A. *Direito Social vol. I*. 2ª ed. SP: LTr, 1993.
- CORRÊA**, Nelson Barbosa. *Ementário, Direito do Trabalho e Previdência Social*. vol. V. (1981 a 1983) e vol VI (1984 a 1987). São Paulo: LTr.
- COSTA**, Coqueijo. *Direito Processual do Trabalho*. 4ª ed. RJ: Forense, 1995.
- COSTA**, Orlando Teixeira da. *Direito Coletivo do Trabalho e Crise Econômica*. SP: LTr, 1991.
- DINAMARCO**, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do Processo*. 3ª ed. SP: Malheiros, 1993.
- FERRARI**, Irazy & **MARTINS**, Melchíades Rodrigues. *Julgados Trabalhistas Seleccionados*. vol. III. SP: LTr, 1995.
- GIGLIO**, Wagner D. *Direito Processual do Trabalho*. 8ª ed. SP: LTr, 1993.
- GIUGNI**, Gino. *Direito Sindical*. SP: LTR, 1991.
- GOMES**, Orlando. *Curso de Direito do Trabalho de acordo com a CF/88*. Edição Universitária. RJ: Forense, 1991.
- GONÇALVES**, Emílio. *Da reconvenção no processo trabalhista: teoria e prática*. SP: LTr, 1991.
_____. *Direito Processual do Trabalho*. SP: LTr, 1995.
_____. *Manual de Prática Processual Trabalhista*. 5ª ed. SP: LTr, 1995.
_____. *O Preposto do Empregador no Processo do Trabalho*. 2ª ed. SP: LTr, 1986.
- MACHADO JR.**, César Pereira da Silva. *O Ônus da Prova no Processo do Trabalho*. SP: LTr, 1993.
- MALLET**, Estevão. *Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho*. SP: LTr, 1995.
- MALTA**, Christóvão Paragibe Tostes. *Prática do Processo Trabalhista*. 26ª ed. SP: LTr, 1995.
- MORAES**, Evaristo de. *Apontamento de Direito Operário*. SP: LTr, 1971.
- NASCIMENTO**, Amauri Mascaro. *Comentários às Leis Trabalhistas*. vol. I. 2ª ed. SP: Saraiva, 1992.
_____. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. SP: Saraiva, 1996.
_____. *Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do Direito do Trabalho: relações individuais e coletivas do trabalho*. 9ª ed. SP: Saraiva, 1991.
_____. *Pequeno Dicionário de Processo Trabalhista*. SP: LT, 1993.
_____. *Direito do Trabalho na CF/88*. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.



- Direito Sindical. 2ª ed. SP: Saraiva, 1991.
- OLIVEIRA**, Aristeu de. Manual de Prática Trabalhista. 24ª ed. SP: Atlas, 1996.
- OLIVEIRA**, Francisco Antônio de. Comentários aos Enunciados do TST. 3ª ed. SP: LTr, 1993.
- Direito do Trabalho em sintonia com a nova CF/88: doutrina, jurisprudência, direito sumular e direito comparado. SP: LTr, 1993.
- Medidas Cautelares, Processo Trabalhista. 2ª ed. SP: LTr, 1991.
- O Processo na Justiça do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.
- PINTO**, José Augusto Rodrigues. Curso de Direito Individual do Trabalho: noções fundamentais de Direito do Trabalho, sujeitos e institutos do Direito individual. 2ª ed. SP: LTr, 1995.
- Processo Trabalhista de Conhecimento. 3ª ed. SP: LTr, 1994.
- Execução Trabalhista. 6ª ed. SP: LTr, 1994.
- PLA RODRIGUEZ**, Américo. Curso de Direito do Trabalho - Contratos de Trabalho. SP: LTr, 1982.
- PRADO**, Roberto Barreto. Curso de Direito Coletivo do Trabalho. SP: LTr, 1991.
- Revista de Direito do Trabalho**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- Revista LTr**. Legislação do Trabalho. Publicação Mensal de Legislação, Doutrina e Jurisprudência, SP.
- ROBORTELLA**, Luiz Carlo Amorim. O Moderno Direito do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- ROCHA**, Osiris. Teoria e Prática dos Recursos Trabalhistas. 3ª ed. SP: LTr, 1991.
- ROMITA**, Arion Sayão. Curso de Direito Constitucional do Trabalho. SP: LTr, 1991.
- SAAD**, Eduardo Gabriel. Constituição e Direito do Trabalho. SP: LTr, 1989.
- Direito Processual do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- SALEM**, Luciano R. & **SALEM**, Diná R. Justa Causa e Rescisão Indireta. SP: Ed. Jurídica Brasileira, 1995.
- SAMPAIO**, Aluysio Mendonça. Dicionário de Direito do Trabalho. 4ª ed. SP: LTr, 1993.
- SILVA**, Carlos Alberto Barata. Aspectos Fundamentais de Direito do Trabalho. SP: LTr, 1981.
- SILVA**, Alberto Barata. Compêndio de Direito do Trabalho - Parte Geral e Contrato Individual do Trabalho. SP: LTr, 1989.
- SUSSEKIND**, Arnaldo. Instituições de Direito do Trabalho. 12ª ed. SP: LTr, 1991.
- TEIXEIRA FILHO**, Manoel Antônio. As Ações Cautelares no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1994.
- Execução no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1991.
- Liquidação da Sentença no Processo do Trabalho. 3ª ed. SP: LTr, 1992.
- Mandato de Segurança na Justiça do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- A Prova no Processo do Trabalho. 6ª ed. SP: LTr, 1994.
- Sistemas e Recursos Trabalhistas. 8ª ed. (atualizada com as Leis ns. 8950/94 e 8950/94). SP: LTr, 1995.
- A Sentença no Processo do Trabalho. SP: LTr, 1994.
- Litisconsórcio, Assistência e Intervenção de Terceiros no Processo do Trabalho. 2ª ed. SP: LTr, 1993.

TERAYAMA, Miriam Rachael Ansarah R. (org.). *Jurisprudência Trabalhista (1987 a 1991)*.
SP: Ed. Informações Objetivas (IOB).
VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. *Direito e Processo do Trabalho*. BH: Del Rey, 1994.



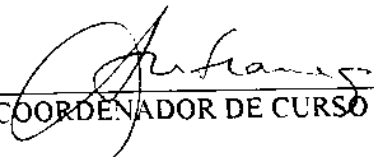


Conteúdo Programático:

- Em virtude desta disciplina objetivar o estudo, pesquisa e discussão de temas atuais e momentâneos da conjuntura brasileira, culminando com um diagnóstico a ser apresentado e ou sugerido aos respectivos segmentos envolvidos nos fatos geradores, o conteúdo programático sofrerá a devida adequação, divisão e desenvolvimento necessários ao que apenas for pertinente ao momento histórico.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DIFUSO		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIF
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final Curso o aluno será capaz de):

Ministrar aos alunos conhecimentos indispensáveis para o manejo da disciplina Direitos Difusos, relacionando-a à defesa em juízo do meio ambiente, do consumidor, da criança e do adolescente e o patrimônio de bens e valores que compõem o patrimônio cultural do País, bem como desenvolver a pesquisa e provocar debates, habituando-os à vida prática de um dos temas de maior desafio na atualidade.

Ementa do programa:

1. Proteção ao Meio Ambiente.
2. Proteção ao Consumidor.
3. Proteção à Criança e do Adolescente.
4. Proteção ao Patrimônio Cultural e ao Patrimônio Público.
5. Proteção às Pessoas Portadoras de Deficiência.
6. Proteção aos Investidores no Mercado de Valores Mobiliários.

Bibliografia:

- ARRUDA ALVIM, José Manoel de; ALVIM, Tereza; ARRUDA ALVIM, Eduardo & MARINS DE SOUZA, James J. *Código do Consumidor Comentado*. São Paulo: Ed. RT, 1991.
- BEZNOS, Clóvis. *Ação Popular e Ação Civil Pública*. São Paulo: Ed. RT, 1989.
- CABRAL, Armando H. Dias. *Proteção Ambiental*. Revista de Direito Público, V. 47-48, Ed. RT, julho-dezembro de 1978.
- CAPPELLETTI, Mauro. *Conferências*. Separata da Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, V. 1, 1985.
- _____. *Formazioni sociali e interessi di gruppo davanti alla giustizia civile*. Rivista di Diritto Processuale, V. 30, 1975.
- CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. *Acesso à Justiça*. Porto Alegre: Ajuris, 1988.
- COMPARATO, Fábio Konder. *A Proteção do Consumidor: importante capítulo do direito econômico*. Artigo publico em Ensaio e pareceres de direito empresarial. Rio de Janeiro: Ed. Forense, V. 15/16, 1974.

- CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Ajuris, 1988.
- COMPARATO, Fábio Konder. A Proteção do Consumidor: importante capítulo do direito econômico. Artigo publico em Ensaio e pareceres de direito empresarial. Rio de Janeiro: Ed. Forense, V. 15/16, 1974.
- DOTTI, René Ariel. Proteção Constitucional do Meio Ambiente. Revista dos Tribunais, 622.
- FERRAZ, Antônio Augusto Mello de Camargo; MILARÉ, E. & NERY JÚNIOR, Nelson. Ação civil pública. XI Seminário Jurídico dos Grupos de Estudos do Ministério Público de São Paulo. São Lourenço-MG: APMP, 1983.
- _____. A ação civil pública e a tutela jurisdicional dos interesses difusos. São Paulo: Ed. Saraiva, 1984.
- FERRAZ, Sérgio. Responsabilidade civil por dano ecológico. In Revista de Direito Público, São Paulo, V. 40-50.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Disciplina urbanística da propriedade. São Paulo: Ed. RT, 1980.
- GRECO FILHO, Vicente et alii. Comentários ao Código de Proteção do Consumidor. São Paulo: Ed. Saraiva, 1991.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. A tutela jurisdicional dos interesses difusos. Revista Forense, V. 268.
- _____. Proteção ao meio ambiente e ao consumidor. COAD, Seleção Jurídica ADV, Janeiro de 1986.
- GRINOVER, Ada Pellegrini et alii. A tutela dos interesses difusos. São Paulo: Ed. Max Limonad, 1981.
- _____. Código de Defesa do Consumidor. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2ª ed., 1992.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Ação civil pública em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural e dos consumidores (Lei 7.347/85 e Legislação complementar). São Paulo: Ed. RT, 1989.
- _____. Defesa do Consumidor - reflexões acerca da eventual concomitância de ações coletivas e individuais. Revista dos Tribunais, V. 676.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. Defesa dos interesses difusos em juízo. Conferência proferida no I Ciclo de Debates sobre a Ação Civil Pública. Porto Alegre: Fundação Superior do Ministério Público, 1985, Revista do M.P. do Rio Grande do Sul, V. 19.
- _____. A ação civil pública no Estatuto da Criança e do Adolescente. Senado Federal: Revista de Informação Legislativa, 109.
- _____. Interesses coletivos e difusos. Revista dos Tribunais, V. 675.
- _____. Interesses difusos e sua defesa. Justitia, V. 138.
- _____. A defesa dos interesses difusos e juízo: Meio Ambiente, Consumidor e outros interesses difusos e coletivos. São Paulo: Ed. RT, 1993.
- SANGUINÉ, Odoné. Primeiras linhas sobre a ação civil pública. Revista do Ministério Público do Estado de Rio Grande do Sul, V. 19.
- SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. São Paulo: Ed. RT, 1982.



Conteúdo Programático:

1. INTERESSE E LEGITIMAÇÃO

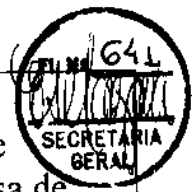
- Introdução: Conceito e conteúdo dos Direitos Difusos; Objeto dos interesses difusos; Princípios dos Direitos Difusos; Natureza dos Direitos Difusos; Importância da disciplina Direitos Difusos.
- Noções Gerais sobre os Interesse Difusos: Interesse Público; Interesse público primário e secundário; Interesses difusos e Coletivos: A dicotomia entre interesse público e privado; Interesses difusos, interesses coletivos.
- Legitimação ordinária e extraordinária; Defesa judicial de interesses coletivos e difusos; A Constituição Federal de 1988 e a legislação subsequente.

2. A AÇÃO CIVIL PÚBLICA

- Ação Civil Pública: Conceito, natureza e caracteres; Ações fundadas na Constituição Federal; Ações fundadas no Código Civil; Ações fundadas no Código de Processo Civil; Ações fundadas no Estatuto da Criança e do Adolescente; Ações fundadas na Lei de Registros Públicos; Ações fundadas na Lei de Loteamentos; Ações fundadas na Lei de Falências; Ações fundadas em leis diversas.

3. A DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS

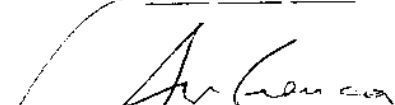
- Origens da Lei 7.347/85: Os primeiros trabalhos; Cotejo entre os projetos; As alterações trazidas pela Lei nº 8.078/90; Objeto da Lei nº 7.347/85; Campo de incidência; O veto imposto à Lei nº 7.347/85.
- Proteção ao meio ambiente: O meio ambiente na Lei nº 7.347/85; Conceito de meio ambiente; Consciência social da preservação ambiental; Legitimação ativa para a ação ambiental; Conclusões.
- Proteção ao Consumidor: Conceitos genéricos e jurídicos de consumidor; O papel do Ministério Público; O Consumidor individual; O atendimento ao público; A defesa do consumidor no campo da propaganda; A prova; Críticas e conclusões sobre a defesa do consumidor.
- Proteção ao Patrimônio Cultural e ao Patrimônio Público: O Patrimônio Cultural; O patrimônio artístico; O patrimônio público; O Ministério Público na defesa do patrimônio público; Conclusões.
- Tombamento: O tombamento como forma de proteção administrativa; outras formas de proteção; Natureza jurídica do tombamento; Conclusões.
- Defesa das pessoas portadoras de deficiência: O princípio da igualdade. Defesa dos Investidores no Mercado de Valores Mobiliários.
- A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente: A defesa de interesses difusos na área de proteção à infância e à juventude; Hipóteses de ações civis públicas.



4. NOÇÕES PROCESSUAIS

- Algumas considerações processuais face às Leis n.ºs. 7.347/85, 7.913/90; 8.069/90 e 8.078/90: Ações principais e cautelares e ações individuais; A ação penal para defesa de interesses difusos e coletivos; Ações declaratórias e constitutivas; Conexidade, continência e litispendência; Competência; Legitimados ativos; Litisconsórcio e assistência; Legitimação passiva; Interesse de agir; O Ministério Público; Desistência da ação; Transação e compromisso de ajustamento; Desistência e renúncia do recurso; Notificações, requisições e o dever de informação; Inquérito civil; Arrazoamento e efeitos do arquivamento do inquérito civil; Crime contra a administração pública; Multa diária e multa liminar; Concessão de liminar; Fundo para reconstituir o bem lesado; Obrigatoriedade da execução, Coisa julgada; Encargos da sucumbência; Avaliação dos danos; Responsabilidade estatal; Responsabilidade e culpa.

DATA / /


COORDENADOR DE CURSO

DATA / /

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: RESPONSABILIDADE CIVIL		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIF
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Proporcionar ao aluno do Curso de Direito uma aprendizagem teórica sobre responsabilidade como fenômeno jurídico.

Ementa do programa:

1. Responsabilidade e Responsabilidade Civil.
2. Responsabilidade Contratual e Extracontratual.
3. Responsabilidade do Estado.
4. O Dano e sua Liquidação.
5. Sujeito e Efeitos da Responsabilidade Civil.

Bibliografia:

- BAHIA**, Saulo José Casali. *Responsabilidade Civil do Estado*. São Paulo: Forense, 1995.
- CAHALI**, Yssef Said. *Dano e Indenização*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1980.
- _____. *Responsabilidade Civil do Estado*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1982.
- DIAS**, José de Aguiar. *Da Responsabilidade Civil*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- FIGUEIRA JÚNIOR**, J. D. *Responsabilidade Civil do Estado-Juiz*. São paulo: Juruá, 1995.
- MONTEIRO**, Jorge Sinde. *Estudos sobre a Responsabilidade Civil*. Coimbra: Almedina, 1983.
- MONTEIRO**, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. Vol. I. São Paulo: Ed. Saraiva, 1995.
- PEREIRA**, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade Civil*. 6ª ed. São Paulo: Forense, 1995.
- REIS**, Clayton. *Dano Moral*. 4ª ed. São Paulo: Forense, 1995.
- RIZZARDO**, Arnaldo. *A reparação dos acidentes de trânsito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.
- ZENUN**, Augusto. *Dano moral e sua reparação*. 3ª ed. São Paulo: Forense, 1995.

Conteúdo Programático:



1. RESPONSABILIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL

- Teorias. Noções e conteúdo. Definições. Evolução.
- Teorias. Classificação. Crítica.
- O ônus da prova.

2. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE EXTRA-CONTRATUAL

- Dano. Relação de causalidade força maior.
- O dolo e a culpa. Conceito. Definição. Classificação.
- Os limites da responsabilidade contratual.
- A figura do terceiro na responsabilidade contratual.
- Responsabilidade contratual pôr fato de outrem.
 - Transportes.
 - Médicos e auxiliares.
 - Advogados, mandatários e Tabeliões.
 - Empréstimos e construtores.
- Responsabilidade por fato próprio.
 - Responsabilidade pelo fato da coisa.
 - Responsabilidade por fato de animais.
 - Responsabilidade por fato de outrem.

3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- Teorias. Críticas. Doutrina do risco administrativo.
- Responsabilidade do Estado na ordem internacional.
- Exceções ao princípio da responsabilidade do Estado.

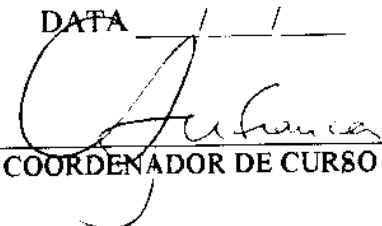
4. O DANO E SUA LIQUIDAÇÃO

- Da no patrimonial e dano moral.
- Liquidação do dano no direito brasileiro.

5. SUJEITO E EFEITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

- Sujeito ativo e passivo da responsabilidade.
- Efeito do julgamento criminal sobre a ação cível.
- Garantias de Indenização.

DATA _____


COORDENADOR DE CURSO

DATA ____/____/____

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO IMOBILIÁRIO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da do disciplina (Ao final Curso o aluno será capaz de):

Estabelecer através do ensino aprendizagem, em área tida como profissionalizante, conhecimentos científicos para que o estudante esteja melhor preparado no exercício da atividade imobiliária.

Ementa do programa:

1. A propriedade imóvel.
2. Atos privativos, constitutivos e acessórios da propriedade imóvel.
3. Direitos reais, além da propriedade imóvel e em garantia desta.
4. Inexecução de obrigações nas negociações imobiliárias.
5. Negociações imobiliárias.
6. O Direito Imobiliário e sua manifestação nos meios forenses.

Bibliografia:

- ALEM, José Antônio. *Usucapião*. São Paulo: Ed. Universitária de Direito, 1987.
- ALVES, José Carlos Moreira. *Posse*. 2 Vols. Rio de Janeiro: Forense, 1990.
- CASEIRO, Luciano. *Loteamentos Clandestinos*. São Paulo: Ed. Leud, 1979.
- DINIZ, Maria Helena. *Tratado Teórico e Prático dos Contratos*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- GAMA, Affonso Dionysio. *Teoria e Prática dos Contratos pôr Instrumento Particular no Direito Brasileiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.
- GAMA, José de Souza. *Curso de Prática Forense Civil e Comercial*. Rio de Janeiro: Editada pelo Autor, 2ª edição.
- GOMES, Orlando. *Direitos Reais*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- HAENDCHEN, Paulo Tadeu & Outro. *Ação Reivindicatória*. São Paulo: Saraiva, 1988.
- JUNQUEIRA, Gabriel J. P. *Teoria e Prática do Direito Imobiliário*. São Paulo: Edipro Edições Profissionais Ltda, 1992.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Posse e Propriedade*. São Paulo: Ed. Universitária de Direito, 1986.
- . *Terras Particulares*. São Paulo: Ed. Leud, 1981.

Conteúdo Programático:



1. A PROPRIEDADE IMÓVEL

- Sua aquisição e perda.
- Dos direitos de defesa, de vizinhança e de passagem.
- Dos direitos de construir e restrições ao direito de construir.

2. ATOS PRIVATIVOS, CONSTITUTIVOS E ACESSÓRIOS DA PROPRIEDADE IMÓVEL

- Da desapropriação e sua consequência.
- Do condomínio e a legislação vigente.
- O condomínio em prédios ou edificações: prestação de contas, venda de cota com especificação de benfeitorias, exploração do imóvel comum por apenas um comunheiro, extinção de condomínio.
- A incorporação imobiliária e a insolvência do incorporador.
- Loteamento e desmembramento.
- Cláusulas constitutivas, constitutivas e de arrependimento.
- Cláusulas de reversão e de preempção.

3. DIREITOS REAIS, ALÉM DA PROPRIEDADE E EM GARANTIA DESTA:

- A enfiteuse e ações relativas à enfiteuse.
- As servidões, sua extinção e ações relativas às servidões.
- O usufruto, sua extinção e a nu-propriedade.
- O penhor, a anticrese e a hipoteca.

4. INEXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES NAS NEGOCIAÇÕES IMOBILIÁRIAS

- A mora e sua consequência.
- A purgação da mora.
- A notificação e sua consequência.

5. NEGOCIAÇÕES IMOBILIÁRIAS

- Da documentação imobiliária.
- Dos títulos de aquisição da propriedade imóvel.
- Do registro de imóveis e da retificação do registro.

6. O DIREITO IMOBILIÁRIO E SUA MANIFESTAÇÃO NOS MEIOS FORENSES

- Adjudicação a pedido do comprador e a pedido do vendedor.
- Alienação de bens de incapazes.
- Alvará independente para outorga de escritura, quando não há bens a inventariar.
- Anulatória de venda do imóvel.

- Cobrança de multa pôr não ter o locador usado o prédio para o fim declarado.
- A cominatória e o direito de vizinhança.
- A consignação em pagamento em locações urbanas.
- A reivindicatória e a reintegratória.
- A alienação forçada de bem comum indivisível.
- O despejo, suas modalidades e conseqüências.
- Nunciação de obra nova e embargos de obra.
- Embargos por retenção por benfeitorias.
- A remissão e o imóvel hipotecado.
- A renovatória comercial e a revisional de locação.
- A negatória de servidão de passagem.
- O suprimento de outorga uxória.
- Usucapião urbano, especial, ordinário e extraordinário.
- Usucapião de servidão de passagem.
- Usucapião: matéria de defesa em ação reivindicatória.



DATA / /


COORDENADOR DE CURSO

DATA / /

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO AGRÁRIO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Orientar o aluno no estudo do Direito Agrário, através da demonstração de sua crescente autonomia e publicação de seus institutos.

Ementa do programa:

Teoria Geral do Direito Agrário
Teoria Agrária das Obrigações
Teoria Agrária da Posse e da Propriedade
Questão Social Agrária

Bibliografia:

- BORGES, Paulo Tormim. Institutos Básicos do Direito Agrário. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- MACHADO, Antônio Luiz Ribeiro. Manual prático dos contratos agrários e pecuários. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1991.
- MARQUES, Nilson. Curso de Direito Agrário. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- ALVARENGA, Otávio de Mello. Direito Agrário e o Meio Ambiente. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.
- RIZZARDO, Arnaldo. O uso da terra no Direito Agrário. 3ª ed. Rio de Janeiro: Aide, 1985.
- DICK, Ana Luiza Ullmann. Manual de Crédito Agrário. 1ª ed. Rio de Janeiro: Aide, 1991.
- LIMA, Getúlio Targino. A posse agrária sobre bem imóvel. São Paulo: Saraiva, 1992.
- TENÓRIO, Igor. Curso de Direito Agrário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 1992.
- Legislação Básica - "Estatuto da Terra".
- DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito Administrativo. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.



Conteúdo Programático:

1 - TEORIA GERAL DO DIREITO AGRÁRIO

- Conceito de Direito Agrário, Conceito de propriedade na antiguidade, na idade média e na atualidade, a propriedade no Direito Positivo, nas várias Constituições, no Direito Civil, no Direito Agrário, o Direito de Propriedade, a Função Social da propriedade, o Direito Agrário através da História, Princípios Básicos do Direito Agrário, Princípios Universais do Direito Agrário, Política Agrária, Institutos Básicos de Direito Agrário, Propriedade Territorial Agrária, Estatuto da Terra como Diploma Agrário Autônomo, Direito Agrário Comparado.

2 - TEORIA AGRÁRIA DAS OBRIGAÇÕES

- Princípios que regem os Contratos Agrários, Conceituação dos Contratos Agrários, Generalidades, Contratos Agrários escritos, Cláusulas Obrigatórias nos Contratos Agrários, Renovação dos Contratos Agrários, a Retomada do Imóvel Rural, Extinção dos Contratos Agrários, o Sub arrendamento Rural, as Benfeitorias, os Despejos nos Contratos Agrários, Direitos e Deveres das Partes Contratantes nos Contratos Agrários, Contratos Agrários Inominados, intervenção da Administração Pública nos Contratos Agrários.

3 - TEORIA AGRÁRIA DA POSSE E PROPRIEDADE.

- Introdução, a problemática da Posse, o Interesse da Questão nos diversos ramos do Direito e especialmente no Direito agrário, a Posse Agrária e seus Reflexos Jurídicos, Posse e domínio no Direito Agrário, Legitimação da Posse e Preferência para aquisição da Terra, Aposseamento e Ocupação de terras públicas, legitimação da Posse, Ação Governamental.

4 - QUESTÃO SOCIAL AGRÁRIA

- Reforma Agrária: conceito, Reforma Agrária na América Latina, Instrumento de Reforma Agrária na Constituição de 1988, Projetos de Reforma Agrária, Política Agrária e Fundiária e de Reforma Agrária, a Desapropriação no Direito Agrário, Terras Devolutas e Terrenos da Marinha, Terra na Faixa de Fronteiras, o Direito e o Meio Ambiente, os Índios perante o Direito Agrário, Justiça Agrária.

DATA _____


COORDENADOR DE CURSO

DATA ____/____/____

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DOS CONTRATOS EM ESPÉCIES

Código:

Ano:

5°

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Oferecer, através do ensino aprendizagem teórico e prático, dentro da área de conhecimento específico, informações básicas e objetivas das modalidades de contratos civis, comerciais, mercantis, trabalhistas e outros para que o estudante de Direito possa ter capacidade específica para a elaboração e interpretação de cada uma das modalidades.

Ementa do programa:

1. Fidúcia.
2. Contrato Estimatório.
3. Agência e Distribuição. Corretagem.
4. Contrato de Capitalização.
5. Transporte.
6. Incorporação Imobiliária.
7. Contratos Bancários.
8. Arrendamento Mercantil - Leasing.
9. Know-how.
10. Franchising.
11. Engineering.
12. Factoring.
13. Hedging.

Bibliografia:

- ANTUNES VARELA. Direito das Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 1977. Enciclopédia Saraiva do Direito.
- CARVALHO SANTOS. Código Civil Brasileiro Interpretado. V. 15, 16, 17, 18.
- BULGARELLI, Waldírio. Leasing. II Enciclopédia Saraiva do Direito. V. 48, 76, 16.
- BULGARELLI, Waldírio. Contratos Mercantis Prático dos Contratos. São Paulo: Saraiva, 1995.
- MARMIT, Arnaldo. Fiança. São Paulo: Atlas, 1989.
- DINIZ, Maria Helena. Tratado Teórico e Civil e Comercial. São Paulo: Aide Editora, 1989.
- RODRIGUES, Silvío. Curso de Direito Civil. São Paulo: Saraiva, 3º Volume, 1995.
- VIANA, Marco Aurélio S. Curso de Direito Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 3º volume, 1995.
- BARROS MONTEIRO, Washington. Curso de Direito Civil - Direito das Obrigações. São Paulo: Saraiva, 2º volume, 1994.

Conteúdo Programático:



GENERALIDADES

1. FIDÚCIA

2. CONTRATO ESTIMATÓRIO

COMISSÃO

- Noção.
- Caracteres.
- Comissão del credere.
- Direitos e obrigações do comissário.
- Direitos e deveres do comitente.

3. AGÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO

- Generalidades.
- Contrato de agência ou representação comercial.
- Conceito e elementos caracterizadores.
- Conseqüências jurídicas.
- Extinção.
- Contrato de distribuição.

4. CONTRATO DE CAPITALIZAÇÃO

5. TRANSPORTE

- Conceito e caracteres jurídicos.
- Espécies de transporte.
- Transporte de coisas.
- Noção efeitos jurídicos.
- Transporte de pessoas.
- Definição ao.
- Obrigações e direitos do transportador.
- Direitos e deveres do passageiro.

6. INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA

- Noção geral.
- Objeto.
- Conseqüências jurídicas.
- Extinção.

7. CONTRATOS BANCÁRIOS

- Generalidades.
- Depósito bancário.
- Redenconto.
- Empréstimo.
- Desconto.

- Antecipação.
- Abertura de crédito.
- Cartas de crédito.
- Conta corrente.
- Financiamento.
- Contrato de custódia
- Guarda de volumes.



NOVAS TÉCNICAS CONTRATUAIS

8. ARRENDAMENTO MERCANTIL OU LEASING

- Conceito e elementos jurídicos.
- Modalidades.
- Obrigações do arrendador e do arrendatário.
- Modos terminativos.

9. KNOW-HOW OU CONTRATO DE IMPORTAÇÃO DE TECNOLOGIA

- Noção geral.
- Transferência.
- Extinção.

10. FRANQUIA OU FRANCHISING

- Definição.
- Características.
- Cláusulas contratuais.
- Causas extintivas.

11. ENGINEERING

12. FATURIZAÇÃO OU FACTORING

- Conceituação e caracterização jurídica.
- Vantagens.
- Modalidades.
- Efeitos jurídicos.
- Extinção.

13. HEDGING

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO ECONÔMICO

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departº:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: | Obrigatórias ou Optativas |

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Acrescentar com aprofundamento, através do ensino e aprendizagem, novas informações científicas para que, melhor qualificado, possa o estudante agredir a área de mercado, de sua opção, que este tenha escolhido para o início das suas atividades profissionais.

Ementa do programa:

1. Princípios gerais da atividade econômica.
2. Fundamentos do Direito Econômico
3. Do poder econômico
4. Da empresa e do estabelecimento.
5. O Estado Empresário.
6. Institutos do Direito Econômico.

Bibliografia:

- SOUZA, Washington Peluso Albino. Primeiras linhas de Direito Econômico., 3ª ed. Ed. LTR.
- SOUZA, Washington Peluso Albino. Direito Econômico. Saraiva, 1980.
- FONSECA, João Bosco Leopoldino da Fonseca. Direito Econômico. Forense, 1996.
- CARVALHOSA, Modesto. Direito Econômico. Ed. Revista dos Tribunais, 1973.
- GRAU, Eros Roberto. Elementos de Direito Econômico. Ed. Revista dos Tribunais, 1981.
- QUEIROZ, José Wilson Nogueira. Direito Econômico. Forense, 1982.

Conteúdo Programático:



1. PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA:

- O tratamento protecionista;
- O papel do Estado na ordem econômica.

2. FUNDAMENTOS DO DIREITO ECONÔMICO:

- A integração e as relações econômicas comunitárias;
- Os blocos econômicos;
- A comunidade europeia;
- Os países asiáticos;
- Nafta;
- Mercosul.

3. DO PODER ECONÔMICO:

- O poder econômico na Economia de Mercado;
- A vulnerabilidade da livre concorrência;
- O uso e abuso do poder econômico;
- O poder econômico e o judiciário.

4. DA EMPRESA E DO ESTABELECIMENTO:

- A empresa como sujeito do Direito Econômico;
- A empresa como expressão de organização da produção.

5. O ESTADO EMPRESÁRIO:


- A Sociedade de Economia Mista;
- A Empresa Pública;
- O controle da Empresa Pública.

6. INSTITUTOS DO DIREITO ECONÔMICO:

- Instituto do Planejamento;
- Instituto da Produção;
- Instituto da Circulação;
- Instituto da Repartição (distribuição de renda);
- Instituto do Consumo e peculiaridades do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO EMPRESARIAL

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Acrescentar com aprofundamento, através do ensino aprendizagem, novas informações científicas para que, melhor qualificado, possa o estudante agredir a área de mercado que tenha escolhido para o início das suas atividades profissionais.

Ementa do programa:

1. Noções de Direito Empresarial.
2. Direito Societário - sociedades isoladas.
3. Direito Societário - grupos societários.
4. Mercado de Capitais.
5. Direito Contratual Empresarial.
6. Contratos Empresariais em espécie.

Bibliografia:

1. DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. 3 volumes. Saraiva, 1995.
2. COMPARATO, Fábio Konder. Direito Empresarial. Saraiva, 1995.
3. BITTAR, Carlos Alberto. Novos contratos empresariais. Revista dos Tribunais, 1990.
4. COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. Saraiva, 7ª ed., 1996.

Conteúdo Programático:



1. NOÇÕES DE DIREITO EMPRESARIAL:

- Função social da propriedade dos bens de produção:
 - bens de produção e bens de consumo
 - propriedade e poder de controle
 - função social da propriedade
 - destinação social dos bens produtivos
 - deveres sociais do controlador de empresas
- A transferência empresarial de tecnologia:
 - inventos industriais e contratos de Know-how.

2. DIREITO SOCIETÁRIO - SOCIEDADES ISOLADAS:

- Alienação de controle de companhia aberta:
 - a regulação da transferência de controle
 - o conceito técnico de alienação de controle e o controle conjunto
 - conflito de interesses no exercício do voto acionário
 - abuso de controle em deliberações de AG - Art. 115 da Lei 6.404
 - alienação indireta de controle empresarial.
- Correção monetária do capital social e distribuição de ações bonificadas
 - a S/A reúne ações, e não acionistas
 - as ações bonificadas são extensão das ações existentes no momento da distribuição
- O direito ao lucro nos contratos sociais
- O direito ao dividendo nas companhias fechadas
- Eleição de diretores em companhia aberta
- Exegese legal do requisito da residência no Brasil dos administradores de S/A
- Direito de recesso do acionista: cabimento, na hipótese de alteração nas ações preferenciais ou vantagens das ações preferenciais
- Valor de reembolso das ações do acionista dissidente
- Sociedade cooperativa e retirada de sócio
- Dissolução voluntária de entidade de previdência privada.

3 - DIREITO SOCIETÁRIO - GRUPOS SOCIETÁRIOS

- Empresas multinacionais
- Empresas Holding
- Grupo societário fundado em controle contratual e abuso de poder controlador

4 - MERCADO DE CAPITAIS

- Bolsas de Valores e delimitações do seu objeto
- Sigilo nas ofertas públicas de aquisição de ações
- Responsabilidades na transferências de ações escriturais

5 - DIREITO CONTRATUAL EMPRESARIAL

- A mora no cumprimento de obrigações contratuais pecuniárias e conseqüências
- Resolução de contratos e os seus efeitos
- Inadimplemento de contrato de câmbio
- Repasse bancário de recursos externos



6 CONTRATOS EMPRESARIAIS EM ESPÉCIE

- Contrato de comercialização de software
- Contrato de consórcio
- Contrato de leasing
- Contrato de factoring
- Contrato de franchising
- Contrato de bolsa
- Contrato de seguro
- Contrato de direitos autorais
- Contrato de fornecimento
- Contrato de exportação/importação

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: DIREITO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Código:

Ano:

5°

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Acrescentar com aprofundamento, através do ensino aprendizagem, novas informações científicas para que, qualificado, possa o estudante agredir a área de mercado, que tenha escolhido para o início das suas atividades profissionais.

Ementa do programa:

1. O Comércio Internacional.
2. A política de Comércio Exterior brasileira.
3. A exportação e a importação de bens e serviços.
4. Desembaraço aduaneiro.

Bibliografia:

1. BASTOS, Celso Ribeiro. Contratos internacionais. Saraiva, 1990.
2. BULGARELLI, Waldirio. Contratos mercantis. Ed. Atlas, 1990.
3. CAVALCANTI, Fernando. Contrato de câmbio e juízo. Ed. Renovar, 1989.
4. DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. Vol. 5. Saraiva, 1995.
5. ELLSWORTH, Peter T. Economia internacional. Ad. Atlas, 1976.
6. FROGOMANI, Antônio. Manual de prática cambial. Horizonte Ed. Ltda, 1981.
7. RATTI, Bruno. Comércio internacional e câmbio. Ed. Referência, 1979.

Conteúdo Programático:

- O comércio internacional.
- Das moedas e sua conversibilidade.
- Operações de câmbio.
- Modalidades de pagamentos.
- Crédito documentário.
- Cobrança Documentária.
- Pagamento Antecipado.
- Remessa sem saque.
- Contratos de câmbio.
- Posição cambial e encargos cambiais.
- Inadimplência de contratos de câmbio e ajuizamento do feito.
- Ocorrências dos contratos internacionais.
- Negociações conduzidas na ALADI e no Mercosul.
- Operações draw back.
- Negociações formalizadas com recursos externos.
- A política de comércio exterior brasileiro.
- As exportações brasileiras.
- As importações brasileiras.
- O conflito de normas e leis e as operações conduzidas pelo Mercosul.
- A falsidade de documentos internacionais e as suas conseqüências.
- O desembaraço aduaneiro.



DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: FILOSOFIA DO DIREITO II

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: | Obrigatórias ou Optativas |
Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno à compreensão e à capacidade de análise crítica, em maior profundidade, dos temas e dos problemas da filosofia jurídica, do ponto de vista ontológico, deontológico e epistemológico.

Ementa do programa:

1. Os *epistemes* jurídicos
2. As concepções epistemológico-jurídicas relativas à cientificidade do conhecimento jurídico
3. Direito e linguagem
4. Direito e Verdade
5. Teoria fundamental do Direito
6. As funções do Direito
7. A Filosofia do Direito no Brasil

Bibliografia:

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- ADEODATO, João Maurício. *Filosofia do Direito - uma crítica à verdade na ética e na ciência*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- ALVIM, Décio Ferraz. *Concepção institucional do Direito*. São Paulo: Liberdade, 1934.
- ARAÚJO, Vandick N. de. *Idéia de sistema e de ordenamento do Direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 2. Ed., São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *Crises da República*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- BERLIN, Isaiah. *Quatro Ensaios sobre a Liberdade*. Trad. de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- BOBBIO, N. e BOVERO, M. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BOSON, Gerson de Britto Mello. *Filosofia do Direito - interpretação antropológica*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- COELHO, Luís Fernando. *Teoria crítica do direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris



- et alii. **Ensaio de Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 1952, p. 203-224.
- DEL VECCHIO, Giorgio. **Lições de Filosofia do Direito**. 5. Ed., Coimbra: Armenio Amado, 1979.
- DINIZ, Maria Helena. **Conceito de Norma Jurídica como problema de essência**. São Paulo: Revista dos Tribunais/Educ, 1976.
- _____. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva: 1987.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Teoria da norma jurídica** - ensaio de pragmática da comunicação normativa. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de **Filosofia do Direito**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- GUTIERREZ, Carlos Jose. **Lecciones de Filosofia del Derecho**. 4. ed. San José: Editorial Juricentro, 1985.
- HEGEL, F. **Princípios da Filosofia do Direito**. 2. ed. Lisboa: Martins Fontes, 1976.
- HERKENHOFF, J. B. **O direito dos códigos e o direito da vida**. Porto alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1989.
- LARA, José Gontijo. Justiça e Equidade. In: **Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia** - v. 13 - n. 1 e 2, 1984.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito**. Trad. L. Cabral de Moncada. 6.ed. Coimbra: Arménio Amado, 1979.
- _____. **Teoria geral das normas**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1992.
- LEAL, João José. Vida social e ordenamento jurídico. In: **Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 20 - n. 1 e 2, 1991.
- LITRENTO, Oliveiros. **Curso de Filosofia do Direito**. 2.Ed., Rio de Janeiro: Forense, 1984.
- MOMBACH, Oscar. Fundamentos da obrigatoriedade da norma jurídica: validade do Direito. In: **Revista do Cours de Direito da Universidade Federal de Uberlândia** - v. 11 - n. 1 e 2, 1982.
- MONREAL, Eduardo Novoa. **O direito como obstáculo à transformação social**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1981.
- MONTORO, André Franco. **Estudos de Filosofia do Direito**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1981.
- NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- PAUPÉRIO, A. Machado. É válido ainda o Direito Natural? In: **Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 11, n. 1 e 2, 1982.
- _____. O sentido axiológico do Direito. In: **Revista do curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 2 - n. 2, 1973.
- PEREIRA, Aloysio Ferraz. **História da Filosofia do Direito: das origens a Aristóteles**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1980.
- RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do Direito**. Trad. L. Cabral de Moncada. 6. ed., Coimbra: Arménio Amado - Editor, 1979.
- REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 16. Ed., São Paulo: Saraiva, 1994.
- ROCHA, Leonel Severo (org.) **Teoria do Direito e do Estado**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 1994.
- ROSENFELD, Denis L. **Política e Liberdade em Hegel**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- SANTOS, M.Celeste C. Leite dos. **Poder Jurídico e Violência Simbólica**. São Paulo: Cultural Paulista, 1985.
- VALLE, Oswaldo de Sousa. Equidade - humanismo legal. In: **Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia** - v. 16 n. 1 e 2, 1987.

Conteúdo Programático:



INTRODUÇÃO: os *epistemes* jurídicos

1 AS CONCEPÇÕES EPISTEMOLÓGICO-JURÍDICAS RELATIVAS À CIENTIFICIDADE DO CONHECIMENTO JURÍDICO

- Concepções epistemológico-jurídicas relativas à cientificidade do conhecimento jurídico
- O problema da cientificidade do saber jurídico como questão epistemológico-jurídica
 - As escolas do Direito Natural e o jusnaturalismo atual
 - O empirismo exegético
 - O historicismo casuístico
 - Positivismo sociológico e positivismo jurídico
 - Racionalismo dogmático ou normativismo jurídico de Hans Kelsen
 - Culturalismo jurídico

2 CIÊNCIA DO DIREITO E LINGUAGEM

- A moderna teoria da linguagem
- Semiótica e ciência do direito
- Direito, ciência do direito e linguagem
 - Linguagem legal
 - Dimensão pragmática da norma jurídica
 - Linguagem do jurista
 - Discurso da ciência jurídica sob o ângulo pragmático
 - Metalinguagem e os textos da ciência do direito

3 DIREITO E VERDADE

- O problema da verdade e o problema de uma filosofia ontológica do direito
- Limites de uma ontologia jurídica
- A construção do direito enquanto ontologia

4 TEORIA FUNDAMENTAL DO DIREITO

- O Direito e a ordem normativa
 - O mundo do normativo
 - Razão de validade do normativo
 - Imperatividade absoluta e imperatividade hipotética
- A eficácia do Direito
 - Vigência e positividade
 - A coercibilidade como expressão da atividade do Estado e validade

5 AS FUNÇÕES DO DIREITO

- O conceito de função e as funções do direito
- A integração das aspirações e a estruturação das ações sociais
- Controle social e solução de conflitos

6 A FILOSOFIA DO DIREITO NO BRASIL



CONCLUSÃO

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___

[Handwritten Signature]
COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA DA JUSTIÇA

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIS

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]
Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a uma compreensão mais plena do conceito de justiça, enquanto Idéia do Direito.

Ementa do programa:

1. Conceito de justiça
2. A justiça como valor
3. Justiça e razoabilidade
4. Direito e justiça
5. A justiça no quadro social contemporâneo

Bibliografia:

- ADEODATO, João Maurício. *Filosofia do Direito* - uma crítica à verdade na ética e na ciência. São Paulo: Saraiva, 1996.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Mario da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- ASCOLI, Max. *La Giustizia: saggio di Filosofia del Diritto*. Padova: Cedam, 1930.
- BICUDO, Hélio Pereira. *O Direito e a justiça no Brasil* - Uma análise crítica de cem anos. São Paulo: Símbolo, 1978.
- DEL VECCHIO, Giorgio. *La giustizia*. Bolonha, 1924.
- AQUINO, Tomás. *La justicia: comentários al libro quinto de la Ética a Nicomaco*. Trad. Benito R. Raffo Magnasco. Buenos Aires: Cursos de Cultura Católica, 1946.
- _____. *Somme Théologique - La justice*. Paris: Revue des Jeunes, 1947.
- FEIDHERBE, A. J. *La justice distributive*. Paris: Sirey, 1934.
- FEINBERG, Joel. *Filosofia social*. Trad. Alzira Soares da Rocha e Helena Maria Camacho. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- HEIDSIECK, François. *La vertu de justice*. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Paulo Quintela. Lisboa:

- LUSTOSA, Eduardo M. *Justitia socialis*: problemas terminológicos ao redor de um conceito. Rio de Janeiro: Leusinger, 1936.
- MORENO, Jesus Toral. *Ensayo sobre la justicia*. México: Ed. Jus, 1974.
- PERELMAN, Cahim. *Ética e Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *Justice e Raison*. 2. ed. Bruxelles: Faculté de Philosophie et Lettres. Univ. Libre de Bruxelles, 1972.
- _____. *Droit, moral e philosophie*. 2. ed. Paris: Libr. Général de Droit et de Jurisprudence, 1976.
- RADBRUCH, Gustav et alii. *Derecho injusto y derecho nulo*. Madrid: Aguilar, 19971.
- RAWLS, John. *A theory of justice*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1971.
- RYAN, John. *Justicia distributiva*. Buenos aires: Ed. Poblet, 1950.
- SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça em Kant* - seu fundamento na liberdade e na igualdade. Belo Horizonte: UFMG, 1986.
- SENN, Felix. *De la justice et du Droit*: explication de la définition traditionnelle de la justice. Paris: Sirey, 1927.
- SPENCER, Herbert. *A justiça*. Trad. Augusto Gil. Lisboa: Bertrand, 1891.
- VERMEERCH, A. *La justicia y la injusticia*. Madrid: Saturnino Caalleja Fernandes, 1900.



Conteúdo Programático:



1. CONCEITO DE JUSTIÇA

- Proporcionalidade
- Justiça contemplativa
- Justiça contratualista
- Justiça social

2. A JUSTIÇA COMO VALOR

- O valor como mediador das relações humanas
- O bem e o mal
- Aplicabilidade da justiça correta?

3. JUSTIÇA E RAZOABILIDADE

- Concepção racionalista da justiça
- Kant
- Os neokantianos
- Racionalismo contemporâneo
- A razão entre a modernidade e a pós-modernidade.


4. DIREITO E JUSTIÇA

- Legalidade e justiça
- Legitimidade do discurso jurídico na aplicação da justiça ao caso concreto
- Direito: técnica justa de solução de conflitos sociais?

5. A JUSTIÇA NO QUADRO SOCIAL CONTEMPORÂNEO.

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: [Obrigatórias ou Optativas]
Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a conhecer suas regras, a desenvolver as habilidades necessárias e a aplicar ao Direito o raciocínio lógico.

Ementa do programa:

1. Lógica formal e lógica material
2. Diferença entre a analítica e a tópica aristotélica
3. Teoria da verossimilhança
4. Os elementos da retórica aplicada ao Direito

Bibliografia:

ALVIM, Décio Ferraz. *Lógica*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1964AQUINO, Tomás de. *Suma Teológica das leis*. Vol. IX. Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Odeon, 1936.ARISTÓTELES. *Tópicos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os Pensadores).BOCHENSKI, I. M. *Los métodos actuales del pensamiento*. 2. ed. Madrid: Rialp, 1958.BORNHEIM, Gerd A. *Dialética - teoria e praxis*. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). *Paradigmas filosóficos da atualidade*. Campinas: Papyrus, 1989.CÍCERO, M. T. *Retórica*.COPI, Irving M. *Introdução à Lógica*. 2. ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Mestre Jou, 1978.COSTA, Newton C. A. da. *Os fundamentos da lógica*. São Paulo: Hucitec / Ed. da Univ. de São Paulo, 1980.DOPP, Joseph. *Noções de Lógica Formal*. São Paulo: Herder, 1970.JOLIVET, Régis. *Curso de Filosofia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1957.LIARD, L. *Lógica*. 5. ed. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1963.

TELLES JUNIOR, Goffredo. *Curso de Lógica Formal - Tratado da Conseqüência*. 3. ed. São Paulo: Bushatsky, 1973

ULHOA, Fábio. *Roteiro de lógica*. São Paulo: Max Limonad, 1995.

WATZLAWICK, Paul et alii. *Pragmática da comunicação huumana*. Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da integração. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1967.



Conteúdo Programático:



INTRODUÇÃO:

a importância da lógica no cotidiano dos operadores do Direito

1. LÓGICA FORMAL

- teoria do silogismo

2. LÓGICA MATERIAL

- dialética

3. APREENSÃO ARISTOTÉLICA DOS DIFERENTES MODOS DE ARGUMENTAÇÃO

- o modo analítico
- o modo tópico

4. ADAPTAÇÃO ROMANA DA TÓPICA ARISTOTÉLICA (CÍCERO).

5. TEORIA DA VEROSSIMILHANÇA:

- as contribuições da Escola da Nova Retórica
- Perelman

6. OS ELEMENTOS DA RETÓRICA APLICADA AO DIREITO

- Argumentação do advogado
- Argumentação do Juiz
- Argumentação do Promotor.

CONCLUSÃO

DATA ___/___/___

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO



Ficha de Disciplina

Disciplina: LÓGICA JURÍDICA

Código:

Ano:

5º

Curso:

DIREITO

Departamento:

DEDIF

Carga Horária:

90

Créditos:

Tipo: | Obrigatórias ou Optativas |

Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Levar o aluno a conhecer a especificidade da lógica jurídica, enquanto lógica de
treinar sua aplicação ao discurso normativo.

Ementa do programa:

1. Lógica e linguagem
2. Formalização do discurso jurídico
3. As estruturas lógicas do direito
4. Os modais deônticos
5. Os modais deônticos e sua interdifinibilidade
6. Sistema jurídico
7. Argumentação jurídica

Bibliografia:

- COELHO, Fábio Ulhoa. *Roteiro de lógica jurídica*. São Paulo: Max Limonad, 1996.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Direito, retórica e comunicação*. São Paulo: 1973.
- _____. *Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- LAUSCHNER, Roque. *Lógica formal - técnica de desenvolvimento do raciocínio*. 2. ed. Alegre: Universidade do Vale do Rio dos Sinos / Sulina, 1969.
- PERELMAN, Chaïm. *Teoria da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ROSS, Alf. *Logica de las normas*. Madri: Tecnos, 1971.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O discurso e o poder - ensaio sobre a sociologia da retórica*. In: Revista Forense. Rio de Janeiro. Vol 272, ano 76, fasc. 928-930
- VILANOVA, Lourival. *As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo*. São Paulo: E Revista dos Tribunais, 1977.
- VOGT, Carlos. *Linguagem pragmática e ideologia*. São Paulo: Hucitec (Campinas), Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, 1980.
- WARAT, Luis Alberto. *El Derecho e su language - Elementos para uma teoria de la communication jurídica*. Buenos Aires: Cooperadora de Derecho y Ciencias Sociales, 1976.

Conteúdo Programático:



INTRODUÇÃO: A lógica jurídica como modalidade da lógica deôntica

1 LÓGICA E LINGUAGEM

- Proposição e linguagem
- O domínio das formas lógicas
- As variáveis e as constantes na forma lógica
- A formalização e a linguagem formalizada

2 FORMALIZAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA

- O tema da lógica jurídica formal
- A proposição jurídica
- O functor dever-ser: caráter e variável relacional
- A irreducibilidade do modal deôntico
- Tripartição modal e os valores da proposição normativa

3 AS ESTRUTURAS LÓGICAS DO DIREITO

- A proposição jurídica
- O deôntico na tese
- Validade e verdade
- Norma primária e norma secundária
- A relação antecedente / conseqüente

4 OS MODAIS DEÔNTICOS E SUA INTERDEFINIBILIDADE

- As categorias modais
- Modo alético e deôntico
- Substrato objetivo da distinção modal
- Os conectivos deônticos: sua interdefinibilidade
- Relação entre modos deônticos

5 SISTEMA JURÍDICO

- Sistema jurídico como continuidade normativa
- Unidade do sistema como unidade formal
- O direito como sistema empírico
- Consistência no sistema da ciência do direito
- Contradição no sistema do direito positivo
- Leis lógicas e regras
- As leis lógicas como metalinguagem
- Contraditoriedade entre normas
- Completude lógica e completude jurídica
- Consistência no interior do sistema
- Postulado de unidade e consistência no direito, na ciência do direito e na lógica.

6 ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

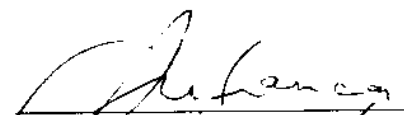
- Por analogia



- "A contrario sensu"
- O dever jurisdicional de julgar
- Indecidibilidade ante os casos omissos
- O formal e o extraformal dos níveis normativos
- A gradação das fontes
- O extralógico no raciocínio jurídico
- Relação hipótese / consequência
- Positivismo e raciocínio jurídico

CONCLUSÃO

DATA ___/___/___



COORDENADOR DE CURSO

DATA ___/___/___

DIRETOR DE CENTRO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Ficha de Disciplina

Disciplina: HERMENÊUTICA JURÍDICA		Código:
Ano: 5º	Curso: DIREITO	Departamento: DEDIF
Carga Horária: 90	Créditos:	Tipo: [Obrigatórias ou Optativas] Optativa

Objetivos gerais da disciplina (Ao final do Curso o aluno será capaz de):

Compreender o Direito como um corpo de regras oferecidas à explicitação do intérprete;
Perceber a função positiva e até reconstitutiva do trabalho hermenêutico, capaz de trazer ao âmago dos preceitos legais, novo conteúdo social e ético.

Distinguir os diferentes métodos hermenêuticos e o alcance dos mesmos no momento de sua aplicação;

Aplicar adequadamente a casos concretos, visando solução justa, as regras de interpretação das normas jurídicas.

Ementa do programa:

1. Aplicação do Direito.
2. Interpretação e Construção.
3. Sistemas de Hermenêutica e Aplicação do Direito.
4. Processos de Interpretação.
5. Elementos da Interpretação do Direito.
6. Métodos de Interpretação do Direito.

Bibliografia:

- ALTAVILA, Jayme de. *Origem dos Direitos dos Povos*. 5ª ed. São Paulo: Cone Editora, 1989.
- CUNHA, Paulo Ferreira da. *Problemas Fundantes do Direito*. Porto Alegre: Res.
- DAVID, René. *Os Grandes Sistemas do Direito*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- DINIZ, Maria Helena. *Lei de Introdução ao Código Civil*.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *A Ciência do Direito*. São Paulo: Atlas, 1991.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito - Técnica, Decisão, Dominação*. São Paulo: Atlas, 1988.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Do Processo Legislativo*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- GILISSEN, John. *Introdução Histórica ao Direito*. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 1986.

MATTA, Emmanuel. O Realismo da Teoria Pura do Direito. Belo Horizonte: Nova Aurora Edições Ltda, 1994.

MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e Aplicação do Direito. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

POUND, Roscoe. The Nature of Law. Vol. II Jurisprudence. Minn: St. Paul, 1959.

RADBRUSCH, Gustav. Fundamentos do Direito. São Paulo: Saraiva.

REALE, Miguel. Lições Preliminares do Direito. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

_____. Teoria Tridimensional do Direito. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1986.

_____. Lições Preliminares de Direito. 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

ROUBIER, Pablo. Teoria General del Derecho. México: Puebla.

WARAT, Luis Alberto. O Direito e sua Linguagem. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1984.



Conteúdo Programático:



1. APLICAÇÃO DO DIREITO

- Conceito e importância da Hermenêutica Jurídica.
- Disposições legislativas sobre interpretação.
- Qualidades do hermeneuta. Causas de interpretação viciosa e incorreta.

2. INTERPRETAÇÃO E CONSTRUÇÃO

- A interpretação do direito quanto ao resultado.
- A posição do juiz em face da interpretação da lei. A contribuição de gény e suas repercussões.
- Editó do Pretor. Intérpretes e comentadores.
- Amplas atribuições do juiz moderno.
- Juiz inglês.

3. SISTEMAS DE HERMENÊUTICA E APLICAÇÃO DO DIREITO

- O princípio “in claris cessat interpretatio”.
- A vontade do legislador e a “mens legis”.
- Disposições contraditórias.

4. PROCESSOS DE INTERPRETAÇÃO

- Direito Comparado.
- Fatores Sociais.
- Apreciação do resultado.
- O fator teleológico.
- Interpretação e lacunas do direito. A analogia e os princípios gerais de direito.

5. ELEMENTOS DA INTERPRETAÇÃO DO DIREITO

- Considerações prévias.
- Elemento gramatical.
- Elemento lógico.
- Elemento sistemático.
- Elemento histórico.

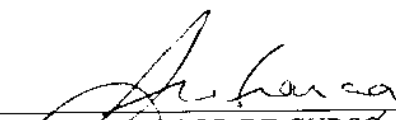
6. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DO DIREITO

- Método tradicional da Escola da Exegese.
- Método histórico-evolutivo.
- A livre investigação científica do Direito.
- A corrente do direito livre.
- Revelação científica do Direito.



DATA ___/___/___

DATA ___/___/___


COORDENADOR DE CURSO

DIRETOR DE CENTRO